



Organizadores
Regina Marteleto
Viviane Couzinet
Icléia Thiesen
Gustavo Silva Saldanha
Patrick Fraysse

**A Rede Franco-Brasileira MUSSI:
16 anos de pesquisas**

***Le Réseau Franco-Brésilien MUSSI:
16 ans de recherches***

**Volume 1
(2008-2020)**



**Editora
Ibict**



**A Rede Franco-Brasileira MUSSI:
16 anos de pesquisas**

**Le réseau franco-brésilien MUSSI:
16 ans de recherches**

**volume 1
(2008-2020)**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos

Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Diretor

Carlos André Amaral de Freitas

Coordenador de Administração - COADM

Ricardo Medeiros Pimenta

Coordenador de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e
Tecnologia - COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes

Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Cecília Leite Oliveira

Coordenadora Geral de Informação Tecnológica e Informação para a
Sociedade - CGIT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo

Coordenador Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Hugo Valadares Siqueira

Coordenador Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku

Coordenador de Tecnologias para Informação - COTEC

Rede MUSSI 16 anos
Réseau Mussi 16 ans



**A Rede Franco-Brasileira MUSSI:
16 anos de pesquisas**
**Le réseau franco-brésilien MUSSI:
16 ans de recherches**

volume 1
(2008-2020)

Regina Marteleto
Viviane Couzinet
Icléia Thiesen
Gustavo Silva Saldanha
Patrick Fraysse
(orgs.)

Brasília
 Editora
Ibict
2024



Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons - Atribuição CC BY-NC-ND 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte, de uso não comercial e sem derivações.

CONSELHO EDITORIAL

Tiago Braga | Henrique Denes | Ricardo Pimenta |
Carlos André Amaral de Freitas | Hugo Valadares | Alexandre Oliveira |
Milton Shintaku | Cecília Leite Oliveira | Leda Cardoso Sampson Pinto
Marcel Souza | Washington Segundo | Ana Carolina Simionato Arakaki

COMITÊ CIENTÍFICO

Ania Rosa Hernández Quintana, Universidad de La Habana, Cuba | Natalia Duque Cardona,
Univeridad de Antioquia, Colômbia | Fernanda do Valle, Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro Unirio, Brasil | María Arminda Damus, Universidad Nacional de Misiones, Argentina |
Martha Sabelli, Universidad de La Republica, Uruguai | Rodrigo de Sales, Universidade Federal de
Santa Catarina, UFSC, Brasil | Vinícios Menezes, Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Cécile Gardiès, École Nationale Supérieure de Formation de l'Enseignement Agricole, Ensfea,
Isabelle Fabre, École Nationale Supérieure de Formation de l'Enseignement Agricole, Ensfea,
Geni Chaves Fernandes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Fabrício José
Nascimento da Silveira, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Martha Suzana Cabral
Nunes, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Equipe Técnica | Daniel Strauch; Franciéle Garcês; Stella Dourado
Diagramação | Franciéle Garcês; Dirnéle Carneiro Garcez
Arte da Capa | Thaissa Lages
Revisão textual e linguística | As autorias; Equipe Técnica
Normalização | Maison Roberto Gonçalves; Alda Melânia César; Raquel Viana; Franciéle Garcês

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A Rede Franco-Brasileira MUSSI: 16 anos de pesquisas : Le réseau franco-brésilien MUSSI: 16 ans
de recherches, v.1 / Organização de Regina Marteleto ; Viviane Couzinet ; Icléia Thiesen ; Gustavo Silva
Saldanha ; Patrick Fraysse. – 1ª ed. – Brasília: Editora Ibict, 2024.

396 p.
Inclui Bibliografia.
Disponível em: <https://ridi.ibict.br/978-85-7013-189-8> (digital)
978-85-7013-186-7 (físico)
DOI: 10.22477/9788570131898

1. Ciência da Informação. 2. Ciências da Informação e da Comunicação – França. 3.
Mediação dos saberes. 4. Rede Mussi 16 anos de pesquisa científica. I. Marteleto, Regina. II. Couzinet,
Viviane. III. Thiesen, Icléia. IV. Saldanha, Gustavo Silva. V. Fraysse, Patrick. VI. Título.

CDD 020

Bibliotecário: Maison Roberto M. Gonçalves CRB10/2689

COMO CITAR: MARTELETO, Regina; COUZINET, Viviane; THIESEN, Icléia; SALDANHA,
Gustavo FRAYSSE, Patrick; (Orgs.) **A Rede Franco-Brasileira MUSSI: 16 anos de pesquisas:**
Le réseau franco-brésilien MUSSI: 16 ans de recherches. Brasília: Editora Ibict, 2024. DOI:
10.22477/9788570131898

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Endereço: Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5o andar
CEP: 70.070-912 - Brasília, DF

SUMÁRIO

SOMMAIRE

PREFÁCIO.....	11
----------------------	-----------

Marilda Lopes Ginez de Lara

PRÉFACE	15
----------------------	-----------

Madjid Ihadjadene

A REDE MUSSI E SEUS DEZESSEIS ANOS.....	19
--	-----------

LE RÉSEAU MUSSI ET SES SEIZE ANS	
---	--

Viviane Couzinet

Regina Marteleto

APRESENTAÇÃO.....	27
--------------------------	-----------

PRÉSENTATION	
---------------------	--

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ANTROPOLOGIA DOS SABERES	49
---	-----------

† Annette Béguin-Verbrugge (Université de Lille 3, França)

DOS SABERES NA HISTÓRIA DA ARTE NA INTERNET: ESCRITOS PROFANOS, ESPECIALIZADOS E DOCUMENTAIS	67
---	-----------

Gérard Régimbeau (Université de Montpellier, França)

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO: O QUADRO INSTITUCIONAL FRANCÊS	85
---	-----------

Jean-Paul Metzger (ENSSIB, Lyon, França)

**SITUAÇÃO DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL101**

Johanna Smit (Universidade de São Paulo, Brasil)

**REFERENCE, REPRESENTATION, AND THE
MATERIALITY OF DOCUMENTS127**

Bernd Frohmann (University of Western Ontario, Canadá)

**DO DIGITAL PARA A CULTURA À CULTURA
DIGITAL?143**

*Jean Davallon (Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon,
França)*

**ANALISAR AS 'REDES SOCIAIS' COMO
DISPOSITIVOS INFOCOMUNICACIONAIS: UMA
PROBLEMÁTICA163**

† Yves Jeanneret (Université Paris Sorbonne, França)

**FÁBRICA DA LISTA: UM DISPOSITIVO ENTRE
MEMÓRIA E COMEMORAÇÃO189**

Viviane Couzinet (Université Toulouse III-Paul Sabatier, França)

**ESPAÇO E DISPOSITIVO DE ORGANIZAÇÃO DOS
SABERES: PARA UMA ABORDAGEM SENSÍVEL213**

Isabelle Fabre (Université Toulouse – Jean Jaurès, Ensfea, França)

**NOUVELLES TECHNOLOGIES ET SYSTÈMES
D'INFORMATION : EST-IL POSSIBLE « D' ÉCOUTER
» D'AUTRES DISCOURS ? 233**

Marilda Lopes Ginez de Lara (Universidade de São Paulo, Brasil)

**DOCUMENT NOTARIÉ : SA VALIDATION
HISTORIQUE 249**

*Margarida Sá Nogueira Lalande (Universidade dos Açores, Ponta Delgada,
Açores)*

**LE SCHÉMA ET LES FORMES SYMBOLIQUES : UNE
« ARCHEOLOGIE PHILOSOPHIQUE » DU SCHÉMA
DANS LA PENSÉE BIBLIOLOGIQUE 273**

*Gustavo Silva Saldanha (IBICT – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Brasil)*

**LA DIDÁCTICA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR:
MEDIADORA EN LA TRANSFORMACIÓN DE LA
INFORMACIÓN EN CONOCIMIENTO 299**

Edilma Naranjo Vélez (Universidad de Antioquia, Colombia)

**O CULTO DO DOCUMENTO: A COLEÇÃO DE
RELÍQUIAS DA BASÍLICA DE SAINT-SERNIN DE
TOULOUSE - FRANÇA317**

Patrick Fraysse (Université Toulouse III-Paul Sabatier, França)

**COMUNICAÇÃO CORPORATIVA ENTRE HISTÓRIA,
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: ALGUNS ESTUDOS DE
CASO NA ITÁLIA331**

Carlo Vinti (Università di Camerino, Itália)

**MEMORIA, BIBLIOTECAS Y HUMANIDADES
DIGITALES 349**

Edgardo Civalero (Fundación Charles Darwin, Ecuador)

**CONSTRUCTION COLLECTIVE DE SAVOIRS EN
SANTÉ : RÉCITS ET MÉDIATIONS
INFORMATIONNELLES 365**

Regina Marteleto (IBICT - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).....

**L'OUBLI EN TANT QUE POLITIQUE
INSTITUTIONNELLE ET LA MANIPULATION DE LA
MÉMOIRE PUBLIQUE : NOUVEAUX DÉFIS POUR LE
DOMAINE DE L'INFORMATION 377**

Icléia Thiesen (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

SOBRE AS AUTORIAS 389
SUR LES AUTEURS 389

PREFÁCIO

Marilda Lopes Ginez de Lara

A coletânea “A rede franco-brasileira MUSSI: 16 anos de pesquisas” celebra, simultaneamente, o interesse comum de pesquisa sobre a mediação e o uso da informação, bem como a aproximação acadêmica e afetiva entre os pesquisadores brasileiros e franceses (e de outras nacionalidades que se agregaram ao grupo).

Com este livro, a Rede Mussi registra parte da produção científica representativa do período, colocando no centro das questões os dispositivos informacionais, ou como o denominam com justeza os pesquisadores franceses, infocomunicacionais. Essa junção informação/comunicação coloca ênfase no caráter mediador desses instrumentos, conduzindo a incorporar às reflexões, com maior precisão, referenciais necessários à compreensão da condição dialógica da comunicação, ou da relação semiótica entre enunciador, enunciado e intérprete em determinados contextos, ou ainda, entre emissão, recepção, contexto e circunstâncias de comunicação.

Enquanto sistemas de informação e comunicação, os dispositivos infocomunicacionais não são neutros e têm caráter intencional: ao agilizar os fluxos de informação, recorrem a referências simbólicas de seus públicos e procuram oferecer mensagens documentário-informacionais que levem à negociação de sentido, à interpretação e à seleção da informação.

No âmago da mediação estão as questões de linguagem – a mediação se dá sempre entre linguagens e os dispositivos infocomunicacionais que a viabilizam não se realizam, conseqüentemente, fora do âmbito da linguagem. Essa

perspectiva, não necessariamente expressa nos trabalhos aqui apresentados, mas neles latente, marca o exercício de resgatar as origens dos conceitos numa espécie de antropologia dos saberes, procurar pelos parâmetros que relacionam informação e comunicação, pesquisar as diferenças entre textos e enunciados para caracterizar as mensagens infocomunicacionais em seus diferentes contextos, pensar sobre o estatuto do objeto documento em suas diversas facetas, refletir sobre a mediação propriamente dita, sobre os usos da informação, sobre os impactos das tecnologias digitais na cultura e sobre as redes sociais nesse universo, identificar tipos diferentes de dispositivos, propor a construção coletiva de tais dispositivos, por exemplo, no campo da saúde, refletir sobre as manipulações da memória, entre outros temas relacionados.

Além do compartilhamento de interesses sobre o tema da mediação, os textos aqui reunidos sinalizam, cada um a seu modo, a busca das inúmeras possibilidades de falar da mediação infocomunicacional, apresentando-se sob diferentes abordagens. Não representam um pensamento uniforme, mas constituem manifestações que resultam das diferentes formações dos pesquisadores em suas instituições, e dos distintos olhares dirigidos ao objeto de investigação, num exercício mesmo de construção do conhecimento.

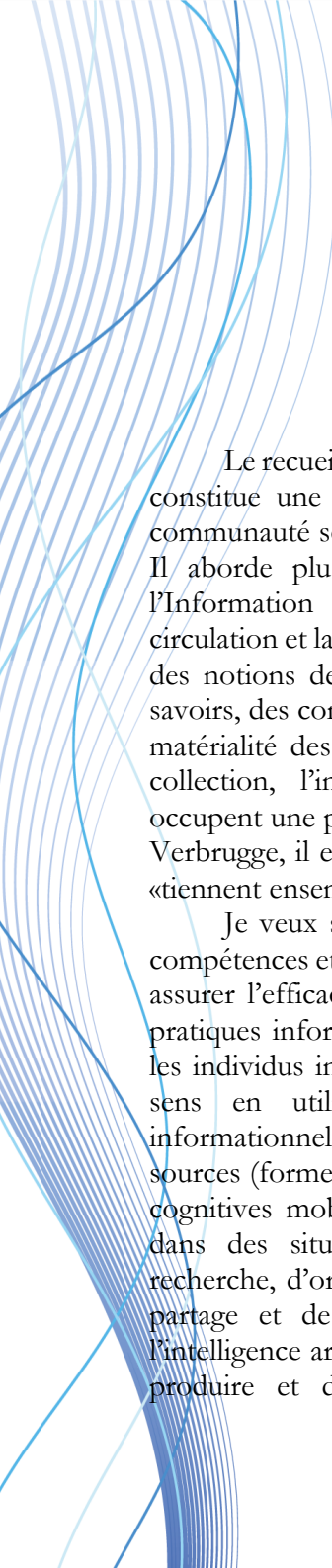
A seleção de textos representa parte do pensamento de pesquisadores sobre o que os une – a reflexão sobre as várias facetas da mediação da informação – com o intuito de contar (e retomar) um pouco a história da Rede MUSSI aos seus próprios membros, como aos novos pesquisadores, estudantes e profissionais que trabalham no universo da Ciência da Informação.

A coletânea mostra como diferentes abordagens contribuem para refletir sobre um dos principais papéis da mediação da informação, que é o de colocar em contato, sob diferentes formas, textos, em seu sentido amplo (escritos, orais, visuais, sonoros etc.) e sujeitos sociais em sua diversidade de formação e interesses, via dispositivos infocomunicacionais. Não é outro o papel da Ciência

da Informação senão o de criar condições para que exista a possibilidade de que diferentes públicos possam localizar, assimilar, se apropriar e usar a informação para diversos fins, sejam eles acadêmicos, utilitários ou de fruição.

Essa reunião de textos também propicia conhecer as diferentes maneiras de tratar o tema, seja referindo-se a conceitos originais ou tomados de empréstimo de outras áreas do saber, remetendo-se às suas origens históricas, realizando reflexões epistemológicas, sociais ou políticas, especificando os pontos de partida metodológicos, expondo resultados de experiências práticas em domínios do saber ou áreas de atividade (como a saúde, a educação, a sociologia, a psicologia etc.) ou ainda, refletindo sobre especificidades de determinadas profissões no exercício da mediação. Todas essas formas de pesquisa científica representam parte das possibilidades de enxergar as facetas possíveis da mediação dos saberes e da informação.

Os diferentes enfoques, enfim, traduzem o quadro teórico-prático que sustenta as contribuições aqui reunidas, como itens da construção coletiva do conhecimento de uma rede de pesquisadores que comemora, agora, seus 16 anos de experiência.



PRÉFACE

Madjid Ihadjadene

Le recueil de textes publié pour célébrer les 16 ans de MUSSI constitue une occasion unique de comparer les travaux d'une communauté scientifique réunissant des chercheurs de deux pays. Il aborde plusieurs questions fondamentales en Sciences de l'Information et de la Communication (SIC), notamment la circulation et la médiation des savoirs. Un point clé est la définition des notions de données, d'information, de connaissances et de savoirs, des concepts partagés avec d'autres disciplines. En SIC, la matérialité des documents et des concepts associés, tels que la collection, l'indexation, et l'organisation des connaissances, occupent une place centrale. Comme l'a exprimé Annette Béguin-Verbrugge, il est essentiel de comprendre comment ces concepts «tiennent ensemble» et évoluent de manière parallèle.

Je veux souligner ici l'importance de saisir la diversité des compétences et des pratiques informationnelles des individus pour assurer l'efficacité des démarches de médiation des savoirs. Les pratiques informationnelles analysent les différentes façons dont les individus interprètent leur environnement et lui associent un sens en utilisant l'information. L'expression « pratiques informationnelles » désigne ici l'ensemble des dispositifs, des sources (formelles ou informelles), des outils et des compétences cognitives mobilisés par un individu ou un groupe d'individus, dans des situations variées de création, de production, de recherche, d'organisation, de traitement, d'usage, d'évitement, de partage et de communication de l'information. L'arrivée de l'intelligence artificielle (IA) modifie non seulement la manière de produire et d'accéder aux informations, mais également la

structuration même des environnements de médiation des savoirs. En organisant la visibilité et la priorisation des contenus, les algorithmes influencent indirectement la perception des connaissances et la crédibilité des informations mises en avant, parfois au détriment de la diversité des sources et des perspectives, ce qui peut accentuer l'homophilie informationnelle chez certains individus.

Cependant, il convient de nuancer l'importance des technologies numériques. Les travaux pionniers d'Elfreda Chatman montrent que la capacité à acquérir de l'information dépend autant des dynamiques sociales que des compétences individuelles. Ces recherches soulignent ainsi non seulement les inégalités d'accès à l'information, mais également la diversité des contextes culturels qui façonnent la manière dont les individus et les groupes s'approprient l'information

De plus, la tendance à se focaliser sur les médias et les pratiques numériques occulte de nombreuses activités quotidiennes invisibles, tant pour l'accès que pour le partage de l'information. Cela est particulièrement vrai pour les pratiques informationnelles, notamment informelles, qui ne s'inscrivent pas dans une matérialité numérique. Cet accès à l'information ne remplace pas le processus d'apprentissage et ne garantit pas nécessairement une prise de décision ou d'action, comme on le voit dans les questions environnementales ou sanitaires comme elles sont justement analysées ici.

Ainsi, bien qu'il soit essentiel de considérer les évolutions des technologies numériques, il est crucial de ne pas exagérer leur rôle (Miège). Celles-ci s'inscrivent dans des transformations socio-économiques profondes, telles que l'hybridation des pratiques culturelles, la globalisation et la marchandisation croissante de la culture et de l'éducation, ainsi que la concentration de l'offre informationnelle dominée par les géants du numérique comme les GAFA (Google, Amazon, Facebook, Apple) et les BATX (Baidu, Alibaba, Tencent, Xiaomi), parmi d'autres dynamiques émergentes.

En adoptant des perspectives diversifiées, les travaux de MUSSI mettent en évidence l'importance d'une approche plurielle et nuancée de la médiation des savoirs. Cette démarche reconnaît que les processus de médiation ne se limitent pas à un simple accès à l'information mais impliquent des dynamiques culturelles, sociales, technologiques qui influencent la façon dont les savoirs sont transmis et interprétés.

A REDE MUSSI E SEUS DEZESSEIS ANOS

LE RESEAU MUSSI ET SES SEIZE ANS

Viviane Couzinet

Regina Marteleto

A rede de pesquisadores Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (MUSSI) foi criada com o objetivo de promover as pesquisas desenvolvidas em Ciência da Informação no Brasil e na França. O objetivo é o de divulgar e compartilhar os avanços científicos realizados nos dois países, colaborar na sua circulação e contribuir para o debate durante colóquios e jornadas de estudo, reunindo doutorandos, jovens pesquisadores e pesquisadores mais experientes e renomados. Trata-se também de reconhecer e afirmar a presença da produção científica do Brasil e da França no cenário científico internacional da Ciência da Informação (CI).

Esse grande projeto precisava de um tema que fosse suficientemente amplo e atual para aproximar os pesquisadores e estudantes. Reuniões preliminares foram realizadas na França em 2002 e no Brasil em 2004. Elas proporcionaram uma oportunidade para os pesquisadores se encontrarem e situarem suas pesquisas em seus respectivos contextos históricos. Foi assim que as mediações em suas várias formas foram definidas como eixo conceitual central. Estas foram complementadas pelos usos dos saberes e da informação, enfatizando assim a centralidade da abordagem social, sem negligenciar a abordagem técnica, mas favorecendo aquela que destaca os problemas e as mudanças que estão ocorrendo em esferas sociais bem definidas.

Essa temática, que está no centro das questões atuais da informação-documentação, faz parte de uma vertente em CI desenvolvida por brasileiros e franceses. Ela permite a análise da produção da informação e dos saberes e os seus usos, apoiados em dispositivos infocomunicacionais cujas dimensões políticas, econômicas e culturais precisam ser estudadas.

A rede foi inaugurada em 2008 durante o seu primeiro colóquio científico internacional, no Rio de Janeiro.

Conceitos fundamentais como uso, construção dos saberes e conhecimentos, informação, dispositivo, mediação documentária, mediação cultural e mediação científica abriram perspectivas para a pesquisa e o debate sobre noções que precisavam ser retomadas, como documento, memória, patrimônio cultural, dispositivo informacional, cultura informacional, rede, rede social digital. Ao mesmo tempo, foi possível descobrir formações universitárias, espaços institucionais como bibliotecas, centros de documentação, centros culturais e espaços interativos, museus e organizações envolvidas com grupos sociais específicos. Também foi possível explorar a história da disciplina e descobrir seus vínculos com autores de língua francesa do continente europeu (Paul Otlet, Suzanne Briet) e acadêmicos (Jean Meyriat, Robert Estivals, Robert Escarpit) na origem da criação da Ciência da informação e da comunicação na França.

Da mesma forma, os encontros e as trocas no âmbito da Rede Mussi colocaram em cena tanto as influências e as interlocuções das correntes francesas e europeias da CI no Brasil, quanto as novas formas de compreensão das mediações informacionais e documentárias na ambientação cultural e científica da América Latina e de outras regiões pobres do mundo. Juntamente com o desenvolvimento de fortes epistemologias em grupos de pesquisa e de práticas com as novas tecnologias da informação e da comunicação, cultivam-se problemáticas dos saberes e da informação relacionadas às histórias, às políticas e aos saberes das culturas locais.

No âmbito deste projeto científico, durante os últimos dezesseis anos os membros da rede têm trabalhado em uma diversidade de domínios (saúde, educação, arquivos de administração pública, ciência, grupos étnicos ou urbanos). Os estudos são baseados em dados empíricos, se apoiam em ou propõem teorias e questões epistemológicas e metodológicas. A rede MUSSI participa da construção da CI com o objetivo de produzir conhecimentos para o avanço deste campo no cenário internacional.

A rede foi fortalecida por um número crescente de trocas em jornadas de estudo e colóquios, bem como pela organização conjunta de edições de periódicos, publicação de livros, coorientações de doutorado e supervisões de pós-doutorado, participação em programas de pesquisa conjuntos. MUSSI tem a rara distinção de existir há dezesseis anos e de continuar a desempenhar um papel dinâmico na circulação de conhecimentos em seu domínio no Brasil, na França e em outros países.

Assim, demonstra um forte compromisso com a internacionalização. A comunidade não apenas convida regularmente conferencistas de outros países, mas também tem atraído o interesse de pesquisadores, especialmente de países da América Latina, África e Europa. A participação em eventos organizados pela rede tem sido um atrativo para esses pesquisadores, que, ao ingressarem como membros associados, demonstram a relevância e o alcance internacional deste coletivo de pesquisadores. Além disso, a rede Mussi tem recebido o interesse de profissionais de áreas afins, como história, saúde, educação, sociologia e psicologia.

É esse projeto científico que é ilustrado pelos capítulos a seguir. Eles destacam a amplitude temática, a preocupação constante em se abrir para a pesquisa internacional e a riqueza do trabalho realizado pelos diversos membros e associados.

No momento em que encerra um ciclo de dezesseis anos de atividades, a Rede Mussi quer manter e fortalecer a energia científica, acadêmica e fraterna entre os seus membros –

pesquisadores, estudantes, profissionais – interessados na construção de um campo de estudos sólido, comprometido com as epistemologias mais relevantes e as prementes questões técnicas, sociais e humanas que configuram o cenário mundial.

Esses são os compromissos renovados da Rede Mussi no momento da celebração dos seus dezesseis anos!

Le projet d'échanger sur les recherches développées en science de l'information-documentation au Brésil et en France est à l'origine du réseau de chercheurs Médiations et usages sociaux des savoirs et de l'information (MUSSI). Il s'agissait de partager les avancées scientifiques produites dans les deux pays et de les faire découvrir dans l'un et dans l'autre, de collaborer à leur circulation et de contribuer à leur mise en débat au cours de journées d'étude et de colloques qui réuniraient des doctorants, des apprentis chercheurs et des chercheurs confirmés. Il s'agissait également de reconnaître et d'affirmer la présence de la production scientifique brésilienne et française sur la scène scientifique internationale des sciences de l'information (SI).

Ce projet fort devait se donner une thématique suffisamment large et suffisamment ancrée dans l'actualité pour rassembler. Des rencontres préalables ont eu lieu en France en 2002 et au Brésil en 2004. Elles ont permis de se connaître et de situer les recherches dans leur contexte et leur histoire nationale. C'est ainsi que les médiations dans leurs différentes déclinaisons ont été retenues. Elles ont été complétées par les usages des savoirs et de l'information marquant ainsi la centralité de l'approche sociale, sans pour autant négliger l'approche technique, mais en privilégiant celle qui met en avant les enjeux et les changements qui se produisent dans des sphères sociales bien définies.

Cette thématique, au cœur des problématiques actuelles de l'information-documentation, s'inscrit dans un courant de la SI également déployé par les Brésiliens et les Français. Elle permet

d'interroger la production de l'information et des savoirs et l'usage de ces derniers sous-tendus par des dispositifs informationnels dont il est nécessaire d'examiner les dimensions politiques, économiques et culturelles.

C'est ainsi qu'en 2008 le réseau a été inauguré par un colloque international à Rio de Janeiro.

Des concepts centraux comme usage, construction de savoirs, information, dispositif, médiation documentaire, médiation culturelle, médiation scientifique ont ouvert des perspectives de recherche et de débat sur des notions à retravailler comme document, mémoire, patrimoine culturel, dispositif informationnel, culture informationnelle, réseau, réseau social numérique. En même temps il devenait possible de découvrir les formations universitaires, les lieux institutionnels, tels que les bibliothèques, les centres de documentation, les centres d'interprétation, les musées et des organisations engagées auprès de groupes sociaux particuliers. Il devenait également possible d'explorer l'histoire de la discipline et de mettre au jour ses liens avec des auteurs francophones du continent européen (Paul Otlet, Suzanne Briet) et les universitaires (Jean Meyriat, Robert Estivals, Robert Escarpit) à l'origine de la création de la science de l'information et de la communication en France.

Ainsi, les rencontres et les échanges au sein du réseau Mussi ont mis en évidence les influences et les interlocutions des courants français et européens de la SI au Brésil, ainsi que les nouvelles manières d'appréhender les médiations informationnelles et documentaires dans l'environnement culturel et scientifique de l'Amérique latine et d'autres régions pauvres du monde. Parallèlement au développement d'épistémologies fortes au sein des groupes de recherche et d'analyses de pratiques avec les nouvelles technologies de l'information et de la communication, les problématiques des savoirs et de l'information liées aux histoires, aux politiques et aux savoirs des cultures locales sont explorées.

Depuis seize années, au centre de ce projet scientifique, un ensemble de terrains très divers (la santé, l'école, les archives de l'administration politique, la science, des groupes ethniques ou urbains) sont investis par les membres du réseau. Les travaux se fondent sur des données empiriques, s'appuient ou proposent des théories, des questions épistémologiques et méthodologiques sont posées. MUSSI participe à la construction de la SI dans la perspective de produire des connaissances dont l'ambition est de la faire progresser sur la scène internationale.

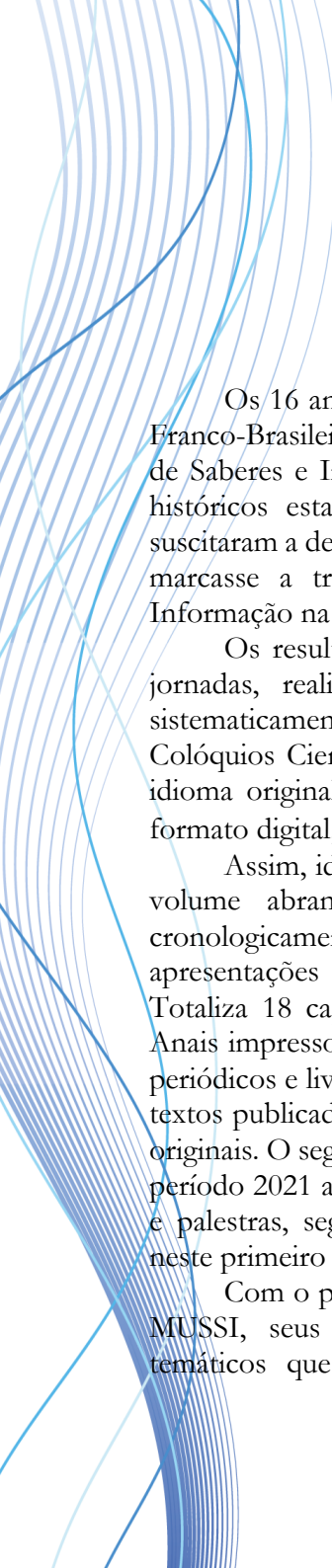
La multiplication des échanges dans des journées d'étude, des colloques mais aussi des directions conjointes de numéros de revues, la publication de livres, l'accueil de doctorants et de post-doctorants, la participation à des programmes de recherche en commun consolident le réseau. MUSSI présente la particularité, qui reste rare, d'avoir dépassé ses seize ans d'existence et d'être, toujours de manière aussi dynamique, un acteur de la circulation des connaissances dans son domaine entre le Brésil, la France et au-delà.

Cependant les membres du réseau ne sont pas repliés sur eux-mêmes. Ils sont ouverts à l'échange international notamment par l'invitation de conférenciers de pays autres. Cette ouverture se concrétise également par l'intérêt que lui portent des collègues venant notamment des pays d'Amérique Latine, d'Afrique et d'Europe et qui ont exprimé, après avoir participé à une des manifestations, leur désir de faire partie de cette communauté. Ils sont alors membres associés à MUSSI comme le sont des chercheurs d'autres disciplines (Histoire, santé, sciences de l'éducation, sociologie, psychologie) qui ont également montré leur intérêt.

C'est ce projet scientifique et quelques-unes de ses articulations qui sont présentées en exemple dans les chapitres qui suivent. Elles mettent en évidence à la fois l'étendue de la thématique, la préoccupation constante de l'ouverture aux recherches internationales et la richesse des travaux entrepris par les divers membres et associés.

Au terme de ce cycle d'activités de seize ans, le Réseau Mussi souhaite maintenir et renforcer l'énergie scientifique, académique et amicale de ses membres - chercheurs, étudiants, professionnels - désireux de construire un champ d'études solide, engagé dans les épistémologies les plus pertinentes et les questions techniques, sociales et humaines les plus pressantes qui façonnent la scène mondiale.

Tels sont les engagements renouvelés du réseau Mussi à l'occasion de la célébration de son seizième anniversaire!



APRESENTAÇÃO

PRÉSENTATION

Os 16 anos de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação – Rede MUSSI, consolidadas nos elos históricos estabelecidos entre estudiosos de diferentes países, suscitaram a definição de um projeto de memória bibliográfica que marcasse a trajetória científica dos núcleos das Ciências da Informação na França e no Brasil.

Os resultados das pesquisas apresentadas nos colóquios e jornadas, realizados em alternância nos dois países, foram sistematicamente publicados nos respectivos anais das Jornadas e Colóquios Científicos Internacionais na forma impressa, em seu idioma original. Os anais encontram-se também disponíveis no formato digital, no sítio web da Rede (<https://remussi.org>).

Assim, idealizamos uma obra em dois volumes. O primeiro volume abrange o período de 2008 a 2020 e contém, cronologicamente, as conferências inaugurais e uma seleção das apresentações de palestrantes convidados em mesas-redondas. Totaliza 18 capítulos. Os textos em português disponíveis nos Anais impressos, no sítio web da Rede e outros republicados em periódicos e livros, estão traduzidos em francês e vice-versa. Já os textos publicados em inglês e espanhol permanecem nos idiomas originais. O segundo volume será publicado em 2025. Abrangerá o período 2021 a 2024, com um conjunto de textos de conferências e palestras, seguindo os mesmos critérios de seleção definidos neste primeiro volume.

Com o propósito de divulgar a produção científica da Rede MUSSI, seus conceitos fundamentais, bem como os eixos temáticos que definem sua identidade, suas dinâmicas e as

abordagens teóricas e empíricas, oferecemos esta obra de fôlego que constitui um retrato do período em destaque.

Por conta deste caráter memorialístico, os textos não sofreram revisões ou atualizações de seus conteúdos, portanto retratam o acontecer das pesquisas no tempo de sua produção.

Ao longo dos anos, a Rede MUSSI foi enriquecida pela presença de colegas muito especiais. Infelizmente, alguns deles já se foram. Por isso gostaríamos de registrar a nossa homenagem a Annette Béguin-Verbrugge e Yves Jeanneret, que nos deixaram um legado de excelência humana e científica. Suas ideias continuarão sempre a nos inspirar!

A seguir, apresentamos a seleção dos capítulos que compõem esta obra, os quais demonstram a solidez e a diversidade das pesquisas realizadas por esse grupo de pesquisadores.

No capítulo 1, “Informação, comunicação e antropologia dos saberes”, Annette Béguin-Verbrugge, ao se propor a estudar a constituição e a circulação dos saberes numa perspectiva ao mesmo tempo sistêmica e fenomenológica, aborda alguns “conceitos migrantes” para as Ciências da informação e da comunicação. No Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire en Information et Communication, da Université de Lille, ao qual esteve vinculada, as pesquisas articularam-se em torno do conceito de antropologia dos saberes, com forte apoio nas ciências do texto. Posto que o vínculo entre comunicação e informação esteve no centro das preocupações do grupo, as noções de “texto” ou de “enunciação” foram empregadas em uma acepção muito aberta, segundo uma perspectiva pragmática que leva em conta os contextos semióticos, sociais e técnicos. Segundo a autora, num momento de digitalização generalizada, as questões dos pesquisadores se voltam para o princípio evolutivo, mais do que sobre os objetos mediáticos em si, sempre se deslocando em forma e alcance. Isso significa que o centro da abordagem é investigar como os parâmetros dos processos infocomunicacionais “se mantêm unidos” e evoluem conjuntamente.

No capítulo 2, “Saberes na história da arte na Internet: escritas profanas, especializadas e documentárias”, Gérard Régimbeau propõe uma análise das realidades atuais da mediação de saberes em História da Arte na internet. Através de estudos de caso, ele observa as características de três tipos de escrita: as escritas profanas, especializadas e documentárias. Ao analisar essas diferentes formas de escrita, o autor considera as particularidades e os contextos em que elas são produzidas. Com uma perspectiva que combina aspectos sociais e semânticos, o autor busca entender como se estabelece a relação entre o suporte e o conteúdo. Ele argumenta que a internet se tornou um espaço complexo, onde se cruzam diferentes formas de conhecimento e comunicação. Uma das questões centrais abordadas pelo autor é como essas diferentes formas de escrita contribuem para a construção de discursos e significados.

Jean-Paul Metzger apresenta, no Capítulo 3, “Institucionalização das Ciências da informação: o quadro institucional francês”, um histórico do quadro institucional das Ciências da Informação e da Comunicação na França, tal qual ele se apresentava na década de 2010. As formações universitárias, criadas nos institutos universitários de tecnologia (IUT) em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, tinham a duração de dois anos com a obtenção de um Diploma Universitário de Tecnologia (DUT). O autor apresenta igualmente as numerosas formações profissionais com a duração de um ano de duração, com o objetivo de formar quadros profissionais em informação e comunicação para as empresas e a administração pública. Discorre ainda sobre as unidades de pesquisa, as agências nacionais de avaliação da pesquisa, os pólos regionais de pesquisa, os programas europeus, as diferentes categorias de doutorado (francês, em cotutela, europeu), entre outras especificidades do ensino superior na França, a partir de meados dos anos 1980.

No capítulo 4, “Situação da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil”, Johanna Smit apresenta um panorama da Ciência da Informação no Brasil, no período entre os anos 2000 e

2010. A autora ressalta que o surgimento da área no Brasil está intrinsecamente ligado aos cursos de Biblioteconomia, os quais foram moldados por modelos norte-americanos. Os Programas de Pós-Graduação exploravam diferentes aspectos da área, sem sempre estabelecer ligações claras com os campos profissionais de aplicação. As pesquisas tratavam principalmente da organização, representação, mediação, circulação e uso da informação, com ênfase nas variáveis tecnológicas e sociais. Os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) reuniam e discutiam as pesquisas conduzidas nos doze Programas então existentes, além de quatro outros que atuavam em domínios de interface. O desenvolvimento de uma linguagem de especialidade pela CI é proposto como condição para ocupar um lugar tangível na universidade.

Bernd Frohmann, no capítulo 5, “Reference, representation and the materiality of documents” apresenta três cenários a fim de discutir a tensão entre a materialidade do documento e sua função de representação. Trata-se dos avatares Visible Human Project, Blaschka’s Glass Flowers e Second life. Como vetores de violência, estética e desejo, os diferentes modos de materialidade desses avatares superam seus referentes de maneiras distintas. O tipo de pesquisa em documentação proposta pelo autor rejeita o ponto de vista ingênuo do documento como simples condutor de “informação”, transformando facilmente a tensão entre materialidade documentária, referência e representação. Explora, ainda, algumas complexidades da relação do documento com o real. E traz uma contribuição aos estudos contemporâneos sobre a precedência do documento em relação à informação e suas implicações éticas, ao sugerir que os avatares, através de suas características físicas e virtuais, podem transcender ou superar a influência dos objetos ou pessoas que representam, exercendo uma influência própria sobre os espectadores ou usuários.

No capítulo 6, “Do digital para a cultura à cultura digital?” Jean Davallon parte de um duplo questionamento. Trata-se de saber, primeiramente, se o desenvolvimento do digital levará a uma

mudança nas práticas culturais, tanto do lado dos produtores de objetos culturais diversos quanto do lado do público em geral. Qual é, basicamente, o impacto da tecnologia digital sobre a cultura?, pergunta o autor. Em segundo lugar, a partir de que momento, e segundo quais modalidades, o uso das mídias informatizadas é acompanhado do aparecimento de modos de fazer e de objetos culturais até então desconhecidos? Com isso transitamos do impacto da tecnologia digital na cultura para a questão da construção de uma "cultura digital". O autor explica que essas duas interrogações, embora complementares, não se situam no mesmo nível. A diferença entre as duas não é apenas de grau, mas também de natureza, porque a constituição de uma cultura digital ultrapassa amplamente o mundo da cultura.

Yves Jeanneret, no capítulo 7, "Analisar as 'redes sociais' enquanto dispositivos infocomunicacionais: uma problemática", se dedica a analisar os processos infocomunicacionais ligados à ascensão de certos dispositivos qualificados como "redes sociais". Este fenômeno é reposto no tempo longo da inovação informática, notadamente a partir da dupla requisição (preeminência do dever-fazer) e da panóplia (montagem tática de objetos heteróclitos), na perspectiva de um duplo processo de singularização das ferramentas-marcas e da indistinção da ferramenta, da mídia, do documento, da relação social e das normas culturais. Quatro problemáticas de pesquisa centradas na dimensão documentária e midiática dos dispositivos infocomunicacionais são descritas. Elas visam, na linha dos trabalhos coletivos realizados recentemente na França, a considerar a chegada desses dispositivos micro-documentais como um episódio no projeto de transformar nosso ambiente cultural, como um estado definido da relação entre mídia e texto, como um momento na economia política da circulação do conhecimento e como uma interrogação sobre a relação entre trabalho de pesquisa e inovação tecno-industrial.

Viviane Couzinet, no capítulo 8 "Fábrica da lista: um dispositivo entre memória e comemoração", observa que a elaboração de listas constitui uma prática fundamental e intrínseca

à atuação dos especialistas em documentação. Sua expressão mais bem sucedida é o repertório bibliográfico e sua forma informatizada, a base de dados. A emergência dos dispositivos infocomunicacionais e a digitalização da informação trouxeram novas perspectivas para a compreensão e o uso das listas. Ao adotar uma abordagem centrada nesses dispositivos, é possível explorar as dimensões técnicas e memoriais inerentes às listas, revelando sua natureza complexa e multifacetada. Uma lista, nesse contexto, não se limita a ser um mero conjunto de itens. Ela se configura como um mediador entre a memória coletiva e o indivíduo, representando um conjunto de conhecimentos, experiências e saberes. Ao mesmo tempo, a lista é um instrumento dinâmico, capaz de se adaptar e evoluir em resposta às demandas e desafios de um determinado contexto. Nesse sentido, as listas ocupam uma posição central nas Ciências da informação e da comunicação.

No capítulo 9, “Espaço e dispositivo de organização dos saberes: para uma abordagem sensível”, Isabelle Fabre reflete sobre o papel do sensível em suas pesquisas, tanto quanto sobre a sua legitimidade. A autora questiona tanto os enriquecimentos teóricos explorados em diversas disciplinas para melhor compreender a mediação do espaço e dos dispositivos, quanto os elementos empíricos (as representações, os imaginários, dos autores, os usuários como profissionais) e a abordagem sensível dos métodos qualitativos empregados nas pesquisas. Por fim, a autora questiona sobre a sensibilidade teórica do pesquisador ao longo do tempo - experiência teórica, experimental e subjetiva. Para tanto, emprega uma abordagem que leva em conta o espaço documentário, a lista, passando pela classificação. A partir de um levantamento documentário, a autora busca identificar como o sensível se manifesta em diferentes níveis de análise.

No capítulo 10, “Nouvelles technologies dans les systèmes d'organisation des connaissances : possibilités ‘d’écouter’ d’autres discours”, Marilda Lopes Ginez de Lara reflete sobre como a abertura de dados e o uso de padrões da Web Semântica

influenciam os sistemas de organização do conhecimento. A autora destaca iniciativas como o Linked Open Data (LOD) e a norma documentária da ISO sobre interoperabilidade entre tesouros, além da recomendação Simple Knowledge Organisation System (SKOS), desenvolvida pela W3Consortium. Reflete sobre a importância de não utilizar mecanicamente as codificações exigidas para a Web Semântica, enfatizando a necessidade de um uso crítico dessas ferramentas. Finalmente, argumenta que as novas tecnologias, como a Web Semântica, oferecem oportunidades para expandir e enriquecer os sistemas de organização do conhecimento, mas é preciso utilizá-las de forma crítica e consciente, considerando a diversidade de pontos de vista e necessidades dos usuários.

No capítulo 11, “Document notarié : sa validation historique”, Margarida Sá Nogueira Lalandi observa que, na tradição jurídica latina, o escrivão público, também dito notário ou tabelião, tem a autoridade profissional e pessoal de garantir que são verdadeiros e válidos os documentos e as situações contratuais ou declarativas que presencia e das quais elabora um registro escrito formal. Os atributos do seu cargo e os modos de validação constituem a essência do “documento” notarial. A presença do tabelião, a sua competência legal para fazer a escritura, a existência de testemunhas, a assinatura de cada outorgante, de cada testemunha, a do escrivão, o sinal específico do notário nos traslados de originais devidamente assinados, a fé pública que consiste na presunção automática de autenticidade em tudo o que um tabelião declarar verdadeiro: eis as marcas que, de modo solidário e não individualmente, validam um documento notarial da tradição latina nos séculos XIII a XIX.

Gustavo Silva Saldanha, no capítulo 12, “Le schéma et les formes symboliques : une « archéologie philosophique » de schéma dans la pensée bibliologique”, propõe um rastreo histórico do conceito de 'esquema' na filosofia da informação. A análise se concentra em duas dimensões complementares: a) a linguagem como fundamento para a reflexão filosófica sobre a informação e

b) a relação entre os atores sociais e a materialidade dos documentos e conteúdos, o que o autor denomina 'geografia conceitual'. A partir de uma perspectiva histórica, busca compreender como os conceitos se formam e evoluem no contexto da produção do conhecimento, especialmente na epistemologia da Ciência da Informação. Ao analisar as obras de Gabriel Peignot, Paul Otlet e Robert Estivals, identifica a profundidade e a complexidade do conceito de 'esquema' ao longo dos últimos dois séculos. O autor conclui que é necessário ampliar a compreensão sobre a natureza e os limites dos conceitos, considerando sua dinâmica histórica e sua relação com os contextos sociais e culturais em que emergem.

No capítulo 13, “La didáctica en la educación superior : mediadora en la transformación de la información en conocimiento”, Edilma Naranjo Vélez observa que a didática, elemento essencial no processo de ensino-aprendizagem, utiliza estratégias baseadas em recursos como sistemas de informação de documentos (SID), para transformar a informação em conhecimento. Essa abordagem visa auxiliar os futuros profissionais a compreenderem os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem. A autora propõe a estratégia didática TRINCO - Transformação da Informação em Conhecimento - na qual bibliotecários e professores atuam como mediadores, auxiliando os estudantes a construir o próprio conhecimento. A transformação da informação em conhecimento é fundamental para que o ingresso na vida universitária seja significativo para a formação dos futuros profissionais.

Patrick Fraysse é o autor do capítulo 14, “O culto do documento: a coleção de relíquias da Basílica Saint-Sernin de Toulouse”. O autor argumenta que o documento pode ser definido como um suporte portador de informação, ou seja, ele apresenta uma forma material, mensurável, reprodutível e uma virtualidade de sentido ativada na recepção. A partir dessa premissa, as relíquias teriam uma significação particular, sagrada, indissociável de sua materialidade. Por outro lado, elas são conservadas, colecionadas,

descritas em catálogos, expostas em relicários, como documentos. A partir da coleção de relíquias da Basílica Saint-Sernin de Toulouse, França, apresentada como a mais importante coleção de relíquias no mundo após a da Basílica de São Pedro em Roma, o autor propõe uma análise do devir documento das relíquias, em uma abordagem diacrônica, da Idade Média aos dias atuais. Essa seria uma oportunidade de insistir no caráter material da noção de documento.

No capítulo 15, “Comunicação corporativa entre história, patrimônio e memória: estudos de caso na Itália”, Carlo Vinti aborda a relação complexa entre a perspectiva da pesquisa histórica e os interesses dos atores econômicos, explorando também a maneira pela qual as empresas usam a sua própria história publicitária para definir a sua imagem no presente. A base empírica foi constituída por três projetos de pesquisa sobre a história de três marcas italianas de bebidas, encomendados por uma grande empresa multinacional. O autor do texto examina os artefatos de comunicação corporativa, considerando-os como “patrimônio” e parte integrante da memória coletiva da sociedade, na interseção dos interesses de diferentes atores.

No capítulo 16, “Memória, bibliotecas y humanidades digitais”, Edgardo Civalero procura entender como as tecnologias estão alterando o modo como os humanos se relacionam com as bibliotecas e com a construção de sua memória. O autor aborda, primeiramente, o campo da memória, em especial a memória coletiva, com vistas a questionar como discursos, práticas e representações mnêmicas podem ser gerenciadas no contexto das bibliotecas. Posteriormente, em um segundo momento, discorre sobre a relação humanos e tecnologia. Para isso, contextualiza o surgimento das tecnologias da comunicação e informação com vistas a apontar para a emergência de um novo conceito, o de humanidades digitais.

Regina Marteleto, no capítulo 17, “Construction collective des savoirs en santé : récits et médiations informationnelles”, tem o objetivo de apresentar algumas reflexões em torno da construção

coletiva de saberes no campo da saúde, destacando a importância de considerar os aspectos biomédicos quanto socioculturais da saúde e da doença. Nos serviços locais de atenção à saúde, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são considerados como pontes educativas e profissionais entre as equipes de saúde e as comunidades. Por meio desse exercício informacional e educativo, produzem formas empíricas próprias de saberes, ao mesmo tempo enraizadas na cultura local e próximas da linguagem e dos conhecimentos das equipes profissionais. São por isso considerados como atores mediadores entre o conhecimento científico e outras formas práticas de saberes. Apontam-se certos limites e conflitos no exercício desse papel mediador de saberes.

Por fim, no capítulo 18, “L’oubli en tant que politique institutionnelle et la manipulation de la mémoire publique: nouveaux défis pour le domaine de l’information”, Icléia Thiesen aborda o fenômeno do esquecimento da ditadura militar brasileira, com foco na Lei da Anistia de 1979. O objetivo da autora é o de demonstrar como a política institucional manipula a memória pública, promovendo uma narrativa que minimiza os crimes cometidos durante o regime militar. Ao analisar os fluxos e refluxos da memória, a análise revela a necessidade de ações que combatam o esquecimento e a desinformação. A Ciência da Informação emerge como um campo fundamental para o desenvolvimento de dispositivos infocomunicacionais que permitam a identificação e o uso do conhecimento acumulado sobre a ditadura, contribuindo para uma compreensão mais completa e justa do passado.

Caras leitoras e caros leitores, membros da comunidade da Ciência da Informação e de disciplinas próximas, convidamos vocês a compartilharem conosco a memória científica das pesquisas realizadas ao longo desses dezesseis anos da Rede MUSSI.

Les 16 années de recherches menées dans le cadre du Réseau Franco-Brésilien des Chercheurs en Médiations et Usages Sociaux des Savoirs et de l'Information - Réseau MUSSI, consolidées par les liens historiques établis entre les chercheurs de différents pays, ont suscité la définition d'un projet de mémoire bibliographique qui marquerait le parcours scientifique des Sciences de l'Information en France et au Brésil.

Les résultats des recherches présentées lors des colloques et des journées, organisés en alternance dans les deux pays, ont été systématiquement publiés dans les actes respectifs des Journées et Colloques Scientifiques Internationaux, sous forme imprimée, dans leur langue d'origine. Les actes sont également disponibles en format numérique sur le site web du Réseau (<https://remussi.org>).

A partir de ces actes nous avons conçu un ouvrage en deux volumes. Le premier volume couvre la période de 2008 à 2020 et contient, dans un ordre chronologique, les conférences inaugurales et une sélection des présentations des conférenciers invités lors de tables rondes. Il comporte au total 18 chapitres. Les textes en portugais disponibles dans les actes imprimés, sur le site web du Réseau et ceux republiés dans des revues et des livres, sont traduits en français et vice-versa. Les textes publiés en anglais et en espagnol sont restés dans leur langue d'origine. Le deuxième volume sera publié en 2025. Il couvrira la période 2021 à 2024, et présentera un ensemble de textes de conférences et d'exposés, suivant les mêmes critères de sélection définis dans ce premier volume.

Dans le but de diffuser la production scientifique du Réseau MUSSI, ses concepts fondamentaux, ainsi que les axes thématiques qui définissent son identité, ses dynamiques et les approches théoriques et empiriques, nous proposons cet ouvrage qui constitue un portrait de la période en question.

En raison de ce caractère mémoriel, les textes n'ont subi aucune révision ou mise à jour de leur contenu, ils représentent donc le déroulement des recherches à l'époque de leur production.

Au fil des ans, le réseau MUSSI a été enrichi par la présence de collègues exceptionnels. Malheureusement, certains d'entre eux nous ont quittés. Nous souhaitons donc rendre hommage à Annette Béguin-Verbrugge et Yves Jeanneret, qui nous ont laissé un héritage d'excellence tant sur le plan humain que scientifique. Leurs idées continueront de nous inspirer.

Nous présentons alors la sélection des chapitres qui composent cet ouvrage, lesquels démontrent la solidité et la diversité des recherches menées par ce groupe de chercheurs.

Dans le premier chapitre, « Informação, comunicação e antropologia dos saberes », Annette Béguin-Verbrugge, en se proposant d'étudier la constitution et la circulation des savoirs dans une perspective à la fois systémique et phénoménologique, aborde certains « concepts migrants » pour les Sciences de l'information et de la communication (SIC). Pour le Groupe d'Études et de Recherche Interdisciplinaire en Information et Communication de l'Université de Lille, auquel l'auteure était associée, les recherches se sont articulées autour du concept d'anthropologie des savoirs, avec un fort appui sur les sciences du texte. Étant donné que le lien entre communication et information était au cœur des préoccupations du groupe, les notions de « texte » ou « d'énonciation » ont été employées dans une acception très ouverte, selon une perspective pragmatique qui prend en compte les contextes sémiotiques, sociaux et techniques. Selon l'auteure, dans un contexte de digitalisation généralisée, les questions des chercheurs se tournent vers le principe évolutif, plus que sur les objets médiatiques en eux-mêmes, en constante évolution en termes de forme et de portée. Cela signifie que le cœur de l'approche est d'étudier comment les paramètres des processus informationnels se « maintiennent ensemble » et évoluent conjointement.

Dans le chapitre 2, « Saberes na história da arte na Internet: escritas profanas, especializadas e documentárias », Gérard Régimbeau propose une analyse des réalités actuelles de la médiation des savoirs en histoire de l'art sur Internet. À travers des

études de cas, il examine les caractéristiques de trois types d'écrits : les écrits profanes, spécialisés et documentaires. En analysant ces différentes formes d'écrits, l'auteur prend en compte les spécificités et les contextes de leur production. Avec une perspective qui conjugue des aspects sociaux et sémantiques, il cherche à comprendre comment se construit la relation entre le support et le contenu. Il soutient que l'internet est devenu un espace complexe où se croisent différentes formes de savoir et de communication. Une des questions centrales abordées par l'auteur est de savoir comment ces différentes formes d'écrits contribuent à la construction de discours et de significations.

Jean-Paul Metzger présente, dans le chapitre 3, « Institucionalização das Ciências da informação: o quadro institucional francês », un historique du cadre institutionnel des Sciences de l'Information et de la Communication en France, tel qu'il se présentait dans les années 2010. Les formations universitaires, créées au sein des Instituts Universitaires de Technologie (IUT) à la fin des années 1960 et au début des années 1970, duraient deux ans et aboutissaient à l'obtention d'un Diplôme Universitaire de Technologie (DUT). Ce diplôme était accessible après l'obtention du baccalauréat. L'auteur présente également les nombreuses formations professionnelles d'un an de durée, visant à former des professionnels de l'information et de la communication pour les entreprises et le secteur public. Il aborde également les unités de recherche, les agences nationales d'évaluation de la recherche, les pôles de recherche régionaux, les programmes européens, les différentes catégories de doctorat (français, en cotutelle, européen), ainsi que d'autres spécificités de l'enseignement supérieur en France à partir du milieu des années 1980.

Dans le chapitre 4, « Situação da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil », Johanna Smit présente un panorama de la Science de l'information au Brésil, entre les années 2000 et 2010. L'auteure souligne que l'émergence du domaine au Brésil est intrinsèquement liée aux cours de bibliothéconomie, qui ont été

modèles sur les modèles nord-américains. Les programmes de troisième cycle universitaire (Programmes doctoraux) exploraient différents aspects du domaine, sans toujours établir de liens clairs avec les champs professionnels d'application. Les recherches portaient principalement sur l'organisation, la représentation, la médiation, la circulation et l'usage de l'information, en mettant l'accent sur les variables technologiques et sociales. Les groupes de travail de l'Association Nationale de Recherche et des Programmes Doctoraux en Science de l'Information (ANCIB) discutaient les recherches menées dans les douze programmes existants à l'époque, ainsi que dans quatre autres situés à l'interface de différents domaines. Le développement d'un langage spécialisé par la Science de l'Information est présenté comme une condition nécessaire pour occuper une place solide dans l'espace universitaire.

Bernd Frohmann, dans le chapitre 5, « Reference, representation and the materiality of documents », présente trois scénarios afin de discuter de la tension entre la matérialité du document et sa fonction de représentation. Il s'agit des avatars Visible Human Project, Blaschka's Glass Flowers et Second Life. En tant que vecteurs de violence, d'esthétique et de désir, les différents modes de matérialité de ces avatars transcendent leurs référents de manières distinctes. Le type de recherche en documentation qui est proposé par l'auteur rejette la vision naïve du document comme simple vecteur d'« information », transformant aisément la tension entre matérialité documentaire, référence et représentation. Il explore également certaines complexités de la relation du document avec le réel. Et il apporte une contribution aux études contemporaines sur la primauté du document par rapport à l'information et ses implications éthiques, en suggérant que les avatars, grâce à leurs caractéristiques physiques et virtuelles, peuvent transcender ou dépasser l'influence des objets ou des personnes qu'ils représentent, exerçant ainsi une influence propre sur les spectateurs ou les utilisateurs.

Dans le chapitre 6, « Do digital para a cultura à cultura digital? », Jean Davallon pose une double interrogation. Il s'agit de savoir, premièrement, si le développement du numérique conduira à un changement dans les pratiques culturelles, tant du côté des producteurs de divers objets culturels que du côté du public en général. Quel serait, fondamentalement, l'impact de la technologie numérique sur la culture ?, interroge l'auteur. En second lieu, à partir de quel moment, et selon quelles modalités, l'utilisation des médias informatisés s'accompagne de l'apparition de modes de faire et d'objets culturels jusqu'alors inconnus ? Ainsi, nous passons de l'impact de la technologie numérique sur la culture à la question de la construction d'une « culture numérique ». L'auteur explique que ces deux interrogations, bien que complémentaires, ne se situent pas au même niveau. La différence entre les deux n'est pas seulement de degré, mais aussi de nature, car la constitution d'une culture numérique dépasse largement le monde de la culture.

Yves Jeanneret, dans le chapitre 7, « Analisar as 'redes sociais enquanto dispositivos infocomunicacionais: uma problemática », se consacre à l'analyse des processus informationnels liés à l'ascension de certains dispositifs qualifiés de « réseaux sociaux ». Ce phénomène est replacé dans la longue durée de l'innovation informatique, notamment à partir de la double contrainte (prééminence du devoir-faire) et de la panoplie (montage tactique d'objets hétéroclites), dans une perspective de double processus de singularisation des outils-marques et d'indifférenciation de l'outil, du média, du document, de la relation sociale et des normes culturelles. Quatre problématiques de recherche centrées sur la dimension documentaire et médiatique des dispositifs informationnels sont décrites. Elles visent, dans la lignée des travaux collectifs menés récemment en France, à considérer l'arrivée de ces dispositifs micro-documentaires comme un épisode dans le projet de transformer notre environnement culturel, comme un état défini de la relation entre média et texte, comme un moment dans l'économie politique de la circulation des savoirs et

comme une interrogation sur la relation entre travail de recherche et innovation techno-industrielle.

Viviane Couzinet, dans le chapitre 8, « Fábrica da lista: um dispositivo entre memória e comemoração », souligne que la création de listes constitue une pratique fondamentale et intrinsèque au travail des spécialistes de la documentation. Leur expression la plus aboutie est le répertoire bibliographique et sa forme informatisée, la base de données. L'émergence des dispositifs d'information et de communication et la numérisation de l'information ont apporté de nouvelles perspectives pour comprendre et utiliser les listes. En adoptant une approche centrée sur ces dispositifs, il est possible d'explorer les dimensions techniques et mémorielles inhérentes aux listes, révélant ainsi leur nature complexe et multiforme. Une liste, dans ce contexte, ne se limite pas à un simple ensemble d'éléments. Elle se positionne comme un médiateur entre la mémoire collective et l'individu, représentant un ensemble de connaissances, d'expériences et de savoirs. En même temps, la liste est un outil dynamique, capable de s'adapter et d'évoluer en réponse aux besoins et aux défis d'un contexte donné. En ce sens, les listes occupent une place centrale dans les Sciences de l'information et de la communication (SIC).

Dans le chapitre 9, « Espaço e dispositivo de organização dos saberes: para uma abordagem sensível », Isabelle Fabre réfléchit sur le rôle du sensible dans ses recherches, ainsi que sur sa légitimité. L'auteure questionne à la fois les enrichissements théoriques explorés dans diverses disciplines pour mieux comprendre la médiation de l'espace et des dispositifs, et les éléments empiriques (les représentations, les imaginaires des auteurs, les usagers en tant que professionnels) ainsi que l'approche sensible des méthodes qualitatives employées dans les recherches. Enfin, l'auteure s'interroge sur la sensibilité théorique du chercheur au fil du temps - expérience théorique, expérimentale et subjective. Pour ce faire, elle utilise une approche qui prend en compte l'espace documentaire, la liste, en passant par la classification. À partir d'un recensement documentaire, l'auteure cherche à

identifier comment le sensible se manifeste à différents niveaux d'analyse.

Dans le chapitre 10, intitulé « Nouvelles technologies dans les systèmes d'organisation des connaissances : possibilités d'écouter d'autres discours », Marilda Lopes Ginez de Lara réfléchit sur la manière dont l'ouverture des données et l'utilisation de standards du Web Sémantique influencent les systèmes d'organisation des connaissances. L'auteure met en avant des initiatives telles que le Linked Open Data (LOD) et la norme documentaire ISO sur l'interopérabilité entre thésaurus, ainsi que la recommandation Simple Knowledge Organization System (SKOS), développée par le W3C Consortium. Elle souligne l'importance de ne pas utiliser de manière mécanique les codifications requises pour le Web Sémantique, en insistant sur la nécessité d'une utilisation critique de ces outils. Finalement, l'auteure soutient que ces nouvelles technologies, comme le Web Sémantique, offrent des opportunités pour étendre et enrichir les systèmes d'organisation des connaissances, mais qu'il est essentiel de les utiliser de manière critique et consciente, en tenant compte de la diversité des points de vue et des besoins des usagers.

Dans le chapitre 11, intitulé « Document notarié : sa validation historique », Margarida Sá Nogueira Lalanda observe que, dans la tradition juridique latine, le notaire, également appelé tabellion, possède l'autorité professionnelle et personnelle de garantir l'authenticité et la validité des documents et des actes contractuels ou déclaratifs dont il est témoin et dont il dresse un acte écrit formel. Les attributs de sa fonction et les modalités de validation constituent l'essence du « document » notarial. La présence du notaire, sa compétence légale pour rédiger l'acte, l'existence de témoins, la signature de chaque partie contractante, de chaque témoin, du notaire, le sceau spécifique du notaire sur les copies certifiées conformes des originaux dûment signés, la foi publique qui consiste en la présomption automatique d'authenticité de tout ce qu'un notaire déclare vrai : telles sont les marques qui,

de manière solidaire et non individuelle, valident un document notarié de la tradition latine aux XIII^e et XIX^e siècles.

Gustavo Silva Saldanha, dans le chapitre 12, intitulé « Le schéma et les formes symboliques : une archéologie philosophique du schéma dans la pensée bibliologique », propose un parcours historique du concept de « schéma » dans la philosophie de l'information. L'analyse se concentre sur deux dimensions complémentaires : a) le langage comme fondement de la réflexion philosophique sur l'information et b) la relation entre les acteurs sociaux et la matérialité des documents et contenus, que l'auteur nomme « géographie conceptuelle ». À partir d'une perspective historique, il cherche à comprendre comment les concepts se forment et évoluent dans le contexte de la production des connaissances, en particulier dans l'épistémologie des sciences de l'information. En analysant les œuvres de Gabriel Peignot, Paul Otlet et Robert Estivals, il identifie la profondeur et la complexité du concept de « schéma » au cours des deux derniers siècles. L'auteur conclut qu'il est nécessaire d'élargir la compréhension de la nature et des limites des concepts, en considérant leur dynamique historique et leur relation avec les contextes sociaux et culturels dans lesquels ils émergent.

Dans le chapitre 13, intitulé « La didáctica en la educación superior: mediadora en la transformación de la información en conocimiento », Edilma Naranjo Vélez observe que la didactique, élément essentiel du processus d'enseignement-apprentissage, utilise des stratégies basées sur des ressources telles que les systèmes d'information documentaire (SID), pour transformer l'information en connaissance. Cette approche vise à aider les futurs professionnels à comprendre les processus cognitifs impliqués dans l'apprentissage. L'auteure propose la stratégie didactique TRINCO - Transformation de l'Information en Connaissance - dans laquelle les bibliothécaires et les enseignants agissent comme médiateurs, aidant les étudiants à construire leurs propres connaissances. La transformation de l'information en

connaissance est fondamentale pour que l'entrée à l'université soit significative pour la formation des futurs professionnels.

Patrick Fraysse est l'auteur du chapitre 14, « O culto do documento: a coleção de relíquias da Basílica Saint-Sernin de Toulouse ». L'auteur soutient que le document peut être défini comme un support porteur d'information, c'est-à-dire qu'il présente une forme matérielle, mesurable, reproductible et une virtualité de sens activée à la réception. À partir de ce postulat, les reliques auraient une signification particulière, sacrée, indissociable de leur matérialité. D'autre part, elles sont conservées, collectionnées, décrites dans des catalogues, exposées dans des reliquaires, comme des documents. À partir de la collection des reliques de la basilique Saint-Sernin de Toulouse, en France, présentée comme la collection de reliques la plus importante au monde après celle de Saint-Pierre de Rome, l'auteur propose une analyse du devenir document des reliques, dans une approche diachronique, du Moyen Âge à nos jours. Cette contribution est l'occasion d'insister sur le caractère matériel de la notion de document.

Dans le chapitre 15, « Comunicação corporativa entre história, patrimônio e memória: estudos de caso na Itália », Carlo Vinti aborde la relation complexe entre la perspective de la recherche historique et les intérêts des acteurs économiques, explorant également la manière dont les entreprises utilisent leur propre histoire publicitaire pour définir leur image actuelle. La base empirique a été constituée de trois projets de recherche sur l'histoire de trois marques italiennes de boissons, commandés par une grande entreprise multinationale. L'auteur examine les artefacts de communication corporative, les considérant comme un « patrimoine » et une partie intégrante de la mémoire collective de la société, à l'intersection des intérêts de différents acteurs.

Dans le chapitre 16, « Memoria, bibliotecas y humanidades digitales », Edgardo Civallero cherche à comprendre comment les technologies modifient le rapport des humains aux bibliothèques et à la construction de leur mémoire. L'auteur évoque tout d'abord

le domaine de la mémoire, en particulier de la mémoire collective, afin de s'interroger sur la manière dont les discours, les pratiques et les représentations mnémiques peuvent être gérés dans le contexte des bibliothèques. Dans un deuxième temps, il met l'accent sur la relation entre l'humain et la technologie. Pour ce faire, il contextualise l'émergence des technologies de la communication et de l'information en vue d'indiquer l'émergence d'un nouveau concept, celui des humanités numériques.

Regina Marteleto, dans le chapitre 17, « Construction collective de savoirs en santé : récits et médiations informationnelles », a l'objectif de présenter quelques réflexions autour de la construction collective des savoirs dans le domaine de la santé, en soulignant l'importance de considérer à la fois les aspects biomédicaux et socioculturels de la santé et de la maladie. Dans les services locaux de santé, les Agents Communautaires de Santé (ACS) sont considérés comme des ponts éducatifs et professionnels entre les équipes de santé et les communautés. Par le biais de cet exercice d'information et d'éducation, ils produisent des formes empiriques propres de savoirs, à la fois enracinées dans la culture locale et proches du langage et des savoirs des équipes professionnelles. C'est pourquoi ils sont considérés comme des acteurs médiateurs entre le savoir scientifique et d'autres formes pratiques de savoirs. Certaines limites et conflits sont soulignés dans l'exercice de ce rôle de médiateurs de savoirs.

Enfin, dans le chapitre 18, intitulé « L'oubli en tant que politique institutionnelle et la manipulation de la mémoire publique: nouveaux défis pour le domaine de l'information », Icléia Thiesen aborde le phénomène de l'oubli de la dictature militaire brésilienne, en se concentrant sur le cadre des 40 ans de la Loi d'Amnistie de 1979. L'objectif de l'auteure est de démontrer comment la politique institutionnelle manipule la mémoire publique, en promouvant un récit qui minimise les crimes commis pendant le régime militaire. En analysant les flux et reflux de la mémoire, l'analyse révèle la nécessité d'actions pour combattre l'oubli et la désinformation. Les sciences de l'information émergent

comme un domaine fondamental pour le développement de dispositifs d'information et de communication permettant d'identifier et d'utiliser les connaissances accumulées sur la dictature, contribuant ainsi à une compréhension plus complète et juste du passé.

Chères lectrices et chers lecteurs, membres de la communauté des Sciences de l'information et de disciplines proches, nous vous invitons à partager avec nous la mémoire scientifique des recherches menées au cours de ces seize années du Réseau MUSSI.

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ANTROPOLOGIA DOS SABERES ¹

† *Annette Béguin-Verbrugge*

Introdução

Foi na altura dos anos 1980 que, mediante iniciativa do professor Gérard Losfeld, a nossa equipe se formou em Lille em torno do conceito original de “antropologia dos saberes”. A partir de então, ela cresceu de maneira considerável, sem perder a vocação inicial. Batizada atualmente de SID (Ciências da Informação e Documentação, “tem como eixo principal a questão da produção, da modelização, da circulação e da apropriação dos saberes, com relação às formas, às técnicas e aos contextos que participam da sua socialização. Esta questão é abordada em suas dimensões semiótica, material e técnica, cognitiva, social e econômica” (Extraído do texto oficial de apresentação).

O caráter interdisciplinar desta orientação, presente desde a origem, afirmou-se com a nossa inserção, em 2004, no laboratório GERIICO (Grupo de Estudo e de Pesquisa Interdisciplinar sobre a Informação e a Comunicação). O nome do laboratório indica

¹ Originalmente publicado em: BEGUIN-VERBRUGGE, A. L'anthropologie des savoirs: un projet interdisciplinaire pour les SIC-Sciences de l'Information et de la Communication. **Anais I Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi**. Rio de Janeiro: ICICT-FIOCRUZ, IBICT-UFRJ, 2008.

Republicado em: BEGUIN-VERBRUGGE, A. Informação, comunicação e antropologia dos saberes. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 3, n. 3, p. 35-41, set., 2009.

Agradecemos aos editores da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS) pela autorização para a republicação em português.

que, para nós, a comunicação está ligada à informação de maneira muito estreita (Beguin *et al.*, 2007). No entanto, fizemos questão de afirmar, através do nome da nossa equipe (Ciências da Informação e Documentação) a especificidade do nosso campo de pesquisa: o documento e a documentação.

Essa apresentação não visa a objetividade, nem mesmo a representatividade com relação a uma doutrina coletiva. Antes, busca dar conta de uma visão retrospectiva e necessariamente subjetiva da transdisciplinaridade, tal como a vivenciamos em Lille: quais são os conceitos que nos pareceram fundamentais? A que disciplinas, ou até mesmo, a quais domínios recorreremos? Como as transformamos, apropriando-nos delas no campo das Ciências da Informação e da Comunicação? Que novas direções de pesquisa tivemos então a possibilidade de abordar?

Um forte apoio nas ciências do texto

Na França, inúmeros pesquisadores das Ciências da Informação e da Comunicação receberam uma formação inicial em literatura (Tetu, 2002). Não é de surpreender, nestas condições, que as noções de “texto” e de “discurso” tenham estado no centro de incontáveis problemáticas. O que caracteriza as Ciências da Informação e da Comunicação é uma abordagem que privilegia os processos de mediação, de transformação, de apropriação da informação conduzida pelos textos com relação à apreciação estética que esses últimos podem invocar. A própria definição de “texto” amplia-se para formas e domínios de referência que não são consideradas pela análise literária nem pela linguística clássica. A comunicação em torno dos textos ou por meio de textos é considerada como um fenômeno social: os objetos-texto fazem parte de redes “intertextuais” e se inscrevem em um “contexto” que inclui os atores, as instituições, a cultura de referência. O texto é o elemento de um sistema complexo, estreitamente ligado à circulação dos conhecimentos e à construção dos saberes.

Uma definição expandida do conceito de “texto”

Oswald Ducrot e Jean-Marie Shaeffer definem o texto como uma “unidade semiótica definida por sua autonomia e seu fechamento”. Caracteriza-se ao mesmo tempo, segundo eles, como “um objeto empírico e uma unidade complexa heterogênea”. Esta definição apresenta uma vantagem: ela não isola a definição do texto em uma dimensão linguística, antes possibilita estendê-la à dimensão gráfica (imagens, tipografia), até mesmo à dimensão programática (links hipertextos).

Tal abertura (não-linguística) aos signos convém às Ciências da Informação e da Comunicação, que se interessam por outras formas de comunicação além da literatura. Na esfera literária, possibilita lidar com políticas editoriais e interessa, em especial, ao mundo da biblioteca. Tal abertura é bastante funcional no universo digital na análise de “textos” multimídia para a difusão de conhecimentos: partes redigidas, imagens fixas ou animadas, elementos esquemáticos, sons... misturam-se daí para frente de maneira tanto mais estreita quanto são submetidos à atualização pelo leitor por meio de links hipertextos. Este último age sobre os signos segundo seu projeto. Para novos textos, novas leituras e, em consequência, novos objetos de pesquisa, apropriados pelas Ciências da Informação e da Comunicação (Beguin, 2006).

De uma certa maneira, as Ciências da Informação e da Comunicação retomam assim as origens da semiótica, que Saussure definia como “a vida dos signos na vida social”, anterior à posição dominante da linguística nas pesquisas das Ciências Humanas que passaram a privilegiar sistematicamente a dimensão “linguagem” das comunicações.

Outros conceitos, vizinhos ao de “texto”, são retomados nas Ciências da Informação e da Comunicação com uma extensão da mesma ordem: é o que ocorre, por exemplo, no caso do conceito de “enunciação”. Emmanuel Souchier introduziu o conceito “enunciação editorial” (Souchier, 1998) e, eu mesma,

considerarei a oferta documental de uma biblioteca como um processo de enunciação (Beguin, 2002).

De maneira geral, os conceitos tomados às ciências do texto pelas Ciências da Informação e da Comunicação possibilitam perceber o caráter sistemático e complexo das comunicações e sua ancoragem social. Os pesquisadores se apropriam bem mais das teorias da fala e da enunciação do que das teorias da língua e do código. Ademais, ao se apropriar destes conceitos, extraem deles uma acepção ampliada, não exclusivamente logocentrada.

Pragmática da recepção

A análise dos objetos comunicacionais, porém, é tão somente um elemento do projeto das Ciências da Informação e da Comunicação, que se ocupam das comunicações, antes de tudo, em sua dinâmica, vale dizer, dos processos comunicacionais. Para perceber comunicações que estão relacionadas ao documento, é do lado das teorias da recepção (Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, Umberto Eco) e das abordagens ditas “pragmáticas” que se situam as principais contribuições.

Charles Morris (1938) distingue três domínios na apreensão de toda língua: o componente sintático, que diz respeito à “gramática” dos signos, o componente semântico, referente à relação entre os signos e a realidade (o referente), e o componente pragmático que se refere às relações dos signos com seus usuários, seus empregos e efeitos. Foi com relação a este terceiro componente que os pesquisadores das Ciências da Informação e da Comunicação se sentiram mais envolvidos.

Nas Ciências da Informação e da Comunicação, nosso interesse repousa na construção de conhecimento com base no tratamento simbólico da informação, seja ela verbal, sonora ou icônica. A relação entre o conhecimento que se tenta transmitir e o conhecimento efetivamente construído situa-se no centro deste questionamento. A título de exemplo, como o usuário de um centro de recursos se apropria da informação? O que é a leitura? O

que determina um “ato” de leitura? Se os saberes se estruturam e são transmitidos por documentos e se o objetivo é assegurar a melhor partilha dos saberes, cabe então avaliar o grau de cooperação que a leitura destes documentos demanda a tal ou qual leitor.

A “pragmática” é uma teoria que se empenha em apreender o procedimento da leitura induzido por um texto e o impacto deste último sobre o leitor. Ela renova fortemente os estudos sobre a “lisibilidade”, posto que possibilita depreender tanto uma performance realizada como uma disfuncionalidade da leitura. Dedicada, afinal, uma grande importância à noção de contexto: a leitura, de fato, repousa na atividade inferencial do leitor a partir dos signos do texto, como também das informações que ele já memorizou e do contexto material e social da leitura. Esta maneira de considerar a comunicação não se fecha na mensagem, antes se quer sistêmica. Muitas pesquisas nas Ciências da Informação e da Comunicação, atualmente, reivindicam esta corrente “pragmática”, na qual nós nos situamos.

A contribuição das ciências cognitivas e da psicologia social

Para explicar a compreensão dos textos, a abordagem pragmática mais clássica fundamenta-se nas formas textuais que partem do princípio de que são, em si mesmas, portadoras de efeitos prováveis no âmbito de uma dada cultura. Contudo, para depreender processos de leitura e de aquisição de conhecimentos, o pesquisador é levado a questionar a inteligência do leitor: suas faculdades de inferência, suas capacidades de abstração, até mesmo seu “estilo cognitivo”. Empréstimos tomados à psicologia cognitiva e à psicolinguística possibilitam explicar melhor os fenômenos de elaboração do sentido e avaliar as mediações aplicadas aos saberes, em especial a mediação documentária (indexação, categorização, classificação). Na semiótica, este procedimento interdisciplinar encontra-se, em especial, na obra de Umberto Eco (1997).

Até aqui as Ciências da Informação e da Comunicação foram pouco abertas a estes campos de pesquisa. Os trabalhos de Jean-Pierre Meunier e de Daniel Peraya constituem exceções. Este componente tem forte presença no meu próprio trabalho, razão pela qual o menciono. Estudei, pois, a função das maquetes gráficas na leitura, apoiando-me nos trabalhos que tratam da percepção e da relação entre percepção e semiose (Beguin, 2006). Elaborei também todo um conjunto de observações sobre a simulação de experiências científicas na tela (Beguin, 2001). Em ambos os casos, a semiótica me possibilitou descrever a organização dos signos, mas para modelizar os usos destes “dispositivos” (1), os subsídios obtidos nas obras de psicologia da percepção e da ação sobre os jogos de atenção e de memória, os saberes “incorporados”, a formação das rotinas, se mostraram muito úteis.

Como explicar o caráter marginal destes empréstimos tomados à psicologia cognitiva nas Ciências da Informação e da Comunicação? É possível apresentar uma dupla explicação: muitas vezes são estudos experimentais e, portanto, descontextualizados, enquanto que as Ciências da Informação e da Comunicação se esforçam em perceber comunicações “em contexto”. Por outro lado, esses estudos se interessam pelo indivíduo fora do seu pertencimento social, enquanto que as Ciências da Informação e da Comunicação concedem um lugar central à dimensão social.

Voltando-se ainda mais para a psicologia social, que se interessa sobretudo pelos fenômenos das interações entre grupos e indivíduos, os pesquisadores das Ciências da Informação e da Comunicação privilegiaram o conceito de “representação social” mais do que o de “representação cognitiva”. Essas duas noções, porém, não se excluem entre si, pois a primeira tem um caráter de “envelopamento” com relação à segunda e, pode-se dizer, serve-lhe de “armadura”.

Serge Moscovici define a representação social como “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e

social inteligível, se inserem em um grupo ou uma relação diária de trocas, liberam os poderes da sua imaginação” (Moscovici, 1961, p. 28).

Em uma comunidade, as representações sociais são conduzidas através de imagens e vocabulários compartilhados; possibilitam comunicar-se com mais facilidade.

Não se trata de representações normativas e uniformes, mas de representações “negociadas” nas quais cada um pode se projetar em função do seu passado, do seu ambiente, do seu pertencimento a grupos diversos. No que diz respeito à aquisição de conhecimentos, as representações sociais exercem uma função de filtro (Giordan *et al.*, 1994). Através do estudo das representações sociais, é, pois, o jogo social das comunicações que é posto em evidência. A ênfase aplicada à comunicação diz respeito às Ciências da Informação e da Comunicação e aqui reside, possivelmente, a interface mais importante entre as Ciências da Informação e da Comunicação e a psicologia.

A necessária apreensão das materialidades

As Ciências da Informação e da Comunicação, segundo nossa perspectiva um tanto singular, se situam em um cruzamento interdisciplinar onde as ciências do texto se encontram com as ciências sociais em torno da questão fundamental da comunicação dos conhecimentos. A centralidade de determinados conceitos caminha junto com a escolha dos métodos. Acompanhamos sempre a ideia de que, para se desembaraçar da ideologia ambiente, o pesquisador tem necessidade de se fundamentar em “observáveis”, ou seja, nos elementos materiais descritíveis que atuam nas comunicações. A ideia, por exemplo, de que a informação conduzida por um sistema informático seria “desmaterializada” é um engodo, na medida que ela só existe através de uma “formalização” ao mesmo tempo em um sistema técnico e através de uma interface gráfica. Nesta circunstância, o caráter instável e incerto das aparências com que se reveste a

informação não é senão um dos efeitos do sistema técnico e semiótico que serve para comunicá-la. A influência de Yves Jeanneret (2000) sobre a nossa equipe foi determinante para esclarecer esta posição. Ela nos levou a revitalizar o conceito de “documento” na medida que ele nos possibilita considerar a dimensão material, mas também sociotécnica da informação.

Informação e documento

Quer consideremos o aspecto social e coletivo ou o aspecto individual, não é possível falar de informação sem vinculá-la a operações que atuem sobre a compreensão humana. Eu daria a seguinte definição: “uma informação é um dado que faz sentido para alguém”.

A informação, em si, não tem nenhum caráter “palpável”. Ela não é observável fora da sua verbalização ou de sua inscrição num suporte. Daí a importância que dispensamos, em uma perspectiva de pesquisa, à noção de “documento”. O documento é um objeto que sustenta a informação com vistas a comunicá-la. A ideia de comunicação é central. O documento comporta, igualmente, a informação e as marcas da comunicação de que é feita. O documento é o que se guarda como prova, é o que torna a informação manifesta e testemunha a sua existência para alguém. Esta ideia jurídica de “prova” está ligada à referenciação. As referências de um documento são indicações sobre o seu contexto de produção (responsável, local, data). Tornam perceptível e, portanto, passível de falsificação, a natureza do tratamento da informação no documento. Associa-se à noção jurídica de responsabilidade e de propriedade intelectual.

A materialidade do documento, pois, torna-o observável em vários planos: a natureza do seu suporte e das formas da inscrição que o constituem, como também as suas condições de realização, de arquivamento e de circulação. Seu caráter objetual cristaliza um conjunto de indícios reveladores do estatuto da informação do qual

é portador na sociedade que o utiliza. A forma documental tem estreita relação com a qualificação dos textos.

Neste plano, os trabalhos de Roger Chartier sobre a história das leituras possibilitaram restaurar o elo entre os estudos históricos e o estudo das mídias contemporâneas, abrindo, assim, a via para as transferências de método. Um dado só se torna informativo mediante uma ancoragem ao mesmo tempo semiótica e sociotécnica. Foi assim que Susan Kovacs (2006), através de uma abordagem histórica da relação texto-imagem nas obras pedagógicas antigas, enfatizou o papel estruturador das formas na mediação dos saberes e a relação entre a sua escolha e as ideologias pedagógicas subjacentes.

Importância da dimensão técnica

A história do livro nos mostra o quanto a natureza objeto do livro determinou as modalidades de sua leitura: do volumen ao codex, do manuscrito ao impresso. Esta dimensão técnica do documento portador da informação se torna ainda mais complexa com a informatização dos textos. Yves Jeanneret, em especial, demonstrou, ao desenvolver a noção de “arquitexto”, o quanto, ao se tratar de nova tecnologia, os sistemas informatizados e determinados *softwares* podiam funcionar como verdadeiras matrizes intelectuais, na medida em que eles refreiam a forma documentária que toma a informação, orientando as leituras e os comportamentos informacionais. Pois não se fala, atualmente, de googlelização das práticas informacionais? (Despres-Lonnet; Courtecuisse, 2006).

Levar em conta a dimensão técnica dos fenômenos informacionais para nós é, pois, um princípio importante, já que a técnica induz comportamentos que podem tomar uma dimensão social. Contudo, é de um ponto de vista pragmático e em função da sua incidência sobre a recepção das informações em um contexto social que vislumbramos esta dimensão técnica, em ligação com a dimensão semiótica e material. Neste ponto fazemos

questão de nos diferenciar claramente das pesquisas em ciências da engenharia, totalmente polarizadas em infraestruturas técnicas.

Assim, no seu ensaio de habilitação: *Das mídias no trabalho*, Dominique Cotte examina como as ferramentas documentais comportam a marca da relação dos homens com seu ambiente de trabalho e, concomitantemente, contribuem para modelar este ambiente. A abordagem é ao mesmo tempo antropológica e fenomenológica, à medida que ela analisa as interações permanentes entre as formas materiais e as práticas sociais de um mundo consagrado à eficácia da ação.

“Prática” e “uso”: abordagem antropológica

A atenção dedicada aos contextos materiais e sociais nos possibilitam justificar a expressão «antropologia dos saberes» que consideramos como fundadora. Os traços documentários são tantos signos da elaboração intelectual permanente dos saberes em um grupo social, como são, também, das relações de poder, das lutas mais ou menos explícitas e das influências ligadas à circulação dos conhecimentos. Foi o que nos levou a desenvolver o conceito de “uso”, com relação ao conceito de “prática”, tomado da sociologia.

As práticas são condutas socialmente situadas, inscritas em um tempo longo, e reveladoras de uma cultura (Perriault *et al.*, 2004). Como “prática”, “uso” implica em uma dimensão temporal, uma forma de hábito (os usos e costumes) mas, sobretudo e fundamentalmente, na relação com um objeto (fazer uso de, abusar de, usar, útil). Eu definiria o uso como uma conduta situada face a objetos. Esta definição, como ocorre com as práticas, implica em uma dimensão social e cultural, mas implica também em uma dimensão técnica de relação com o objeto. Em outras palavras, os usos se inscrevem em práticas, mas para analisar os usos, é preciso levar em conta, especificamente, o encontro de um sujeito com os objetos. A análise dos usos se encontra com a dimensão social quando são postos em evidência os valores estatísticos.

Para abordar esta noção de uso com relação às tecnologias da informação, Joëlle Le Marec influenciou intensamente as nossas abordagens (Le Marec, 2001). Trata-se de, mediante a observação, evidenciar as táticas (no sentido de Michel De Certeau) adotadas pelos indivíduos para se adaptarem a dispositivos normatizados, até mesmo para contorná-los ou adaptá-los. Para isso o pesquisador é levado a observar as organizações documentárias pessoais, os indícios de questionamento, as reescritas e a redocumentalização das informações.

Supõe então uma pesquisa qualitativa, sob a forma de entrevistas e de observações de terreno para estimar a distância entre as representações dos diferentes atores envolvidos e a realidade das práticas efetivas (Beguin, 2006, p. 2). Assim, no âmbito de uma ação de pesquisa intitulada “Cultura informacional e curriculum documentário”, observamos a maneira como os documentos eram produzidos, organizados e transmitidos no âmbito da comunidade educativa de um grupo na escola: professores, alunos e pais. Este estudo de caso, muito detalhado, nos possibilitou evidenciar uma defazagem: de um lado os professores, no decorrer das entrevistas, nos devolviam um discurso prescritivo, regulado em práticas especializadas ou supostas como tais e, de outro, constatávamos usos não formalizados, multiformes, adaptados aos problemas locais, mas também passíveis de explicar, através de sua heterogeneidade, dificuldades na organização dos aprendizados.

Fomos também levados a conceber técnicas específicas para observar os usos de produtos multimídias ou de sítios da internet. Louis-François Claro arquitetou, assim, um sistema de vídeo-rastreamento invisível para o usuário, que possibilita registrar simultaneamente em um mesmo suporte as suas ações na tela e suas atitudes físicas no contexto de trabalho. Um dispositivo deste tipo permite, por exemplo, fazer uma análise fina das dificuldades dos alunos às voltas com a informação digital.

Na medida que esta abordagem se esmera em ser contextual, sistêmica, atenta aos atores e aos traços de ação com suas relações

com a cultura do local observado, podemos qualificar a abordagem de “etnográfica”.

A circulação social dos discursos

Com o recuo temporal, um novo tipo de problemática passa a dizer respeito às Ciências da Informação e da Comunicação: trata-se de questionar a evolução das mídias e das práticas, as mutações destas materialidades que acabamos de mencionar, as variações semióticas, as metamorfoses mediáticas... O desenvolvimento das novas mídias de informação faz com que esses fenômenos fiquem mais sensíveis, pois os aceleram: a informação muda facilmente de suporte, subsídios, transferências e reapropriações são facilitados, as formas documentárias se cruzam, os repertórios culturais se misturam. Isto transforma em profundidade a relação com o conhecimento, a ponto de abalar as instituições educacionais, da escola à universidade. Como levar em conta estas dinâmicas que transformam a nossa sociedade? Para chegar a isso, as noções de texto, de documento ou de uso devem ser abordadas em escalas mais vastas, tanto no espaço como no tempo.

Transferências mediáticas, intertextualidade e gêneros

O conceito de “intertexto” tem origem nas ciências do texto. Gérard Genette (1982, p. 7-14) o define como a copresença, implícita ou explícita, de um texto em um outro texto. Muitas vezes vem associado ao conceito de “dialogismo”, inaugurado por Mikhail Bakhtin: um texto aparece sempre como o produto de várias vozes que o trabalham e o vinculam a conjuntos textuais anteriores. O trabalho de Antoine Compagnon (1979) sobre a “citação” segue este mesmo sentido: um texto é um ordenamento do já dito. Diante de um “terceiro leitor”, o autor de uma citação atribui um lugar à fala daquele que é citado, reapropriando-se dela.

Com o surgimento das mídias digitais, as práticas de citação, de justaposição de reapropriação, de reescrita... tiveram um novo impulso. A facilidade técnica e material do tratamento de texto e de imagem ampliaram de maneira considerável o alcance social desses recursos: a formatação editorial e a disponibilidade ao público tornaram-se acessíveis de maneira mais ampliada. Quer se trate de sons, de imagens ou de escrita, o caráter digital da informação e a grande difusão de determinadas ferramentas de *softwares*, inclusive em versões adaptadas (2), facilitam as transferências entre mídias. E mais ainda, torna-as previsíveis, modificando as expectativas dos públicos. É esta dimensão social do fenômeno que interessa às Ciências da Informação e da Comunicação. Ampliado, o conceito de “intertextualidade” passa a dizer respeito a todos os “textos” e a todas as mídias.

Assim analisou Laure Bolka (2007), em sua tese “Elementos para a análise semio-pragmática da transferência multisuporte da imagem televisiva: o caso das imagens da ‘tele-realidade’ na Internet e nas revistas” sobre as transferências mediáticas entre a televisão, a imprensa e a Internet. Ao lado de clássicos intercâmbios entre instituições (de um canal a outro, de uma programação ao site correspondente ou a sites dedicados a comentários críticos), ela ressaltou, associada ao uso do computador e das redes, uma extensão das práticas de citação, de compilação, de trocas ou de reescrita das imagens televisuais, em especial junto aos adolescentes fãs dos programas de *reality show*. Pelas demandas que suscitam, estas práticas têm repercussões sobre a própria forma das programações.

As formas documentárias são acionadas por esta circulação transmediática, provocando hibridações e o surgimento de novos objetos “mistos”: por exemplo, o site do jornal Le Monde passou a dispor, na Internet, produtos multimídias complementares às informações do jornal e desenvolve nele uma rubrica intitulada “Focus”, totalmente baseada em sínteses visuais de texto e de imagens muito heterogêneas em origem e em natureza (mapas, diagramas, fotografias, desenhos...) (Beguín, 2007).

A noção de gênero e a evolução dos repertórios

As transferências dizem respeito tanto aos conteúdos específicos como às formas organizadoras das mídias: se nos anos 1990 a expansão da informática junto ao grande público se estruturava em torno de interfaces que metaforizavam o universo do papel, atualmente a influência dos dispositivos digitais é onipresente no universo do livro, da imprensa e da televisão. Ela é acompanhada de vários empréstimos e transmissões de uma mídia à outra. Estes fenômenos induzem, necessariamente, novas condutas de leitura, uma relação com os conhecimentos que evolui e que, se transformando, transforma as comunicações e as relações de poder na sociedade em que vivemos.

A noção de “gênero”, tomada da literatura, rejeitada pelos estruturalistas por sua heterogeneidade, encontra aqui um novo emprego. Os “gêneros” são classes de discurso identificáveis de maneira singular, em um dado contexto social e cultural, mediante um acordo implícito dos leitores. Os critérios de classificação dos gêneros são tanto temáticos quanto formais. São também muito variáveis no tempo e no espaço e sujeitos a critérios de legitimidade cultural. Contudo, o conceito de “gênero” apresenta a vantagem de vincular o universo dos textos ao seu contexto social e comunicacional. O conjunto dos gêneros passíveis de identificação em uma dada cultura constitui um horizonte de espera para a recepção dos documentos. Constituem um repertório de formas submetidas a um perpétuo reajuste que condiciona a interpretação das leituras e que, ao mesmo tempo, é determinado por esta.

Para as Ciências da Informação e da Comunicação, o surgimento e a transformação dos gêneros mediáticos em seu contexto social, cultural e econômico tornam-se um objeto pleno para a pesquisa.

A noção de “formação discursiva”: modelizar o jogo dos poderes

O filósofo Michel Foucault (1969) define a história como uma maneira pela qual uma dada sociedade “dá sentido e elaboração” ao “arquivo”, isto é, a “uma massa documental da qual a sociedade não se distingue”. A produção do saber opera um trabalho incessante sobre o que foi produzido anteriormente: é preciso delimitar, reordenar, suturar... em suma, criar ordem no discurso circulante. Estes recortes e estas reconfigurações são em si mesmos fatos de discurso que merecem ser analisados, posto que testemunham categorias de pensamento de uma época, princípios de classificação, regras normativas e gêneros que aí se desenvolvem.

Muitos pesquisadores de Ciências da Informação e da Comunicação encontram-se neste projeto, em torno do conceito de “formação discursiva”, que Foucault define como uma configuração de discursos, marcados por temas, instituições e referências comuns, cuja repartição, circulação e transformações são regidas por regras e é preciso se esforçar para determiná-las.

A regulação das formações discursivas é um procedimento de poder, simbólico, mas também político e econômico. Com a crescente importância da Internet no funcionamento das mídias, como se formam as comunidades de interesses? Como são manejados os antagonismos? Como é reelaborada a “massa documentária” do arquivo em um contexto de industrialização da cultura?

Estas questões foram longamente discutidas em nossa equipe (Beguin *et al.*, 2007). Citarei, em especial, os trabalhos de Jean-Stéphane Cernel, que concluiu a sua tese sobre a reciclagem das imagens nos jornais televisivos. Ele mostra que o número de reutilização das imagens é muito maior do que poderíamos supor. As imagens são privilegiadas por critérios econômicos ou em função da organização do trabalho dos jornalistas. No entanto, o estatuto simbólico de uma imagem jamais é dado por antecipação.

É fruto da escolha dos produtores, como também do olhar dos telespectadores e do contexto de recepção. As imagens surgem, fascinam... e se desgastam no correr do tempo!

Conclusão

Na conclusão deste breve ensaio sobre os conceitos que migram para as Ciências da Informação e da Comunicação, que balanço epistemológico provisório podemos apresentar? O que, afinal, faz a especificidade de uma disciplina construída no cruzamento dos caminhos? Pois é justamente na atenção dedicada à relação entre os conceitos que se situa a originalidade do projeto das Ciências da Informação e da Comunicação, como nele nos situamos. Nós nos propomos a estudar a constituição e a circulação dos saberes em uma perspectiva ao mesmo tempo sistêmica e fenomenológica. Vale dizer que o âmago da nossa estratégia é examinar como os parâmetros dos processos informacionais “se mantêm juntos” e evoluem juntos. A aceleração das evoluções e transformações induzidas pela difusão das mídias eletrônicas torna este tipo de pesquisa ao mesmo tempo urgente e possível: em vez de tentar se apossar dos objetos fixando-os para a comodidade do estudo, trata-se de se interessar por seu movimento e metamorfoses. Em vez de descrever o estado das estruturas semióticas, materiais e sociais associadas à comunicação dos conhecimentos em um determinado ponto do tempo e do espaço, trata-se de perceber as dinâmicas culturais, informacionais, econômicas e o jogo social no qual estão envolvidas. A nosso ver, é este o desafio das Ciências da Informação e da Comunicação para o século XXI.

Notas

- (1) “Dispositivo”: conjunto coerente e delimitável de objetos, de atores, de processos orientado a um objetivo.
- (2) É desta maneira, por exemplo, que o *software* Photoshop está em vias de modificar consideravelmente a nossa relação com a imagem.

Referências

BEGUIN, A., CHAUDIRON, S., DELAMOTTE, E. Entre information et communication, Les nouveaux espaces du document.

Études de Communication, n. 30, 2007.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. Le corps dans les lectures à l'écran.

Spirale: Revue de Recherches en Éducation, n. 28, p. 145-162, out. 2001.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. Le traitement documentaire est-il une énonciation ? *In: Société Française des Sciences de l'Information et de la communication. Les recherches en information et communication et leurs perspectives: Histoire, objet, pouvoir et méthode.* Marseille: Palais du Pharo, 2002, p. 7-11.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. **Images en texte, images du texte.**

Lille: Presses Universitaires de Septentrion, 2006. 318 p.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. **Pourquoi faut-il étudier les pratiques informelles des apprenants en matière d'information et de documentation?** Colloque international : Savoirs et acteurs de la formation, Rouen, 18-19-20 maio 2006.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. Images hybrides et lectures mixtes. **Les Dossiers de l'Ingénierie éducative. Hors série Images, savoirs, numérique.** SCEREN/CNDP, 2007. p. 63-79.

BOLKA, L. **Eléments pour l'analyse sémio-pragmatique du transfert multisupport de l'image télévisuelle : le cas des images de la « télé-réalité » sur Internet et dans la presse magazine.** 2007. 368 f., il. Thèse (Doctorat en Sciences de l'information et de la communication) - Université Charles de Gaulle - Lille III.

CARNEL, J. S. **Réutilisation des images animées dans les chaînes hertziennes françaises.** 2009. Thèse (Doctorat). Lille 3.

CHARTIER, R. **Le livre en révolution.** Paris: les éditions Textuels, 1997. 160 p.

COMPAGNON, A. **La seconde main: ou le travail de la citation.** Paris: Seuil, 1979. 416 p.

- COTTE, D. **Des médias au travail. Emprunts, transferts, métamorphoses**. 2007. Tese de Doutorado. Université d'Avignon.
- DESPRES-LONNET, M.; COURTECUISSÉ, J-F. Les étudiants et la documentation électronique. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n. 2, p. 33-41, 2006.
- DUCROT, O.; SHAEFFER, J-M. **Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage**. Seuil, 1995.
- ECO, U. **Kant et Pornithorynque**. Paris: Grasset, 1997. 480 p.
- FOUCAULT, M. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gal- limard, 1969. 288 p.
- GENETTE, G. **Palimpsestes: la littérature au second degré**. Seuil, 1982.
- GIORDAN, A.; GIRAULT, Y.; CLEMENT, P. *et al.* **Conceptions et connaissances**. Berne: Peter Lang, 1994.
- JEANNERET, Y. **Y a-t-il (vraiment) des technologies de l'information ?** Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2000. 136 p.
- KOVACS, Suzan. L'image scientifique et ses recontextualisations: du Notionnaire de Garsault (1761) à l'Encyclopédie des jeunes gens (1807) de Moustalon. **Spirale-Revue de recherches en éducation**, v. 40, n. 1, p. 9-25, 2007.
- LE MAREC, J. Evolution de la problématique des usages: le cas des NTIC en milieu culturel. **Spirale**, n. 28, p. 105-122, 2001.
- MOSCOVICI, S. **La Psychanalyse, son image, son public**. PUF, 1961.
- PERRIAULT, J. *et al.* Introduction. **Hermès**, n. 39, p. 9-36, 2004.
- SOUCHIER, E. L'image du texte pour une théorie de l'énonciation éditoriale. **Les Cahiers de médiologie**, v. 6, n. 2, p. 137-145, 1998.
- TETU, J-F. Sur les origines littéraires des Sciences de l'Information et de la Communication. *In*: BOURE, R. (ed.). **Les origines des sciences de l'information et de la communication: Regards croisés**. Presses Univ. Septentrion, 2002. p. 71-94.

DOS SABERES NA HISTÓRIA DA ARTE NA INTERNET: ESCRITOS PROFANOS, ESPECIALIZADOS E DOCUMENTAIS ²

Gérard Régimbeau

Introdução

No texto sobre “Estas redes que a razão ignora”, conclui Bruno Latour: “Porque os laboratórios, as bibliotecas e as coleções se conectam em um mundo que, sem eles, torna-se incompreensível, é preciso sustentá-los, onde quer que haja interesse pela razão” (Latour, 1996, p. 44). Pela observação das tecnologias da informação e da comunicação de hoje, é possível retomar ainda esta conclusão, definindo que as ferramentas de compreensão citadas se conectam em um mundo no qual a internet é, ao mesmo tempo, objeto do mundo e ferramenta de “conexão”, compreendida no mundo e o compreendendo, e acrescentar que compreender também pode significar apreender ou conceber. A internet tornou-se, pois, na qualidade de rede e de interface de saberes, suporte, mídia e mediadora de escritos, de imagens e de sons, um objeto de pesquisa importante para as ciências da

² Originalmente publicado em: RÉGIMBEAU, G. Des savoirs en histoire de l'art sur Internet : écritures profanes, spécialisées et documentaires. I Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi. *Anais [...]* Rio de Janeiro: ICICT-FIOCRUZ, IBICT-UFRJ, 2008.

Republicado em: RÉGIMBEAU, G. Saberes em história da arte na Internet: escritas profanas, especializadas e documentais. **RECIIS**: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v.3, n.3, set., 2009.

Agradecemos aos editores da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS) pela autorização para a republicação em português.

informação e da comunicação. Esta situação não é inédita, no sentido de que teríamos, pela primeira vez, um fator a organizar racionalmente os saberes, posto que o escrito científico, a classificação, o livro, a literatura acadêmica restrita, os objetos ou, de maneira mais geral, os suportes e meios de informação e de comunicação tradicionais puderam exercer esta função, mas ela é nova no sentido em que se produziu, sob a forma ao mesmo tempo temporal e espacial, uma “cristalização superior” (se for possível expressá-lo desta maneira) das redes e práticas, e em que o acesso à informação, e até mesmo do saber, implica hoje na atuação, em graus adicionais, de fatores de facilitação ou de penalidade.

Como abordar estes novos graus, estes aspectos específicos e atuais de um dado estado do escrito e da leitura dos saberes, é uma das questões que este debate nos induz a colocar. Sem pretensão de trazer uma resposta, ainda que parcial, retomaremos, porém, um terreno que já abordamos nas ciências humanas (Régimbeau, 2006), referente a determinadas “formalizações” editoriais ou documentais relativas às artes plásticas e à sua história, para reunir determinadas observações. A questão será, antes de mais nada, decifrar uma realidade informacional, com o auxílio de critérios descritivos tomados da análise da enunciação, da análise de conteúdo e da sociosemiótica, tentar identificar as características dominantes, e talvez reveladoras, de determinadas lógicas de publicação e edição na manifestação externa dessa ou daquela qualidade digital.

Entre os escritos que abordaremos, estarão compreendidos, 1) aqueles cujo status oscila entre o testemunho, a reação da disposição de espírito de uma correspondência dos leitores ou a confiança pública: os “escritos profanos”; 2) em seguida, os que se desenvolvem no formato antigo e em permanente reconstrução da imprensa periódica através das gazetas e revistas: os “escritos especializados”; 3) e, finalmente, os que têm o objetivo de situar, elaborar e transmitir referências: os “escritos documentais”. Esses três campos, portanto, estão longe de abranger o campo amplo e em constante mudança das novas escritas sobre a arte, mas

oferecem pontos de referência onde os saberes, as práticas de informação e as práticas de comunicação se cruzam para estudar como a interdependência de mídia e meio é construída (Souchier, 2004; Orrigi, 2004).

Escritos “profanos” sobre a arte

Ao lado dos gêneros históricos, científico, crítico ou estético, atribuídos a artistas, universitários ou autores profissionais, outros escritos sobre a arte se manifestam e circulam na internet. Alimentam blogs, fóruns, sites, páginas pessoais sobre tal ou tal espaço dedicado. O interesse que despertam é incontestável para quem deseja interrogar determinadas formas de saberes sobre a história da arte e retomar os respectivos conteúdos. Poderiam igualmente receber a denominação de “escritos comuns”, “amadores” ou “escritos restritos”, sem com isso estar atribuindo qualquer conotação minorativa, enunciados esses cujos autores provêm do público amador ou não especializado (em diversos graus). O termo “profano”, emprestado do vocabulário sociológico, tenta aqui transmitir a ideia de escrita pelos não iniciados, como Hervé Moëlo (2004)¹ fez com o termo “laico” em um artigo que mostra claramente a dificuldade de se referir à chamada escrita “comum” sem questionar a base ideológica da própria noção.

Escritos de “blogs” e palavras dos fóruns

De maneira geral curtos, comentando, entre outros, de maneira reativa, artigos referentes a exposições, evocando as razões de determinado interesse por tal obra ou tratando de críticas sobre movimentos ou artistas, esses textos, antes contidos em diários pessoais, cartas ou correspondência dos leitores, compõem agora fontes acessíveis para o estudo destes escritos (falar de “arquivos” seria talvez prematuro, diante do risco do caráter efêmero dos sites pessoais). Uma investigação dessa ordem

interessa, obviamente, a uma sociologia da recepção, atenta às expressões populares da cultura – as da cultura popular em si, como também as de uma determinada relação popular com outras culturas e, em especial, com a cultura erudita – definindo-se de imediato que a questão, nestes enunciados, refere-se a fragmentos misturados aos horizontes culturais mais variados, onde se reúnem neófitos curiosos, pessoas versáteis, amadores ávidos de conhecimento ou, ainda, eruditos passeando por fora de sua especialidade. Mas este estudo não pode permanecer estranho nem independente das ciências da informação e da comunicação que possuem, com este território, um exemplo típico de confrontações textuais e culturais sobre as modalidades de enunciação ligadas aos meios e condições da comunicação.

Alguns casos, entre outros, destes enunciados, determinam o tom do que poderia ser o tema de uma prospecção mais sistemática.

- Por exemplo, um(a) internauta que ironiza sobre um determinado modelo de automóvel lançado pela Citroën: “Pena que ele seja tão desajeitado em termos de design...E para ser claro, usar o nome deste gênio que foi Picasso para uma máquina que parece mais uma formação compacta de César, é espantoso...” (2) testemunha, de maneira divertida, uma certa familiaridade com “padrões” da arte contemporânea.

- Um(a) outro(a) que declara com lirismo seu interesse por Chagall: “Amo a pintura de Chagall, com ele é como se de repente se abrissem mil páginas da memória da infância, como se uma criança jamais tivesse parado de sonhar com um pincel na frente dos olhos.” (3) lembra que a emoção da pintura pode se unir com a emoção dos contos (*Ut pictura poesis*).

- Ao comentar um vídeo que apresenta uma “ação” de Sophie Calle sobre a interpretação de uma mensagem de amor, um outro a critica por ser solicitada com muita frequência por instituições: “Sophie Calle, o estereótipo da artista institucional francesa. O que ela representa é a arte contemporânea francesa institucional (e altamente subsidiada)” (4) repete uma crítica

frequente, especialmente desde a criação dos Fundos Regionais de Arte Contemporânea (FRACs), deslocando o debate estético para o debate social sobre concessões públicas.

É certo que essas posições, essas opiniões sem nenhum compromisso editorial real, esses olhares apressados, existem há muito tempo, mas com a internet eles estão, de certa forma, surgindo na superfície pública de um horizonte de recepção, abrindo o “livro de visitas” da arte normalmente reservado aos espaços da exposição.

Textos em “tags”

Uma outra manifestação dos escritos profanos sobre a arte reside no fenômeno, agora generalizado, da folksonomia que consiste – em uma espécie de criação espontânea de índice – em qualquer autor ou internauta, atribuir “tags” (etiquetas ou palavras-chave) a textos e imagens sem se referir (ou pelo menos sem qualquer referência explícita) aos thesaurus ou às linguagens documentárias.

O site Flickr (5), dedicado ao compartilhamento de fotos, convida assim a utilizar a tag com a seguinte nota, a título de incentivo: “O que são as tags? Você pode atribuir uma “tag”, uma espécie de palavra-chave, aos seus uploads. As tags possibilitam encontrar os elementos que têm pontos comuns. É possível atribuir até 75 (setenta e cinco) tags a cada foto ou vídeo.” No entanto, há uma distância entre o apregoador e o realizável. Por exemplo, as tags atribuídas à obra “Quiet club” de Brian Eno (6) para a Bienal de Lyon, de 2005, reduzem-se a cinco: “Lyon; Bienal de arte contemporânea; dalbera (autor das fotos); França; Eno”. O mesmo ocorre com outras obras exibidas no site, que limitam de fato as possibilidades de encontrar imagens. Isso não significa que a folksonomia seja incapaz de indexar de forma relevante ou aprofundada, mas significa que não se pode improvisar um indexador para todos os fins, especialmente quando a motivação para a “publicação” não é a disseminação de informações

especializadas, mas sim a transposição da exploração de álbuns de fotos pessoais.

É possível, porém, ocorrer um encontro entre práticas amadoras e princípios herdados de uma museologia, zelosa pela vulgarização e pelo acesso facilitado à cultura. É o que se passa com um experimento denominado “Steve” para o qual colaboram determinados museus americanos:

“We are a group of volunteers, primarily from art museums, who share a common interest in improving access to our collections. We are concerned about barriers to public access to online museum information [...] who believe that social tagging may provide profound new ways to describe and access museum collections and encourage visitor engagement with museum objects.” (7)

[“Somos um grupo de voluntários, oriundos principalmente dos museus de arte, que compartilham o interesse de melhorar o acesso às nossas coleções. Preocupamo-nos com as barreiras ao acesso do público às informações on-line dos museus [...] acreditamos que o sistema de tags sociais podem oferecer novas maneiras, profundas, de descrição e acesso às coleções de museu e incentivar o visitante a se comprometer com os objetivos do museu.”]. Este projeto, lançado há alguns anos, deve gerar relatórios sobre a eficácia desta abertura à consulta ativa de visitantes de todos os horizontes: “[...] Participation in steve is open to anyone with a contribution to make to developing our collective knowledge, whether they formally represent a museum or not” (8). [A participação no steve está aberta para todos que tenham uma contribuição a fazer para o desenvolvimento do nosso conhecimento coletivo, quer representem formalmente um museu ou não] Este tipo de experiência, que a internet possibilita, mais do que outros sistemas de comunicação, é observado com interesse por determinados profissionais, que veem na folksonomia um meio de enriquecer a indexação das obras “... posto que as tags

acrescentadas às obras são bem mais ricas, simplesmente pela multiculturalidade que a folksonomia engendra” (9), como também o meio de envolver ainda mais o visitante mediante seus próprios comentários ou simplificar um acesso às obras através de um vocabulário menos especializado: “Este vocabulário compreensível para todos evidentemente facilita as buscas, já que as tags também são metadados.” (10) Seth Van Hooland insistiu na necessidade de contar com essas novas práticas: “Os comentários dos usuários podem ter uma grande utilidade, por exemplo, nos bancos de dados das imagens históricas para aumentar a qualidade dos metadados existentes” (Van Holland, 2006, p.46).

Esses aspectos - apenas esboçados aqui em termos de espaços ou lugares de expressão - são de interesse para a pesquisa e estão, de fato, ocupando um lugar crescente nos estudos sobre as características midiáticas (como meio e mídia) da Internet (cf. EUTIC, 2007) (11). Eles permitirão, em breve, produzir resumos comparativos tanto do ponto de vista da história (social, econômica, cultural) dos sites pessoais e participativos quanto da manifestação concreta (temas, formas, conteúdo etc.) dessas expressões, usando “análises que evitam a banalização do cotidiano e resistem ao reflexo da heroização pela escrita”, como recomenda Hervé Moëlo. (12)

Escritos especializados: gazetas e revistas de arte

Com a internet, estamos diante de um sistema de enunciação que coloca a presença ou entremeia os registros do particular e do público, do próximo e do longínquo, do interno e do externo, do nativo e do exógeno, fato esse que nos leva a encontrar todos os graus de publicação. O mundo jornalístico é certamente um dos mais representados, seja sob uma forma profissional, seja “amadora” (com os blogs, os sites de trocas e os fóruns), retomando determinados aspectos semióticos e retóricos das rubricas e do tom jornalísticos. A forma profissional está encarnada pela imprensa, onde encontramos títulos exclusivamente

digitais e títulos “bi-mídia” (papel e digital) tanto na categoria de gazetas como de revistas. O que observamos em outros estudos (Régimbeau, 1999; 2001; Courbières *et al.*, 2007) perdurou, matizando-se com novas faces, das quais retrataremos alguns aspectos, tomando como exemplo o site de uma antiga gazeta em papel (Connaissance des arts [Conhecimento das artes] criada em 1952) e o exemplo típico de uma revista digital que extravasa o digital (Synesthésie [Sinestesia] criada em 1995).

Da gazeta em papel à mídia informatizada

Título significativo da imprensa de arte, muito presente nos jornaleiros, livrarias e bibliotecas, Connaissance des arts (<http://www.connaissancedesarts.com/>) anuncia-se e se apresenta como uma mídia de informações: “Todos os meses, Connaissance des Arts mantém seus leitores a par de todas as notícias internacionais.” As rubricas procuram, pois, cobrir os acontecimentos de maneira enciclopédica: “Para melhor compreender a arte de todas as épocas, da arqueologia à criação contemporânea, da arte dos jardins ao design e à arquitetura”. Contudo, este retransmissor da versão em papel logo se volta para uma mídia on-line, associando a informação a conteúdos mais próximos de uma coleção de obras, tais como “Crônicas de uma vida, Arte e sociedade, Análise de estilo, Estudo de uma obra, Biblioteca” como também a funcionalidades de arquivos e de divulgação em rubricas como “Vídeos, Portfólio, Escute, Iniciação à arte” através das quais se tem acesso a filmes documentais e entrevistas. A totalidade, na periferia e nos links hipertextuais com as rubricas esperadas no núcleo editorial mobilizados pelas capas e sumários da edição impressa. A ênfase se coloca na abundância de rubricas em uma densa página de entrada - “home” (até mesmo sobrecarregada, mas isso é muito frequente em sites para telas de grandes formatos) nos quais se apertam manchetes, títulos com seus subtítulos, links e publicidades, que relacionam esta forma de publicação on-line a uma gazeta multimídia de notícias.

Entre os sites da imprensa de arte, este tipo resume uma tendência que visa abrir na Web não apenas um site de acompanhamento da versão em papel, como também desenvolver um portal que possa incentivar o visitante a utilizar todos os espaços do site, lembrando a ele, como uma promessa, o volume informacional considerável da gazeta. Este leitor, que é também espectador e auditor, pode ter acesso permanente a uma informação estocada segundo uma dosagem de proporções finamente pesada com relação ao que encerra a versão impressa. O portal, pois, desempenha as funções de argumentação promocional para a gazeta como se anunciasse a sua qualidade pela simples desmultiplicação das rubriques: o quantitativo, aqui, se dá sob signos, passíveis de ter os sentidos questionados quando a imprensa no papel, em especial a diária, reduz, ao mesmo tempo, seus textos e superfícies.

Da revista digital ao centro de iniciativas artísticas

Passada a fase de implementação, cabia às revistas encontrar o meio de perdurar. Foi o que ocorreu de maneira geral com a edição on-line, cujos primeiros passos na Internet foram subvencionados através de estruturas públicas, particulares ou associativas. Synesthésie está entre os títulos que resistiram, devido a uma série de iniciativas nos campos editorial, social e financeiro. A fórmula utilizada por esta revista, na sua fase inicial, é bastante característica do seu posicionamento entre uma revista de arte, um fórum, um editor e uma associação. Se de um lado ela reivindica a precocidade e a considerável extensão da sua experiência, indicando “ter se tornado a primeira revista de arte francesa na Internet”, também estabelece que suas atividades são tanto da ordem da divulgação como da edição: “Em 2002, criamos, no site, o CAV (Centro de arte virtual), espaço destinado à consulta de obras criadas especificamente para a internet e para Synesthésie.” Este Centro de arte virtual aberto sob o distintivo de Synesthésie funcionou graças a diversos aportes municipais regulares, em nível

dos departamentos, das regiões, do Ministério da Cultura e da direção regional da cultura. Esta ação foi concretizada, entre outras, em 2006, mediante a participação virtual, mas ainda assim física, em uma Bienal denominada “Mutações urbanas” em Seine-Saint-Denis (região parisiense) que se prolonga através de uma presença informativa da Bienal no site da Synesthésie; a conservação de divulgação das obras dos artistas convidados sobre o espaço com acesso através do CAV (13) e os textos expositivos dos curadores (14). As funções adquiridas normalmente em fases posteriores e diferentes suportes até a mais consequente que, naturalmente, é a conservação das obras criadas para o evento, são assim reunidas e – por um determinado tempo, talvez, mas ainda assim a se observar - acessíveis.

O arquivamento dos números antigos, das obras virtuais, dos estudos, dos projetos, que é uma constante preocupação desde os primeiros tempos da revista, confere a ela uma densidade patrimonial que a coloca em uma nova configuração enunciativa: a do portal de orientação ou da plataforma de arquivos abertos. Em assunto de História da arte, no qual atua um outro vetor, de maneira concorrente e complementar ao artigo publicado em uma revista científica: o do catálogo de exposição, a importância dada aos argumentos da exposição, aos textos históricos e teóricos e aos comentários das obras é aqui assinalado por esta vontade de conservação das características.

Escritos documentais

O agrupamento, mas também o cruzamento e o “acúmulo” de dados na Net, tão disparatados como numerosos, favoreceu estudos que procuram compreender e esclarecer a paisagem das informações.

Tipologia e organização dos saberes

No que diz respeito à arte, os estudos se conduziram rapidamente na direção das novas possibilidades abertas pelas técnicas informáticas. No curso dos anos 1990 surgiu, por exemplo, um acumulado de obras que se empenhavam em delimitar as características dos sites e que geraram formas de categorização tipológica: um exemplo, importante, foi o da classificação das obras digitais, realizada por Annick Bureau a fim de “evidenciar as grandes categorias de obras on-line” (Bureau, 1998).

Esta abordagem das categorias derivou igualmente dos serviços de documentação e bibliotecas na organização de rubriques e arquitetura dos seus sites. Tendo aqui o objetivo de selecionar e relacionar, como também de construir um âmbito de compreensão do domínio, estas ferramentas de orientação se tornaram, por si só, documentos tipológicos. Com o postulado de uma teorização da pragmática documental, estabelecemos uma primeira síntese do potencial de referenciação das noções e dos pontos de vista a partir de uma seleção de sites significativos na delimitação de determinados números de “classificações” ou relação com o sujeito (15): 1) artistas; 2) disciplinas e técnicas; 3) obras (coleção, exposição, conservação); 4) pesquisas sobre arte; 5) geografia; 6) mediação cultural da arte; 7) edição, mediatização e crítica; 8) recursos documentais; 9) formação dos artistas; 10) mercado e galerias; 11) direito e estatuto profissional e social; 12) política cultural, instituições e auxílios; 13) atividades e atores associados, entre os quais educação de arte; 14) notícias.

A análise dos pontos de entrada em uma informação complexa não tem apenas um interesse prático; tem um valor classificador que pode servir de servir de ferramenta teórica complementar na definição analítica de um campo de estudo. Estes princípios de texto documental podem ser utilizados, por exemplo, na exploração metódica da Web no momento da definição de um tema de dissertações universitárias.

Taxinomia e indexação

Outras ferramentas documentais surgem na net que auxiliam na compreensão ou, para ser mais específico, no ferramental pedagógico necessário à compreensão das obras. Francis Parent (16), crítico e historiador de arte, aplicou-se assim a definir, para um banco de dados, uma taxinomia articulada em torno de alguns critérios principais e necessários à captação e à apreciação crítica das obras. Os quatro critérios escolhidos para a base, batizada de Artrinet (17), e que determinam, de fato, as classificações de indexação, são a) O formalismo (mais abstrato, mais figurativo, mais..., etc., classificado do mais “imaterial” para o mais “realista?”); b) A materialidade (conceito puro, conjunto de materiais, objeto transversal, etc., classificado do mais “imaterial” para o mais “real?”); c) O investimento corpo/mente (qual a proporção Corpo/Mente com que o artista se expressa na sua obra? Classificado do mais “intelectual”, por exemplo, “Arte Conceitual”, ... para o mais “físico”, por exemplo, a “Body Art”, ...); d) A comunicação (O artista teria uma vontade deliberada de comunicar através das suas obras uma determinada mensagem? (classificado do mais “espiritualista” para o mais “mundano”).

Este princípio de definição plástica e estética de um corpus importante é interessante em mais de uma instância: seja por uma observação contextual que poderá considerá-lo como um momento adicional de metodologia crítica, seja por uma observação estritamente orientada pelo ou para o mercado de arte, seja como testemunho dos comprometimentos estéticos da revista Artension que sustenta este projeto (18). Todos estes ângulos de abordagem são possíveis, mas aquele que nós mantermos aqui, é o da formalização de critérios documentais cuja lista e organização valem como pré-figuração de um compêndio aplicável a obras contemporâneas, em geral difícil de sintetizar (condensar) de maneira documental, por palavras-chave ou descritores, as dimensões temáticas.

Conclusão

Esta contribuição pretendeu atuar em um campo específico dos escritos da internet deixando subentender que estes exemplos, interessantes por si mesmos, poderiam também servir para abordar outros casos para o estudo da mediação dos saberes e da informação sobre a arte.

Os novos modos de escrito ou de leitura autorizados pela internet onde se conjugam a rede, os sites, as trocas e a hipertextualidade lançam mão de três tipos essenciais do novo: o dos novos signos em jogo, engendrados pela técnica e pela estética, aquele oriundo das novas condições de enunciação do texto e da imagem (os dois tipos se referenciando à inovação) e o que diz respeito à atualização ou à geração inédita de conteúdos (este tipo se referenciando, antes, à inovação). Variável, o texto toma diferentes formas enquanto unidade linguística e editorial, não apenas segundo o contexto da sua realização, como também de sua disponibilização. Esses dois momentos também podem ser concebidos como vinculados e até mesmo confundidos se nos referirmos a uma concepção da atualização do texto apenas como resultado de sua recepção. O texto só seria o que é depois de ter sido lido por um destinatário intencional ou não intencional. Ao concentrar nossas observações no tipo e no contexto da enunciação, tentamos decifrar a dinâmica em ação na intenção comunicativa.

Na qualidade de novos escritos, estes enunciados construídos por diferentes atores sociais investindo, eles próprios, conteúdos, motivações obrigações diversas, supõem uma observação e uma análise das modalidades de expressão e de inscrição em uma janela mediática e informacional traspassado por desafios ideológicos, econômicos (sites pagos, negociantes, gratuitos, etc.) e culturais (arte, ciências, educação) que não é possível dissociar dos desafios políticos e sociais. Como estes escritos resultam em uma organização de um discurso seria uma

das questões a retomar em uma perspectiva sociosemiótica atenta à relação entre signo e sentido.

Notas

(1) Ele resume assim, no seu artigo, o fenômeno da publicação: “Quer se trate de literatura ou de ciência, o espaço da edição gera as condições normativas das suas produções culturais.”

(2) O blog auto. Citroën celebra Picasso [consultado em 9-9-2008]: <http://www.leblogauto.com/2006/09/citroen- celebre-picasso.html>

(3) Fórum sobre Psychonet.fr [consultado em 9-09-2008]: http://www.psychonet.fr/forums_psychonet/viewtopic.php?t=2062

(4) Sophie Calle nos faz falar de amor. [consultado em 9-09-2008] <http://latelelibre.fr/index.php/2008/04/sophie-calle-nous-fait-parler-damour/>

(5) Flickr. Home [site consultado em 25-09-2008]. URL: <http://www.flickr.com/>

(6) Flickr [site consultado em 25-09-2008] URL: <http://www.flickr.com/search/?ss=2&ct=6&q=Brian+eno+biennale&m=text>

(7) Steve: The Museum Social Tagging Project [on-line]. Home. Welcome to the Steve Project. 2005-2008.

[consultado em 10-10-2008] URL: http://tagger.steve.museum/steve.php?task=helpController_help

(8) Steve: The Museum Social Tagging Project [on-line]. Links & Resources. 2005-2008 [consultado em 10-10-2008]. URL: http://steve.museum/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=5&Itemid=14

(9) Museu real de Mariemont (Bélgica) [on-line]. Estabelecimento científico da comunidade francesa da Bélgica. Blog Mariemont 2.0. Folksonomia: quando o visitante pode colocar uma tag em uma obra... Postado por Alexis Sonet, segunda-feira 19 de maio de 2008 [consultado em 10-09-2008]. URL: <http://www.musee-mariemont.be/blog2/index.php?m=05&xy=08&d=30&entry=entry080530-151920>

(10) Ibid.

(11) Testemunha: inúmeros temas de comunicações do debate EUTIC voltado às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em Atenas, em 2007 tratavam dos fenômenos dos blogs, fóruns, participação de amadores, wiki, etc.

(12) Indica em uma nota que “Este tipo de procedimento remete a uma série de autores, como Gaston BACHELARD, Michel FOUCAULT, Norbert ELIAS, Michel DE CERTEAU, Roger CHARTIER, Pierre BOURDIEU, Richard HOGGART...” (Moëlo, 2004). Entre outros autores que nos dão a conhecer fecundas aberturas às Ciências da informação e da comunicação.

(13) Arte grandeza natureza. Zonas urbanas partilhadas. [consultado em 15-09-2008]. URL: <http://www.art-grandeur-nature.com>

(14) Mutações urbanas. Arte grandeza natureza 06. Home [consultado em 15-09-2008]. URL: <http://synesthesie.free.fr/agn2006/index2.html>

(15) Retomamos aqui uma das listas apresentadas em nosso estudo sobre a tipologia da informação de arte contemporânea (Régimbeau, 2006).

(16) PARENT, F. Approche de classification pour une taxinomia visuelle générale de la création Artistique. Artrinet [on-line]. [consultado em 28-9-2008]. URL: <http://www.artrinet.fr/classification.php>.

(17) Artrinet. Home [on-line]. [consultado em 25-9-2008]. URL: <http://www.artrinet.fr/>

(18) Artension [on-line]. [consultado em 20-9-2008]. URL: <http://www.artension.fr/>

Referências

BUREAUD A. Pour une typologie de la création sur Internet.

Leonardo/Olats: Observatoire Leonardo des Arts et des Techno-Sciences, 1998. 15 p. Disponível em:

<http://www.olats.org/livresetudes/etudes/typInternet.php>. Acesso em: out. 2024.

COURBIÈRES, C.; FRAYSSE, P.; RÉGIMBEAU, G. Revue, vitrine, réservoir: les médiations éditoriales mutantes dans les domaines de l'art, l'architecture et l'archéologie. *In: Colloque international EUTIC* (Enjeux et usages des TIC)-Groupe européen et interdisciplinaire sur les enjeux et usages des TIC, coord. GRESIC, Bordeaux 3, Athènes: Ed. Guntemberg, 2007. p. 353-362.

LATOUR, B. Ces réseaux que la raison ignore: bibliothèques, laboratoires, musées. *In: BARATIN, M.; JACOB, C. Le pouvoir des bibliothèques: la mémoire des livres en Occident.* Paris: Albin Michel, p. 23-46, 1996.

MOËLO H. L'ordinaire et le littéraire. **Les Actes de Lecture**, n. 85, p. 34-41, mar. 2004.

ORIGGI G. Pour une science humaine de l'Internet. *In: SALAÜN, J.-M.; VANDENDORPE, C. (coord.). Les défis de la publication sur le Web: hyperlectures, cybertextes et méta-éditions.* Paris, Presses de l'ENSSIB, 2004. p. 219-241.

RÉGIMBEAU, G. Revues d'art contemporain sur Internet: de l'insert à la revue électronique. **La Revue des revues**, n. 26, p. 35-51, 1999.

REGIMBEAU, G. Les revues d'art contemporain entre imprimé et électronique: évolutions récentes,[en ligne], **Archée**, Montréal, 20 p., 2001.

REGIMBEAU, G. Pour une typologie de l'information en art contemporain. **L'information dans les organisations: dynamique et complexité**, 2008.

REGIMBEAU G. **Le sens inter-médiaire: recherches sur les médiations informationnelles des images et de l'art contemporain.** 2006. Thèse (Doctorat en Sciences de l'information et de la communication) - Université Toulouse III-Paul Sabatier (UPS).

SOUCHIER E. Lorsque les écrits de réseaux cristallisent la mémoire des outils, des médias et des pratiques. *In: SALAÜN, J.-M.; VANDENDORPE, C. (coord.). Les défis de la publication sur le Web: hyperlectures, cybertextes et méta-éditions.* Paris, Presses de l'ENSSIB, 2004, p. 89-100. 2004.

VAN HOOLAND S. Entre formalisation et déconstruction: état de l'art critique de l'application documentaire des ontologies et folksonomies dans le domaine de l'indexation du patrimoine culturel. *In*: RÉGIMBEAU, G.; COUZINET, V. **Organisation des connaissances et société des savoirs**: concepts, usages, acteurs, actes du 6ème Colloque international du chapitre français de l'ISKO, Toulouse, Université Paul Sabatier, 2007. p. 33-47.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO: O QUADRO INSTITUCIONAL FRANCÊS ³

Jean-Paul Metzger

Introdução

Como nos lembraria, em 2001, Robert Boure, um de nossos colegas de Toulouse, o desenvolvimento de uma disciplina científica passa não apenas pelo estabelecimento de um quadro institucional, mas também pela elaboração de um corpus de conhecimento coerente e reconhecido, como também pela constituição de uma comunidade de pesquisadores e professores. Eu me contentaria em abordar aqui o primeiro elemento, limitando-me a indicar que a pesquisa francesa em “Ciências da Informação” é desenvolvida quase exclusivamente pelos professores-pesquisadores (Professores das universidades e mestres de conferências) da sessão 71 do Conselho Nacional das Universidades (CNU) (1) e os doutorandos que eles supervisionam (2) e que, na França, contrariamente à situação da maioria dos países, as “ciências da informação” e as “ciências da comunicação” se reúnem numa só e mesma interdisciplina. Sem tentar ser exaustivo, me limitarei a evocar, nas páginas que se seguem, alguns

³ Originalmente publicado em: METZGER, J.-P. L'institutionnalisation des Sciences de l'information: le cadre institutionnel français. **Anais I Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi**. Rio de Janeiro: ICICT-FIOCRUZ, IBICT-UFRJ, 2008. p. 99-111.

Tradução de Ieléia Thiesen.

Revisão de Gustavo Saldanha.

pontos que caracterizam o contexto institucional francês das ciências da informação - as formações universitárias.

Para fins profissionais

As primeiras formações universitárias em informação e comunicação foram criadas nos institutos universitários de tecnologia (IUT) em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. Essas formações com a duração de dois anos davam direito a um diploma de técnico superior ou *diploma universitaire de technologie* - DUT de nível Bac+2 [dois] (3). Hoje essas formações existem sempre nos departamentos de “informação e comunicação” dos IUT, que propõem cada vez mais a seus estudantes um ano de estudo suplementar conducente a uma *licença professionnelle*. Essas licenças profissionais (4) permitem que os estudantes se especializem em uma profissão específica dentro do vasto campo coberto pelas “ciências da informação e da comunicação”.

No curso das décadas de 1970-80-90 foram criadas, nas universidades francesas, numerosas formações com finalidade profissional de nível Bac+4 (mestrados, mestrados científicos e técnicos, mestrados profissionais) e de nível Bac+5 (diplomas de estudos superiores especializados: DESS). Essas formações com a duração de um ano tinham por vocação formar os quadros das atividades de informação e comunicação nas empresas e nas administrações.

Quando o dispositivo europeu “Licence, Master, Doctorat (LMD)” foi instalado, essas formações foram todas “masterizadas”. Tais operações de “masterização” frequentemente deram lugar a modificações profundas na oferta de formação. Mestrados em “informação-comunicação” são agora propostos nas principais cidades universitárias francesas.

Esse desenvolvimento das formações em informação-comunicação induziu um forte recrutamento de professores-pesquisadores nessa disciplina e, notadamente, em ciências da informação. A criação, em 1977, da 52ª seção do conselho nacional

das universidades (5) permitiu a constituição de uma comunidade de professores-pesquisadores, que representa uma força importante no seio da paisagem universitária francesa (em 2005, 521 mestres de conferências e 142 professores).

Para fins científicos

Paralelamente ao desenvolvimento das formações universitárias, das comunidades de professores-pesquisadores e, em seguida, de uma atividade de pesquisa em ciências da informação e da comunicação, foram criadas formações centradas na pesquisa. Diplomas de estudos aprofundados (DEA) e doutorados em ciências da informação e da comunicação também surgiram; em meados dos anos 1970 para os primeiros, nos anos 1990 para a maior parte. A pesquisa francesa em “Ciências da Informação e da Comunicação” assim se desenvolveu e se organizou no plano nacional a partir de meados dos anos 1980.

A pesquisa pública

No plano nacional

As unidades de pesquisa

Fortemente estimulados pelo ministério encarregado do ensino superior e da pesquisa, e como nas demais disciplinas, os professores-pesquisadores em “Ciências da Informação e da Comunicação” se reagruparam para formar unidades de pesquisa, chamadas tanto de laboratórios, quanto equipe de pesquisa, ou ainda, centro de pesquisa. A cada quatro anos, essas unidades são submetidas a uma avaliação, e obtêm um reconhecimento e um financiamento do Estado se a avaliação for satisfatória. Reagrupando antes os professores-pesquisadores de uma mesma instituição de ensino superior (universidade ou grande escola), essas unidades reconhecidas pelo ministério reúnem cada vez mais

professores-pesquisadores de uma mesma cidade universitária, até mesmo de diversas cidades universitárias próximas. O Laboratoire d'Etudes et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (LERASS), em Toulouse, o Groupe d'Etudes et de Recherche Interdisciplinaires en Information et Communication (GERIICO), em Lille, o Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication (GRESEC), em Grenoble, Equipe Lyonnaise de Recherche en Information et Communication (ELICO), em Lyon, etc.

Seguindo o movimento de aproximação das instituições de ensino superior e de pesquisa no seio dos Polos de Pesquisa e de Ensino Superior (PRES), as equipes de pesquisa reuniram-se para formar unidades de grande importância - de 70 a 90 membros para o LERASS, GERIICO, ELICO. Essas unidades de pesquisa, denominadas “equipes de recepção” pelo ministério, têm vocação de acolher doutorandos.

As agências nacionais de enquadramento / supervisão da pesquisa

Desde o início de 2007, duas agências governamentais supervisionam a atividade de pesquisa: a Agência Nacional de Pesquisa (ANR) e a Agência de Avaliação da Pesquisa e do Ensino Superior (AERES). A ANR (6) é uma agência de financiamento de projetos de pesquisa. “Seu objetivo é aumentar o número de projetos de pesquisa, oriundos de toda a comunidade científica, financiados após concorrência e revisão por pares”. A ANR se reporta ao mesmo tempo às instituições públicas de pesquisa e às empresas, com dupla missão: produzir conhecimento novo e favorecer interações entre laboratórios públicos e laboratórios de empresa, desenvolvendo parcerias.

Já a AERES é encarregada notadamente da avaliação das unidades de pesquisa das instituições de ensino superior e dos organismos de pesquisa.

Ela realiza cerca de 1000 avaliações por ano, com base em um dossiê científico enviado pela unidade e em visitas locais por um comitê de especialistas. Trata-se de uma avaliação transparente e contraditória. Os relatórios de avaliação são públicos e acessíveis no *site* da agência.

A AERES é também competente para a avaliação das formações e diplomas (licenças, mestrados, escolas de doutorado...) que se inscreve no quadro do espaço europeu de ensino superior e da pesquisa. “Essa avaliação leva em conta ao mesmo tempo a pertinência científica e profissional da oferta de formação, tanto em termos de aquisição de conhecimentos, quanto de desenvolvimento de competências.” (7)

No plano regional

As regiões francesas (Île de France, Rhône-Alpes, Provence-Alpes-Côte d’Azur, Midi-Pyrénées etc.) têm também uma missão de sustentação da pesquisa no seu território. Cada região define sua própria política e as modalidades de seu apoio à pesquisa. Se tomarmos o caso da região Rhône-Alpes, exemplo que conheço bem, para melhor apoiar a pesquisa nas disciplinas onde a produção de conhecimentos novos é necessária ao seu desenvolvimento, o conselho regional criou “*clusters* de pesquisa”. Formando redes de equipes pluridisciplinares, esses *clusters* trabalham na realização de programas científicos comuns. Um cluster de pesquisa é um local de incentivo da e para comunidade científica, que organiza seminários e outras jornadas de intercâmbio. Mas é também um local de formação de doutorandos. Este contexto de incentivo à atividade científica pretende manter o elo entre a pesquisa e a sociedade civil, notadamente em termos de valorização e de transferência de tecnologia destinada às empresas e, consequentemente, para os meios industriais. No total, 14 Clusters congregam projetos de universidades, grandes escolas e laboratórios de Rhône-Alpes, divididos em cinco áreas de

investigação (Digital, Nanotecnologia, materiais; Gestão, organização, produção; Química, energia, transporte; Biotecnologia e Saúde; Estilos de Vida, cultura, ciência e sociedade).

Os Núcleos de pesquisa criados e mantidos pela Região são os seguintes:

- I. Microeletrônica, nanociências e nanotecnologias;
- II. Informática, sinal, softwares integrados;
- III. Controle da vida útil de materiais e estruturas;
- IV. Gestão e organização dos sistemas de produção e de inovação;
- V. Química sustentável;
- VI. Meio ambiente;
- VII. Energias renováveis, eficiência energética;
- VIII. Transportes, territórios e sociedade;
- IX. Qualidade das plantas, agriculturas, atores e territórios;
- X. Infectologia, imunologia, cancerologia;
- XI. Deficiência, envelhecimento, neurociências;
- XII. Dinâmicas sociais e territoriais;
- XIII. Culturas, patrimônio e criação;
- XIV. Questões e representações da ciência, tecnologia e seus usos.

Cada um desses *clusters* é financiado pelo conselho regional. Professores-pesquisadores em ciências da informação e da comunicação de Lyon e de Grenoble estão engajados em projetos ligados aos dois primeiros núcleos.

No plano europeu

A direção geral “sociedade da informação e mídias” da comissão europeia lançou, em 2006, um vasto programa intitulado “i2010: Bibliotecas Digitais” [*Digital Library Initiative*], de digitalização do patrimônio cultural na Europa e de instrumentos de acesso científico aos resultados da pesquisa. Paralelamente, essa direção geral (a DG XIII) lançou seu sétimo programa de pesquisa

e desenvolvimento (PCRD 7). Este programa cobre o período de 2007-2013 e é dotado de uma quantia de 50,5 milhões de euros.

No domínio das tecnologias da informação e da comunicação, em 2007 foi lançado um edital para projetos que respondessem a 7 “desafios”, sendo um intitulado “Bibliotecas e conteúdos digitais”.

[Este] desafio consiste em explorar as sinergias possíveis associando os conteúdos, os conhecimentos e a aprendizagem; fazer com que os conhecimentos e os conteúdos sejam abundantes, acessíveis, interativos e utilizáveis ao longo do tempo pelos homens, tanto quanto pelas máquinas. Para tanto, será necessário levar em conta as tendências atuais em matéria de produção e consumo de conteúdo e em particular a transição do modelo de serviço das fontes raras e destinações múltiplas para modelos de serviço para fontes e destinações múltiplas. (...) A pesquisa deveria estabelecer firmemente os serviços de bibliotecas digitais como um componente-chave das infraestruturas de conteúdo digital, permitindo produzir, estocar, gerir, personalizar, transmitir, conservar e explorar de modo seguro, eficaz e pouco custoso o conteúdo dos conhecimentos, segundo normas amplamente aceitas. Apoiar serviços mais personalizados e colaborativos, especialmente em comunidades auto-organizadas, levará a abordagens mais criativas para a produção de conteúdo e conhecimento. (...) O trabalho reforçará o elo entre o conteúdo, os conhecimentos e os processos de educação permanente. Melhorará nossa capacidade de dominar e explorar conteúdos e conhecimentos e de aprender nos ambientes de trabalho cada vez mais dinâmicos.

Um programa europeu como esse representa uma bela oportunidade para a pesquisa francesa em ciências da informação;

parece que infelizmente poucas unidades de pesquisa francesas têm se engajado num projeto que responda a esse “desafio”.

O doutorado

Doutorado francês

O doutorado se inscreve no esquema europeu LMD; trata-se da última etapa do processo de formação universitária. Após três anos de licença, dois anos de mestrado, o doutorado tem uma duração teórica (8) de três anos. É um diploma expedido pelas universidades e quaisquer instituições de ensino superior habilitadas pelo ministério como escolas normais superiores. Ele se prepara no quadro de uma escola de doutorado e no âmbito de uma unidade de pesquisa habilitada a acolher doutorandos (como equipe de apoio). O trabalho principal realizado para obter o diploma de doutorado é a tese, coroamento de um importante trabalho de pesquisa. Esse trabalho é dirigido por um professor-pesquisador (professor ou mestre de conferências) ou pesquisador habilitado a dirigir pesquisas.

Doutorado em cotutela

Alguns doutorados podem ser preparados em duas instituições de ensino superior, uma francesa e outra estrangeira. Uma convenção de cotutela estabelecida entre duas instituições define as modalidades de preparação, de redação e de defesa da tese. Esse dispositivo de cotutela permite a um estudante francês ou estrangeiro conduzir uma pesquisa em dois ambientes diferentes, o que às vezes é difícil, mas muito rico.

Doutorado europeu

O doutorado europeu é na verdade uma tese “clássica” com um selo "europeu" adicional. Concerne estudantes de países membros da União Europeia, estendido a outros estados europeus (Suíça, Islândia, Noruega, Lichtenstein). O selo é concedido, além do doutorado, quando as 4 condições seguintes são preenchidas:

I. a autorização de defesa é acordada com base em relatórios redigidos por pelo menos dois professores pertencentes a instituições de ensino superior de dois estados europeus diferentes, que não aquele no qual o doutorado é defendido;

II. pelo menos um membro da banca deve pertencer a uma instituição de ensino superior de um estado europeu diverso daquele no qual o doutorado é defendido;

III. uma parte da defesa deve ser efetuada numa língua nacional europeia diversa da(s) língua(s) nacionais do país em que é defendido o doutorado;

IV. o doutorado deverá ter sido preparado em parte quando de uma estada de ao menos um trimestre em outro país europeu. Observe-se que uma tese europeia pode ser preparada em cotutela. É necessário, então, demandar essa cotutela desde a inscrição no primeiro ano da tese, ao contrário do selo europeu.

As escolas de doutorado

Criação recente (fim dos anos 1990), as escolas de doutorado constituem o quadro no qual se preparam os doutorados. Associadas às unidades de pesquisa que lhes servem de suporte, elas ajudam os doutorandos a conduzirem sua pesquisa e a dirigir sua tese. Proporcionam, assim, aos doutorandos dos professores, estágios de formação, conferências etc. que constituem para eles, não apenas um aporte teórico e metodológico importante, mas também uma ajuda à inserção profissional.

É assim que a escola de doutorado EPIC - Ciências da Educação, Psicologia, ciências da Informação e da Comunicação - da qual participo, propõe:

I. uma formação metodológica e teórica (na base de cursos, estágios, conferências e jornadas de estudos disciplinares e interdisciplinares);

II. um estágio para ajudar a produzir e editar a tese;

III. uma preparação à inserção profissional;

IV. uma atividade nacional e internacional (sob a forma de encontros nacionais e internacionais etc.).

O agrupamento, em curso, de instituições de ensino superior no mesmo sítio geográfico, no âmbito dos polos de pesquisa e ensino superior (PRES), leva estas e instituições a reorganizar as escolas de doutorado: as escolas de doutorado de instituições tornam-se escolas de doutorado de sítio. Assim, as escolas de doutorado das universidades e outras grandes escolas de Lyon e de Saint-Etienne foram substituídas pelas escolas de doutorado comuns às instituições no âmbito do PRES “Universidade de Lyon”. Essas novas escolas de doutorado, em número limitado, cobrem, cada uma, um vasto campo disciplinar, como, por exemplo, a EPIC ou a escola de doutorado afiliada ao LERASS, a escola LLC (letras, línguas, culturas) das Universidades Le Mirail e Paul Sabatier de Toulouse.

Auxílios financeiros

Os principais auxílios financeiros públicos concedidos aos doutorandos podem ter a forma, seja de uma *alocação de pesquisa*, seja de uma *bolsa CIFRE*.

Uma alocação de pesquisa é distribuída a um estudante, pela escola de doutorado em que ele se inscreve, em nome do estado ou em nome da região para uma duração de dois anos; se o trabalho de pesquisa progride convenientemente, a alocação pode ser concedida por um ano suplementar. O estudante é então empregado do estado ou da região. O beneficiário pode, em

seguida, ser recrutado como “monitor” por uma instituição de ensino superior para a supervisão de estudantes dos dois primeiros anos de licença.

Infelizmente, muitos doutorandos não podem se beneficiar de tal alocação em razão do pequeno número de alocações concedidas, por estado ou região, às escolas de doutorado. Isso é particularmente verdadeiro para as ciências humanas e sociais onde se encontram as ciências da informação e da comunicação.

A habilitação para dirigir pesquisas

Apenas os professores universitários, os diretores de pesquisa das instituições públicas de pesquisa (CNRS - Centro nacional de pesquisa científica, INSERM - Instituto nacional de saúde e da pesquisa médica, INRA - Instituto nacional de pesquisa agrônômica) e os mestres de conferências habilitados a dirigir pesquisas (HDR) são autorizados a dirigir trabalhos de pesquisa no âmbito de um doutorado ou, em menor grau, de um mestrado. O dispositivo de habilitação para dirigir pesquisas foi instituído em 1988 e permitiu a extinção da antiga e frequentemente saudosa tese de estado.

“A habilitação para dirigir pesquisas sanciona o reconhecimento do alto nível científico do candidato, do caráter original de sua abordagem em um domínio científico ou tecnológico suficientemente amplo e, de sua capacidade de supervisionar jovens pesquisadores...”. Ela permite o acesso ao corpo de professores das universidades. O tempo entre a defesa da tese e a apresentação dos trabalhos em vista da HDR é da ordem de 5 a 10 anos, e, frequentemente, superior a 10 anos.

Para compreender um pouco o que representa uma habilitação para dirigir pesquisas, que não é um diploma, vamos nos deter por um instante nas modalidades de sua obtenção numa universidade francesa - a Universidade Louis-Pasteur de Strasbourg. A operação de obtenção de uma habilitação para dirigir

pesquisas se efetua em dois tempos: a inscrição numa universidade e a defesa no âmbito dessa mesma universidade.

O conselho científico da universidade ou, por delegação, uma comissão específica vinculada a esse conselho, é encarregada de examinar o dossiê de demanda de inscrição, depois a proposição de relatores e a composição da banca de defesa.

Com vistas à inscrição, o candidato prepara um dossiê compreendendo um *curriculum vitae* e um documento sintético que permita apreciar as qualidades citadas anteriormente e baseado em particular nas atividades de pesquisa efetuadas após a tese de doutorado, as publicações que dela resultaram, os contratos de pesquisa obtidos, a supervisão de estudantes de mestrado, os projetos de pesquisa (9). Esse dossiê é enviado ao conselho científico com um relatório estabelecido pelo “fiador da habilitação” escolhido pelo candidato entre os professores da universidade ou similares. Esse relatório deve valorizar as qualidades do candidato. Ele é, geralmente, visado pelo Diretor da unidade de pesquisa do candidato (se ele desenvolve suas pesquisas na universidade) e pelo responsável pela escola de doutorado. Com base nesses documentos, o conselho científico decide sobre a autorização de inscrição na habilitação para dirigir pesquisas. Sua decisão é transmitida ao candidato que, seguindo a data que ele estima poder depositar seu dossiê completo de candidatura, se inscreve para o ano universitário em curso.

Para a defesa da HDR, o dossiê de candidatura deve ser depositado em vários exemplares no departamento da universidade encarregado das habilitações para dirigir pesquisas. Ele compreende os documentos científicos (trabalhos publicados ou datilografados), uma síntese da atividade científica e um programa de pesquisa.

Um resumo das obras ou dos trabalhos deve ao mesmo tempo ser enviado com uma lista de difusão interna para a universidade.

Paralelamente, o fiador da habilitação propõe uma banca composta de, ao menos, 5 membros e 3 relatores, sendo 2 externos

e 1 interno à universidade. Os relatores devem ser habilitados a dirigir pesquisas (ou similares) e não ter publicado com o candidato.

Ao menos a metade da banca deve ser composta de personalidades francesas ou estrangeiras externas à universidade. Essa proposição de banca deve ter obtido anteriormente o acordo do vice-presidente encarregado da pesquisa.

O dossiê de candidatura completo é em seguida examinado pelo conselho científico da universidade, e o presidente da universidade, levando em consideração a opinião desse conselho, nomeia a banca e designa os relatores aos quais os documentos científicos são enviados pelo departamento responsável pelo acompanhamento do procedimento de habilitação.

Os relatores dão a conhecer a sua opinião através de relatórios escritos e fundamentados, com base nos quais o Presidente da Universidade decide autorizar a apresentação oral dos trabalhos à banca.

O campo das “Ciências da Informação e da Comunicação”

Para que uma jovem disciplina, tal como as “Ciências da Informação” se institucionalize, é preciso não apenas que ela se inscreva em um quadro institucional; não somente que o número de pesquisadores e de professores que o reivindicam atinja um limite crítico, não apenas que os pesquisadores e professores se agrupem em comunidade, é também necessário que se desenvolva um corpus de conhecimentos validados e partilhados por essa comunidade. Dito de outra maneira, e para retomar os termos de M. Foucault em “A arqueologia do saber”, é necessário que a formação discursiva, constituída pelo conjunto de enunciados produzidos por esses pesquisadores e professores, tenha ultrapassado o limiar da *epistemologização* ou mesmo o limiar da cientificidade, quer dizer, se constitua em um conjunto coerente de enunciados dotados de regras de formação e verificação.

A definição oficial

Na definição do campo das “Ciências da Informação e da Comunicação” que ela propõe, a 71ª seção do conselho nacional das universidades considera que as ciências da informação e da comunicação cobrem:

- I. Os estudos sobre as noções de informação e de comunicação, sobre suas relações, sobre a natureza dos problemas e das práticas assim designadas, assim como as diferentes abordagens científicas que a elas se aplicam.
- II. O estudo, de um lado, dos processos, das produções e dos usos da informação e da comunicação; de outro lado, da sua concepção e recepção. Da mesma forma o estudo dos processos de mediação e de mediatização.
- III. O estudo dos atores, individuais e institucionais, da informação e da comunicação, o estudo dos profissionais (incluindo notadamente os jornalistas) e de suas práticas.
- IV. O estudo da informação, de seu conteúdo, dos sistemas sob o ângulo das representações, das significações ou das práticas associadas.
- V. O estudo das mídias de comunicação e das indústrias culturais sob seus diversos aspectos.

Acrescente-se que “o campo da seção é decididamente interdisciplinar. Os métodos implementados pelos estudos que neles se enquadram podem ser diversos, mas cada estudo deve ser baseado em uma (das) metodologia(s) bem identificada(s)”.

A amplitude do domínio da informação e da comunicação e os diferentes empregos desses termos levam a distinguir a prática da informação ou da comunicação (que é o fato de todos os indivíduos, quer sejam professores-pesquisadores ou não) do estudo dos processos da informação e da comunicação, que é o campo do ensino e da pesquisa da 71ª Seção. Nesse aspecto, não é suficiente ter projetado ou produzido um ou mais produtos de

comunicação, nem de usá-los para reivindicar o campo das “Ciências da Informação e da Comunicação”.

As Ciências da Informação

No que se refere mais especificamente às “Ciências da Informação”, e sem questionar as prescrições do CNU, parece-me que alguns objetos são centrais, tais como:

- o acesso à informação, ao saber, à cultura, e, correlativamente, a elaboração de produtos de informação, de produtos científicos ou culturais;
- os sistemas de informação, enquanto objetos complexos articulando um público, serviços e um dispositivo sociotécnico;
- a documentação, no sentido amplo do termo (englobando arquivos, coleções de museus, fundos documentários, bases de dados etc.) enquanto fonte de informação e de saber;
- os sistemas classificatórios, as taxonomias e, de forma mais geral, a organização do saber e dos conhecimentos.

Parece-me também que alguns conceitos fundamentais como o de saber, representação, mediação, discurso, memória, categoria, dispositivo, e provavelmente alguns outros, devem participar de uma epistemologia das “Ciências da Informação”, que formariam uma base teórica comum a todas as pesquisas que se inscrevem no campo das ciências da informação.

Resta-nos somente construir essa epistemologia!

Notas

(1) Órgão encarregado pelo Ministério da Educação Superior da busca de qualificação das funções de mestre de conferências e de professor das universidades.

(2) O Ministério da Educação Superior contabilizou, em 2005, 663 professores-pesquisadores (142 professores e 521 mestres de

conferências na sessão 71 do CNU (Cardy, H., Froissart, P., Cartographie d'une discipline, in Olivesi, S. Sciences de l'information et de la communication, PUG, (Grenoble, 2006). Pode-se estimar em um terço os professores-pesquisadores inscritos em “ciências da informação”

(3) Dois anos de estudos após o baccalauréat, que sanciona, na França, o fim dos estudos secundários.

(4) No âmbito do dispositivo LMD (Licença-Mestrado-Doutorado), uma licença profissional sanciona um terceiro ano de estudos após o baccalauréat que permite ao estudante entrar diretamente no mercado de trabalho.

(5) A 52ª seção, que se tornou a 71ª seção no início dos anos 1980, “qualifica” todo candidato das ciências da informação e da comunicação a uma função de mestre de conferências ou professor universitário.

(6) Em 2008, a ANR se beneficiou de uma capacidade de compromisso de 955 milhões de euros para projetos de pesquisa com duração até quatro anos.

(7) A AERES acaba de avaliar, em 2008, pela primeira vez, no site, as 72 escolas de doutorado das instituições das vagas B de contratação.

(8) Escrevo “teórica”, pois frequentemente os doutorandos obtêm um prolongamento da duração de sua formação doutoral em razão, notadamente, de uma atividade assalariada não lhe permitindo dedicar-se em tempo integral à pesquisa. Essas prorrogações são cada vez mais difíceis de serem obtidas.

(9) Esse documento de síntese dos trabalhos é frequentemente substituído por “uma obra original”, semelhante a uma “grande” tese e parecida com a antiga tese de estado extinta em 1988.

SITUAÇÃO DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL ⁴

Johanna Smit

Introdução

A ciência da informação (CI) tem vários fundadores, em diferentes épocas e países, e é possível reduzir sua história a duas abordagens, nem sempre percebidas como complementares, mas que serão aqui postuladas como tal:

- uma abordagem mais focada na organização da informação e do conhecimento através da sua representação;
- e uma abordagem que enfatiza os desafios e benefícios da tecnologia como parte do processo.

A abordagem mais centrada na organização da informação e do conhecimento apresenta, por sua vez, vários patronos e facetas, destacando-se os nomes de Paul Otlet, hoje lembrado em função da CDU mas cujo projeto foi muito mais amplo e ambicioso e, um pouco depois, de Suzanne Briet, sem esquecer Ranganathan e os trabalhos do *Classification Research Group*. A importância – inegável – da tecnologia nos processos de organização e disseminação da informação foi por sua vez mais associada ao nome de Vannevar Bush e os desdobramentos posteriores no contexto da American Society for Information Science and Technology (ASIS&T), fundada em 1937 como Instituto Americano de Documentação.

⁴ Originalmente publicado em: SMIT, J. Situation de la recherche en Science de l'information au Brésil. I Journée Scientifique Internationale du Réseau Mussi. **Actes...** Avignon : Université d'Avignon et des Pays du Vaucluse, 2010. p. 27-49.

Tradução e revisão da autora.

Não é meu objetivo alimentar uma controvérsia sobre os precursores da CI, respectivos legados e influências, parecendo mais fértil simplesmente constatar a dupla linhagem de abordagens no nascedouro da CI, ressaltando, no entanto, um fato comum: tanto na Europa como nos Estados Unidos a configuração do que seria chamado “CI” se deveu muito mais a cientistas, pesquisadores, juristas e tecnólogos, e muito menos a bibliotecários.

Tanto a documentação da tradição europeia, originada a partir da bibliografia, como o “special librarianship” americano nasceram de uma crise paradigmática, segundo a qual a biblioteconomia não oferecia soluções adequadas para uma recuperação da informação em um contexto no qual a consciência da “explosão da informação” se tornava cada vez mais presente e a diversidade de tipos de documentos, suportes e códigos introduzia novos desafios para a recuperação da informação e a construção do conhecimento. A insatisfação em relação ao raio de ação da biblioteconomia gerou novas exigências, mais voltadas para o acesso à informação e sua divulgação, recorrendo à tecnologia disponível que, embora incipiente, já prenunciava uma diversidade de documentos, recursos digitais e redes de informação hoje disponíveis.

A partir deste resumo – exageradamente sintético! - detecta-se uma primeira tensão, ou ruptura, entre a Biblioteconomia e a Documentação e posteriormente entre a Biblioteconomia/Documentação e a Ciência da Informação, enunciando sempre uma distinção considerada necessária face às necessidades de informação, cada vez percebidas como mais específicas e urgentes, entre o tratamento da informação – objetivo da documentação - e a função educacional e cultural desta, enfatizada pela biblioteconomia. A distinção repercutiu de formas diferentes nos diferentes países, mas em todos distinguiu os profissionais, sua formação e competências bem como suas associações profissionais ou científicas.

A Ciência da Informação no Brasil

A configuração da Ciência da Informação no Brasil parte, a meu ver, de um ponto de vista distinto daquele acima observado na Europa e Estados Unidos, uma vez que os profissionais que levantaram a bandeira da CI aqui não eram, salvo honrosas exceções (1), profissionais de outras áreas, mas bibliotecários. Essa afirmação pede alguns esclarecimentos:

- a documentação foi absorvida no Brasil tanto no ensino como na legislação profissional, pela biblioteconomia. Por uma razão, portanto, relacionada ao mercado de trabalho a documentação, enquanto área pressupondo competências profissionais específicas foi literalmente engolida pela biblioteconomia brasileira. Não se tratou - evidentemente, de uma discussão epistemológica, mas corporativa. Em decorrência do corporativismo, temos até hoje uma legislação que regulamenta o exercício profissional do bibliotecário, incluindo as atividades próprias da documentação. A formação de bibliotecários é, por sua vez, regida por “Diretrizes Curriculares” que incluem muitas atividades associadas à documentação, tais como o ensino da indexação, a elaboração de tesouros e a documentação propriamente dita. Muito embora, oficialmente, a graduação no Brasil forme bibliotecários, em muitos cursos formamos, de fato, documentalistas, que recebem ao final de sua formação (de 4 anos, quase sempre) um diploma de bacharel em biblioteconomia, se inscrevem no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) para poderem exercer a função de bibliotecários embora desenvolvam, freqüentemente, ações próprias da documentação...

- o ensino da biblioteconomia no Brasil se iniciou, em 1911, pela necessidade de formação de quadros para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, bastante influenciada pelo que se ensinava na École des Chartes (Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática). Uma vez os quadros formados, a formação foi desativada por falta de candidatos, ocorrendo um deslocamento do eixo formativo do Rio de Janeiro

para São Paulo (Oliveira, Carvalho, Souza, 2009). Em São Paulo, a partir da biblioteca do Colégio Mackenzie, dirigida pela bibliotecária americana Dorothy Gropp, a influência americana se impôs, particularmente pela formação e visitas a bibliotecas americanas a partir de 1929. Ao que tudo indica este processo ainda mereceria um estudo, visto que naquele momento (anos 30 a anos 60) a biblioteconomia americana era fortemente influenciada pela Escola de Biblioteconomia de Chicago, que preconizava um “deslocamento do foco nos processos para a função” (Ortega, 2004, p. 6) e minimizava a importância dos recursos técnicos e tecnológicos, mas a biblioteconomia assimilada no Brasil enfatizava o processo e não a função. Em decorrência, deu-se a supervalorização de esquemas e códigos americanos e a perda de espaço para o bibliotecário-erudito-conservador. Categorizado pelos adjetivos de “moderno” e “eficiente”, o “fazer” do bibliotecário enfatizava procedimentos e técnicas e não competências para prover o acesso à informação por diferentes públicos ou uma reflexão crítica autônoma sobre sua função social (educacional e/ou cultural). Com o tempo esta visão da biblioteconomia foi considerada excessivamente tecnicista e, portanto, depreciada em sua condição de formação de nível superior para o exercício de uma profissão liberal. Grosso modo, no período coberto pelos anos 60 a 80, a crítica contra o tecnicismo era unânime, muitas vezes sustentada por argumentações bastante pertinentes.

- outro aspecto que me parece relevante, consequência do anterior, não é específico da situação brasileira, mas o cito assim mesmo, pois me parece importante para entender o quadro geral dentro do qual atuamos no Brasil e este aspecto tem a ver com o reconhecimento social e a visibilidade acadêmica da área. Em consequência de um ensino da biblioteconomia que primava pelo aspecto técnico, a obediência cega a regras e códigos e uma relativa falta de compromisso com a construção de um conhecimento adequado para a realidade social brasileira, geraram a imagem de uma profissão “técnica”, que se desenvolve por repetição e pouco

inova, gerando uma depreciação em sua imagem. A biblioteconomia associada à erudição foi substituída por uma técnica biblioteconômica, desvinculada da erudição e da leitura e que, portanto, poucas respostas poderiam fornecer em relação aos imensos problemas de acesso e apropriação da informação vivenciados pela população. Com um sistema de educação pública também cada vez mais deteriorado, a população tem dificuldade para acessar a informação e, portanto, gerar um conhecimento próprio, autônomo, livre. Malgrado alguns tenazes batalhadores, a biblioteconomia deixou de ser vista como um elo necessário ao desenvolvimento do país. No entanto, por força da regulamentação profissional que, a partir de 1962, exigia o diploma de bibliotecário para a atuação profissional (fiscalizada pelos CRBs), a biblioteconomia foi alçada à condição de profissão liberal e sua formação de nível superior assumida por universidades ou instituições de ensino superior.

- um último aspecto deve ainda ser mencionado. Conforme acima afirmado, a biblioteconomia conquistou um lugar no ensino superior pela via legal – e formal - já que a regulamentação profissional assim dispunha. Na prática, salvo honrosas exceções, uma atividade profissional depreciada, “técnica”, era recebida no ambiente do ensino superior, mas nunca foi efetivamente integrada à academia, pois de fato não percebida enquanto relevante de acordo com os pressupostos da reflexão desenvolvida no ensino superior. A “aceitação” foi, conseqüentemente, formal, sem o respectivo respaldo de exigências acadêmicas. É importante lembrar que muitos cursos de biblioteconomia foram criados e formaram bons bibliotecários. No entanto, a sociedade, em função da imagem do bibliotecário, esperava dele uma função eminentemente preservacionista, mas o profissional, durante sua formação, tinha tido acesso a outras ideias, objetivos e discussões muito mais amplas!

Somadas todas as razões, os bibliotecários sabiam que era possível fazer mais e queriam fazer mais, insuflar uma atitude muito mais pró-ativa em suas bibliotecas, detalhar serviços de

acordo com necessidades de informação de usuários específicos, incluir nos acervos – físicos ou virtuais - outros documentos além dos livros e periódicos. A insatisfação vivenciada por alguns bibliotecários encontrou eco na criação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Barreto, 2009), não vinculado a um curso de graduação em biblioteconomia, mas a uma proposta de disseminação da informação científica e tecnológica. Pode-se dizer que o “novo” e o “algo a mais” passou a ser chamado de Ciência da Informação e os profissionais voltados para a organização do acesso à informação passaram a ser denominados “profissionais da informação”, retomando a designação desenvolvida no seio da Federação Internacional de Informação e Documentação - FID/MIP (Fonsêca, Oddone, 2005).

Muito embora os agentes da transformação, no Brasil, fossem tanto bibliotecários como outros profissionais (vinculados ao IBICT), a ruptura em relação à biblioteconomia “tradicional” era norteadas pelas mesmas razões em que fora enunciada na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, uma insatisfação em relação ao alcance, objetivos e métodos da biblioteconomia (Barreto, 2009).

A argumentação ainda pode ser completada quando lembramos que a biblioteconomia, na imagem que dela fazia a sociedade, não gozava de muito prestígio na sociedade e, conseqüentemente, na universidade (2). Ela precisou se afirmar, justificar sua inserção no universo do ensino superior, distinguir-se do ensino técnico de nível médio, para referendar e consolidar sua inserção neste universo. Se no início (1962 a 2001) o ensino da biblioteconomia era regido por um “currículo mínimo”, o diagnóstico de que esse currículo enfatizava os aspectos técnicos (e, portanto, depreciativos) da formação levou à elaboração, em 2001, de “diretrizes curriculares”, no contexto de um amplo movimento de desregulamentação de uma série de profissões proposta pelo MEC (3). A manutenção do espaço da biblioteconomia na academia, no entanto, não era simples e a

imagem negativa pouco auxiliava. Os profissionais (bibliotecários ou outros), conscientes do potencial revolucionário representado por um acesso à informação para a elaboração de um conhecimento autônomo e crítico, viam-se, assim, diante de uma formação que, embora flexibilizada pelas diretrizes curriculares, continuava sofrendo com a falta de reconhecimento social, uma estrutura de regulamentação (e fiscalização profissional) e seus anseios por uma valorização da informação e das atividades a ela relacionados. Correndo o risco de ser contestada, suspeito que o termo “Ciência da Informação” pode ter sido adotado como forma de aumentar o status da área, aumento este alavancado pelo termo “ciência”.

A trajetória da Ciência da Informação no Brasil teve suas particularidades, mas não a distingue fundamentalmente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, um processo de nomeação de uma área “nova”, almejando maior status através da incorporação do termo “ciência”, e por várias razões propondo soluções para problemas novos - a ciência pós-moderna de Wersig (1993) - sem levar em conta conhecimentos e procedimentos amplamente testados pela biblioteconomia, da qual faz questão de se distinguir sem conseguir propor uma identidade clara para esta nova ciência. Particularmente, trabalho com a seguinte delimitação, certamente provisória e nada consensual: *a ciência da informação é a ciência da organização do acesso a uma informação registrada e disponibilizada institucionalmente.*

A Ciência da Informação no Brasil e os diferentes corporativismos

Sabe-se que na antiguidade e ainda na Idade Média os documentos, quando reunidos, formavam acervos hoje considerados distintos: bibliotecas, museus e arquivos preservam e organizam o acesso a informações de modos diferentes. Hoje essas três instituições nomeiam áreas autônomas, embora com objetivos muito próximos, mas com práticas profissionais diversificadas.

Em função de dois fatores, complementares, neste ponto a situação brasileira é distinta de algumas outras:

a) a legislação trabalhista distingue claramente as profissões, protege mercados de atuação profissional e incentiva discussões e distinções sustentadas pelo corporativismo;

b) a formação para as diferentes profissões, conseqüentemente, também é distinta, embora alguns temas sejam geralmente percebidos como elos de ligação entre as diferentes profissões. Assim, por exemplo, nas universidades que oferecem duas ou três formações, esses temas são ministrados para o conjunto dos alunos (p. ex. “fundamentos de Ciência da Informação”, “estudos de usuários”, “administração de serviços e sistemas de informação”, “bancos de dados”, etc.).

Quando o universo da CI é observado pelo viés da legislação profissional e pela respectiva formação profissional, no ambiente brasileiro deparamo-nos com uma imensa energia gasta em lutas fratricidas, nas quais cada profissão despende muito esforço para se demarcar das co-irmãs e marcar seu território. Não ignoro as especificidades de cada profissão, com respectivos fundamentos teóricos e práticas profissionais, mas observo que a busca por teorias mais generalizantes e conceitos próprios da área acaba prejudicada quando a busca pela especificidade e identidade de cada uma se sobrepõe a uma visão mais holística do campo da informação.

Caso a CI tivesse clareza de seus objetos e objetivos, e não estivesse em eterna crise de identidade, certamente a situação no Brasil seria outra. “Buckland acredita que a disputa sobre a Ciência da Informação e Biblioteconomia poderia ter ocasionado uma grande mudança se tivesse ocorrido uma retomada das primeiras posições dos documentalistas europeus e dos estudos e propostas dos pioneiros estadunidense que atuaram em fins do século XIX” (Ortega, 2004, p.7). No entanto, é inegável que as brigas fratricidas e a falta de clareza acerca dos objetivos sociais de cada área profissional (biblioteconomia, arquivologia e museologia) e seu modo de articulação a uma área do conhecimento que ainda não

construiu seu corpo teórico-conceitual, abrem espaço para muitas indefinições e uma dispersão de esforços, dado que as finalidades não estão sempre suficientemente explicitadas e aceitas por aqueles que deveriam contribuir na construção do conhecimento desta área.

Assessoriammente, vale destacar que, diante da constante busca de identidade e respectiva necessidade de demarcação de terrenos, a Ciência da informação convive em algumas instituições brasileiras com a comunicação, ressaltando a complementaridade entre as duas áreas, mas sempre ressaltando suas diferenças, ao invés do que acontece na França.

A graduação e a pós-graduação no Brasil na área de informação

Não me parece muito fértil criticar uma situação de fato, tal como ela se apresenta no Brasil, mas é forçoso constatar que ela traz consequências. Assim sendo, a seguinte distribuição, geralmente tacitamente assumida, é a seguinte:

a) a formação de graduação (ou seja, o equivalente francês ao BAC+3) corresponde a uma formação profissional e, portanto, ela forma bibliotecários, arquivistas e museólogos, de acordo com a legislação trabalhista e as diretrizes curriculares em vigor. Alguns departamentos ou escolas que ministram esses cursos trazem a CI em seu nome, alguns cursos inovaram e incluíram a informação no nome do curso ministrado (gestão da informação, ciência da informação) mas enfrentam dificuldades relacionadas ao diploma que expedem e que são incompatíveis com o *status quo*, particularmente quando o acesso ao mercado de trabalho se dá através de concursos que pedem diplomas reconhecidos pelo Ministério de Educação, o que elimina a possibilidade de candidaturas de profissionais que portam diplomas de gestores da informação ou alguma paráfrase próxima, dado que a legislação somente reconhece os diplomas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. Há forte pressão para mudar essa situação através da

desregulamentação destas profissões, mas por ora a realidade é essa;

b) a pós-graduação brasileira forma mestres e doutores. No Brasil ela tem uma história bastante edificante em função da atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, com a elaboração de Planos Nacionais de Pós-Graduação e a avaliação nacional de programas, contando com objetivos consensualmente aceitos: a formação de pesquisadores e a construção de conhecimentos novos, que fertilizem a respectiva área do conhecimento. Há muitas discussões até que ponto o sistema brasileiro de pós-graduação está incentivando o produtivismo e perdendo de vista seus objetivos, mas fato é que:

- as atividades de pós-graduação (mestrado e doutorado, sempre pressupondo que o aluno seja bacharel) se vinculam a áreas do conhecimento e é consenso que, no caso que nos ocupa, esta área é a CI. Alguns programas de pós-graduação iniciaram suas atividades como programas de pós-graduação em biblioteconomia, depois incluíram a menção à CI e hoje todos os programas se assumem programas de pós-graduação em CI, sendo que 10 dos 11 programas oficialmente reconhecidos em 2010 se originaram a partir de graduações em biblioteconomia (o programa do IBICT constitui a exceção).

- em função das diferentes interpretações sobre a vinculação das áreas profissionais em relação à Ciência da Informação, os programas nem sempre se posicionam explicitamente em relação à contribuição que podem dar para aprimorar a prática profissional. As pesquisas desenvolvidas pelos orientandos (para obtenção do grau de mestre ou doutor) muitas vezes resgatam esse aspecto, quando eles propõem pesquisas que tentam responder a inquietações oriundas de uma prática profissional percebida como insatisfatória. No entanto, os objetivos dos programas de pós-graduação e das áreas aos quais se dedicam são bem menos explícitos neste aspecto e enfatizam os grandes temas - importantes por certo! – mas silenciam com certa frequência acerca da relação

entre estes temas e as áreas profissionais de aplicação. A Ciência da Informação, no Brasil, é consensualmente considerada no contexto das Ciências Sociais Aplicadas, pressupondo-se sempre uma possível aplicação social do conhecimento gerado pelos programas de pós-graduação.

- além dos 11 programas de pós-graduação em CI hoje reconhecidos pela CAPES, pode-se citar um programa antigo, hoje desativado, e quatro programas que trabalham na interface, mas por razões variadas não integram, na CAPES, o campo da CI. O conjunto dos programas se encontra listado em anexo.

- um parêntese deve ser aberto em relação ao que no Brasil é denominado o “mestrado profissional”, que também é controlado e regulamentado pela CAPES, mas assume uma vinculação mais clara em relação a objetivos e problemas profissionais. Nossa área conta neste momento um único mestrado profissional oficialmente reconhecido pela CAPES, em “Gestão da Informação”, mas é importante reconhecer que existe muito preconceito contra esta modalidade de pós-graduação.

- há ainda outros programas e MBAs na área, mas sem avaliação e reconhecimento oficial, muito embora alguns cursos dessa natureza gozem de muito prestígio junto ao mercado de trabalho.

A distinção teoria/prática, totalmente discutível, infrutífera e relativa, determina, em boa parte, a distinção entre graduação e pós-graduação, embora haja consenso de que os cursos de graduação que convivem com programas de pós-graduação têm maior potencial de inovação e corpo docente mais titulado. Pelo ângulo do mercado de trabalho, “ao contrário dos Estados Unidos, os profissionais brasileiros são formados em nível de graduação. Os cursos de pós-graduação conferem prestígio e podem levar as promoções individuais, mas não certificam profissionais” (Mueller, 2004, p.36-37).

Quem pesquisa CI no Brasil e o que se pesquisa?

Tendo em vista que a pesquisa se desenvolve quase que exclusivamente nos programas de pós-graduação, ela se concentra em docentes/pesquisadores, alunos de diferentes níveis e grupos de pesquisa.

Não se pode assumir que todos os grupos de pesquisa são abrigados por programas de pós-graduação, mas a maior parte certamente o é. Os Grupos de Pesquisa formalmente constituídos constam do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (subordinado ao Ministério de Ciência e Tecnologia): em 2004 foram cadastrados 103 grupos atuando em CI (Oliveira, 2009), lembrando que os programas de Pós-Graduação são reconhecidos e avaliados pela CAPES, subordinada ao Ministério da Educação.

Do ponto de vista formal, os programas de pós-graduação se organizam – com muita liberdade – pela delimitação de temas e abordagens por eles tratados através do conceito da área de concentração e respectivas linhas de pesquisa. É consenso que a pesquisa não se fortalece através da dispersão de temas, supondo-se que cada pesquisador esteja claramente vinculado a uma linha de pesquisa, o que significa que suas pesquisas pessoais desenvolvem sub-temas abrigados pelo tema da linha e que os trabalhos orientados igualmente se encaixem no escopo da linha de pesquisa. Obviamente, esta organização não é 100% aplicada ou aplicável: há pesquisadores em mais de uma linha de pesquisa, linhas mais diversificadas, alunos que mudam de tema ao longo de sua formação, orientadores que se aposentam, temas novos que surgem e chamam a atenção, temas mais atrativos em termos de disponibilidade de verbas para a pesquisa e etc. No entanto, o “grande” desenho da pós-graduação em Ciências da Informação no Brasil pode ser percebido através dos temas tratados pelos programas de pós-graduação e suas respectivas linhas de pesquisa, conforme pode ser observado no anexo.

Quais conclusões podem ser retiradas da análise das informações que constam do anexo? Novamente, correndo o risco

da generalização abusiva, considero que as linhas de pesquisa podem ser aglutinadas em quatro grandes blocos, como segue (4):

Quadro 1. Agrupamento temático da pesquisa em CI no Brasil

	Proposta de aglutinação dos temas	Temas mais frequentes
1	Organização e representação da informação e do conhecimento	Instrumentos, metodologias e consequências da ordenação e classificação da informação nos fluxos de informação, procedimentos de recuperação da informação, incluindo folksonomias, ontologias, metadados, etc.
2	Mediação, circulação e uso da informação	Aspectos culturais, educacionais e sociais dos fluxos de informação, entraves ao fluxo, variáveis intervenientes, alfabetização informacional, etc.
3	Gestão da informação nas organizações e tecnologia da informação	Aspectos tecnológicos e gerenciais ligados à custódia, organização e disseminação da Informação
4	Outros aspectos da CI Informação	Epistemologia da área, formação e atuação do profissional da informação.

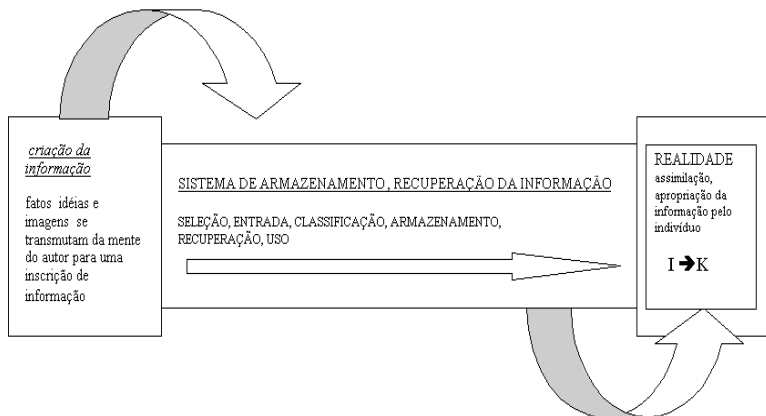
As temáticas relacionadas à organização e representação da informação e do conhecimento representam, com toda certeza, a continuidade dos estudos e das teorias desenvolvidas desde a bibliografia, passando pela biblioteconomia e a documentação. As pesquisas sobre mediação, circulação e uso da informação, com forte viés relacionado à interação e às consequências entre a informação organizada e as repercussões sociais, estão também muito presentes nas pesquisas desenvolvidas no Brasil, destacando as condições nas quais a sociedade, ou grupos sociais, conseguem transformar a informação disponibilizada (objeto do primeiro

grupo) em conhecimento. O terceiro grupo está cada vez mais presente nas discussões, enfocando questões tratadas pelos 2 primeiros grupos através de um filtro tecnológico ou gerencial. O quarto grupo não constitui, de fato, uma aglutinação, mas um repertório de temas menos frequentes, presentes em um ou outro programa.

Considero as pesquisas desenvolvidas no contexto dos três primeiros grupos acima constituindo o núcleo da CI, tendo em vista que os conceitos e pesquisas relacionados ao tema são específicos da área e distinguem a CI de tantas outras ciências que recorrem à informação, mas que não têm como foco central sua organização para acesso e apropriação social.

A complementaridade entre as pesquisas dos três primeiros grupos é evidente e pode ser esquematizada da seguinte maneira:

Figura 1. Fluxo interno e os fluxos externos da informação, onde I = informação e K = conhecimento



Fonte: Smit, Barreto, 2002, p.14

Constata-se que pesquisamos com maior intensidade o módulo “Sistema de Armazenamento, Recuperação da Informação” (correspondente a boa parte dos temas previstos pelos três primeiros grupos acima). As pesquisas com enfoque

arquivístico incluem estudos sobre a produção de documentos e sua relação com a função do documento (correspondendo ao módulo “criação da informação” na figura acima), sendo que o módulo “realidade” da figura recebe um menor número de estudos, apresentando forte viés dos estudos cognitivos e uma tensão sempre latente e pouco discutida entre as abordagens mais individuais da assimilação da informação e os objetivos sociais e coletivos da CI.

A tão decantada interdisciplinaridade da área pode ser detectada em todos os grupos, com diferentes matizes, sendo que ela tem tendência a assumir maior relevância no segundo grupo, no qual pesquisas de cunho sociológico, antropológico ou político são frequentes, alimentando discussões complexas sobre a pertinência ou não de algumas pesquisas, sempre partindo de um traço marcante em nossa história: a procura de uma identidade e a necessidade de demarcação de fronteiras entre disciplinas. A interdisciplinaridade às vezes se apresenta como indisciplina: voltarei à questão nas conclusões.

O Quadro 1 resume, em grandes traços, temas de pesquisa e respectivas abordagens. Fiz há alguns anos atrás um levantamento de temas que, a meu ver, não eram suficientemente pesquisados, os silêncios. Não acredito que este levantamento esteja muito desatualizado. No final de 2005 considerei os seguintes temas insuficientemente pesquisados, baseando-me nas informações enviadas pelos programas para a CAPES:

- produção de indicadores para monitoramento de ações da área. Desde 2006 este tema tem recebido uma atenção um pouco maior, mais ainda com um enfoque mais próximo do apoio a políticas científicas e tecnológicas do que para subsidiar o planejamento e a avaliação de serviços de informação;

- segmentação de usuários e serviços para públicos específicos (crianças, cegos, etc.). O usuário de serviços de informação (físicos ou virtuais) ainda é nosso grande desconhecido!

- informação pública, biblioteca pública, equipamentos públicos. O tema da biblioteca pública, em particular, recebe pouquíssima atenção, as pesquisas se atêm mais à problematização de políticas públicas de informação, obviamente importantes, mas a discussão dos corolários destas políticas, ou seja, a identificação e discussão dos equipamentos públicos que deveriam corporificar as políticas recebem uma atenção muito menor;

- conservação de acervos. Neste ponto vale a expressão “jogar fora o bebê junto com a água do banho”. Ao optarmos, por uma série de razões, por uma ênfase numa compreensão da CI que abandonou o conceito de documento (físico ou digital) em prol de uma informação desmaterializada, que paira em ondas magnéticas no ciberespaço, deixamos de nos preocupar com o documento. Hoje se percebe um ressurgimento das preocupações com o documento e sua conservação, ironicamente alavancado pela estocagem de documentos em meio digital!

- questões jurídicas e éticas envolvidas no acesso e disponibilização da informação, p. ex., problemas de autoria e autenticidade de documentos na web, mas também a censura e os preconceitos presentes em planos de classificação, p. ex.;

- construção de uma linguagem de especialidade em Ciência da Informação (voltarei a este tópico nas conclusões).

A ANCIB e os ENANCIBs (5)

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ANCIB - sociedade civil sem fins lucrativos, foi fundada em junho de 1989, graças ao esforço de alguns Cursos e Programas de Pós-Graduação da área, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação) e sócios individuais (professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos dos Programas). Sua finalidade é acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em CI no Brasil. Desde sua criação, tem se projetado, no país e fora dele, como uma

instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação.

As atividades da ANCIB estruturam-se em duas frentes: o Fórum de Coordenadores, que congrega os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, e o ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB - fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores interessados em temas especializados da CI, organizados em Grupos de Trabalho - GTs, articulados tematicamente de modo a organizar o núcleo substantivo do domínio da Ciência da Informação.

Coordenados por pesquisadores reconhecidos pela comunidade de pesquisa nos seus subcampos específicos, os GTs respondem pela estrutura organizacional não só dos encontros, mas dos eixos temáticos razoavelmente consensuais que agregam os problemas e as questões consideradas mais relevantes para a configuração da área, respeitando as especificidades da conjuntura brasileira.

A configuração dos ENANCIBs, sob a forma de GTs que agregam subcampos da pesquisa, não acontece num vazio. Ao contrário, emerge dos Programas de Pós-Graduação, ou seja, dos lugares que respondem pelo desenvolvimento da maior parte da pesquisa. Embora a responsabilidade de cada evento seja atribuída a um programa, sua preparação envolve os vários Programas, seja pela definição ou redefinição dos GTs, pela avaliação dos trabalhos submetidos para apresentação - e conseqüentemente, pela seleção das pesquisas individuais ou coletivas que conformam gradativamente a área - ou pela escolha das melhores dissertações e teses de cada Programa, candidatas ao Prêmio Ancib.

Antecedem a preparação de um ENANCIB, discussões organizadas pela ANCIB nas quais tomam parte todos os coordenadores de Programas, levando suas questões quanto ao encaminhamento da pós-graduação a debate. Essas reuniões, que geralmente acontecem duas vezes por ano, são seguidas de encontros, na CAPES, dos coordenadores dos Programas que fazem parte da Área de Ciências Sociais Aplicadas I (Comunicação,

Ciência da Informação, Museologia), onde são debatidas inúmeras questões relativas à avaliação da pós-graduação.

O Quadro abaixo correlaciona os agrupamentos temáticos propostos pelo Quadro 1 em relação aos GTs da ANCIB:

Quadro 2. agrupamento temático dos GTs da ANCIB

Agregação temática proposta pelo Quadro 1	GTs da ANCIB
Organização e representação da informação e do conhecimento	GT2 – Organização e representação do Conhecimento
Mediação, circulação e uso da informação	GT3 – Mediação, circulação e apropriação da informação GT5 – Política e economia da informação
Gestão da informação nas organizações e tecnologia da informação	GT4 – Gestão da informação e do conhecimento nas organizações GT7 – Produção e comunicação da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação GT8 – Informação e Tecnologia
Outros aspectos da CI Informação	GT1 – Estudos históricos e epistemológicos da informação GT6 – Informação, educação e trabalho GT9 – Museu, patrimônio e informação

O primeiro ENANCIB foi realizado em 1994 e o 10º em 2009, mantendo-se a partir de 2005 (gestão de Regina Marteletto) os encontros com frequência anual. Os anais dos encontros, contendo os textos completos dos trabalhos aprovados, foram regularmente publicados, desde 2003 em CD-ROM, favorecendo o registro e a memória da evolução das pesquisas em CI no Brasil.

Algumas conclusões provisórias

A CI, no Brasil, é pesquisada nos programas de pós-graduação, tornada pública e discutida nos encontros da ANCIB e em seguida publicada (artigos de periódicos, livros ou capítulos de livros e papers em anais de congressos). Há ainda muitas pesquisas a serem feitas sobre escolas de pensamento e conceitos que levaram à configuração da pesquisa em Ciência da informação no Brasil, identificando-se linhagens de pensamento que foram mantidas vivas e atuantes e outras linhagens que se perderam. Conhecer essa história particular da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil obviamente é essencial, pois a partir deste conhecimento temos como progredir e melhor entender a correlação que se estabeleceu entre uma delimitação (“teórica”) da CI em relação a um quadro de regulamentação profissional e diretrizes para a formação de profissionais da informação. Nossa história é diferente da história francesa. Em relação a esta história, eu teceria 2 comentários finais, complementares.

a) a busca pela identidade da área e sua demarcação em relação a outras áreas apresenta aspectos positivos e negativos. A insistência no caráter interdisciplinar e pós-moderno da área não nos fez avançar, embora obviamente também não faça sentido chegar à brilhante conclusão que o objeto da área seja a informação, pois não há nenhuma área do conhecimento que possa prescindir dela! Dizer que nosso objetivo é o estudo do fluxo de informação evita uma caracterização mais clara desta informação: fluxo de qualquer informação? Neste caso, como nos distinguir da comunicação? Muitas respostas são possíveis, não acredito que uma única seja desejável, mas continuo achando que estamos em plena crise de identidade e que sair desta crise se torna essencial, se não quisermos documentar nossa própria aposentadoria, como anunciado por Lesk (1995). Particularmente, adoto uma delimitação da Ciência da Informação como uma área que pesquisa soluções para organizar o efetivo acesso à informação registrada e institucionalizada (ou seja, conservada por um

determinado tempo por alguma instituição que funcione como fiadora de sua autenticidade). A partir desta opção, vejo a Ciência da Informação como uma área de conhecimento que pesquisa soluções para problemas que, concretamente, ocorrem ou são relevantes para melhor entender o que deve ser feito no contexto dos equipamentos culturais. Ou seja, que a biblioteconomia, arquivologia e museologia figuram como campos profissionais que se nutrem de objetivos e conceitos produzidos na área do conhecimento da qual são emanções ou ocorrências práticas e que, por sua vez, alimentam a área do conhecimento da CI, preservando um vínculo com realidades concretas e sociais.

b) volto agora à questão da visibilidade acadêmica da CI e sua crise de identidade. Não basta alcinhar uma área como sendo científica, ela deve ser reconhecida por outras ciências e outros cientistas em sua condição de ciência. O reconhecimento acadêmico e epistemológico da área, a meu ver, carece de uma linguagem de especialidade, condição *sine qua non* para ser efetivamente admitido no clube da ciência. Reporto-me aqui à história da enfermagem: as enfermeiras travaram grandes batalhas para poderem exercer uma função que não fosse subordinada e dependente da área de atuação dos médicos, mas não tiveram sucesso, pois não tinham uma linguagem de especialidade própria! Recorriam aos termos da medicina, reafirmando sua dependência ou subordinação acadêmica. Os engenheiros, por sua vez, souberam se apropriar de conceitos da física, da química e da matemática, construindo um corpo de conceitos considerados próprios da engenharia (Abbott, 1988). Qual linguagem de especialidade nós temos? Usamos frequentemente termos no senso comum (p. ex. “usuário”, “livro” ou “catálogo”), importamos termos sem a devida customização (“banco de dados” ou “sistema de informação”) e, ironicamente, quando recorremos a termos revestidos de um significado específico de nossa área, usamos termos desenvolvidos nas áreas profissionais da biblioteconomia, arquivologia e museologia. “A constituição de uma terminologia própria marca em qualquer ciência o

nascedouro ou o desenvolvimento de uma nova conceituação, e assim marca um momento decisivo de sua história. Poderíamos mesmo dizer que a história de uma ciência se resume a seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor à medida na qual faz existir e consegue impor seus conceitos em suas denominações” (Benveniste, 1974, v.2, p. 247) (6). A constituição de uma linguagem de especialidade, mesmo que incluindo conceituações diversas de acordo com escolas de pensamento diferenciadas, me parece ser um caminho fértil a trilhar para sairmos de nossas inquietações identitárias e alcançarmos um reconhecimento acadêmico de nossa competência para propor soluções para problemas inquietantes que se avolumam e que vêm sendo objeto de pesquisas de outras áreas do conhecimento que não nos reconhecem como interlocutores com uma competência específica (a inteligência artificial acaba de descobrir, quando constrói ontologias, as facetas de Ranganathan). Para encerrar, eu acredito que a construção da linguagem de especialidade em muito contribuirá para formalizar a área da CI na condição de área do conhecimento.

Apêndice A. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação (jan.2010)

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
IBICT/ UFRJ	Informação e mediações sociais e tecnológicas para o conhecimento	- Epistemologia e interdisciplinaridade na Ciência da Informação - Organização, estrutura e fluxos da informação - Informação, sociedade e gestão estratégica	X	X

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
UEL	Gestão e organização do conhecimento	- Organização e compartilhamento da informação e do conhecimento (mestrado profissional)	X	
UFBA	Informação e conhecimento na sociedade contemporânea	- Políticas, tecnologias e usos da informação - Produção, circulação e mediação da informação	X	
UFF	Dimensões contemporâneas da informação e do conhecimento	- Informação, cultura e sociedade - Fluxos e mediações sócio-técnicas da informação	X	
UFMG	Produção, organização e utilização da informação	- Organização e uso da informação - Informação gerencial e tecnológica - Informação, cultura e sociedade	X	X
UFPB	Informação, conhecimento e sociedade	- Memória, organização, acesso e uso da informação - Ética, gestão e políticas de informação	X	
UFPE	Informação, memória e tecnologias	- Memória da informação científica e tecnológica	X	
UFSC	Gestão da informação	- Fluxos de informação - Profissionais da informação	X	

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
UNB	Transferência da informação	- Gestão da informação e do conhecimento - Arquitetura da informação - Comunicação da informação	X	X
UNESP	Informação, tecnologia e conhecimento	- Informação e tecnologia - Organização da informação - Gestão, mediação e uso da informação	X	X
USP	Cultura e informação	- Apropriação social da informação - Gestão de dispositivos de informação - Organização da informação e do conhecimento	X	X

Apêndice B. Programas reconhecidos, atuando em áreas correlatas (jan. 2010)

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
FIOCRUZ	Configurações e dinâmicas da informação e comunicação em saúde	- Informação, comunicação e inovação em saúde - Informação, comunicação e mediações em saúde	X	X

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
UFRGS	Comunicação e informação	- Comunicação, representação e práticas culturais - Informação, tecnologias e práticas sociais	X	X
UNIRIO	Estudos interdisciplinares em memória social	- Memória e patrimônio - Memória e linguagem - Memória e espaço - Memória, subjetividade e criação	X	X
UNIRIO	Museologia e patrimônio	- Museu e museologia - Museologia, patrimônio e desenvolvimento	X	X

Notas

(1) As exceções, às quais voltarei adiante, se concentram, sobretudo nos pesquisadores vinculados ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

(2) Nem todo o ensino da biblioteconomia no Brasil foi sediado por universidades, mas por instituições de ensino superior. Para simplificar a exposição, a partir deste momento a expressão ensino universitário significa todo e qualquer ensino de nível superior, independentemente da denominação da instituição que o ministra.

(3) A substituição do currículo mínimo por diretrizes curriculares foi feita para todos os ramos do ensino universitário, mas chegou no momento exato em que a biblioteconomia questionava insistentemente sua formação. Pode-se considerar que, neste ponto, houve uma feliz coincidência entre políticas governamentais, anseios acadêmicos e preocupações profissionais.

(4) Os três primeiros grupos são citados por diferentes estudos resumidos por Barreto (2009, p.15). O quarto grupo constitui um caso à parte.

(5) O resumo da ANCIB e dos ENANCIBs provém da introdução ao livro (no prelo), de autoria de Marilda Lopes Ginez de Lara e Johanna W. Smit e que reúne os melhores trabalhos apresentados no IX ENANCIB, de 2008.

(6) Em francês no original: “La constitution d’une terminologie propre marque dans toute science l’avènement ou le développement d’une conceptualisation nouvelle, et par là elle signale un moment décisif de son histoire. On pourrait même dire que l’histoire propre d’une science se resume en celle de ses termes propres. Une science ne commence d’exister ou ne peut s’imposer que dans la mesure ou elle fait exister et où elle impose ces concepts dans leur dénomination.” (Benveniste, 1974, v.2, p.247).

(7) Até fevereiro 2007, a CAPES reconhecia ainda um mestrado na PUC-Campinas, com área de concentração em “Administração da informação”, atualmente desativado.

Referências

ABBOTT, A. **The system of professions: an essay on the division of expert labor.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BARRETO, A. de A. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Brasília, v. 2, n. 1, p.3-28, 2009.

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale.** Paris: Gallimard, 1974.

FONSÊCA, A. M. F.; ODDONE, N. Breves reflexões sobre o profissional da informação e sua inserção no mercado de trabalho. In: CINFORM-ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: CINFORM, 2005.

LESK, M. **The seven ages of information retrieval**. International Federation of Library Associations and Institutions. Universal Dataflow And Telecommunications Core Programme. Occasional Paper 5, March, 1996.

MUELLER, S. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott – proposta de estudo. *In*: BAPTISTA, S. G., MUELLER, S. P. M. (org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho Brasília: Thesaurus**, 2004. p. 23-54.

OLIVEIRA, M. de. Grupos de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 38-59, 2009.

OLIVEIRA, M. de; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, 2009.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, 2004.

SMIT, J. W., BARRETO, A. de A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, M. L. (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23. (Palavra-Chave, 13).

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

REFERENCE, REPRESENTATION, AND THE MATERIALITY OF DOCUMENTS ⁵

Bernd Frohmann

Introduction

For the past decade I have been interested in a growing field of study about documents, what they are, what they do, about the processes or events of documentation, how they happen and how they function. In a Latourian spirit I have written about documents as active agents, and in a Deleuzian spirit have paid more attention to what they do rather than to what they mean. Recently I have developed a concept of documentality, which refers to the capacity and power of documents in their arrangements with other elements of networks, or assemblages, to generate marks, signs, or traces. My focus on the materiality of documents has drawn inspiration from the documentary movements of the late nineteenth and early twentieth century, especially from the work of Paul Otlet and Suzanne Briet, who, as every student of library and information science now knows, insisted on material objects as documents, undoubtedly the most famous being Mme Briet's antelope. Especially important for me are Michel Foucault's meditations on the constitutive effects of “disciplinary writing”, that “whole apparatus of writing” that made possible “the constitution of the individual as a describable, analysable object” (Foucault, 1979, p. 190). Examples of what documents do don't get much more powerful than this.

⁵ Originalmente publicado em: FROHMANN, B. Reference, representation, and the materiality of documents. **Actes II Colloque Scientifique International du Réseau Mussi**. Toulouse: LERASS, Réseau Mussi, 2011.

Taking documents seriously swims against some still-powerful currents in library and information science. In *Dejilating Information* (Frohmann, 2004) I argued that the “sense-making user” emerged as the hera of the discipline's theoretical imagination upon Brenda Dervin and Michael Nilan's announcement of their “alternative paradigm”, which “posits information as something constructed by human beings” (Dervin, Nilan 1986, p. 16), in their 1986 ARIST contribution, “Infomiation Needs and Uses”. They did not challenge a long-held cognitivist tradition of viewing information as mental content. The novelty of their “new paradigm” consisted in a new description of the user's cognitive processes; we were introduced to sense-making beings whose information needs were analysed as conceptual incongruities and ruptures in cognitive structures. The new paradigm - and there certainly was a shift in research interests, to “everyday information needs and uses” - did little to change the prevailing conception of documents as mere carriers of and conduits for human thought, a way of thinking according to which documents are as uninteresting and as useless to LIS theorizing as containers of smuggled drugs are to the pusher. Even though the materiality of documents was recognized in Michael Buckland's concept of “information as thing” (Buckland, 1991), humans remained privileged; even if not produced by humans (think of tree trunk rings) it can be a document only for humans. And when significance is granted to documents, the view of them as mere vehicles, conveyers, or conduits often persists; documents are venerated precisely because the freight they so faithfully bear is so precious and primary: human consciousness, mental and intentional substance, the content of human speech, transported from mind to mind, from the interior of one person to the interior of another - a view nicely articulated by David Levy in his *Scrolling Forward*: documents are “talking things”; writing “is the act of breathing 01,1r breath into the dust of the earth”; it is “an act of ventriloquism, of throwing the voice into an inanimate object”; documents are “bits of the material world we have taught to talk”; they are “exactly those

things we create to speak for us, on our behalf and in our absence” (Levy, 2001, p. 23, 25, 26).

Library and information scientists are of course not the only culprits; the lowly status of the document owes much to a long philosophical tradition tracing a line from Descartes to Hume, Kant, Husserl and their contemporary phenomenological and hermeneutical successors, a line that privileges the consciousness of individual, human subjects over brute, inanimate matter. But that philosophical tradition has been under sustained attack for over 80 years. One might start with Ludwig Wittgenstein, who in the early 1930s said: "There is a kind of general disease of thinking which always looks for (and finds) what would be called a mental state from which all our acts spring as from a reservoir" (Wittgenstein 1969, p. 143). One could turn to Jacques Derrida's notion of the trace-structure of the sign; he argues that any instance of a sign is always infected by its iterability, that is, by the possibility of being reinscribed in other chains of signs. The iterability of signs undermines attempts to fix and stabilize their meaning by mental acts of projecting onto them what is present to consciousness. And Friedrich Kittler, arguably the most provocative and profound contemporary media theorist, deconstructs the idea of life breathed into writing by the human soul by analysing the soul itself as a product of what he calls the Aefschriebesystem of 1800 (Kittler, 1990), a historically contingent and now superseded set of cultural programs specific to the prevailing media systems of information storage and processing that governed what could be written and said. In the media system of 1900, after gramophone, film and typewriter, “the new, technologically implemented materiality of writing ... no longer lends itself to metaphysical soul building” (Winthrop-Young, Wütz, 1999, p. xxvii). The decentering of human consciousness and subjectivity can also be traced through Foucault, Deleuze, Latour, and many more. My point is not that one cannot argue for the centrality of the human subject, but that in our contemporary intellectual situation that position can no longer be naively assumed.

My aim here is not to plea for an end to discrimination against documents. Today documentation finds many friends in many sites, among them the neo- documentation movement inaugurated by Buckland, Niels Windfeld Lund, and Boyd Rayward, the programs in documentation at the Universidade de Tromsø and here, in Toulouse, in collaboration with Brazilian colleagues in Rio de Janeiro. Also important are the annual conferences of the Document Academy, the vibrant research areas in the history of the book and in theoretically sophisticated archival studies, and the German materialities of communication movement. My aim is instead to investigate the productive possibilities of the tension between the document's materiality and its representational function, a tension resolved too easily by the naive view of document as mere conduits. Put another way, my aim is to explore some complexities of the document's relation to the real.

As a preliminary indication of the problem, I briefly draw your attention to this tension in the work even of those most strongly insistent on the importance of the materiality of the document. Mme Briet's antelope is as material a document as can be, and, once caged and available for presenting evidence, its documentary function flows from that materiality. But even though the "cataloged antelope is an initial document and the other documents are secondary or derived" (Briet, 2006, p. 11), it "immediately becomes weighted down under a 'vêture de document'", as Briet put it (p. 10). When the cascade of secondary documents become the focus of attention, the documentary status of the antelope is reduced to its position as the first link of a chain of manufactured, secondary, but ultimately more important documents.

Bruno Latour, a champion of the importance of documents, wants to "let reality return to our speech" (Latour, 2008, p. 9). He opposes the Lockean "bifurcation of nature" into two irreconcilable worlds of primary and secondary qualities, the former alleged to be purely abstract, geometrical, scientific, and

objective, and the latter perceived properties, existing only in the human mind, hence subjective. He argues for a science that by adding “equipment and attention to the world” addresses the objective reality of our sensed world. Yet in his earlier work, science begins, not with direct perception of the world, but with the shift of attention from the world to its manufactured representations. The construction of scientific facts depends upon a cycle of accumulation of documents in centres of calculation (Latour, 1987). Here the emphasis is not on adding equipment and attention to the world but on a modality of uniquely human practices of domination, often not easily disentangled from warfare and violence.

In the remainder of this paper, I present three scenarios intended to illustrate this tension between the document's materiality and its representational function.

The Visible Human Project

The US National Library of Medicine's Visible Human Project “was established in 1989 to build a digital image library of volumetric data representing complete, normal adult male and female anatomy” (National Library of Medicine (U.S.) n.d.). The project is available on the Web. You can explore the male and female datasets by manipulating different views, for example, slices of the bodies by moving through them from the top, front, or side. Many research groups with purchased access to the datasets have built greater interactive functionalities. Catherine Waldby writes: “Blood vessels or intestines can be traversed as if the user is flying through narrow tunnels”. The skeleton can be traversed as if flying at low level through a forest of bones.

...the virtual corpse can be animated and programmed for interactive simulations of trauma, of human movement, of fluid dynamics and of surgery. The heart can be made to beat, the veins to bleed, the flesh to bruise and lacerate" (Waldby,

2000, p. 16). It is a cybernetic mode of documentation taking the form, as Waldby puts it, of the ‘transfiguration of [the] human body into digital substance’ (p.6).

The male body belonged to Joseph Jernigan, a convicted murderer on death row in Texas who consented to the use of his corpse for research purposes before his execution in 1993. His was among the over 3,000 cadavers available annually for consideration by the Center for Human Simulation, a research team contracted in 1991 to find cadavers suitable for representing the normal human.

The data were captured in the following way. Jernigan's body was first given a full MRI scan to establish a template for the body's volume, then frozen in blue gelatine at -85°C, and sectioned into four pieces, which were given separate CT and MRI scans. “After that”, Waldby reports,

the body was systematically and very finely sliced into oblivion, the slices falling at the same points at which the CT scan had optically "dissected" the body. Beginning with the feet, the frozen sections were fitted into a dissection device ... which planed the cadaver at 1 mm intervals. After each planing the cross-section of the remaining body section was digitally photographed ... Each of these photographs was then converted into a computer data file, and their position in the overall body registered according to the initial template. This technique effectively obliterated the body's mass, each planed section dissolving into sawdust due to its extreme desiccation. The process took nine months (2000, p. 14).

Waldby notes that the “attractiveness of the VHP trace for medicine” consists in its ability to serve as a surrogate of the living human body, "a virtual test subject upon which procedures can be trialled and practiced” (p. 78). The VHP's photorealism is essential

to this purpose, but it has a price: the obliteration of the document's referent, in this case, Jernigan's body. The VHP presents a very dramatic illustration of the complex relationship between the power and importance of the document's materiality - which in this case is exercised by its powerful digital functionality - and two kinds of representational functionality: its indexical relation to Jernigan, and its symbolic relation to the universal human. The VHP's symbolic gain is its indexical loss: the obliteration of the referent. The VHP belongs to the long history of the "sacrificial economy" of anatomy, whereby knowledge of the universal human is gained through devaluing the humanity of its indexical referents - early cadavers belonged, like Jernigan's, to criminals - before dismembering them entirely (p.52). Like its documentary historical predecessors, the VHP's documentality inscribes a specific type and degree of violence in its mode of operation, while at the same time its digital materiality partakes of a "biosemiotic economy" that repairs a debt to its indexical referent (p. 78-80). "Like all digital objects", Waldby argues, Jernigan's digital body "can sustain transformation without loss, change without cost, nothing clone to [it] has consequence because everything can be returned to initial conditions" (p. 79). The medical uses of the VHP "repair in representation the disavowed debt which biomedicine owes to the bodies used in imaging" (Waldby, 2000, p. 79), a "repair" not available to, for example, the anatomical atlases of the Renaissance, because they lack indexical reference to individual bodies, which, in the VHP, is irreducible.

Briet's and Latour's work reveals tensions between documentation's simultaneously turning toward and away from the world. Waldby's work shows the degree of violence that can be visited through the document's materiality upon what it represents. The lesson for documentation studies is: locate specific documentary régimes or practices on a line extending from domination of or violence to the world, to cooperating or corresponding with it.

Glass Flowers

My second scenario is a wonderful example of how a document's representational fidelity can undermine, cancel, and even sever connections to its referent. I refer to the famous Glass Flowers of the Ware Collection in the Harvard Museum of Natural History, and rely upon Lorraine Daston's contribution to her fine anthology, *Things That Talk* (Daston, 2004).

In 1890, Harvard botanist George Lincoln Goodale commissioned Bohemian glass artisans Leopold Blashka and his son Rudolph to produce glass models of plants for use in advanced botanical instruction. In the following fifty years of painstaking work, they produced over 3,000 models representing 847 plant species. In his 1894 investigation of the models' "botanical accuracy", Goodale's colleague Walter Deane observed that the "eye is first attracted by the great beauty of the flowers", an experience shared by the over 175,000 annual visitors to the Ware Collection since then.

To see how the remarkable beauty of the glass flowers undermined their reference to the real, individual flowers they modelled, one needs to know why Goodale valued them for botanical instruction. His pedagogical ethos demanded that plant morphology be mastered by "the detection of all disguises which conceal [the] identity of [the] plant" (Goodale, quoted in Daston, 2004, p. 249). Students learned to recognize the essential features of a plant's genus by meticulous observation of many individual specimens. Goodale scorned the more common pedagogical dependence upon drawings intended to represent the genus by abstracting from those differences. His students learned morphology "without the lazy trot of an already idealized illustration" (p. 249). But real specimens are not always available; Cambridge winters are long, and as Goodale observed, "flowers are perishable, when dried they are distorted, when placed in alcohol they are robbed of their color" (Harvard University Herbaria). The "hypertrophied accuracy" (Daston, 2004, p. 249) of

the glass flowers served Goodale's pedagogical purposes as well as, if not better than natural specimens.

The glass models fared less well in the competition between phanerogamists like Goodale and his cryptogamist opponents (Phanerogams are flowering seed plants; cryptogams reproduce by spores (e.g. algae, lichens, mosses and ferns). The epistemological value of the models was low even before they were commissioned because the taxonomical legitimacy of exactly those ideal-type illustrations abominated by Goodale had eclipsed that of the authentic, individual specimen (p. 248). The kind of beauty displayed by flowers – “showy appearances” too closely linked to vulgarity and public fascination (p. 251-252) - were folded into the cryptogamists' argument for the scientific irrelevance of phanerogams. The tide of botanical scholarship turned towards Goodale's rivals: “In addition to their feminine, decorative associations ... flowers had come to symbolize the exoteric, the superficial, the epistemologically shallow, and the screamingly obvious” (p. 252).

But if for cryptogamists the beauty of real flowers contaminated botanical scholarship, the uncanny beauty of the glass models offered an even more powerful argument. The tension between botany and beauty is stretched to the breaking point when the beauty of the specimens' documentary representation trumps that of its referent. When the document itself exhibits a wondrous singularity, its referent is eclipsed; the document represents nothing but itself. Daston notes that “when the Glass Models definitively became the Glass Flowers, they ceased to be scientific” (p. 252). And when they possessed the singularity of precious works of art, where seeing photographs won't do, where one must make a pilgrimage to see the real thing, they became wonders of pure appearance – “the wonder of the copy that itself cannot be copied, which somehow is more authentic than the original”. They came to “defy representation” (p. 254).

The moral of the Glass Flowers for documentation is that the material properties of the document, especially those making it a singular, unique thing, can overpower the referent to the point that its representational function is thoroughly subverted, even if it represents its referent with extraordinary fidelity.

Second Life Avatars

My final scenario features online environments. Ken Hillis is interested in what I would call the documentary practices of telepresence (Hillis, 2009). His examples are the 3D virtual world Second Life, and ritualistic and fetishistic gay/ queer webcam practices. His analysis employs Charles Sanders Peirce's concept of the indexical sign to investigate the power the digital sign exercises over its referent. The symbol is related to its object by convention, the icon by resemblance, but of the index, Pierce says: "An Index is a sign which refers to the Object that it denotes by virtue of being really affected by that Object" (Peirce, 1960, p. 248). In another text, he expands:

if the sign were not related to its object except by the mind thinking of them separately, it would not fulfil the function of a sign at all. Supposing, then, the relation of the sign to its object does not lie in a mental association, there must be a direct dual relation of the sign to its object independent of the mind using the sign ... the sign signifies its object solely by virtue of being really connected with it. Of this nature are as natural signs and physical symptoms. I call such a sign an index, a pointing finger being the type of the class. The index asserts nothing; it only says "There is takes hold of our eyes, as it were, and forcibly directs them to a particular object, and there it stops (Peirce, 1960, p. 780-787).

The power of the index to "take hold of our eyes" is nicely illustrated by Hillis's example: "Robinson Crusoe's panic upon

seeing a man's footprint impressed in the sand of a beach flows from the power of the index to directly indicate the reality of the object” (Hillis, 2009, p. 107).

A Second Life avatar is an indexical sign; its object is the player facing the screen, who is in direct, existential, causal relation with it. The naive interpretation of participation in multi-user virtual environments (MUVE) as mere escapism into a reality of pure representation regrettably trumping engagement with the real world fails to recognize real-world consequences, such as, in Second Life, gaining and spending real money, or facing institutional discipline or even job loss for online transgressions (Hillis tells the tale of a teacher who, in using Second Life as an educational platform, responded to a student's avatar shooting a virtual dart at the teacher's avatar by launching “a program during the next class that caused the offending student's avatar to burst into flames and disappear” (Hillis, 2009: 131). A participant at the conference where this story was told observed that at her university, the student would have been suspended and the teacher fired. Other real-life consequences were noted nearly twenty years ago, in Julian Dibbell's report of a “rape in cyberspace” (Dibbell, 1993). Yet Web environments create special affordances for what Hillis calls “the hallucinatory desire to make something present not only stand in for something absent but also to make it, experientially, equivalent to what has gone missing, remains elsewhere, or can never be” (p. 117). By functioning as the use value of the digital trace, this desire drives the exchange value of the trace's commodity form (Hillis prefers “trace” to “index”, given the latter's other meanings, especially those lists and arrangements so familiar to library and information studies.). The political economy of the digital trace thrives on desire for an inaccessible referent, a form of experience structured by the simultaneous presence and absence characterizing the trace, perhaps most easily grasped by considering webcam sexual practices. As Hillis puts it, this is a “use value in itself that also fosters belief in magical/virtual forms of transformation” (p. 117),

a belief that supports the exchange or commodity value of the digital trace, which Hillis describes as a form of “trade in the fetishism identified by Baudrillard as a 'fetishism of the signifier' itself” (p. 117- 118).

A very general moral of this scenario, similar to that of the glass flowers, is that in both cases, the materiality of the document can sever connections to its referent. Second Life Avatars do not trump their real-world reference through representational fidelity, but through a conjunction of documentary machines and forces, in this instance those of commodification and desire, which can shift the balance between the absence and presence structuring the trace to the point of fetishism of the signifier, thus “positioning the trace as a virtual object superior to the [...] referente” (p. 118).

Conclusion

My scenarios illustrate three axes along which representation can trump reality: violence, aesthetics, and desire. In “The Age of the World Picture”, Heidegger warned us of the dangers: “Representing”, he writes, is “an objectifying that goes forward and masters” (Heidegger, 1977, p. 150). In the same spirit, Michel Serres opens his book *The Natural Contract* (1995) with a powerful image from Goya: two combatants armed with clubs battling each other, but knee-deep in mud. They fight, oblivious to the earth swallowing them up. Serres finds in this ghastly image the catastrophe of forgetting “the world of things themselves” (Serres, 1995, p. 2), because “[w]hat was once local- this river, that swamp- is now global: Planet Earth” (p. 3). Our wars, our economies, the footprint of humans gathered into what he calls “immense tectonic plates” (p. 18), and our culture, which he says “abhors the world” (p.3) inflict immense, global, and catastrophic violence upon “the world of things themselves”. He argues for making a contract with that world: a natural contract. We need to think beyond our representations to a concern about things - in Latour's terms, a shift of attention from matters of fact to matters of concern. I want

to situate my topic here, in the interests of attention to and respect for this fragile world of things, because reducing violence to it is now a matter of concern for the collective survival of all things, human and non-human.

References

BRIET, S. **What is documentation?** Tradução: R. E. Day, L. Martinet, and H. G. Anghelescu. Lanham, Md.: Scarecrow Press, 2006.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for information science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

DASTON, L. The glass flowers. *In*: DASTON, L (ed.). **Things that talk: Object lessons from art and science**. New York: Zone Books; Cambridge, Mass.: MIT Press, 2004. p. 223-54.

DERVIN, B., NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 21, p. 21:3-33, 1986.

DIBBELL, J. **A rape in cyberspace**: or how an evil clown, a Haitian trickster spirit, two wizards, and a cast of dozens turned a database into a society. *The Village Voice*, dez. 1993.

FOUCOULT, M. **Discipline and punish: The Birth of the Prison**. Tradução: A. Sheridan. New York: Random House, Vintage. 1979.

FROHMANN, B. **Deflating information**: From science studies to documentation. Toronto; Buffalo; London: University of Toronto Press, 2004.

HARVARD UNIVERSITY HERBARIA. **The Archives of Rudolph and Leopold Blaschka and the Ware Collection of Blaschka glass models of plants**.

HEIDEGGER, M. The age of the world picture. *In*: HEIDEGGER, M. (Ed.). **Science and the Quest for Reality**. The question

concerning technology and other essays. New York: Harper and Row, Harper Colophon, 1977, p. 115-54.

HILLIS, K. **Online a lot of the time:** Ritual, fetish, sign. Duke University Press, 2020.

KITTLER, F. A. **Discourse networks**, 1800/1900. Tradução: M. Metteer and C. Calif.: Stanford University Press, 1990.

LATOUR, B. **Science in action:** How to follow scientists and engineers through society. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

LATOUR, B. **What is the style of matters of concern?** Amsterdam: Van Gorcum. 2008.

LEVY, D. M. **Scrolling forward:** Making sense of documents in the digital age. New York: Arcade, 2001.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE (U.S.). **N.d. Fact sheet:** The visible human project. 2024.

PEIRCE, C. S. **Collected papers.** C. Hartshorne; P. Weiss (Ed.). Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1960.

PEIRCE, C. S. On the algebra of logic: A contribution to the philosophy of notation. **American journal of mathematics**, v. 7, n. 2, p. 180-196, 1885.

SERRES, M. **The Natural Contract.** Tradução: E. MacArthur, W. Paulson. Ann Arbor The University of Michigan Press, 1995.

WALDBY, C. **The visible human project:** Informatic bodies and posthuman medicine. London; New York: Routledge, 2000.

WINTHROP-YOUNG, G.; WÜTZ, M. Translator's introduction: Friedrich Kittler and Media Discourse Analysis. In: KITTLER, F. A. **Gramophone, film, typewriter.** Stanford University Press, 1999.

WITTGENSTEIN, L. **Preliminary studies for the "Philosophical Investigations" generally known as the Blue and Brown books.**
Oxford: Basil Blackwell, 1969.

DO DIGITAL PARA A CULTURA À CULTURA DIGITAL? ⁶

Jean Davallon

Introdução

O desenvolvimento do uso de mídias informatizadas (o que chamamos comumente de “digital”) no mundo da cultura, seja no campo da criação ou do patrimônio, levanta duas interrogações.

A primeira interrogação é tão comum como recorrente. Assenta-se em saber se esse desenvolvimento levará a uma mudança nas práticas culturais, tanto do lado dos produtores de objetos culturais diversos (criações ou aprimoramentos) quanto do lado do público em geral. Qual é, basicamente, o impacto da tecnologia digital sobre a cultura?

A segunda interrogação é: a partir de que momento, e segundo quais modalidades, esse uso das mídias informatizadas é acompanhado do aparecimento de modos de fazer e de objetos culturais até então desconhecidos? Com isso transitamos do impacto da tecnologia digital na cultura para a questão da construção de uma “cultura digital”.

Essas duas interrogações, se forem complementares, não se situam, contudo, no mesmo nível. A diferença entre as duas não é apenas de grau, mas também de natureza, porque a constituição de uma cultura digital (1) ultrapassa em muito o mundo da cultura.

⁶ Originalmente publicado em: DAVALLON, J. Du numérique pour la culture à la culture numérique? II Jornada Científica Internacional da Rede Mussi. **Anais** [...] Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ, ICICT-FIOCRUZ, IBICT, 2012.

Tradução de Geni Chaves Fernandes.

Revisão de Gustavo Saldanha.

Portanto, parece-me que colocar em paralelo estas duas questões cria condições para situar o ponto de emergência da cultura digital, mesmo que - devo admitir - o empreendimento seja um tanto arriscado. De fato, antes que uma cultura digital seja constituída - e para que ela se constitua -, o que se observa, essencialmente, são mudanças limitadas, pequenas mudanças, cujos efeitos não são, necessariamente, aqueles que poderíamos esperar ou antecipar.

Penso, por exemplo, nas esperanças colocadas num período nos CD-ROMs de museus (Davallon *et al.*, 2000). Este novo objeto cultural parecia portador de novas formas de edição, fosse como substituição de catálogos de exposições ou dos museus, fosse por trazer uma forma lúdica de descoberta de lugares do patrimônio. O mesmo aconteceu com a disponibilização de bancos de dados de museus na internet. Mas, em ambos os casos, essas ferramentas, como tais, não modificaram fundamentalmente as práticas de edição, nem as práticas do público dos museus de arte, embora alguns previssem que as visitas aos museus seriam substituídas pela prática virtual no museu. Ainda assim, deve-se reconhecer que sua existência contribuiu para novas práticas de arquivamento, documentação ou consulta, além de uma modificação da maneira de ver as obras expostas, como já havia antes ocorrido com o desenvolvimento da edição em papel.

Diante de nossas duas indagações iniciais devemos constatar, portanto, que estamos no meio da travessia, presos entre dois lugares. De um lado, é difícil dizer hoje no que essa mudança cria uma novidade em relação à cultura, ou até que ponto cria uma nova forma de competência para especialistas ou para o público em geral. Por outro lado, é certo que as capacidades técnicas permitem práticas culturais que antes eram impossíveis, tais como: o modo de encontrar um documento, ter autonomia de documentação, poder armazenar ou comparar obras, ter a possibilidade de trocar experiências, etc.

A partir desta constatação, vamos buscar um modo de identificar esse ponto de emergência da cultura digital a partir das

modificações da cultura. Para entender claramente esse posicionamento, e antes de mostrar como ele pode ser eficiente para o pesquisador, tomarei um exemplo simples e conhecido, o da digitalização, uma vez que esta permite ir além da simples observação técnica sem, no entanto, retomar discursos utópicos sobre as tecnologias, segundo os quais qualquer mudança tecnológica modifica a sociedade de cima a baixo.

O digital na cultura: o exemplo da digitalização

A vantagem do ato de digitalizar é emblemática no mundo da cultura, uma vez que oferece a possibilidade de conservar fundos de natureza muito variada, que pertencem a todos os domínios da cultura (arquivos, documentos, imagens, filmes, reprodução de obras, etc.).

Mas, o que é a digitalização? A questão é, voluntariamente, provocativa. Ela faz aparecer a existência de duas respostas.

A primeira se coloca ao lado do especialista, seja ele pesquisador ou curador, que considera este ato como um meio que, criando uma cópia do original, torna-o mais facilmente acessível, sem que se corra o risco de deteriorá-lo por múltiplas manipulações. Pouco importa, além disso, que sejam amadores e não especialistas que venham a consultar as cópias assim produzidas, porque a questão do uso, quer dizer, de saber quem pode ter a ela acesso e para que fins, não se coloca verdadeiramente. A instituição depositária dos originais tem por função conservá-los e dar acesso a usuários que saberiam porque os consultam. A digitalização simplesmente introduz uma maior facilidade de uso, sem mudar esses critérios (3).

Este modo de pensar a digitalização, como um puro ‘meio técnico’, está fundada em três pressupostos:

- i) Digitalizar um objeto produz uma representação, uma cópia que é um simples substituto do original (4). Isto leva em conta apenas o caráter de impressão ou de registro desta cópia (5). Ela é um ícone, suficientemente

semelhante de um certo ponto de vista (por exemplo, das informações contidas se for um documento contendo um texto, ou a organização de uma superfície, caso se trate de uma imagem), para que possamos fazer como se se tratasse do original;

- ii) Os usuários terão as mesmas práticas, expectativas e usos com as cópias que poderiam ter com os originais. Deste modo, aqui novamente a relação que esses usuários podem ter com os objetos em questão - sejam eles originais ou suas cópias - é abordada essencialmente sob o ângulo do acesso;
- iii) Sob estas duas condições, a instituição depositária e garantidora do fundo não é afetada pelo fato de ser, a partir de agora, depositária de um fundo de cópias. No entanto, na prática, parece que a existência de um fundo desse tipo levanta rapidamente a questão da maneira de como a instituição o preserva, administra e disponibiliza a um público que não é necessariamente aquele dos originais e que não tem as mesmas expectativas, nem as mesmas práticas.

De fato, este modo de abordar a digitalização, a partir do conhecido e do existente, tende a apagar as características do contexto que este ato introduz.

De acordo com a segunda resposta, a digitalização se caracteriza, ao contrário, por uma mudança de objeto, de público e da atividade da instituição.

Nathalie Casemajor (2012), numa comparação muito interessante entre duas instituições que têm fundos fotográficos digitalizados (a “Médiathèque de l’architecture et du patrimoine” e a “Bibliothèque et Archives Canada”), mostra como emergem novas formas de apropriação, logo que saímos da proposta tradicional de destinação a especialistas. Enquanto a estratégia de mediação da Mediateca de Arquitetura e Patrimônio é limitada, por ser tradicional, na medida em que “toma como ponto de partida a consulta de documentos em uma lógica de pesquisa especializada”,

a instituição “Bibliothèque et Archives Canada” visa melhorar o acesso e propor uma participação do público, levando-o seja a criar conteúdo em torno dos fundos digitalizados, seja a participar na descrição de imagens ou na “redocumentalização” das imagens.

Essa comparação destaca o fato - certamente óbvio, mas que é preciso reconhecer e dar relevância - de que a cópia digital introduz uma mediação entre o usuário e o objeto original. Uma mediação que pode assumir formas diferenciadas vai se multiplicar em outras mediações. Desse ponto de vista, um fundo de cópias digitalizadas é um fundo em si, que não se define apenas como uma imagem dos originais, é um novo objeto cultural cujas propriedades são diferentes do fundo com os originais, uma vez que estas mediações abrem caminho para situações e práticas inéditas. Para dar outro exemplo simples: a digitalização permite não apenas tornar acessíveis obras que não existem senão nas bibliotecas, mas também permite “ler” de modo diferente: do ponto de vista da circunstância material (mobilidade, postura, técnicas corporais) do ponto de vista da técnica intelectual e da relação com ao escrito (recorte por fragmento, pesquisa sobre o texto, possibilidade de perambular na biblioteca, adicionar comentários, comparar fragmentos, recortá-los etc.); e do ponto de vista do uso social com, por exemplo, a criação de verdadeiras oportunidades de troca na forma de sites dedicados a tal, que se tornam, eles mesmos, mecanismos de mediação (Davallon *et al.*, 2003). Para não falar dos efeitos dessas novas formas de leitura na publicação (6).

Essas novas mediações, sua organização em contextos e dispositivos singulares, as práticas que geram, transformam ao mesmo tempo a maneira de pensar sobre esses objetos patrimoniais e as relações que podemos ter com eles. Eu diria que assistimos aí a uma culturalização dos objetos patrimoniais. Mas isso não é tudo uma vez que a conservação do registro de obras nos campos da música, teatro, cinema, televisão, dentre outros, a reprodução destes registros e sua circulação são consideravelmente facilitados pela tecnologia digital. Como resultado, paralelamente à

culturalização dos objetos patrimoniais, vemos desenvolver-se uma patrimonialização de criações de obras efêmeras ou previamente condenadas à rápida obsolescência. Se tivéssemos que resumir esta mudança, eu diria que ela se traduz concretamente por colocar em questão a fronteira tradicional entre criação e patrimônio.

Longe de se limitar ao registro das artes do espetáculo, de um lado, e à interpretação do patrimônio, de outro, as possibilidades que o digital oferece redistribuem as cartas entre um universo de objetos culturais que não poderíamos usufruir, senão *in situ*, e os objetos que foram produzidos para circular. Por exemplo, seja para os sítios arqueológicos, as representações teatrais, os livros, os concertos, as óperas, os festivais tradicionais como obras de arte, essas novas mediações acrescentam novas modalidades da existência da cultura no espaço público.

Vamos dar dois exemplos. Um sítio arqueológico existirá na *web* (seu *site* na internet, os *sites* de agências ou empresas de turismo, *sites* para compartilhar fotos ou diários de viagem, etc.); possivelmente através de guias ou guias de áudio para baixar; de livros ou documentos científicos acessíveis *on-line*; de redes sociais nas quais se encontra (ou não, a propósito) inscrito; em blogs de especialistas em patrimônio (e especialmente aqueles que tratam do uso da tecnologia digital em sítios do patrimônio, por exemplo), etc. O relacionamento que os visitantes pode ter com este sítio arqueológico não é mais tão somente o da visita mais ou menos documentada.

É o mesmo, em um campo completamente diferente, para o cinema que não é mais praticado apenas na sala de exibição. Os filmes podem ser comprados *on-line* ou baixados, entretanto o mais importante é que eles podem ser objeto de críticas, discussões, comentários ou promoções etc., por meios que por certo são idênticos aos do sítio arqueológico, tanto durante seu lançamento na sala de cinema quanto durante a exibição de cópias que abrem novas práticas cinéfilas.

Contudo, prestar atenção a essas mediações implica em afastar-se de uma concepção que reduziria a cultura a um “corpo de obras valorizadas” (Passeron, 2006, p. 498). Tal concepção aborda a cultura como um repertório, uma coleção de objetos. Esta concepção alinha-se ao modelo de banco de dados que ainda às vezes serve como princípio de organização do acesso pelo público aos objetos digitalizados. No entanto, é precisamente essa organização, a dos museus tradicionais, que evoluiu nos últimos trinta ou quarenta anos no mundo das exposições.

Deste modo, vemos hoje esta organização começar a ser colocada em questão pelas muitas pequenas modificações observáveis, não apenas na relação que podemos ter com os objetos, como no caso da digitalização de objetos culturais, mas também na apropriação desses objetos culturais (produções amadoras, *sites* de compartilhamento etc.) ou na chamada crítica “participativa” (*blogs*, redes sociais etc.).

É levando em consideração essas mediações, as situações em que elas intervêm e as práticas que elas ensinam, que podemos começar a entender o que está emergindo como uma cultura digital, nos usos que a cultura faz do digital.

De maneira prática, como abordar o surgimento dessas novas formas de mediação, uma vez que é certo que a tecnologia digital - em outras palavras, a generalização do uso das mídias informatizadas - está modificando o mundo da cultura, sem que seja possível antecipar o que restará, nem os objetos produzidos, nem o que será institucionalizado? A mudança hoje é, com efeito, mais visível do que a sedimentação institucional: a cultura digital é antes de tudo um estilo de vida ou uma autodefinição - uma “cultura-estilo” ou uma “cultura declarativa”, retomando as categorias de Jean- Claude Passeron (2006, p. 494-498).

Em vez de revisar as diferentes modalidades de existência no espaço público digital ou nas culturas digitais (7) em geral, proporei mais modestamente colocar foco sobre dois processos, um interno às mídias informatizadas, outro “externo”, o da integração de dispositivos digitais em uma prática, a partir de dois exemplos: (i)

o de alterações que interveem na escrita de um dispositivo e (ii) o da evolução de sistemas de coleta de informações pelo público sobre lugares turísticos envolvendo tecnologia digital. Os dois exemplos a seguir são oriundos de pesquisas nas quais participei. Observe que, por razões circunstanciais, ambos pertencem ao mundo do turismo, de modo que conviria ampliar a pesquisa. Por outro lado, a variedade de práticas que caracterizam esse mundo permite ver bem como se opera o surgimento de uma cultura digital e pode, a partir daí, ajudar a entender como abordar outros setores da cultura.

Mediação escrita: o exemplo dos *websites* de turismo

O segundo exemplo é retirado de pesquisa em *sites* de turismos que coordenei com Yves Jeanneret (Davallon, 2012).

A mobilização de diversas equipes com diferentes habilidades possibilitou elucidar, através do exame da escritura desses *sites*, a saber: (i) a construção de uma relação tanto com a informação quanto com os locais turísticos; (ii) a construção de uma relação entre prestadores de serviços, turistas e gestores de informação (os mesmos que criaram os *websites*). Estes são, então, os dois eixos explorados: o referencial (em relação aos objetos culturais existentes) e o comunicacional (relação entre atores sociais, entre destinador e destinatários).

Um dos principais resultados desta pesquisa foi mostrar como, no interior de um dispositivo digital, várias formas de escritura se articulariam. Retomando aqui as conclusões da pesquisa, gostaria de resumir seus resultados de modo a abrir a discussão sobre o que estes podem nos ensinar sobre o digital na cultura.

Atualmente é amplamente aceito que o funcionamento das mídias digitais é fundado numa dissociação entre o que faz sentido para um ser humano, a partir do que vê na tela do monitor e o suporte sobre o qual a informação está armazenada e tratada. (Bachimont, 2000a, 2000b; Leleu-Merviel; Useille, 2008). Essa

dissociação permite a calculabilidade dos elementos da informação, abrindo ao que Bruno Bachimont chama de “razão computacional”. Esses elementos de informação estão, portanto, na articulação de dois universos: (i) no universo sociocultural, são efetivamente constituintes daquilo que o espectador pode compreender (cadeias de caracteres remetendo a unidades de sentido, formulários correspondentes à Gestalt perceptiva, metadados qualificando entidades não segmentadas como fotos, *sites* etc.); (ii) Enquanto no universo técnico e formal, seu caráter digital possibilita fazer cálculos mais ou menos complexos, permitindo tratar enormes movimentações de dados, por exemplo.

Para o pesquisador que estuda o uso - e, portanto, compreendendo o que é exibido em uma tela -, o processo está longe de ser, como podemos, por vezes, ler, “a-semiótico”. A calculabilidade nunca substitui o processo de significação, ou seja, a semiose que opera na recepção. Ou, para simplificar: ela não substitui a significação que se produz na frente da tela, a partir daquilo que vê e lê. O processo de produção da significação (significância) é certamente guiado pela proposição exibida na tela, proposição que resulta do processamento de informações pela máquina. Mas, exceto caso se pense que a recepção consiste pura e simplesmente em “registrar” essa proposição, existe necessariamente uma atividade semiótica que depende por sua vez das características do “receptor” e do contexto da recepção (8).

Além disso, do ponto de vista sociosemiótico, a dissociação entre o suporte e a visibilidade (ou legibilidade) é, pelo contrário, apenas uma forma suplementar de mediação, baseada na interoperabilidade de camadas de escrituras (9) (sua hibridização). Para o internauta, o fato de preencher um formulário, de postar fotos, de escrever um comentário ou de simplesmente ler uma mensagem em um *site*, mobiliza uma série de camadas de escrituras que se ativam mutuamente: escritura do *site*, escritura do navegador, escritura do *software* usado para criar o *site*, escritura de diferentes camadas do sistema operacional do computador, dos servidores, do protocolo de transmissão etc. Sem essa

interoperabilidade, não apenas o dispositivo técnico não funcionaria, mas mesmo que funcionasse o internauta não seria capaz de entender do que se trata, como mostra a incompreensão que se tem diante de qualquer exibição de dados em um formato inesperado.

Falar de mediação mais do que de dissociação, traz por consequência o interesse no modo pelo qual essas camadas de escrituras tornarão possível a produção de sentido para o internauta. Evidentemente, o internauta deve mobilizar simultaneamente o sentido de sua ação (a atividade semiótica na qual está engajado) e seu domínio no uso mínimo do dispositivo. Do mesmo modo como é necessário dominar a técnica da escrita para colocar seus pensamentos no papel (10). Depois disso, dependendo do grau de desenvolvimento das habilidades do internauta, seu domínio pode ser aprofundado, seja do lado da significação social, seja do lado do dispositivo “técnico”, quer dizer, da formalização que permite a interoperabilidade das camadas de escrituras. Assim, em qualquer nível em que se encontre dessas diferentes camadas, a conjunção da perspectiva social e da perspectiva formal está sempre presente. Contudo, não ocorre justamente o mesmo em toda a produção cultural? A capacidade de manter reunidas a técnica, a percepção e a semiótica não é a característica primeira de toda produção cultural? Não é a profundidade do conhecimento ou o domínio das restrições técnicas, perceptivas e semióticas, a partir de sua articulação nos objetos culturais, que definem a formação, a educação cultural do amador, do conhecedor como do criador? Não é também a esse processo que Milad Doueiri (2008, 2011) faz alusão quando fala de “humanismo digital” ou “letrados” na “cultura digital”? Na minha opinião, vale a pena colocar e explorar esta questão.

De qualquer forma, é desse ponto de vista que se deve considerar a hipótese, avançada em sua conclusão, de nossa pesquisa sobre “a ampliação das mediações”. A análise de um *corpus* de *sites* e de sua evolução, mesmo realizada em um período relativamente limitado, mostra que os dispositivos técnicos, as

funcionalidades, os *software* e as ferramentas são aperfeiçoados, diferenciados, se especializam e se complexificam. Isso significa, na prática, um número maior de camadas de escrituras. Os dois universos de escritura - o da escrita baseada na lógica formal e matemática; e o da escrita cultural remetida a uma cultura midiática herdada, para usar a distinção formalizada por Yves Jeanneret (2012) - se especializam em camadas de escrituras executáveis e procedimentos, de um lado, e camadas de escrituras editoriais e linguísticas de outro (11).

Por exemplo, pudemos ver como, em termos das escrituras culturais, o desenvolvimento de ferramentas de *software* ajudou a industrializar a produção de *sites* (relacionados à evolução de linguagens e formatos). Uma das consequências dessa industrialização é a migração de códigos de composição (tipografia, diagramação etc.) para as escrituras formais que tendem a se tornar “caixas pretas” para o usuário. O resultado desta migração, para o usuário, é um uso simplificado devido à automação das operações, pelo menos enquanto esses usuários se mantiverem em seu uso comum. Por outro lado, se quiser ir mais longe, em direção a um uso mais especializado, precisará de formação em vista do domínio mais profundo da ferramenta e de certas escrituras formais.

Se nossa análise estiver correta, poderíamos dizer que uma das peculiaridades do digital reside em uma considerável extensão e complexificação do jogo entre escrituras culturais e escrituras formais. Este fenômeno se deve, evidentemente, ao fato de que a calculabilidade permite uma interface entre o universo social, histórico e psicológico das “escrituras culturais” e o universo técnico-científico das “escrituras formais”. Assim, por um lado, a calculabilidade funda-se no fato de que o dispositivo ser por completo escritura, uma vez que até os computadores são escrituras materializadas. Mas, por outro lado, o fato dos dispositivos técnicos serem escrituras materializadas tornará compatíveis suas materialidades e garantirão a circulação de dados e instruções que são capazes, por seu turno, de produzir escrituras sociais.

Parece-me que podemos tirar dessas análises duas lições úteis a nossos propósitos.

Antes de tudo, o desenvolvimento e a complexificação das camadas de escrituras levam a uma especialização das competências e, portanto, de ofícios. Isso é evidente para escrituras formais, mas permanece igualmente verdadeiro para escrituras culturais. Prova disso é o desenvolvimento das profissões de *designer* de *sites*, ou mesmo, em um nível ainda mais social, de gestores de comunidades virtuais. Deve-se deduzir disso que estamos nos afastando do compartilhamento entre internautas daquilo que têm domínio e de suas competências dentro de uma cultura comum?

Parece que não. Constata-se que estes desenvolvimento e complexificação – esta ampliação das mediações – dão aos usuários a sensação de mais possibilidades e de uma maior facilidade. Podemos nos perguntar se isso não se deve à automação da escritura editorial (diagramação, por exemplo), sua migração para as escrituras formais e à compatibilidade entre dispositivos, tornada assim possível, tendo por efeito fornecer um lugar preponderante à atividade de recepção do internauta.

Parece-me que esse seria um dos caminhos a serem explorados em pesquisas futuras. Se acreditarmos nos resultados de nosso estudo, é a contextualização daquilo que o internauta vê e lê, dentro de sua programação de atividades, que produz o sentido. Esta contextualização determina, assim, a maneira como continuará sua navegação, como comporá editorialmente sua “leitura”. Então, provavelmente estamos diante de uma das peculiaridades da escritura editorial da internet, que é realizada na recepção. Enquanto a diagramação no papel era uma organização espacial feita pelo produtor, com a internet torna-se uma organização temporal do conteúdo que o receptor desenrolará durante a navegação, pois é ele quem ativa o arranjo na tela do monitor e a aparição de objetos nela.

Mediações, contextos e compósitos: o exemplo da chegada de ferramentas digitais em agência de turismo

O último exemplo se refere a uma pesquisa em andamento sobre a introdução de ferramentas digitais para a busca de informações por turistas em agências de turismo. Como no exemplo anterior, meu objetivo aqui não é apresentar os resultados do próprio estudo, mas refletir sobre como o uso da tecnologia digital contribui para uma cultura digital e apontar quais são as consequências para a pesquisa.

Uma primeira constatação se coloca: em termos de pesquisa, o uso de ferramentas digitais em uma agência de turismo apresenta uma circunstância complementar à de consulta de *sites* a partir de um lugar. Os *sites* que estudamos eram acessíveis por um computador localizado em casa ou no escritório, um local onde se pode pensar que a organização era relativamente controlada pelo internauta e a atividade centrada no uso do computador. A unidade funcional poderia ser pensada como a de uma mídia informatizada, inserida em um contexto que intervém relativamente pouco na atividade do internauta. Já na agência de turismo, os usuários vão a um local especializado a fim de procurar informações e conselhos sobre sua estadia, atividades de lazer ou atividades culturais. A ferramenta digital (terminal, *smartphone*, *tablet*, computador) é, então, componente de um dispositivo maior, que inclui mesa de recepção, documentos impressos disponíveis para retirada pelo visitante, possivelmente obras para consulta – ver os produtos locais à venda. Mais do que a mídia informatizada, é o contexto social, organizacional e cultural que constitui a unidade funcional.

Portanto, é interessante estudar essa contexto, pois permite observar não apenas a ampliação das mediações ligadas à mídia informatizada, mas também a maneira como essas mediações são articuladas com as duas delimitações que definem essa unidade funcional: (i) as pessoas que se encontram, estando co-presentes num dado momento; (ii) os vários dispositivos, presentes ou não, suas características, etc. A conjunção dos dois, as "operações"

realizadas pelas pessoas que envolvem os dispositivos, constitui o que Joëlle Le Marec chamou de “compósitos” (12).

A pesquisa mostra, como se poderia esperar, que uma “familiaridade” com ferramentas digitais é uma variável-chave no uso ou não de ferramentas digitais. Porém, algumas pessoas aproveitam a oportunidade para experimentar determinadas ferramentas (*tablets*, terminais etc.) ou pedir ajuda para tentar utilizá-las. Na realidade, o que é decisivo é o programa de atividades em que a pessoa está envolvida. Para os que usam essas ferramentas, isso pode significar que procuram obter informações sobre um aspecto específico (acomodação, existência de um tipo de atividade, horário de funcionamento de locais culturais etc.), mas igualmente exploram, “navegam”, para encontrar algo em que não haviam pensado (13).

Para pesquisas sobre usos digitais, combinando análise semiótica, observação e entrevista, tivemos a oportunidade de estudar a implantação desses programas de atividades pelos usuários e a maneira pela qual o que é oferecido pela agência de turismo constitui um contexto de uso.

De fato, cada agência de turismo articula de modo próprio ferramentas digitais e ferramentas “tradicionais” (especialmente recepção e documentações diversas) em um dispositivo singular de mediação. Deve-se entender que o dispositivo não apenas escolhe oferecer ou não certos tipos de ferramentas (computadores, terminais especializados a certos usos como a organização de caminhadas, por exemplo, *tablets*, rede wifi acessível por *smartphones*), etc.), mas, acima de tudo, que a maneira como são apresentados implica na proposição de cenários de uso.

Para dar um exemplo: colocar terminais na entrada implica em oferecer ao cliente a oportunidade de começar procurando por si mesmo as informações sobre as quais se poderá obter mais detalhes junto aos consultores de viagens. Assim, vários tipos de operações podem ser oferecidas como busca de informações, classificação das informações de acordo com os critérios escolhidos pelo internauta, *download*, suporte *in situ* com possível

geolocalização etc. Mas esses cenários para o uso de ferramentas digitais são, por sua vez, articulados a outros mais tradicionais, como reuniões com consultores de viagens, consulta de documentos em papel, trocas com outros clientes, etc.

Todos esses cenários constituirão um contexto de uso que irá entrar em ressonância com a programação de atividades do usuário, mas também com as mediações internas das próprias ferramentas (a organização das diferentes camadas de escrituras), o que fará que em certos casos o todo funcione e em outros não (14). A particularidade das agências de turismo é que o contexto e as ferramentas são conhecidas tanto por quem organiza a apresentação do contexto quanto pelos usuários. Existe entre ambos uma cultura comum, sustentada na escritura e no uso de dispositivos digitais e organizacionais. Uma cultura que é tão operante que se torna visível e legível na apresentação espacial ou pela ação das pessoas que as acolhem.

Em resumo, no plano da pesquisa podemos manter que numa configuração em que a unidade funcional é uma situação social, organizacional e cultural, como a que observamos na implementação de ferramentas digitais em uma agência de turismo, é aconselhável não adotar uma abordagem que as isole do contexto no qual o usuário é levado a utilizá-las e a produzir sentido. Não isolar o estudo da recepção no uso de ferramentas daquelas do contexto, mas antes priorizar a articulação das mediações.

Notas

(1) Aqui estou usando a cultura digital no sentido de uma nova forma de cultura, ao lado de culturas visuais, literárias, espaciais, etc. É baseado no que Milad Doueïhi chama de alfabetização digital, um *know-how* para ler e escrever digital assumindo, entre outras coisas, a construção de uma habilidade (Doueïhi, 2008, nota 1 página 13).

(2) Por exemplo, na França, a criação do banco de dados Joconde. Veja Desprès-Lonnet (2009).

(3) Por exemplo, Marie Desprès-Lonnet (2000) mostrou que as interfaces de consulta foram projetadas para especialistas.

- (4) Sobre a questão do substituto, refiro-me ao trabalho de Cécile Tardy, *Representações documentais da exposição* (2012).
- (5) Para mais detalhes sobre as noções de impressão e registro, refiro-me a Genette (1994).
- (6) Ver, por exemplo, Vanderdorpe e Salaün, 2004.
- (7) Sobre esse ponto, refiro-me, por exemplo, a autores tão diversos quanto Bouquillon (2003), Vanderdorpe (2006) ou Jeanneret (2008).
- (8) Podemos ver, por exemplo, em que medida as declarações (tweets) são ricas em um contexto carregado pelos próprios participantes, enquanto o dispositivo tecnossemiótico do Twitter reduz o contexto editorial à logística.
- (9) Esse é o próprio princípio do arquitexto.
- (10) O “contexto programático” ou “programa de atividade do usuário da Internet” obviamente não deve ser visto como um cenário pré-estabelecido, mas como um “pano de fundo” no sentido de Searle (Searle, 1998, p. 167).
- (11) Gravação executável é gravação de máquina ou software. Os escritos processuais designariam todos os escritos e reescritos que visam tornar os dados computáveis; por exemplo, quebras, classificação, padronização, permitindo duplicação, rotulagem, indexação, etc. conteúdos como formatos. A redação editorial formata os elementos de acordo com as restrições técnicas (Davallon, 2012b).
- (12) “Compósitos” caracterizam situações nas quais os indivíduos mobilizam o significado de objetos e representações materiais, realizam ações e implementam sistemas de padrões ou regras operacionais.” (Le Marec e Babou, 2003, p. 246).
- (13) Também acontece marginalmente pessoas que usam a rede WIFI, ou mesmo computadores ou tablets, permitindo navegar na web para fins pessoais. Esse tipo de programa fica fora da proposta feita pelo Escritório, embora alguns escritórios o tolerem por um tempo limitado, considerando-o um “serviço”.
- (14) A importância dessa ressonância entre as diferentes formas de mediação que compõem a situação social e as da ferramenta digital

aparece particularmente bem em outra pesquisa em andamento sobre sinalização urbana testada em Arles (trilhas digitais). Como essas trilhas consistem em postagens de informações exibidas em caixas elétricas. Ao exibir um código QR com um smartphone, eles permitem acesso a documentos adicionais (vídeos, jogos, cliques de concertos etc.). Podemos ver claramente neste caso como a consistência entre o local, o tipo de informação e o programa de atividades do transeunte é decisiva para que o transeunte pare primeiro, depois leia e depois abra o documento complementar. piscando o QR Code.

Referências

BACHIMONT, B. Connaissance et support d'inscription : entre raison graphi-que et raison computationnelle. *In*: ÉCOLE D'ÉTÉ DE L'ARCO, 7, Bonas. **Anais** [...]. Bonas, 10-21 jul. 2000a.

BACHIMONT, B. Intelligence artificielle et écriture dynamique : de la raison graphique à la raison computationnelle. *In*: PETITOT, J. ; FABBRI, P. **Au nom du sens**: autour de l'œuvre d'Umberto Eco. Paris: Grasset et Fasquelle. 2000. p. 290-319.

BOUQUILLON, P. **La culture face à l'Internet** : un enjeu culturel et d'action publique. [S.l.], 2003.

BROCHU, D. *et al.* **Les Musées face à l'édition multimédia**. Dijon: OCIM, 1999.

CASEMAJOR, N. L. **Diffuser les collections photographiques sur le Web**: de nouvelles pratiques de médiation ? Étude des formes et stratégies de commu-nication du patrimoine photographique en ligne. 2009. Thèse (Doctorat em ciences de l'information et de la communication) – Lille: Université Charles de Gaulle Lille 3 ; Montréal : Université du Québec, 2009.

CASEMAJOR, N. L. **Diversifier les figures du public**: l'appropriation du patrimoi-ne culturel sur le Web. Communication, v. 29, n. 2, 2012.

DAVALLON, J. (dir.). **L'économie des écritures sur le web – v. 1:** Les traces d'usage dans un corpus de sites de tourisme. Paris/Londres : Lavoisier/Her-mès Science Publishing, 2012.

DAVALLON, J.; GOTTESDIENER, H.; LE MAREC, J. **Les Premiers Cédé-roms de musée.** Dijon: OCIM, 2000.

DAVALLON, J., NOEL-CADET, N.; BROCHU, D. L'usage dans le texte : les "traces d'usage" du site Gallica. *In*: SOUCHIER, E.; JEANNERET, J.; LE MAREC, J. **Lire, écrire, récrire:** Objets, signes et pratiques dans les médias informatisés. Paris: Bibliothèque publique d'information; Centre Georges Pompidou, 2003. p. 47-89.

DAVALLON, J. Conclusion. *In*: DAVALLON, J. (dir.). **L'économie des écritures sur le web;** v. 1; Les traces d'usage dans un corpus de sites de tourisme. Paris: Lavoisier, 2012b. p. 243-269.

DESPRES-LONNET, M. **Contribution à la conception d'interfaces de consultation de bases de données iconographiques.** 2000. Thèse (Doctorat en sciences de l'information et de la communication) – Lille: Université Charles de Gaulle Lille 3, 2000.

DESPRES-LONNET, M. L'écriture numérique du patrimoine, de l'inventaire à l'exposition: Les parcours de la base Joconde. **Culture & Musées**, v. 14, p. 19-38, 2009.

DOUEIHI, M. **La Grande Conversion numérique.** Paris: Éd. Du Seuil, 2008.

DOUEIHI, M. **Pour un humanisme numérique.** Paris: Éd. du Seuil, 2011.

GENETTE, G. **L'Œuvre de l'art:** Immanence et transcendance, Paris: Éd. du Seuil, 1994.

JEANNERET, Y. **Penser la trivialité:** v. 1; La vie triviale des êtres culturels. Paris: Lavoisier, 2008.

JEANNERET, Y. Introduction. In : DAVALLON, J. **L'économie des écritures sur le web**: v. 1; Les traces d'usage dans un corpus de sites de tourisme. Paris: Lavoisier, 2012. p. 19-36.

LE DÉBAT. **Le livre, le numérique**, v. 170, mai. 2012.

LE MAREC, J.; BABOU, I. De l'étude des usages à une théorie des "composites": objets, relations et normes en bibliothèque. In: SOUCHIER, E.; JEANNERET, Y.; LE MAREC, J. **Lire, écrire, récrire**: Objets, signes et pratiques dans les médias informatisés. Paris: Bibliothèque publique d'information; Centre Georges Pompidou, 2003. p. 235-299.

LELEU-MERVIEL, S.; USEILLE, P. Quelques révisions du concept d'information. In: PAPY, F. **Sciences de l'information**. Problématiques émergentes. Paris: Lavoisier, 2008.

PASSERON, J.-C. **Le Raisonnement sociologique**. Paris: Albin Michel, 2006.

SEARLE, J. R. **La construction de la réalité sociale**. Paris: Gallimard, 1998.

SOUCHIER, E.; JEANNERET, Y.; LE MAREC, J. **Lire, écrire, récrire**: Objets, signes et pratiques dans les médias informatisés. Paris: Bibliothèque publique d'information; Centre Georges Pompidou, 2003.

TARDY, C. **Représentations documentaires de l'exposition**. Paris: Hermann, 2012.

VANDERDORPE, C.; SALAÜN, J.-M. (dir.). **Les défis de la publication sur le web**: hyperlectures, cybertextes et méta-éditions. Lyon: Presses de l'Ensib, 2004.

VANDERDORPE, C. **Internet, le média ultime**. Le Débat, v. 139, mar.-avr., p. 135-145, 2006.

VANDERDORPE, C. Le livre et la lecture dans l'univers numérique.
In: LE RAY, É.; LAFRANCE, J.-P. **La bataille de l'imprimé à l'ère
du papier électro-nique**. Montréal: Presses de l'Université de
Montréal, 2008. p. 191-209.

ANALISAR AS 'REDES SOCIAIS' COMO DISPOSITIVOS INFOCOMUNICACIONAIS: UMA PROBLEMÁTICA ⁷

† Yves Jeanneret

Introdução

Há pouco tempo, falar de “redes sociais” evocava a ideia de relações, de influência e de militância. Em alguns anos, no entanto, ao menos na França, essa significação quase desapareceu: as “redes sociais”, atual obsessão das mídias, tornaram-se os dispositivos materiais de comunicação na Internet. Pesquisadores já haviam observado, há cinco anos, que “a participação social conhece, nos blogs e por causa deles, um *avatar editorial*” (Candel; Jeanne-Perrier, 2007, p. 58). Tal observação alcança, atualmente, um *status* de evidência lexical. Tornou-se mesmo necessário fazer a distinção de “redes humanas” para ser compreendido quando se quer designar solidariedade, engajamento coletivo e relação. O objetivo deste capítulo é tentar compreender o que são realmente essas estruturas midiáticas e tecnológicas, como MySpace, Facebook e Twitter,

⁷ Originalmente publicado em: JEANNERET, Y. Analyser les « réseaux sociaux » en tant que dispositifs info-communicationnels : une problématique. II Jornada Científica Internacional da Rede Mussi. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Rede MUSSI, Ibict-UFRJ, Ictict/FIOCRUZ, 2012.

Republicado em: JEANNERET, Y. Analisar as “redes sociais” enquanto dispositivos infocomunicacionais: uma problemática. In: TOMAÉL, M. I.; MARTELETO, R. M. (Orgs.). **Informação e redes sociais**: interfaces de teorias, métodos e objetos. Londrina: EDUEL, 2015.

Agradecemos aos editores da Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL) pela autorização para a republicação em português.

para citar apenas as plataformas que alcançaram um sucesso considerável na França (1) e, sobretudo, como vieram a ocupar o lugar de categorias sociológicas nas reflexões.

A fim de descrever algumas problemáticas expressivas de pesquisa nas Ciências da Informação e Comunicação francesas, abordo aqui esses objetos a partir de duas posições. A primeira consiste em não dissociar as formas midiáticas e textuais do universo de representações e de imaginários que as acompanha. Definir esses dispositivos como sendo redes sociais por si mesmas, ou seja, por metonímia, não permite descrever concretamente seu funcionamento; entretanto, o fato de serem assim qualificadas por seus atores mais diversos é um traço estruturante de sua dimensão cultural. A segunda posição é a de me colocar em uma escala de análise ampla o suficiente para considerar a filiação técnica e simbólica na qual se integraram tais redes durante várias décadas. Tentarei, assim, identificar certas estratégias mais significantes de problematização dos objetos e das práticas que parecem se destacar dessas pesquisas.

Proponho identificar quatro maneiras principais de transformar esse objeto concreto em objeto de pesquisa (Davallon, 2004), as quais consistem em considerar as “redes sociais” como um evento no projeto de transfigurar nosso ambiente cultural; como um estado definido da relação entre mídia e texto; como um momento na economia política da circulação dos saberes e como um questionamento da relação entre o trabalho de pesquisa e a inovação tecnoindustrial.

Essas abordagens centram-se na pesquisa sobre a dimensão infocomunicacional das práticas, abordada a partir das noções de mídia e de documento. Existem, evidentemente, muitos outros pontos de vista: técnicos, sociológicos, psicossociais etc.

Um episódio particular de uma saga taumatúrgica

Permito-me abrir esta reflexão com um relato de experiência. Nos encontros que experienciei com interlocutores

sociais da universidade (industriais, políticos, militantes etc.), ao longo de duas décadas, pude constatar três processos paralelos: o retorno de certas tentativas fundamentais que acompanham a reflexão sobre a comunicação; o deslocamento dos equilíbrios nos modelos intelectuais de referência e a concentração da atenção em certos dispositivos que, em diferentes momentos, sucessivamente, possuíam a virtude de aparecer como o verdadeiro lugar da comunicação. Posso citar, por exemplo, a *interatividade*, o *online*, a *web 2.0* e as *redes sociais*. Trata-se de entidades que dizem respeito a diferentes níveis do processo de comunicação – e aos quais retornarei mais adiante –, mas que reúnem a capacidade de ser tomadas como mais reais que outras.

Frequentemente, essa focalização do olhar, que pode beirar a apoplexia, toma a forma da “requisição” (Labelle, 2007): o sentimento de se confrontar com os verdadeiros lugares da comunicação, da necessidade de “estar ali”, acompanhado de uma certa angústia quanto ao modo de concretizar uma ação. Por isso, não me surpreendi quando, ao conduzir recentemente uma série de entrevistas com atores no contexto de criação de uma cátedra, ouvi responsáveis de museus, consultores de agências de publicidade e jornalistas me explicarem que era indispensável atuar nas redes sociais, porque ali se encontrava o público jovem, enquanto manifestavam sua perplexidade sobre o que uma instituição ou uma empresa poderia fazer nos referidos meios. Na mesma época, uma estudante interveio no início de uma de minhas aulas para promover a organização de uma noite de iniciação ao Twitter, a fim de corrigir o pouco uso dessa ferramenta na escola e, diante de minhas perguntas, uma de suas colegas confessou que era necessário frequentar esse tipo de rede, pois os recrutadores excluíam aqueles que não participavam. Pouco tempo depois, uma estudante de mestrado, ao concluir uma formação sobre as teorias e as profissões da comunicação, evocou em sua dissertação “um mundo do qual muito se fala e cuja novidade parece um pouco intimidante”, e acrescentou: “somos considerados como nativos

digitais ou *digital natives* [...] e, no entanto, o *tweet* nos é bem menos familiar que a revista semanal de atualidades comprada na banca”.

Esses episódios não pretendem sugerir que a posição dominante atualmente ocupada, de fato, por alguns desses dispositivos seria artificial; eles convidam a ampliar o contexto de análise para colocar essas inovações recentes na linha de sucessão de inovações e requisições mais antigas, e abordá-las como um composto (Le Marec, 2002) que liga universo de discurso, propriedades pragmáticas dos dispositivos, imaginários da visibilidade social, envolvimento dos atores e dinâmica das trocas comunicacionais. Destaco, aqui, dois fenômenos que marcam atualmente a evolução das relações entre inovação midiática e usos: por um lado, essas ferramentas, que também são marcas (por isso, serão doravante denominadas “ferramentas-marca”), alcançam uma posição hegemônica não habitual em um mundo onde o uso é comumente garantia de imprevisto e de diferença; por outro lado, os usuários, promovidos a atores voluntários de um *empowerment* ambíguo (Bouquillion; Matthews, 2010), são envolvidos no trabalho (Dujarier, 2008) como nunca. Tais tendências acabam tornando ilusório o esforço desenvolvido outrora para distinguir o espaço dos dispositivos, aquele dos usos e aqueles dos “discursos de acompanhamento”, os quais manifestamente mantêm múltiplas interdependências.

O par especial das práticas e dos dispositivos determinados que as estimulam produz um efeito conjunto de singularização e de confusão paradoxal, embora explicável. A singularização resulta do fato de que essas ferramentas-marca adquirem uma presença que as separa do espaço global das mídias informatizadas (até então denominadas usualmente como “(N)TIC”, apelação hoje em franco desuso). Toma-se consciência ao colocar em série fórmulas que foram sucessivamente banalizadas: navegar na rede, fazer um *powerpoint*, *googlar*, ir ao Facebook, *twitter* (verbo).

Evidentemente, a banalização dos produtos em ferramentas-marca não é exclusiva das mídias informatizadas, como testemunham as expressões “abrir o *frigidairé*” ou “colar um *post it*”.

Mas esse processo assume uma face peculiar, porque qualifica entidades que se colocam como um universo e não somente como uma ferramenta: estar no Facebook representa uma forma de vida diferente de criar um sítio de *internet*, por exemplo. A singularização também resulta paradoxalmente na indistinção, uma vez que é muito difícil saber se o que é designado pela classe genérica “redes sociais” é um aparelho técnico, um suporte, um protocolo de troca, um coletivo ou uma cultura. É a forma específica que assume a ideia de uma relação privilegiada entre uma ferramenta, uma forma midiática e uma cultura, uma “midiagenia” (fr.: “médiagénie”) particular definida como “o encontro entre uma mídia e um tipo de discurso, de escrita e/ou de edição, a primeira estando especialmente bem adaptada à comunicação do segundo” (Aïm, 2006, p. 35). É assim que se assiste, de certa maneira, à promoção de uma ferramenta à categoria de mídia e até mesmo de cultura midiática. Sabe-se que os objetos mais diversificados são hoje considerados como mídias (Patrin-Leclerc, 2005); esse “tornar-se mídia” refere-se habitualmente a um processo de metaforização que faz da cidade, da loja ou da empresa uma mídia (Berthelot, 2005). Nesse caso, é por metonímia que uma panóplia documentária vem ocupar o lugar de toda uma cultura midiática. É desse modo que, no discurso dos atores, as “redes sociais” são colocadas em paralelo não com um outro sítio, mas com a própria *internet*, como quando um entrevistado declara, por exemplo: “eu não vou na *internet*, estou no Facebook”.

Os estudos sobre a escrita digital compreendem uma observação etnográfica das práticas de leitura-escrita que começam frequentemente por um olhar distanciado a respeito das telas dos monitores. Desde que o acesso à rede se difundiu socialmente, no fim dos anos 1990, o observador que entrasse em uma sala de consulta via telas muito diferentes que, de longe, manifestavam claramente modalidades e níveis de apropriação de hipertexto e de grafismo muito diferenciados. Quando os programas de edição corrente (CMS, “gestores de conteúdo”) apareceram, a generalização de certas diagramações, livremente inspiradas na

primeira página dos jornais, denunciava certo mimetismo das escritas, compensado pela heterogeneidade das estéticas gráficas. Embora o fenômeno pareça recuar atualmente, há dois ou três anos era possível entrar em uma sala de computadores e ver em todo lugar a tela branca povoada de miniaturas, como se fosse natural instalar-se diante do computador para ir ao Facebook. Então, como se viu, trata-se de uma marca muito particular, uma vez que ela encarna, ao mesmo tempo, uma mídia, um tipo de ferramenta, um modo de comunicação e um espaço de encontro.

A indiscernibilidade crescente dos níveis de mediação não é, aliás, exclusiva dessa ferramenta – muito menos do que alguns chamam de *microblogging* –; ela caracteriza de modo bem mais geral uma cultura atual da tela. Pensar em conjunto os discursos que anunciam essa novidade e a engenharia dos dispositivos que lhe dão corpo esclarece a dialética entre a autonomia crescente das ferramentas-marca e o caráter indiscernível das categorias de mediação. O laço que une inovadores tecnoindustriais, militantes da experimentação social e jornalistas em busca de atualidade explica a necessidade de reativar constantemente um imaginário recorrente de valor mítico no ritmo do aparecimento de novos produtos. Nesse contexto, prolifera um léxico que tem como particularidade autorizar um deslocamento metonímico constante entre substrato material, escritas, usos e lógicas sociais.

Voltemos nossa atenção à fórmula “redes sociais”. Primeira observação: essa fórmula é constituída de entidades muito conhecidas, pouquíssimo inovadoras e que podem até mesmo ser consideradas como tautológicas. A *internet* é uma rede de redes; a comunicação é um fato social. Sob esse aspecto, a fórmula “redes sociais”, pressupondo a existência de uma realidade não definida, é um desvio do que fez o sucesso da “sociedade da informação” (Labelle, 2001); do mesmo modo que todas as sociedades repousam sobre as práticas infocomunicacionais, as redes sociais não são mais redes do que a Web e não são mais sociais do que qualquer outra produção midiática. Trata-se de uma “inscrição fixa que desempenha um papel na afirmação de um ser particular, essa

nova sociedade ao mesmo tempo evidente e fugaz” (Labelle, 2011, p. 37). A polissemia do termo “rede” (que designa objetos muito diferentes, desde um protocolo de informática a relações de influência) e sua polivalência (que pode servir para qualquer coisa, da troca de saberes às práticas mafiosas) são conhecidas de longa data, notadamente sua aptidão em colocar, em um mesmo plano, a técnica, a linguagem e a sociedade (Souchier; Jeanneret; Le Marec, 2003). Essa última aparece de modo excepcional em contextos sociopolíticos como o do Brasil, em que a fórmula (*Redes sociais*) assume uma força cultural e militante específica (Marteleto; Thiesen, 2008; Couzinet; Courbieres, 2011). No campo da engenharia dos dispositivos informatizados, o adjetivo “social” conhece hoje, nesse espaço de discurso, uma usura (uma catacrese) que traduz a promoção, em diferentes esferas sociais e econômicas, da tecnologia de bases compartilhadas: indexação social, *curation sociale* (*social media curation*), livro social, televisão social. Porém, o termo não perde sua força simbólica, já que pode se encontrar associado, e até mesmo colocado em equivalência, a categorias extremamente pesadas do pensamento filosófico e antropológico, como a “comunidade”. A fabricação de plataformas de troca documentária simplificada cita todas as representações do coletivo, da eficiência do funcional à transcendência do identitário.

Um dispositivo infocomunicacional que não diz seu nome

Para resumir, o quadro bastante esquemático esboçado anteriormente convida a recolocar a chegada dos dispositivos intitulados “redes sociais” em uma perspectiva extensa e a considerá-los um momento de várias dinâmicas sociais: engenharia das formas midiáticas, vida dos imaginários sociais, desenvolvimento das formas de troca social, emergência de personagens do coletivo. Todos esses fenômenos fazem referência a uma temporalidade mais longa que seu próprio aparecimento. Mas um exame atento dos dispositivos infocomunicacionais (Couzinet, 2009) em sua materialidade observável é indispensável,

à medida que todo esse universo de práticas, de representações e de formas de vida está associado, primeiramente, ao uso difundido desses dispositivos.

Nesse caso ou em qualquer outro, privilegiar uma abordagem comunicacional implica encarar o dispositivo em suas formas e conteúdos, nos “meios que ele emprega e nos mecanismos que asseguram seu funcionamento” (2) (Couzinnet, 2009, p. 20). Entretanto, como se viu, não é a ideia de “rede social” que pode nos ajudar a identificar o modo de funcionamento desses dispositivos. É preciso tentar discernir uma pragmática comunicacional para saber se, para além da reiteração de motivos sociais em longo prazo, eles podem contribuir para deslocar as práticas. Em uma análise, constatar-se-á que esses deslocamentos são significativos, ou até mesmo decisivos. O fato de tais inovações estarem rodeadas por uma espécie de ecossistema ideológico não significa que sua chegada não afete realmente os diferentes planos de realidade antes evocados: materialidade das trocas, natureza das linguagens, orientação dos discursos, dinâmica das socializações. Entretanto, para compreender de que modo isso acontece, é preciso distinguir os planos de mediação que foram integrados até aqui e, antes, olhar atentamente em que consistem os dispositivos por si mesmos e, assim, relacionar deliberadamente o estudo preciso das mediações escritas da informação com a emergência de novas definições da identidade individual e social (Gomez-Mejia, 2011), inserindo-as na perspectiva de longa duração dessa dialética entre formatos documentários e figuração da relação social (Wrona, 2012).

Sob tal ótica, a criação desse tipo de dispositivo remete a uma intervenção no transcurso das comunicações sociais que exprime uma pretensão real de condicioná-las, instrumentalizá-las e regê-las. Condicioná-las significa configurar situações de comunicação que se especificam em termos de linguagens mobilizadas, de espaço-tempo das trocas, de papéis definidos, de modalidades de conservação, de disseminação e de transformação dos textos. Instrumentalizá-las quer dizer oferecer formatos de escrita,

material significante automatizado e protocolos de reformulação. Regê-las (3) significa realizar modalidades de delegação da enunciação, de coleta de textos e de publicação das contribuições que asseguram a influência dos atores da plataforma sobre a imagem do texto e as modalidades de troca midiática. Abordado sob esse ponto de vista, o trabalho do *designer* de informática não opera em ruptura com as disciplinas de arquivo, aquelas que definem o gesto editorial, o comentário, a mediação documentária, ao contrário, em um jogo de retomada, reconfiguração e otimização dessas estruturas.

É por isso que uma descrição empírica das “redes sociais” pede que estas sejam redefinidas como dispositivos de instrumentação das trocas documentárias de uma natureza particular, e que designarei, aqui, como dispositivos microdocumentários. Estes exploram, regem e instrumentalizam a transmissão rápida de mensagens curtas, a criação de coleções compartilhadas de tipo antológico (Doueihi, 2008), a montagem padronizada de conjuntos unindo o texto, a imagem, o formulário, o pictograma, a citação. Trata-se de uma configuração muito densa e altamente automatizada de “pequenas formas” (Candel, Jeanne-Perrier; Souchier, 2012), formatos de escrita pré-formatados, compactos e padronizados, combinados a uma lógica de fragmentação e de miniaturização extremas. Essas ferramentas de escrita automatizadas permitem o controle do não especialista sobre gestos documentários simplificados e mínimos de coleta, de conservação, de transmissão e de classificação de unidades textuais e documentais tornadas acessíveis, não por uma mediação institucional de saber, mas pelo exercício de predileções individuais e coletivas diversas. Uma espécie de escritório de curiosidades aparelhado.

Logo, compreender-se-á, entretanto, que esses objetos não são percebidos como tal pela maior parte das pessoas que os utilizam. A densidade das mediações semióticas, logísticas e documentárias torna-se invisível por seu material muito banal em favor de um espaço de encontro onde se conversa, se cria

comunidade e se mantém visibilidade. Tudo isso se estrutura em um complexo mídia-texto especial que se apoia, ao mesmo tempo, sobre as propriedades materiais e logísticas do suporte e sobre os princípios semióticos, retóricos e poéticos de uma forma de expressão.

Assim encarados, esses dispositivos se inscrevem em uma série histórica. Primeiramente, vê-se que não são tão diferentes das “gerações” midiáticas precedentes. A transferência das ferramentas e gestos próprios às diversas profissões da informação e da comunicação para os amadores é uma tendência há tempos identificada nos escritos da tela, como, por exemplo, a cultura profissional dos tipógrafos (Souchier, 1996); ela sempre foi acompanhada de uma forma de vulgarização desses gestos; a fragmentação do texto e sua circulação por reprodução estão no centro da informática desde o início do tratamento de texto; a descontextualização dos enunciados já era o principal problema colocado pelas experiências do hipertexto; a abstração das formas que permitem sua reconfiguração constante desempenhou um papel determinante na engenharia de *software* “dinâmica”, o que possibilitou adaptar continuamente os objetos documentários aos usos; a delegação da enunciação e a antologia caracterizavam também as plataformas participativas (Tardy; Davallon, 2012). Sob essa ótica, as “redes sociais” aparecem, sobretudo, como a continuação do projeto de informatização da sociedade por outros meios.

Por outro lado, a chegada desses dispositivos materializa certo tipo de predileção na representação do potencial infocomunicacional das mídias informatizadas: ela encontra seu lugar em uma série. Recuando algumas décadas, constata-se que essas predileções foram objeto de valorizações diversas e de instrumentalizações sucessivas. Tais mudanças exprimem inclinações sucessivas que possuem valor de definição do social. Após a época da combinatória de dados (“hipertexto”), veio aquela da imersão ilusionista (“virtual”) e depois, a das escrituras criativas (“multimídia”). Os anos 2000 acompanharam a rejeição do visual

e o forte retorno do texto contínuo: o essencial era a valorização da escrita colaborativa que, para se desenvolver, solicitava o tratamento massivo da sequência de caracteres. Estamos, hoje, com Facebook e Twitter, no regime do contato, sobre o qual o que conta é o imediatismo do gesto; é o triunfo do “*cutucar*”, da “linha do tempo” e da “*tag*”.

Essas diferentes evoluções manifestam, apesar de tudo, uma tendência geral. Elas afetam a relação entre os diferentes níveis de estruturação da troca infocomunicacional. A integração dos diferentes tipos de signos sobre um mesmo suporte técnico e o uso constante *trompe l'œil* redistribuem as relações e as hierarquias entre as entidades e seu nível de integração. Com as “redes sociais”, afirmam-se uma hierarquia e encaixes particulares entre os níveis bem conhecidos do processo de comunicação, como a situação, o formato, o signo, o texto, o discurso e o documento. A enunciação é mínima porque é limitada pelo volume do texto e solicitada pela facilidade do gesto de designação. O par formado pelo elo funcional (logístico) e a designação (*déitica*) dominam, visto que é mais fácil coletar e assinalar do que argumentar ou narrar. A coleção de mônadas constantemente recompostas (Wrona, 2012) define um regime de representação do social em que tudo, saber, representação e pertencimento, tudo se torna instável, exceto os quadros do dispositivo.

Sob esse aspecto, essas plataformas documentárias mínimas aparecem como resultado do princípio da panóplia (Labelle, 2007, 2011) e revelam uma coleção de roteiros de interação heterogêneos, mas todos padronizados. A panóplia não se refere a um projeto global de domínio do social, mas a uma tática de disseminação de pequenos cenários de práticas por meio das ferramentas. É dessa forma que, nas panóplias integradas da “plataforma”, as noções de discurso, de texto e de documento tornam-se efêmeras ou indecíveis: a discursividade é dificultada pela proscrição do desenvolvimento, a textualidade desloca-se do propósito para o contexto da escrita e o documento tende a se cristalizar em perfis, miniaturas e bilhetes. Em um universo como

esse predominam o gesto de designação, a enunciação mínima, o compartilhamento de objetos já construídos por outros, a reciclagem de documentos produzidos no espaço privado, a captura de discursos midiáticos em favor de um fluxo de comunicação de segundo nível, o que contribui para uma definição da relação infocomunicacional na qual a dimensão fática do contato prima sobre a dimensão cultural do sentido. Isso não significa, evidentemente, que um pensamento social não seria eventualmente elaborado por meio dessas trocas que, frequentemente, dão visibilidade a interpretações até então inacessíveis, mas o dispositivo condiciona fortemente a forma que tomam o comentário e a avaliação, com frequência, marcados pelo humor, pela conviência e pela ironia (Jeanne-Perrier, 2011).

A análise das mediações, no entanto, permanece decisiva, já que as “redes sociais” são um lugar de experimentação na arte das transmutações semióticas e manifestam o poder das operações que permite o jogo entre as diferentes camadas da inscrição nas mídias informatizadas. Tais dispositivos nascem de metáforas estruturantes cuja origem é, frequentemente, a prática documentária comum (retrato de apresentação, álbum de fotos, informações pessoais, informações de grupo, telegrama), deslocados para novos espaços sociais e, principalmente, dotados de novas funções, embora sua concepção se origine na montagem (Zinna, 2004) de protocolos de *softwares* já existentes, reunidos em conjuntos disponíveis e condensados. Essa enunciação editorial (Souchier, 1998), de natureza particular, assegura uma apreensão de unidades semióticas diversas, podendo ser reunidas, tratadas, acumuladas, completadas, graças ao jogo que permite a inscrição entre o código do programa, o cálculo, a base de dados, o *design* gráfico das “interfaces”. Assim, os atos de escrita podem ser contados para fazer aparecer os resultados; a ativação de sinais (clicar sobre um pictograma “Curtir” ou sobre uma fotografia de um membro inscrito) pode ser reescrita como uma representação social (popularidade, amizade, comunidade); o acesso a coleções de formulários pode ser apresentado como a prova de relação. *Fulano*

começou uma nova amizade com Fulana, diz “o alerta”. Assim, esse universo de inscrições circulantes, constantemente recortadas e recompostas, oscila sem cessar entre três regimes de sentidos diferentes: o da escrita, que incorpora um gesto e suscita uma leitura, o do índice, que revela ou trai uma prática, e o do rastro, que se oferece a todas as vigilâncias.

As ferramentas-marca no seio de uma economia política da trivialidade

Em um contexto como esse, no qual as pequenas formas se recompõem sem cessar, é a trajetória dos objetos que domina, ao mesmo tempo que a gramática dos pequenos gestos mantém o contato. Mas, paralelamente, afirma-se uma indústria do texto e da mídia que difunde e normaliza as formas, os formatos, os *scripts* de ação, as rotinas discursivas (Candel; Jeanne-Perrier; Souchier, 2012). Nesse contexto, compreende-se que podem se desenvolver conjuntamente o simbólico, que une, e o diabólico, que separa. Essas ferramentas envolvem sempre a manutenção de uma comunicação relacional e criadora de convivência enquanto fragmentam, uniformizam e banalizam as modalidades de enunciação.

Tomando certa distância, o lugar que ocupam hoje esses dispositivos microdocumentários no espaço midiático das escritas na rede (às vezes qualificada de *self-media*) corresponde a um estado atual de desenvolvimento das indústrias da comunicação. O modelo clássico da produção de massa, a “indústria cultural”, descrita pelos teóricos da Escola de Frankfurt, repousa sobre uma pretensão comunicacional particular concentrada na força da mídia e do texto como lugar de desdobramento de uma retórica e de um imaginário. A fábrica de sonhos de Hollywood e Disney consiste em oferecer produtos culturais concebidos para ter todas as chances de ir ao encontro das preferências de um público que os especialistas aprenderam a observar e a antecipar. As “redes sociais” encarnam outro modelo bastante diferente das indústrias

da cultura e da comunicação, completamente indiferente ao conteúdo das mensagens e fundado na capacidade de fazer, de certas mediações, a passagem obrigatória da socialização e da visibilidade.

Louis Marin (1981) analisou a maneira pela qual o historiador do rei conseguiu fazê-lo acreditar na ideia da necessidade de seu trabalho, convencendo o político que essa escrita capta o público (Marin, 1981). A plataforma microdocumentária Facebook conseguiu se tornar, momentaneamente, a historiadora de uma geração, não por sua real capacidade de escrever a história, o que é indiferente, mas por impor pouco a pouco a ideia de que passar por essa mediação é indispensável para entrar no espaço visível do *self-media*. A narrativa permanece uma armadilha no universo da requisição (Labelle, 2011), a qual carrega uma concepção da comunicação como lugar onde se expõe, e não como mensagem a transmitir. Por outro lado, é isso que explica o papel especial que desempenham essas plataformas microdocumentárias na emergência de um espaço de visibilidade, onde a posição do amador reconhecido se torna um meio de conquistar o estatuto de especialista, mesmo que a contribuição voluntária seja difícil de distinguir do modo de carreira. Em certos casos, a exposição de uma “extimidade” (Tisseron, 2001), essa intimidade superexposta – e por sinal, bem documentada – é a via escolhida pelos indivíduos para conquistar, em troca de uma verdadeira conduta de risco, a notoriedade midiática e profissional (Jeanne-Perrier, 2012).

Como escreve Estrella Rojas (2009, p. 2), que baseia suas pesquisas na natureza documentária do Facebook, “[as] mediações documentárias são orquestradas por dispositivos sociotecnocognitivos [...] Na plataforma de rede social digital Facebook, o compartilhamento documentário está centrado nas práticas dos membros, ao mesmo tempo em que permanece estreitamente ligado às práticas relacionais.”

É o que explica o alcance cultural e político das práticas que surgem não de uma intenção premeditada, mas das próprias

modalidades de uma prática do texto que une identidade pessoal, categorias culturais e espaços de prática, como é o caso dos grupos engajados em uma redefinição do literário (Gomez-Mejia; Candel, 2009).

O dispositivo microdocumentário apresenta certo número de propriedades particularmente adaptadas a essa pretensão, que não explicam como tal ferramenta-marca “pegou” mais que outra (muitas tentativas fracassaram e é muito difícil saber o porquê), mas sim porque esse tipo de dispositivo teve mais chances do que outros de se tornar um modelo hegemônico de fato.

Inicialmente, a extrema comodidade de uma panóplia constituída de formas mínimas “sob a mão” autoriza uma polivalência sem precedentes das produções documentárias. Afastamo-nos do modelo “estratégico” das profissões da comunicação, em que nos aplicamos a fazer coincidir tanto quanto possível uma finalidade, um gênero, um tipo de discurso. Aqui, ao contrário, o que alimenta o fluxo constante da atenção e da inscrição é a plasticidade das formas que podem variar desde o espaço do saber ao do testemunho particular e da troca comercial. Aqui, ainda, tal processo não nasceu com as “redes sociais”, mas já havia se afirmado nos portais de informação local que, diferentemente dos sítios web institucionais, apoiavam-se na oscilação entre encontro amigável, procedimento cultural e transação comercial. Os atores comerciais, desejosos de intervir nos espaços quotidianos de troca sem denunciar uma abordagem publicitária (Berthelot-Guiet; De Montety, 2009), preocupados em explorar a “corretagem informacional” (Moeglin, 2007) baseada nas informações fornecidas pelos internautas, ou ocupados em identificar o “risco de opinião”, (Beaudoin, 2001) encontram nesse tipo de espaço plástico uma dimensão de ação especial.

Por outro lado, a retração da enunciação em gestos mínimos (coletar, transmitir, destacar, etiquetar) favorece poderosamente o crescimento dos fluxos de troca, que é uma das dificuldades maiores da *internet* participativa, a “web 2.0”. A economia da trivialidade baseia-se na participação dos internautas, o que permite

obter “conteúdos” não pagos, suscita a recomendação e capta a preocupação do contato. A lógica do “conatus discursivo” (Candel, 2007), que conduz cada um a escrever algo sobre si, é indispensável. Mas a primeira geração dos *blogs* e a experiência dos fóruns e plataformas de escrita colaborativa não resultaram em uma prática social ampla e durável, isso porque manter uma produção documentária original demanda, ao mesmo tempo, talento e um investimento considerável (Rebillard, 2007). Sob esse aspecto, o fato de prover panóplas de formas microdocumentárias e, em função disso, solicitar enunciações mínimas (expressão lacônica, transmissão do já escrito, empréstimos furtivos) permite desenvolver um espaço de presença social abundante e diversa. É uma forma sociável de vigilância mútua que tende a se generalizar nos espaços midiáticos (Aïm, 2004), confere interesse à singularidade dos gestos quotidianos, ainda que tão pobres e recorrentes, porquanto são dinamizados por um contexto ativo.

Enfim, uma análise das formas mais recorrentes mostra que a nomeação de eventos, de espetáculos e de produtos – gesto de recomendação mínima possibilitado pela comodidade do relacionamento e a oferta frequente de ferramentas de apreciação imediata – assegura a circulação das práticas e vínculos entre o fluxo permanente da comunicação social e o espaço das indústrias culturais do espetáculo, do lazer e dos produtos de marca.

Essa construção, que redistribui e envolve os níveis de pertinência da mídia, do texto e do documento, segundo uma lógica contextual, individualizada, fragmentada e marcada pela proximidade do gesto é, assim, um dos avatares do projeto de racionalização e de otimização do potencial comunicacional das mídias informatizadas. Ela concorre com outras experiências, tais como a intenção panorâmica dos portais, enciclopédias e cartografias (Flon; Jeanneret, 2010). Em relação a si mesma, a rede social remete à figura do labirinto, que se caracteriza pelo fato de que a experiência está sempre restrita a um espaço particular e inibe toda visão sintética. Os murais de *posts* e as linhas de “organização de conteúdos” oferecem aos olhos telas heterogêneas, povoadas

de uma multidão de elementos em movimento, que ninguém lê de modo completo, mas nos quais todo mundo deveria supostamente capturar o conjunto de suas ideias sobre o mundo, onde está e no contexto dado, como o personagem que caça pássaros no *Teeteto*.

Como conclusão, é a encarnação de uma economia singular das próprias escritas. Michel De Certeau (1980) propôs uma antítese célebre entre estratégia e tática, que demonstrou toda sua fecundidade em relação aos primeiros desdobramentos das “tecnologias da informação” e pode ser, para tal, incessantemente retomada e atualizada pelos estudos de uso. De acordo com essa “economia escritural”, a escrita exprime o domínio de um espaço próprio, enquanto a leitura, imagem do uso por excelência, joga com as margens e alicia. Essa divisão binária é difícil de coibir no contexto dos dispositivos aqui estudados, que também radicalizam o processo de delegação de enunciação conduzido pelos *sites* participativos. As mídias informatizadas abalaram, na escrita, uma massa considerável de práticas que até então não substituíam a inscrição. Em tal contexto, não é difícil que a indústria, por sua vez, esteja do lado da tática, dando a esse termo um duplo sentido político e topológico. Muitos modelos de desenvolvimento das ferramentas-marca fundam-se no fato de jogar com a dimensão criativa dos usos, de recuperar a dinâmica para instrumentalizá-la, enquanto asseguram a ocupação dos espaços da leitura, da escrita e da atenção. Em resumo, uma arte de dispor as formas para dispor os conteúdos.

Recolocados em uma história longa das indústrias da cultura e da comunicação, as “redes sociais” aparecem então como uma das múltiplas estratégias desenvolvidas pelos atores para criar valor com as mídias informatizadas, em um universo em que as pretensões comunicacionais e os modelos de negócios são objeto de constantes incertezas. Associando de modo particularmente fácil e compacto, a requisição (a obrigação de figurar nesse espaço) e a panóplia (uma aparelhagem completa de gestos documentários e relacionais mínimos), ou seja, unindo o *dever fazer* e o *poder fazer* em uma proximidade e uma facilidade inéditas, as “redes sociais”

oferecem uma fórmula viável – pelo menos até que a facilidade não se transforme em tédio.

Nessas condições, não é de se surpreender que se possa fazer leituras muito contrastantes da natureza das transformações ocasionadas pelo sucesso dos dispositivos microdocumentários como imagem atual das “redes sociais”. Podem também ser analisadas como a invenção de um novo tema da comunicação a partir de suas práticas documentárias (Rojas, 2009), como um espaço de socialização que funciona em eco com a troca ordinária (Giaccardi, 2010), como o desenvolvimento de uma imagem do usuário ativo de uma indústria do conteúdo (Bouquillion; Matthews, 2010), como um espaço no qual os atores comerciais podem avançar disfarçados sob o abrigo da “conversação” (Patrin-Leclerc, 2011) ou como a produção de traços memoriais que necessitam de uma política e uma vigilância específicas (Merzeau, 2009). Em resumo, a relação entre certa logística da escrita, ligada às disciplinas de arquivo instrumentalizadas e exploradas, e certo estilo de representação do indivíduo e de seu pertencimento produz um “face-book”, “um ‘livro de rostos’ em linha: poder-se-ia traduzir assim o título escolhido por esse dispositivo de comunicação, totalmente definido por uma introdução logística das imagens individuais” (Wrona, 2012, p. 383). Todas essas interpretações possuem sua pertinência, porque o lema principal do capitalismo é o de que não existe valor de troca sem valor de uso – e poder-se-ia acrescentar, hoje, que a troca adquire valor apenas pelo uso.

Um questionamento da postura da pesquisa (4)

Tal situação sugere um último olhar que diz respeito à maneira pela qual a inovação nos dispositivos afeta as condições do trabalho de observação e de pesquisa – e em particular o sentido que se pode dar a uma postura analítica e crítica, em relação ao compromisso, ou melhor, ao recrutamento, no projeto de transformação social evocado anteriormente.

Essas análises levam a enfocar, concomitantemente, os dispositivos, as práticas e as representações. Compreender, por exemplo, como o desejo de escrever é fomentado nos “sites participativos” (Candel, 2007) ou como a construção das identidades se faz acompanhar por uma panóplia de mediações (Gomez-Mejia, 2011) pressupõe, ao mesmo tempo, afastar as categorias promocionais para evitar a instrumentalização dos estudos e levar a sério a comunicação (Le Marec, 2004).

Entretanto, tal abordagem foi e permanece minoritária. Para compreendê-la, é preciso examinar a maneira pela qual a pesquisa é produzida e difundida. A obrigação de financiar a atividade obriga a submissão a editais e a concorrer por marcas que impõem o recurso à “sociedade da informação”, à “vida digital” e a outras “mídias sociais”. Por outro lado, a obsolescência constante dos objetos e o culto da aceleração (Rosa, 2010) tendem a traduzir um ato de julgamento (a crítica como exercício público da razão) em um diagnóstico de desempenho (a crítica como atraso e imobilismo). Em um mundo ameaçado de estar atrasado em relação a si mesmo, a crítica está relacionada ao *tardio*.

Mais profundamente, o *design* de informática destaca três tendências mais antigas, a saber, a coisificação dos usos, a implicação dos pesquisadores na comunicação e as ligações entre pesquisa e indústria, o que suscita pouco a pouco uma injunção de implicação no design propriamente dito. Como os programas fixam cada vez mais normas culturais e políticas, muitos pesquisadores militantes estimam que, em vez de criticar essas construções tardias, as ciências sociais devem intervir na concepção dos dispositivos. Essa posição, fundada em uma concepção pragmática do político, conduz o pesquisador a ser envolvido na criação dos dispositivos, por exemplo, para definir um “design orientado para a sociedade” (Rieder, 2006). Por outro lado, como é próprio às ferramentas-marca integrar os usos como o principal motor da industrialização da comunicação, as condições de observação deslocam-se radicalmente. A definição desses dispositivos como lugares de “comunidade” e de

“encontro” induz o pesquisador à exposição de si mesmo. Uma vez que a postura do observador não participante (*lurker*) é estigmatizada, o pesquisador deve se fazer visível, se mediatizar. A força da solicitação introduz rapidamente uma espiral vertiginosa entre o fato de tomar as redes sociais como objeto de análise, o fato de ali produzir uma figura pública do pesquisador-blogueiro e o fato de reconhecer, em sua própria propagação midiática (o “buzz”), a medida de sua influência intelectual. Mais um passo e chegamos à estigmatização da crítica. O novo papel dos intelectuais seria o de participar na liberação geral da “fala”. Trata-se de um discurso que pode conduzir a um questionamento das próprias ciências humanas: face a essa cultura participativa, qualquer crítica se torna impossível, porque seria a crítica da democracia [...] A participação dos usuários conduz de fato ao esvaziamento de qualquer dimensão crítica, uma vez que estão supostamente no centro da produção industrial e que ela se efetua em função de seus gostos e de seus interesses (Bouquillion; Matthews, 2010, p. 119).

De certo modo, é apenas uma intensificação das tensões que atravessam há muito tempo a própria noção de uso, nascida no seio de uma abordagem crítica das dependências e implicada na busca da aceitabilidade social.

Atualmente, já dizia há algumas décadas Joelle Le Marec, uma parte dos estudos de uso se desenvolve em um outro contexto: são objeto de solicitações prioritárias, no contexto político da ‘sociedade da informação’, para sustentar o desenvolvimento do mercado de tecnologias contribuindo, em situação paradoxal, ao reforço de uma ancoragem política da pesquisa que está em ruptura com a perspectiva teórica que a funda (Le Marec, 2004, p. 142).

Nessas condições, a nova economia escritural, descrita anteriormente, feita de escritas encaixadas, de ferramentas poderosas e de produções plurais, nos confronta a um movimento contraditório complexo a esclarecer: por um lado, escribas cuja identidade é cada vez mais heterogênea ganham acesso à escrita pública e apropriam-se das técnicas de mediatização; por outro,

esses discursos fluem em formas textuais que impõem um material escrito cada vez mais pobre em suas invenções formais. São assim as mesmas ferramentas que nos fornecem novas capacidades de expressão e que nos tornam dependentes de formas cada vez mais normalizadas.

Isso ocasiona uma redefinição dos poderes e, sobretudo, uma nova carga de lucidez para discernir esses últimos. Se, de um lado, os usos sociais se tornam o motor visível das trocas, o domínio da própria estrutura dessas trocas, de suas formas e de seus encaminhamentos logísticos define uma nova forma de indústria superpotente, porém, difícil de notar atrás da superioridade aparente da troca entre autores e leitores. Tal poder retira sua força capitalística do fato de vender não um “tempo de cérebro disponível”, mas um lugar de exposição massiva. As ferramentas-marca e os dispositivos microdocumentários saem vitoriosos desse processo: são ao mesmo tempo gigantes econômicos e caixas de ressonância da atividade comunicacional ordinária. É enquanto dispositivo de logística documentária industrializado, conduzindo a trocar “fragmentos de identidade” (Tardy; Davallon, 2012), mas vivido como um espaço de encontro, que o Facebook conquistou sua posição privilegiada, pelo menos por algum tempo, nas práticas sociais. E é isso que explica a dificuldade de criticar essa ferramenta onipresente, sem parecer criticar a própria sociedade.

Compreender melhor esse jogo é retomar o paradoxo constitutivo do mito, assim como Barthes (1956, p. 247) o resumiu, perfeitamente, no posfácio de suas *Mitologias*: “Navegamos sem cessar entre o objeto e sua desmistificação, impotentes em captar sua totalidade; porque se penetramos o objeto, nós o liberamos mas o destruímos; e se o deixamos intocado, nós o respeitamos, mas o restituímos, ainda mistificado”. Não se pode definir melhor o dilema do analista de “redes sociais”.

Notas

(1) Para uma análise profunda desses dispositivos: Gomez-Mejia (2011).

- (2) Viviane Couzinet cita aqui (Meyriat, 1983).
- (3) Para a regência, conforme a noção de arquitexto (Souchier; Jeanneret, 1999).
- (4) Esta parte tem como base um estudo redigido anteriormente: “De que modo uma rede é social? Sobre uma situação crítica das ciências humanas”. Título original em francês: “En quoi un réseau est-il social? Sur une situation critique des sciences humaines”, *Comunicazioni sociali*, n. 2, 2012.

Referências

AÏM, O. Une télévision sous surveillance: enjeux du panoptisme dans les “dispositifs” de télé-réalité. **Communication & Langages**, v. 141, n. 141, p. 49-59, set. 2004.

AÏM, O. La transparence rendue visible: médiations informatiques de l'écriture. **Communication & Langages**, v. 147, n. 147, p. 31-45, mar. 2006.

BARTHES, R. **Mythologies**. Paris: Seuil, 1956.

BEAUDOIN, J.-P. **Être à l'écoute du risque d'opinion**. Paris: Éditions d'Organisation, 2001.

BERTHELOT-GUIET, K.; MONTETY, C. de. Hyperpublicitarisation et dépublicitarisation. **Circa**: La publicité d'aujourd'hui, n. 20, jul. 2009. p. 63-77.

BERTHELOT, P. Les médias magasins: du prétexte à l'implication. **Communication & Langages**, v. 146, n.146, p. 41-53, dez. 2005.

BOUQUILLION, P.; MATTHEWS, J. **Le web collaboratif**: mutations des industries de la culture et de la communication. Grenoble: Universitaires de Grenoble, 2010.

CANDEL, E. **Autoriser une pratique, légitimer une écriture, composer une culture**: les conditions de possibilité d'une critique

littéraire participative sur internet. 2007. Thèse (Sciences de l'Information et de la Communication) - Université Paris Sorbonne, Paris, 2007.

CANDEL, E.; JEANNE-PERRIER, V. Les blogs de peu et la politique ordinaire. **Communication & Langages**, n. 151, p. 49-64, 2007.

CANDEL, E; JEANNE-PERRIER, V.; SOUCHIER, E. Petites formes, grands desseins: d'une grammaire des énoncés éditoriaux à la standardisation des écritures. In: DAVALLON, J. (Org.). **L'économie des écritures sur le web**. Paris: Hermès, 2012. p. 135-157.

COUZINET, V. (Org.). **Dispositifs info-communicationnels**: questions de médiations documentaires. Paris: Hermès-Lavoisier, 2009.

COUZINET, V.; COURBIÈRES, C. (Org.). Médiations et hybridations: construction sociale des savoirs et de l'information. 2ème Colloque scientifique international du Réseau Mussi. 2., 2011, Toulouse. **Actes**. Toulouse: LERASS, Réseau Mussi, 2011.

DAVALLON, J. Objet concret, objet scientifique, objet de recherche. **Hermès**, n.38, p. 30-37, 2004.

DE CERTEAU, M. **L'invention du quotidien**. Paris: Folio Essais, v.1: Arts de faire. 1980.

DOUEIHI, M. **La grande conversion numérique**. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

DUJARIER, M-A. **Le travail du consommateur**: de McDo à eBay, comment nous coproduisons ce que nous achetons. Paris: La Découverte, 2008.

FLON, É; JEANNERET, Y. La notion de schème organisateur, outil d'analyse sémiopragmatique des écrits d'écran. **Revue des Interactions Humaines Médiatisées (RIHM)**, v. 11, n.1, p. 3-33, 2010.

GIACCARDI, C. (Org.). **Abitanti della rete**: giovani, relazioni e affetti nell'epoca digitale. Milan: Vita e Pensiero, 2010.

GOMEZ-MEJIA, G. **De l'industrie culturelle aux fabriques de soi?** Enjeux identitaires des productions culturelles sur le web contemporain. 2011. Thèse (Sciences de l'information et de la Communication) - Université Paris Sorbonne, 2011.

GOMEZ-MEJIA, G.; CANDEL, É. Littératures de salon: des “régimes sociaux” du littéraire dans les “réseaux en ligne”. *In*: H²PTM'09 - Hypertextes et hypermédias, produits, outils et méthodes: rétrospective et prospectives, 2009, Paris. **Actes de la conférence...** Paris: Hermès-Lavoisier, 2009. p. 205-218.

JEANNE-PERRIER, V. Parler de la télévision sur Twitter: une réception oblique à partir d'une conversation numérique? **Communication & Langages**, v. 166, n.166, p. 127-147, 2011.

JEANNE-PERRIER, V. Les journalistes stratèges du web. **Journée d'étude**: Journalisme, recommandation et prescription culturelles sur le web, Lyon, 31 mai. 2012.

LABELLE, S. Société de l'information: à décrypter! **Communication & Langages**, n. 127, p. 65-79, 2001.

LABELLE, S. **La ville inscrite dans “la société de l'information”**: formes d'investissement d'un objet symbolique. 2007. Thèse (Sciences de l'information et de la communication) - Université Paris 4 (Celsa), Paris, 2007.

LABELLE, S. La société de l'information: Formule, récit et réquisition. *In*: CHOUTEAU, M.; NGUYEN, C. (org.). **Mises en récit de la technique**. Paris: Archives Contemporaines, 2011. p. 33-44.

LE MAREC, J. **Ce que le “terrain” fait aux concepts**: vers une théorie des composites, mémoire pour l'habilitation à diriger les recherches. Paris: Université Paris, 2002.

LE MAREC, J. Usages: pratiques de recherche et théorie des pratiques. **Hermès**, n. 38, p. 141-147, 2004.

MARIN, L. **Le portrait du roi**. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

MARTELETO, R; THIESEN, I. (Org.). Médiation et usages des savoirs et de l'information: un dialogue France-Brésil. I Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Ictit/Fiocruz, Ibict-UFRJ, Rede MUSSI, 2008.

MERZEAU, L. Du signe à la trace, ou l'information sur mesure. **Hermès**, n. 53, p. 23-29, 2009.

MEYRIAT, J. De la science de l'information aux métiers de l'information. **Schéma et Schématisation**, n.19, p. 65-74, 1983.

MOEGLIN, P. Des modèles socio-économiques en mutation. *In*: BOUQUILLION, P.; COMBES, Y. (org.). **Les industries de la culture et de la communication en mutation**. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 151-162.

PATRIN-LECLERE, V. (Org.). Tout peut-il être média? **Communication & Langages**, n. 146, 2005.

PATRIN-LECLERE, V. La communication revisitée par la conversation. **Communication & Langages**, n. 169, 2011.

REBILLARD, F. **Le web 2.0 en perspective**: une analyse socio-économique de l'internet. Paris: L'Harmattan, 2007.

RIEDER, B. **Métatechnologies et délégation**: pour un design orienté-société dans l'ère du web 2.0, 2006. Thèse (Sciences de l'information et de la communication) - Université Paris 8, Paris, 2006.

ROJAS, E. E-motilité documentaire & web 2.0: une étude des pratiques sur Facebook. *In*: COLLOQUE MEDIAS: ENTRE COMMUNAUTES ET MOBILITE, 9., 2009, Aix-en-Provence. **Anais [...]** Aix-en-Provence: Université Paul Cézanne, 2009.

ROSA, H. **Accélération**: une critique sociale du temps. Paris: La Découverte, 2010.

SOUCHIER, E. L'écrit d'écran: pratiques d'écriture et informatique. **Communication & Langages**, n. 107, p. 105-119, 1996.

SOUCHIER, E. L'image du texte: pour une théorie de l'énonciation éditoriale. **Cahiers de médiologie**, n. 6, p. 137-145, 1998.

SOUCHIER, E. Pour une poétique de l'écrit d'écran. **Xoana**, n. 6, p. 97-107, 1999.

SOUCHIER, E.; LE MAREC, J (org.). **Lire, écrire, récrire**: objets, signes et pratiques des médias informatisés. Paris: Éditions de la BPI, 2003.

TARDY, C; DAVALLON, J. La constitution de corpus d'identités entre calcul et témoignage. *In*: DAVALLON, J. (org.). **L'économie des écritures sur le web**. Paris: Hermès, p. 203-247, 2012.

TISSERON, S. **L'intimité surexposée**. Paris: Ramsay, 2001.

WRONA, A. **Face au portrait**: De Sainte-Beuve à Facebook. Paris: Hermann, 2012.

ZINNA, A. **Le Interfacce degli oggetti di scrittura**. Roma: Metelmi, 2004.

FÁBRICA DA LISTA: UM DISPOSITIVO ENTRE MEMÓRIA E COMEMORAÇÃO ⁸

Viviane Couzinet

Introdução

As listas em documentação e biblioteconomia são dispositivos de mediação e representação da produção científica ou literária. Elas têm uma função memorial, especialmente se considerarmos a missão principal das bibliotecas, que é preservar o conjunto da produção de livros, estendida às obras escritas editadas, e cujo vetor essencial é o depósito legal. Os estoques assim acumulados levantaram o problema da definição de sua organização e informação ao público. Isso levou à criação de listas, “uma série de nomes ou coisas listadas umas após as outras” (Rey, 1995: 1135) (1), que são mais ou menos elaboradas e têm como objetivo fornecer uma visão geral condensada de tudo o que está presente em um determinado lugar. Dessa forma, nas bibliotecas, essas listas também são testemunhos concretos da produção intelectual.

No início do século XX, Paul Otlet e Henri Lafontaine começaram a elaborar uma lista de assuntos cobertos pela produção documentária, acreditando que o compartilhamento de conhecimento levaria à paz mundial. Esse trabalho se concretizou com o desenvolvimento da Classificação Decimal Universal

⁸ Originalmente publicado em: COUZINET, V. Fabrique de la liste : un dispositif entre mémoire et commémoration. II Jornada Científica Internacional da Rede Mussi. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ, ICICT/FIOCRUZ, 2012.

Tradução da autora.

Revisão de Martha Suzana Cabral Nunes.

(CDU), que possibilita encontrar documentos usando uma combinação de índices que representam seu conteúdo. Paralelamente, eles compilaram descrições bibliográficas de obras e começaram a construir a Cidade Mundial do Conhecimento.

Outras listas, consideradas de natureza essencialmente comemorativa de eventos são encontradas em locais públicos (praças, avenidas, prédios públicos, como sedes de estações ou prefeituras, por exemplo). Elas listam os nomes de “heróis” “mortos pela pátria”, títulos que aparecem especialmente em monumentos aos mortos nas guerras mundiais. Essas listas se chocam violentamente com aquelas elaboradas pelos pais da CDU. Mas será que elas não podem ser comparadas? Podemos, por meio delas, esclarecer o que é uma lista como um objeto mediador do conhecimento?

Considerando que esse objeto pode ser visto como um dispositivo com uma função memorial e uma função comemorativa, sendo que as duas podem estar vinculadas em determinadas situações que revelaremos, nós o posicionaremos nos trabalhos desenvolvidos nas ciências da informação e da comunicação para questionar o lugar e o papel atribuídos a elas nos reservatórios de memória. Analisaremos a maneira como esse objeto é criado e o que ele busca criar. A reflexão conduzida aqui faz parte do trabalho coletivo de uma equipe de pesquisa que desenvolve trabalhos sobre mediação especializada, que trabalhou com seus parceiros para definir conceitos que ela considera como fundadores da disciplina (2). Ela também é resultado de um workshop realizado na conferência *Edition et publication scientifique en sciences humaines et sociales : forme et enjeux*, realizada na Université d'Avignon et des pays du Vaucluse (França) em março de 2010.

Listas: a abordagem das ciências da informação e da comunicação

Listas e bibliógrafos

Se os conservadores, guardiões e gestores de repositórios de memória - bibliotecas, museus, arquivos -, são criadores e redatores de listas, essa atividade é tão antiga quanto a escrita. A enumeração de objetos, nomes e contas foi, com efeito, um dos primeiros usos da escrita (Goody, 1979). As listas de que falaremos aqui são o que Umberto Eco chama de listas “práticas”, nas quais ele inclui “a lista de compras, a lista de convidados em uma festa, o catálogo de uma biblioteca, o inventário de objetos em qualquer lugar (escritório, arquivo, museu), a enumeração de bens em um testamento, uma fatura de mercadorias a serem pagas, um cardápio de restaurante, uma lista de locais em um guia turístico, até o dicionário, que registra todas as entradas no léxico de um dado idioma”, em oposição à lista “poética”, que designa “toda finalidade artística [...] qualquer que seja a forma de arte que a expresse” (Eco, 2009), à qual ele dedicou um livro por ocasião do evento *Vertige de la liste* no Musée du Louvre em novembro de 2009. Com ele, nós entendemos por “lista prática” as listas que têm uma função referencial, referindo-se a objetos externos “realmente existentes e conhecidos” que elas nomeiam e enumeram; “elas são finitas”, referem-se apenas a objetos “fisicamente presentes em qualquer lugar” e não podem ser alteradas na medida em que não é possível acrescentar um objeto ausente do lugar (Eco, 2009). No contexto desta pesquisa, “lista” serve para designar essas listas práticas.

As bibliografias, como inventários da produção escrita estão entre as listas mais antigas. A elaboração de listas fundamentadas de livros constitui, com efeito, o trabalho essencial do bibliógrafo. A atividade consiste em escrever entradas e classificá-las de acordo com regras preestabelecidas (Richter, 2007). Embora o termo bibliografia, de acordo com sua etimologia - *biblion*: livro e *graphein*:

escrever - tenha sido por muito tempo reservado para esse tipo de suporte documental e, de modo mais geral, para o material impresso (Malclès, 1984), a descoberta do catálogo sistemático de manuscritos da Biblioteca de Alexandria, elaborado por Calímaco no século III a.C., mudou o significado do termo. Para Pierre Frieden, esse foi um dos primeiros catálogos bibliográficos (Frieden, 1934). Portanto, “bibliografia” refere-se a uma lista de livros impressos ou manuscritos. Vinculada a um lugar particular, como uma biblioteca, um museu ou até mesmo uma loja, ela inventaria os objetos em um tempo determinado, com o para empréstá-los, conservá-los ou vendê-los; ela se torna um catálogo, e a atividade que a cria é a catalogação.

O significado de “catálogo” também evoluiu. Se ele sempre tenha se referido a uma sucessão de descrições mais ou menos detalhadas, e se ele sempre tenha tido uma dimensão espacial e temporal - o catálogo da *Bibliothèque Nationale de France* lista tudo o que está na biblioteca desde a sua fundação, ou o catálogo de uma loja de roupas por correspondência lista o que ela propõe para uma determinada estação e, portanto, o que tem em estoque naquele momento - o suporte passou de descrições em cartões de papelão, inseridos em gavetas, a obras impressas ou digitais. Agora é possível difundí-los mais amplamente e aumentar o número das ilustrações. As ilustrações, que já estão presentes em catálogos de exposições ou catálogos de lojas de roupas, agora também estão presentes em sites de catálogos de livrarias.

O termo bibliografia também foi estendido às listas de documentos eletrônicos textuais (Provansal, 1997). Os diretórios bibliográficos impressos são, na verdade, os ancestrais dos bancos de dados on-line ou digitais. Eles listam o que contém um fundo documental. Deve-se observar, no entanto, que embora as técnicas antigas ainda sejam usadas - listagem, descrição, classificação - elas podem ser acompanhadas por objetos documentais que não sejam documentos escritos, o que as diferencia das bibliografias propriamente ditas (Couzinet, 2011).

Lista e pesquisa científica

A “bibliografia” também é usada em um segundo sentido para designar a lista dos documentos consultados para apoiar e produzir um texto. Fortemente presente ao longo do caminho científico, tanto na abordagem empírica quanto na abordagem hermenêutica. Ela serve de referência para delimitar o campo de estudo e contribui para a construção do objeto de pesquisa, as hipóteses iniciais, o desenvolvimento da argumentação, a validação dos resultados e sua interpretação (Provansal, 1997). Colocada no final dos escritos acadêmicos e de pesquisa, pode ser definida como a elaboração de “estoques ordenados [...] de referências aos documentos” (PrévotEAU, Utard, 1995).

Para os primeiros diretórios bibliográficos a entrada privilegiada era dos autores. A listagem da produção escrita de autores é complementada por textos que traçam sua biografia, o contexto de sua produção, além de trazer um olhar crítico da obra e, às vezes, de seu impressor ou editor. Essa contribuição, que é acompanhada de análise ou crítica, define categorias designadas como “bibliografia analítica” e “bibliografia crítica ou fundamentada”. Alguns especialistas, como Louise-Noëlle Malclès, consideram que o trabalho do bibliógrafo é o de um historiador do pensamento e da cultura. Ele é, de fato, impulsionado pelo projeto de criar verdadeiras memórias da produção intelectual. Com base tanto no censo e, portanto, na precisão que ele exige – “reconhecer [...] inventariar, descrever, avaliar e classificar” (Richter, 2007) – e sobre o enriquecimento proporcionado pelas anotações, ele é considerado uma “ciência das ciências” ou uma ciência auxiliar da história.

Parece-nos que, em sua forma antiga, os diretórios bibliográficos podem ser um material útil para a constituição da história das ciências, da história da cultura e da história da literatura. Nas ciências da informação e da comunicação, eles também são uma ciência auxiliar dessa disciplina, na medida em que sua elaboração requer a definição de normas de descrição e de

condensação do conteúdo, como parte das técnicas documentais, e também requer uma reflexão crítica sobre os avisos e os textos que os acompanham. Eles também são um dos materiais que podem ser usados para estudar a como se faz a difusão dos conhecimentos e para estudar a comunicação científica em uma perspectiva histórica.

Ademais, como evidência da progressão da produção escrita e das atividades editoriais e de impressão, os diretórios bibliográficos são “seres culturais” (Jeanneret, 2008) que permitem acompanhar o desenvolvimento das ciências ou das técnicas em um determinado contexto. Como tal, eles são de interesse não apenas para a história das ciências e das técnicas, mas também para as ciências da informação e da comunicação. Por meio deles, podemos analisar a progressão da atividade bibliográfica, sua complexidade, sua industrialização, sua pretensão técnica à universalidade ou ainda, para citar apenas alguns caminhos possíveis, sua automação. Eles também podem ser, igualmente, objeto de estudo.

Em sua forma mais recente e computadorizada, os diretórios bibliográficos tornaram-se o que é conhecido na documentação como bancos de dados. Inicialmente elaborados para permitir a ampla difusão de informação especializada em ciência e técnica, eles tiveram por vocação servir à pesquisa científica e industrial. O desenvolvimento dos métodos de análise bibliométrica, que permitem os utilizar em uma perspectiva biblioteconômica, para tomar decisões sobre assinaturas de periódicos por exemplo, permite também indicar as posições ocupadas pelos autores em colaborações internacionais, se seu trabalho pertence a temas centrais ou emergentes, e para destacar os vínculos que se estabelecem com o setor industrial. Portanto, eles são um dos materiais da sociologia da ciência e da comunicação científica. No entanto, estamos testemunhando uma mudança, facilitada por análises infométricas automatizadas, do papel de intermediário a serviço da pesquisa para o de uma ferramenta de avaliação da produção científica e, por meio dela, dos pesquisadores.

Esses poucos exemplos mostram a importância da constituição de listas, pois elas desempenham um papel auxiliar na pesquisa científica. Nas ciências da informação e da comunicação, elas não apenas revelam a existência de objetos informacionais, mas também oferecem possibilidades para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, especialmente se forem analisadas como dispositivos.

Lista e dispositivo info-comunicacional

Após o lançamento de uma edição temática da revista *Hermès* dedicada ao dispositivo (*Le dispositif, entre usage et concept*, n. 25), publicada em 1999, reunimos pesquisas que visam estabelecer a noção nos processos informacionais (Couzinet, 2009). À definição proposta nessa edição - um dispositivo é um arranjo de elementos, faz parte de um projeto e, portanto, tem uma missão a cumprir, está inserido em uma situação que exerce restrições sobre ele, está ligado a conjuntos de objetos que podem ser eles mesmos considerados dispositivos - acrescentamos que ele pode carregar informações latentes que podem ser transformadas pela ação de um sujeito em conhecimento e que ele responde a missões e desafios. Em seus aspectos informacionais, a noção de dispositivo tem uma dimensão cognitiva, dependente de sua dimensão social, e que o posiciona na esfera primária ou secundária, ou o relega ao papel de ferramenta, em função de suas possibilidades de uso. A lista está entre elas, como mostram os dois exemplos a seguir.

A nacionalização ou o confisco dos bens das congregações religiosas, corporações universitárias e emigrantes que haviam fugido da Revolução Francesa, deram ao Estado uma massa de documentos que ele precisou inventariar. O *Bureau central bibliographique* especificou as regras de descrição, treinou catalogadores e distribuiu esses fundos para as bibliotecas (Malclès, 1984). As listas de inventário elaboradas dessa forma, com base em técnicas bibliográficas, são os elementos de um dispositivo investido de uma missão de interesse nacional.

O lugar do autor tornou-se secundário, e o trabalho individual e manual, que tendia à exaustividade e era realizado de maneira artesanal, tornou-se gradualmente coletivo e baseado em regras de escrita mais estáveis. À medida que o volume de documentos aumentava sem cessar, tornou-se necessário desenvolver ferramentas para recuperar seu conteúdo. Isso levou à produção de outras listas baseadas em palavras como as menores unidades significativas (Sistema de Mortimer Taube conhecido por *Uniterm System*). Em seguida, para melhorar o desempenho do sistema de recuperação, os primeiros tesouros surgiram por volta de 1955. Combinando expressões e palavras, lista alfabética, lista permutada e lista hierárquica, e ligadas entre elas por relações semânticas e hierárquicas, eles responderam à necessidade de conhecer sobre a existência e de acessar uma informação cada vez mais especializada. Eles fazem parte do movimento de desenvolvimento da circulação da informação, donde a expressão "informação científica e técnica", nasce e se desenvolve nos Estados Unidos após o que chamamos de primeiro choque informacional (Macedo Kerr Pinheiro, Thiesen, Couzinet, 2008).

Os bancos de dados, a forma informatizada de bibliografia, acentuam a mudança ocorrida no século XIX com a difusão dos saberes. A entrada por conteúdo, expressa com a ajuda dos descritores de um tesouro, tornou-se primária. O trabalho computadorizado era seletivo e ocorria em grandes empresas (Such, Pérol, 1987), algumas das quais eram multinacionais. A partir de então, os índices alfabéticos no final das bibliografias manuais foram substituídos por uma multiplicidade de campos pesquisáveis e por uma ferramenta de pesquisa, o tesouro, considerado mais eficaz do que uma classificação.

Além de elaborar a lista de produção científica, outras listas precisam ser projetadas. As possibilidades oferecidas pela informatização permitem que novas listas podem ser produzidas automaticamente, dependendo do campo consultado (lista de autores, lista de fontes, por exemplo). Essa sobreposição de listas e, portanto, de dispositivos, constitui o dispositivo de circulação da

informação científica e técnica. O que está em jogo é, portanto, permitir o desenvolvimento da pesquisa e da indústria, seja em nível mundial ou de um país, mas também garantir a supremacia econômica de determinados grupos.

Portanto, parece-nos que a definição de “lista” nas ciências da informação e da comunicação não pode se limitar, mesmo que essa designação seja conveniente para definir uma categoria, às três características enunciadas por U. Eco. Parece-nos necessário introduzir na definição as missões que lhe são atribuídas e os jogos que ela desempenha em um determinado contexto. Isso nos levou a refletir sobre suas funções.

Questões de listas

A lista nos lugares de memória

Se até meados do século XVII, “o historiador tinha por tarefa estabelecer o grande compêndio de documentos e sinais” (Foucault, 1966: 142), a elaboração de listas foi posteriormente estabelecida como uma ciência auxiliar da História (Frieden, 1934). Nós a apresentamos aqui também como uma ciência auxiliar das ciências da informação e da comunicação. A composição de listas, cuja forma mais completa é o diretório bibliográfico, uma expressão que se refere ao conteúdo e, portanto, é aplicável tanto ao suporte impresso quanto ao suporte digital, é o dispositivo que inventaria os elementos que compõem um todo. A atividade de constituição dessas listas é uma atividade de revisão das fontes disponíveis das quais os pesquisadores podem extrair as informações. O local físico em que elas são armazenadas é a biblioteca ou os prédios dos arquivos.

O termo “biblioteca”, em sua origem latina, *bibliotheca*, refere-se à sala onde os livros são armazenados. Em sua origem grega, *bibliothèkê* (de *biblion*, livro, e *thèkê*, baú, caixa onde se deposita qualquer coisa) refere-se a um alojamento para um livro, um depósito (Rey, 1995). A palavra *bibliotheca* também é usada

para designar diretórios bibliográficos (Malclès, 1984) em concorrência, entre outras palavras, com *catalogus*. Dessa ideia de sala, ou repositório, e de sua conexão com a missão atribuída ao bibliotecário como curador, o mais alto grau dessa profissão na França, ligada à obrigação de depositar toda a produção editada na *Bibliothèque nationale*, deriva seu papel como repositório, um lugar de memória, entendido aqui como um lugar cuja vocação é conservar toda a produção intelectual e produzir dispositivos técnicos capazes de torná-la disponível. A bibliografia, o catálogo ou a simples lista de inventário são, então, os artefatos documentais, os intermediários secundários, que enunciam essa disponibilidade.

Os arquivos, como um local “responsável pelo controle da conservação dos arquivos correntes, pela conservação ou pelo controle dos arquivos intermediários; pela conservação, ordenação, classificação, inventário e comunicação dos arquivos definitivos” (INTD-ER, Boulogne, 2004) e como um local para o depósito de documentos oficiais, de documentos públicos (de autoridades locais) ou documentos privados (de famílias ou indivíduos), também são um local de memória dos traços documentais primários do passado. Os serviços dos arquivos são responsáveis por gerenciar essa memória histórica produzindo, também, os intermediários secundários.

Pode-se fazer uma aproximação com outros locais que também produzem diretórios, inventários e catálogos sob várias formas. Os museus de arte, ciências, indústria ou da vida cotidiana também são também locais de conservação. Eles ajudam a construir memórias especializadas.

A Lista nas redes

Com o desenvolvimento do uso de redes de acesso à informação, os repositórios justapostos são produzidos por motores de busca capazes de fornecer listas de notícias em que a falta de preocupação com a qualidade da informação se expressa

no grande número de respostas redundantes ou truncadas dadas a uma pergunta. O objetivo de tal sistema parece agora ser outros: garantir uma supremacia? Parecer inevitável? Satisfazer interesses econômicos? A memória do mundo circula nas redes a partir de listas de inventário elaboradas por diferentes operadores, que podem ou não ser repetidas e padronizadas, raramente enriquecidas com algo além de contagens de citações ou números de acessos para estabelecer pontuações. Ao contrário do que parece, esses novos dispositivos exigem um grande domínio das técnicas documentais, em especial a avaliação das fontes e dos conhecimentos sobre os modos de produção e circulação da informação. De fato, um dispositivo pode esconder outro.

O desvio dos bancos de dados, acima mencionado, para avaliação dos pesquisadores, transformou as práticas científicas. Os editores de periódicos estão propondo suas próprias classificações. Para garantir sua presença nos sistemas internacionais de avaliação, alguns chegam ao ponto de impor a citação das referências das revistas que eles editam. Como a difusão do conhecimento se tornou uma atividade industrial, os riscos econômicos são altos. Portanto, publicar em uma das revistas mais bem classificadas de uma lista pode servir a outros interesses que não o desenvolvimento da ciência.

Alguns diretórios listam mídias de informação para fins de intercâmbio, usando apenas o suporte como critério. Esse é o caso, por exemplo, do *Ulrich's International Periodical Directory*, disponível nas redes. Essa é uma descrição de todos os periódicos internacionais e, portanto, uma indicação de sua existência. Os critérios para inclusão na lista não têm nada a ver com avaliação científica ou indexação documental. O mesmo se aplica aos periódicos incluídos no Inventário Permanente de Periódicos Correntes (IPPEC), que também era uma ferramenta usada por profissionais de documentação para localizar os lugares onde os periódicos estão disponíveis e para responder as solicitações de empréstimos entre bibliotecas.

Outros sistemas oferecem uma abordagem mais detalhada. O Latindex, por exemplo, um sistema de informações *on-line* para periódicos científicos da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, oferece duas listas com várias entradas possíveis (tema, região, país, título). Cada lista é composta por fichas descritivas de periódicos, que são divididas entre as que compõem a lista de periódicos e as que compõem o catálogo. Este último, composto por 6270 títulos, em comparação com 20910 para o outro (3), baseia-se em uma análise realizada por uma rede de documentalistas, que, portanto, fazem uma distinção que nem sempre é aparente para os não iniciados.

As listas de redes usadas pelos pesquisadores não são imunes ao tráfico de influência e ao uso indevido. No entanto, todas essas listas são memórias que podem ser usadas para pesquisas particulares se o usuário tiver entendido claramente sua finalidade e seus objetivos.

Lista, arquivos abertos e portais

O convite urgente dos presidentes das universidades francesas para participar da lista de classificação mundial, conhecida como lista de classificação de Xangai, levou ao depósito generalizado da produção científica em sistemas de arquivos abertos. Esses sistemas facilitam a localização das diversas publicações produzidas ou em andamento. Algumas universidades criaram seus próprios arquivos, mas o mais importante e quase indispensável é o do *Centre pour la communication directe* do *Centre national de recherche scientifique* (CNRS). O HAL (*Hyper articles en ligne*) recebe trabalhos publicados e não publicados em seu texto completo. Assim, as universidades podem, se desejarem, elaborar relatórios e listas. Entretanto, estão surgindo projetos menos extensos com controles mais rígidos sobre as formalidades de arquivamento. Arquivo aberto *Open Archive-Toulouse-archives ouvertes* (OATAO) é um grupo de instituições que criaram um repositório comum e que é controlado por documentalistas. Os

documentalistas dão suporte aos pesquisadores durante todo o processo de depósito e os ajudam a resolver quaisquer questões legais. Registros automáticos estão previstos no HAL.

Ao mesmo tempo, os portais de periódicos oferecem artigos com texto completo. O Persée, por exemplo, concentra-se em periódicos das áreas de ciências humanas e sociais e é vinculado ao Ministério de Educação Superior da França. Ele foi criado pela Université Lumière (Lyon 2) em conjunto com a federação de pesquisa *Maison de l'Orient et de la Méditerranée* e o *Centre informatique national de l'Enseignement supérieur*. Ele tem uma função patrimonial. Ele recebe e gerencia o texto completo das edições mais antigas, deixando para outro portal, como o *revues.org*, o gerenciamento das edições mais recentes. Esse último, desenvolvido pelo *Centre pour l'édition électronique ouverte* (CLEO), uma plataforma de recursos para pesquisa em ciências humanas, reúne o CNRS, a Ecole des hautes études en sciences sociales, a Université de Provence e a Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse.

Essas várias ferramentas podem oferecer serviços complementares (calendários de eventos científicos, chamadas para artigos etc.) e, portanto, agregar valor ao armazenamento e ao acesso aos textos. Os produtos documentais oferecidos, na forma de listas, tiram o periódico de seu isolamento nas redes. Eles proporcionam a ele um ambiente baseado na atividade do pesquisador, que o torna parte de uma família disciplinar, que o coloca dentro de um todo, um dispositivo, que não é apenas um meio de tornar visível o conhecimento produzido pelo pesquisador, mas que também é uma de suas ferramentas de trabalho (Senié-Demeurisse, Roux, Couzinnet, 2007).

Nesta etapa de nossa reflexão, é possível propor um esboço de tipologia de listas. Ela leva em conta a dimensão técnica de sua produção.

A fábrica de listas

Forma e suporte da lista

Uma lista, organizada em ordem alfabética dos títulos dos escritos, pode parecer simples. Entretanto, essa simplicidade é apenas aparente, pois sua criação pode ser o resultado de um processo de seleção. Essa seleção pode ter exigido o estabelecimento de um critério de discriminação ou uma combinação de critérios de discriminação. Portanto, ela responde a um objetivo definido em um determinado contexto, que exigirá recursos humanos e técnicos para sua implementação. Algumas das listas de periódicos produzidas pela Agência Francesa de Avaliação da Pesquisa e do Ensino Superior (AERES), que abrangem o escopo de uma disciplina, estão nessa categoria (4).

Assim, a organização alfabética de um conjunto de títulos esconde o trabalho envolvido no desenvolvimento de uma ferramenta de coleta de dados precisa e uma análise que atribua peso a cada critério e os coloca em um conjunto que deve fazer sentido em relação à função desejada estabelecida no início. Em outras palavras, os critérios só são válidos quando considerados como um todo e como parte de um projeto.

Uma lista organizada é baseada em uma hierarquia entre os objetos citados. Como esses objetos estão em constante evolução, a estabilidade é relativa ao objetivo que está sendo buscado e ao seu contexto. Hierárquica, ela hierarquiza por sua vez.

A lista indexada, por outro lado, baseia-se no conteúdo, é de interesse de uma comunidade identificada e atende a determinados critérios. Nem todos os métodos de indexação são iguais. Por exemplo, a lista de artigos indexados publicada em um banco de dados documentais tem um alto valor agregado. Ela deu lugar a um trabalho de seleção e de análise minucioso, de acordo com a tradição do trabalho bibliográfico, e é destinada a um público altamente especializado (Couzinet, 2012). O resultado dessa reescrita é o que é conhecido na documentação como um

documento secundário, que podemos qualificar como um dispositivo secundário de informação. A indexação em questão aqui é, portanto, uma indexação seletiva. Uma lista de periódicos indexados pode ser elaborada posteriormente a partir desse trabalho, mas a indexação também pode ser realizada a partir de uma lista elaborada previamente.

Outras listas, disponíveis nas redes, são baseadas na coleta indiscriminada de registros em locais que não necessariamente fazem uma seleção. Elas são destinadas a um público amplo, que fica com a delicada responsabilidade de selecionar seus próprios registros sem necessariamente ter as ferramentas para isso.

As listas mais elaboradas requerem o uso de técnicas documentais. A elaboração de uma lista bibliográfica requer a realização de uma pesquisa, levando em conta o objetivo a ser alcançado. Ela pode ser temática, estar relacionada a um período específico ou a uma área geográfica, ter o objetivo de ser exaustiva ou, ao contrário, ser seletiva. As normas internacionais ou nacionais (5) especificam as regras para a redação de notas descritivas. A descrição se aplica ao suporte, que ela permite dar valor, ou ao conteúdo. As análises são usadas para resumir, comentar e indexar os documentos, destacando assim seu valor. A classificação, elaborada de acordo com os procedimentos usuais para esse tipo de organização, visa dar ao diretório uma coerência interna, de acordo com o objetivo perseguido (Couzinet, 2011). Os índices são incluídos para aumentar o número de chaves de acesso e facilitar o uso pelos leitores (Meyriat, 1993). As publicações podem se fazer de formas diferentes: livros, apêndices, periódicos ou “no modelo do American Cumulative Book Index, que consiste em reproduzir listas previamente publicadas em publicações semanais ou mensais” (Frieden, 1934).

Até o momento, tratamos apenas de listas de objetos documentais escritos, mas existem outras formas, elas podem ser compostas de pictogramas, diagramas, tabelas de cores, mas também de inventários de vários objetos. Esse foi o caso das listas da prefeitura elaboradas em 1840 a pedido de Prosper Mérimée

para identificar monumentos que mereciam ser restaurados, dando-lhes, assim, um status patrimonial (Frayssé, 2008). Da mesma forma, Sabine Roux, em sua tese sobre documentos de viagem (2012), destaca o interesse das listas de objetos trazidos pelos viajantes, acompanhadas de amostras desses objetos (animais naturalizados, utensílios de uso diário, plantas secas, minerais). A razão da existência dessas listas é justificada pela função que elas ocupam em uma dada sociedade. Portanto, a dimensão técnica não é suficiente para defini-las.

A lista como memória

A lista tem uma dimensão memorial. Se ela elabora um inventário da memória,

a preservação cada vez mais completa da palavra escrita, o estabelecimento dos arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, a elaboração de catálogos, diretórios e inventários representaram, no final da era clássica, mais do que uma nova sensibilidade ao tempo, ao passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem já depositada e em uso, uma nova dimensão da memória, mais do que uma nova sensibilidade ao tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma maneira de introduzir na linguagem já depositada e nos traços que ela deixou uma ordem do mesmo tipo da que se estabelece entre os vivos” (Foucault, 1966, p. 143-144)

ela é também a memória. É assim que os cientistas da computação se referem ao estoque de dados correspondentes ao tratamento de objetos mantidos dentro das paredes da biblioteca, centros de documentação, arquivos e museus.

Para além da designação técnica, não podemos considerar que a bibliografia, o catálogo ou outras listas menos elaboradas são intermediários que, ao afirmarem a existência e a disponibilidade

da memória, dão-lhe vida? A memória, como um conjunto de lembranças, só pode existir se for acompanhada do que faz as pessoas se lembrarem, e o que faz as pessoas se lembrarem contribui para a construção e a manutenção da memória. O catálogo da biblioteca é a lembrança e o testemunho da produção intelectual acumulada em seus repositórios. O mesmo acontece com as prateleiras da biblioteca, que, por meio da distribuição organizada dos livros que apresentam ao leitor, não são a organização do universo, são o modelo do universo. É o que pensa o bibliotecário responsável pelos livros raros da Biblioteca Houghton da Universidade de Harvard: “In the stacks of the Library (this or any other), I have the distinct impression that its millions of volumes may indeed contain the entirety of human experience: that they make not a model for but a model of the universe” (Battles, 2003, p. 6). (6)

Outra dimensão memorial da lista está na capacidade que ela dá de memorizar, de colocar na memória, para usar a expressão profissional, ao permitir “o registro, o armazenamento, a conservação e a restituição de dados” (INTD-ER, Boulogne, 2004). Ao oferecer a possibilidade de recuperação, ela oferece a possibilidade de não esquecer. Como auxílio à memória, ela é também a memória. Pode-se dizer que a nacionalização das bibliotecas particulares e das bibliotecas de congregações religiosas durante a Revolução Francesa e a redação de inventários de seus fundos criaram a memória das bibliotecas da República. Com elas, foi organizada a conservação de outras listas: a das queixas do povo, do estado civil, que registra na ordem cronológica as filiações, nascimentos e mortes, por exemplo. Mas outras listas as precederam, como as que descrevem a propriedade no Languedoc (área de superfície, tipo de cultura - pastagem, vinhedo -, prédio, localização) no *compoix*, que foram sucedidas pelos registros de terras (*registres du cadastre*), onde a representação gráfica predomina, ou os *mercuriales*, que listam as quantidades de produtos agrícolas vendidos nos mercados e os preços cobrados. Todas essas listas testemunham a atividade econômica, a demografia, a distribuição

de propriedades, moradias e colheitas. A existência desses testemunhos depende de serem listados e inventariados em uma ordem precisa. Essa ordem é uma representação da memória e de um certo “dever de lembrar” em relação aos autores que puderam registrar dados para permitir, masi tarde, o progresso do conhecimento.

Fazer a lista é fazer a lembrança, fazer a memória, expressar o testemunho. No entanto, a lista é humilde diante dos objetos que cataloga, e poderíamos dizer dela o que foi dito dos cartógrafos, documentalistas, enciclopedistas e popularizadores, que eles são muito importantes porque eles permitem a passagem, mas que ele “está na ordem das coisas que esqueçamos esses pacientes condutores dos pensamentos, para reter apenas o brilho das obras-primas e o sucesso dos best-sellers” (Jeanneret, 2011, p. 32). Não podemos deixar de pensar em outros dispositivos compostos por listas gravadas em pedra, cujo objetivo é sair do esquecimento, e que reencontramos em comemorações.

A lista como comemoração

Paul Otlet era um pacifista convicto e um militante. Entre as duas guerras mundiais ele desenvolveu, juntamente com Henri Lafontaine, a Classificação Decimal Universal, que incorpora uma visão mundialista da documentação. A lista de assuntos, seu modo de representação hierárquica e seu índice alfabético organizaram a memória mundial do conhecimento nas bibliotecas com o objetivo de manter a paz. Em contraste, em uma tentativa de cumprir outro dever de memória, outras listas “tentam prestar homenagem aos protagonistas [de guerras], lutar contra o esquecimento e transmitir seus valores” (Gellereau, 2006b).

As listas com os nomes dos soldados desaparecidos são gravadas nos monumentos aos mortos como “evidência na luta contra o esquecimento” (Gellereau, 2006 a). A dimensão memorial da lista é tanto um lembrete quanto um meio de homenagear publicamente os desaparecidos e uma marca do apoio da

comunidade às famílias em seu “processo de luto”. A comemoração do fim das guerras também é uma forma de aumentar a conscientização. A colocação de coroas de flores, o toque dos sinos e os discursos das autoridades locais em frente à lista fazem parte da comemoração, que ganha vida nesses dias. Integrada à paisagem urbana, ela é esquecida no resto do tempo. Entretanto, algumas comunas fazem um esforço especial para manter os monumentos e dar a eles um lugar central na transmissão de valores. Por exemplo, a comuna de Sainte Foy de Peyrolières, na região de Midi-Pyrénées, contratou um artista local para restaurar a lista e a estátua do soldado em frente a ela. O artista se esforçou para reproduzir as dobras e os movimentos das roupas, recompondo as cores com base em pesquisas sobre o uniforme da época, trabalhando nas expressões faciais e repetindo cada letra dos nomes em exibição. Essa transição da pintura antiga, feita por um funcionário municipal, para a de um artista que conseguiu dar vida a um rosto em frente a uma lista de nomes que agora são legíveis, aumenta a carga emocional. A contextualização e o aprimoramento da lista, bem como o interesse demonstrado pelos tomadores de decisão na restauração, assumem toda a sua importância aqui.

Dominique Trouche (2010) destaca a importância da encenação nos locais históricos das guerras mundiais, e acreditamos que isso também pode ser encontrado na encenação da lista. O objetivo é apelar, fixar na memória e, ao fazê-lo, participar da construção dessa memória. Outra encenação que cristaliza a emoção dos presentes é a lista de fotografias dos desaparecidos que cobrem as paredes dos museus e as listas de nomes de vítimas recitadas, amplificadas por um microfone, diante de uma multidão reunida. A contextualização e a encenação também são encontradas nas bibliotecas, onde são organizadas sessões de leitura e exposições, às vezes relatadas em um catálogo específico ou na revista municipal.

Por fim, a dimensão testemunhal é particularmente visível no filme dedicado a Oskar Schindler, filho de um industrial austríaco que se mudou para a Polônia depois que a Alemanha

entrou no país em 1939. Graças à intervenção de seu contador, que o alertou sobre a situação dramática dos judeus, ele acabou salvando mais de mil pessoas. Seus nomes foram reunidos em listas destinadas ao campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau. O filme de Steven Spielberg (1994) é tanto uma comemoração da deportação e do genocídio judeu quanto um tributo à sua memória. Aqui, a lista não comemora os desaparecidos, mas, ao contrário, por meio dos milhares de nomes de pessoas que foram salvas, reabilita a esperança na humanidade. Ao mesmo tempo, ela é a reabilitação de um povo, o povo austríaco, e de uma classe social, os ricos industriais de armamentos, que deixaram nas memórias a lembrança de seu forte compromisso com os ocupantes nazistas. Nesse contexto, a composição não é uma apropriação indevida do papel que lhe foi atribuído.

Conclusão

A lista é, portanto, mais complexa de ser elaborada e manipulada do que parece. A dimensão técnica do conceito é a mais visível. Entretanto, os poucos exemplos citados aqui permitem perceber o que está em jogo e de como ela pode ser mal utilizada. Sua abordagem como um dispositivo infocomunicacional traz à tona, além de sua dimensão técnica, suas dimensões memoriais. Como intermediário entre a memória que ela representa e o usuário, ela também é memória, com tudo o que essa noção abrange como expressão de técnicas, testemunhos e questões em um determinado contexto.

De acordo com a tradição biblioteconômica, a fábrica da lista é agora um dispositivo entre a memória e a comemoração, entre a informação e a comunicação. Portanto, ela é um objeto mediador no centro das ciências da informação e da comunicação.

Notas

(1) REY, A. **Dictionnaire historique de la langue française**. Paris: le Robert, 1995.

(2) Caroline Courbières, Patrick Fraysse e Josiane Senié-Demeurisse para a equipe do MICS no LERASS e Cécile Gardiès e Isabelle Fabre, Unité mixte de recherche Education, formation, travail, savoir.

(3) Acessado em 27 de setembro de 2012.

(4) Como parte do dispositivo de avaliação das unidades de pesquisa, a elaboração de listas de periódicos envolve a consulta a bancos de dados, a coleta de números, o uso de uma grade de critérios preenchida pelo diretor da publicação, a discussão em uma comissão da qual participam outros órgãos institucionais (Conselho nacional das universidades, Conselho nacional da pesquisa científica etc.), a elaboração da lista final e sua publicação, a informação aos diretores de periódicos e sua revisão anual para levar em conta quaisquer alterações eventuais.

(5) Para a França, essa é a norma NF 440-05. *Références bibliographiques: contenu, forme et structure* (Referências bibliográficas: conteúdo, forma e estrutura), dezembro de 1987, com base na norma internacional ISO 690.

(6) “Nas pilhas da Biblioteca (desta ou de qualquer outra), tenho a nítida impressão de que seus milhões de volumes podem, de fato, conter a totalidade da experiência humana: que eles formam não um modelo para o universo, mas um modelo do universo” (Battles, 2003, p. 6).

Referências

BATTLES, M. **Library an unquiet history**. Reading (G-B): Vintage, 2003. 243 p.

COUZINET, V. Knowledge Organization in Information and Communication Sciences: a French Exception? **Knowledge Organization**, v. 39, n. 4, p. 259-267, 2012.

COUZINET, V. Des pratiques érudites à la recherche: bibliographie, bibliologie. In: **Approche de l'information-documentation: concepts fondateurs**, C. Gardiès (dir). Toulouse: Cépadués éditions, 2011. p. 167-186.

COUZINET, V. Dispositifs info-communicationnels: contributions à une définition. *In: Dispositifs info-communicationnels: questions de médiation documentaire*, V. Couzinet (dir.). Paris: Hermès, Lavoisier, Introduction, 2009. p. 6-17.

ECO, U. **Vertige de la liste**. Paris: Flammarion. 2009. 408 p.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**: une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966. 400 p.

FRAYSSE, P. Effets du système d'information sur l'évolution de la notion de patrimoine. *In: L'information dans les organisations: dynamique et complexité*. Actes du colloque international, Université de Tours, 6-7 avril 2006. Tours: Presses universitaires François Rabelais. 2008. p. 303-314.

FRIEDEN, P. Bibliographie. Etymologie et histoire du mot. **Revue de synthèse**, p. 45-52 et p. 116-119, 1934.

GOODY, J. **La raison graphique**: la domestication de la pensée sauvage. J. Bazin et A. Bensan trad. Paris: ed. de Minuit, 1979. 272 p.

GELLEREAU, M. Témoigner, mises en scène, mises en textes. **Communication et langages**, n. 149, p.45-48, 2006 a.

GELLEREAU, M. Mémoire du travail, mémoire des conflits: comment les témoignages se mettent en scène dans les visites patrimoniales. **Communication et langages**, n. 149, p. 63-75, 2006 b.

INTD-ER; BOULOGNE, A. (coord.). **Vocabulaire de la documentation**. Paris: ADBS, 2004. 334 p.

JEANNERET, Y. **Penser la trivialité**. Paris: Hermès, Lavoisier. Vol. 1: la vie triviale des êtres culturels, 2008. 267 p.

JEANNERET, Y. **Where is Monna Lisa?** et autres lieux de la culture. Paris: Le Cavalier bleu, 2011. 175 p.

MACEDO KERR PINHEIRO, M.; THIESEN, I.; COUZINET, V.
Choc informationnel et culture de l'information: quelle formation à l'information? **Sciences de la société**, n. 75, p. 141-158. 2008.

MALCLES, L. **Manuel de bibliographie**. 4. ed. Paris: Presses universitaires de France, 1984. 448 p.

MEYRIAT, J. La bibliographie. *In*: ESTIVALS, R. (dir.); MEYRIAT, J.; RICHAUDEAU, F. (colab.). **Les sciences de l'écrit**: encyclopédie internationale de bibliologie. Paris: Retz. Techniques, 1993. p. 548-553.

PRÉVOTEAU, M.; UTARD, J. **Manuel de bibliographie générale**. Paris: Editions du Cercle de la librairie, 1995. 311 p.

PROVANSAL, A. Bibliographie. *In*: CACALY, S. (dir.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997. p. 67-71.

RICHTER, N. **Bibliographes et bibliothécaires, 1789-1839**. Pages choisies et commentées. Bernay: Société d'histoire de la lecture, 2007. 54 p.

ROUX, S. **Le document de voyage**: traces et cheminements hybrides comme médiateurs de savoirs. 2012. 278 f. Thèse (Doctorat en sciences de l'information et de la communication) - Université de Toulouse, 2012.

SENIE-DEMEURISSE, J.; ROUX, S.; COUZINET, V. **Revue scientifiques électroniques**: contribution à une analyse de leurs mutations typologiques. EUTIC, Athènes: Gutenberg, 2007. p. 343-352.

SUCH, M; PEROL, D. **Initiation à la bibliographie scientifique**. Paris: Promodis, 1987. 303 p.

TROUCHE, D. **Les mises en scène de l'histoire**: approche communicationnelle des sites historiques des guerres mondiales. Paris: L'harmattan, 2010. 210 p.

ESPAÇO E DISPOSITIVO DE ORGANIZAÇÃO DOS SABERES: PARA UMA ABORDAGEM SENSÍVEL ⁹

Isabelle Fabre

« La bibliothécaire expliquait les avantages de la classification décimale de Dewey à son assistante – avantages qui s'étendaient à tous les domaines de la vie. Elle permettait à chaque chose de trouver sa place, comme l'univers. Elle répondait aux exigences de la logique. Elle était fiable. Y recourir offrait un sentiment d'élévation morale ainsi qu'un plus grand contrôle de notre chaos personnel. »
Jeanne Winterson. Pourquoi être heureux quand on peut être normal ? Editions de l'Olivier, 2012.

Introdução

Receptivos aos elos preexistentes ao nascimento das “Ciências da informação e da comunicação”, quando de nossa jornada no seio desse campo, construímos nosso percurso atravessando as pontes que as ligavam a outras disciplinas. Hoje, no alvorecer de uma nova etapa de reflexão enriquecida de trabalhos realizados, sentimos necessidade de ir ainda mais além desse pensamento, a fim de estabelecer mais claramente o lugar do

⁹ Originalmente publicado em: FABRE, I. Space et dispositif d'organisation des savoirs: vers une approche sensible. In: II Jornada Científica Internacional da Rede Mussi. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ, ICICT-FIOCRUZ, 2012.

Tradução de Icléia Thiesen.

Revisão de Gustavo Saldanha.

sensível no questionamento do espaço documentário pelas “Ciências da informação e comunicação”. A noção de espaço é escolhida, pois ela é uma noção fundamental nas disciplinas em que o sensível é mobilizado.

Por outro lado, notamos que os profissionais da informação-comunicação se apoiam regularmente nas diversas artes ligadas à biblioteca, como por exemplo, as bibliotecas no cinema (Fioretti, 2012). Ademais, nossos trabalhos junto aos profissionais mostraram, no entanto, os ecos que podiam encontrar uma abordagem ligada de saída a uma sensibilidade individual.

Entretanto, nossas pesquisas abordaram o sensível principalmente via espaço documentário e suas representações. Para apreendê-lo, estudamos a noção de espaço, sob inspiração de diversas disciplinas que o abordam (geografia, jardim, filosofia, arquitetura, literatura, arte pictórica, cinema, ergonomia...) e explorado em diversos campos (bibliotecas, centros de documentação de ensino, museus...). Essas investigações tinham por objetivo reunir as várias representações desse espaço que podiam ter, ao mesmo tempo, os profissionais e os públicos que o praticam (*designers* como usuários), no seu uso dos lugares e no seu conhecimento cultural (literatura, quadrinhos, pintura, cinema, arquitetura...).

Ora, parece-nos que, de um lado, nos trabalhos que se reúnem nas “Ciências da informação e da comunicação”, as abordagens sensíveis são pouco numerosas. Certas abordagens estabelecem pontes entre a literatura e as bibliotecas, estão centradas no elo com os museus e a mediação cultural. Por outro lado, nossos trabalhos abordaram essa questão do sensível de maneira pontual, sem que uma reflexão global construísse a originalidade dessa abordagem na documentação, tanto do ponto de vista teórico, quanto metodológico.

De que maneira o aprofundamento de um conceito tão largo como o de espaço, que constitui o pilar de nossas pesquisas, pode conduzir as “Ciências da informação e da comunicação” a levar em conta mais amplamente a apreensão sensível dos dispositivos

infodocumentários? Como utilizar os traços dos usuários para analisar as representações dos espaços documentários? Essa análise permitiria apreender o aspecto sensível, de maneira geral, nas “Ciências da informação e comunicação” e enfim em nossos trabalhos?

A partir de uma proposição de aprofundamento dos termos “sentido”, “sensível” e “estético” questionaremos as abordagens das “Ciências da informação e comunicação” que tocam esse domínio. Posteriormente, numa segunda parte, analisaremos a maneira pela qual a abordagem sensível se desenvolveu de um ponto de vista teórico em nossos diversos trabalhos, convocando diferentes disciplinas. Este duplo esclarecimento permitirá interrogar os dados recolhidos, bem como os resultados obtidos. Enfim, numa terceira parte, nos propomos a estabelecer um elo entre o sensível no seio dos métodos de coleta de dados empregados e a sensibilidade teórica do pesquisador que se desenvolve no fio do tempo.

Sensível e estético no âmbito das “Ciências da informação e comunicação”

Desejamos, em primeiro lugar, clarear a significação dos termos “sensível” e “estético” e, posteriormente, o de “sentido” do qual eles derivam.

Sentido, sensível e estético: de volta à etimologia

“Sentido” é definido como a ação de sentir, de perceber, donde diversas acepções: perceber pelos sentidos, sentimento, no domínio intelectual “maneira de ver”, “faculdade de pensar, de compreender”, ideia, pensamento. A palavra é formada de *sensum*, *supin* de *sentire*, “perceber pelos sentidos, pela inteligência”. Assim, o francês “sens” herdou a polissemia de *sensus*, à qual se acrescentou a influência da palavra germânica que forneceu sentido, “direção”. Desde o francês antigo, confusões se fizeram

entre este latinismo e o germanismo *sinno*, direção e abstratamente pela ideia de boa direção, entendimento, razão, inteligência. Esse segundo sentido designa o lado de um objeto, relativamente à sua direção, sua posição no espaço, e o espaço que percorre um móvel. Sentido se diz também da direção de uma coisa (1690). Na ordem abstrata, a palavra significa (1876) “sucessão ordenada e irreversível (estados de uma coisa em devir) e ordem (elementos de um processo)”. Dito de outra maneira, é a faculdade de julgar, sabedoria e razão, maneira de ver; a faculdade de perceber as impressões e conteúdo intelectual referido por um signo. Esses dois primeiros eixos remetem a dois grandes aspectos da vida física: razão e sensação. O terceiro eixo coloca em relação um tipo particular de objetos perceptíveis (os signos) e os conteúdos mentais. “Sentido” designa a faculdade de perceber impressões feitas pelos objetos e designa cada um dos sistemas receptores que permite a percepção e a sensação. Trata-se da relação entre um objeto perceptível que remete a outra realidade que não ele mesmo (um signo) e este ao qual ele remete.

Derivado de “sentido”, no *Dictionnaire historique de la langue française*, “sensível” se diz em particular do que pode ser facilmente ressentido, percebido pelos sentidos (1559), com um valor passivo que se desenvolve no século XVII e o adjetivo designa nessa época “claro, evidente”. As realidades sensíveis na filosofia de Aristóteles designam respectivamente as qualidades que podem ou parecem poder ser percebidas por um ou diversos sentidos. No uso geral (1839), “sensorial” e sensível podem ser sinônimos.

“Sensibilidade” designa a propriedade que tem um ser vivo de ser excitado pelo meio exterior. A palavra é retomada no século XVII, a propósito da faculdade de sentir simpatia e a propriedade do ser humano de experimentar sentimentos, estados afetivos. Designa especialmente o caráter de uma pessoa sensível a alguma coisa (1675). No século XVIII, a palavra designa a qualidade de sentir e de transmitir emoções, e torna-se típica dos valores da época como sensível no homem sensível: emprega-se notadamente a propósito de artistas, de escritores (1738), da qualidade de uma

obra (1872), mais tarde a propósito de uma época, de uma geração (1890). Atestada desde o século XVII a propósito do caráter daquele que pode conduzir uma sensação (1674). “Sensitivo” concerne a sensação, ação de perceber, de sentir, de compreender e remeter à questão da estética.

“Estética” emprestada do latim filosófico “*aesthetica*”, ciência do belo e a partir do grego *aisthêtikos*, “que tem a faculdade de sentir” e “perceptível, sensível”. Concerne ao que é relativo ao sentimento do belo, por extensão, que participa da arte. Ciência das sensações e, no fim do século XIX, designa a apreensão da beleza, os julgamentos de valor sobre o belo e a procura daquilo que é belo. Tornou-se um equivalente corrente de “belo, harmonioso”. Uma notícia sobre “estética da comunicação”, no dicionário da informação e da comunicação, precisa que ela “organiza as trocas entre parceiros e a circulação da informação em torno das relações dos assuntos da comunicação com o ideal da representação e com o prazer da percepção das formas”. (Lamizet; Silem, 1999).

Sentido, sensível e estético nas “Ciências da Informação e da Comunicação”

Em sua origem, literatura e “Ciências da informação e comunicação” não eram tão distantes uma das outras, como testemunha J.-F. Tetu em seu texto sobre a origem literária das “Ciências da informação e comunicação”, no qual ele sublinha a herança literária que prevaleceu entre os iniciadores da 71ª seção. Se os universitários ali reunidos inicialmente são de origens bastante diversas, representantes prestigiosos, como R. Escarpit, R. Barthes, A.-J. Greimas, literatos ou linguistas, desempenharam um papel na “reflexão sobre o texto como suporte de uma comunicação estética, a língua e os signos como meio da relação, a significação pelo uso histórico e filológico do documento” (Têtu, 2002). A teoria literária e particularmente os estudos sobre a recepção conservam um lugar no seio das problemáticas das

“Ciências da informação e da comunicação”. A pesquisa literária, ao se encarregar de destacar a problemática do leitor e a da recepção, contribuíram assim para melhorar a compreensão dos dispositivos da comunicação. A importância do contexto social da recepção e os efeitos das mídias foram desenvolvidos pelas “Ciências da informação e comunicação”.

As três direções que destaca J.-F. Têtu são: o lugar do leitor no texto, a semiótica (sistemas de sentidos, sistemas de signos) e a filologia (abordagem semelhante à do historiador que busca conhecer a cultura que permitiu o surgimento dessa escrita). A primeira direção é aquela seguida por R. Escarpit que colocou no coração da sua pesquisa o lugar do leitor no texto. Nessa via, R. Barthes dá um lugar central ao leitor no ato da “leitura-escrita”, U. Eco propõe o conceito de obra aberta com o qual utiliza a teoria da informação para elucidar a significação da obra de arte e sua comunicação, e A. Moles inscreve a questão da estética na teoria da informação. A segunda direção é a da filologia, que estuda a época e o contexto nos quais um documento foi escrito, a fim de conhecer suas condições de realização, tanto culturais, como sociais. Trata o texto como um arquivo, vindo assim em apoio à análise do discurso numa perspectiva histórica. A terceira direção é a da semiótica, ciência dos signos, de sua organização e de seu regime de interpretação, cuja figura emblemática é R. Barthes, corrente na qual se situa, entre outros, Y. Jeanneret. Se alargarmos essa vertente literária para a mediação cultural, os autores desse domínio são D. Jacobi e J. Davallon (Laboratório cultura e comunicação, Universidade de Avignon). Assim, os autores que desenvolveram a noção de espaço são principalmente B. Lamizet (Universidade de Lyon) sobre a definição dos diferentes espaços e, mais precisamente, em torno do espaço político, e P. Sanson (Universidade de Tours) sobre a representação do espaço, a semiótica visual, V. Couzinet e C. Courbières sobre o estudo das representações ligadas ao processo de indexação. Para D. Bougnoux, “nossa comunicação deve permanecer aquela coisa turbulenta e vaga, da qual não há ciência nem técnica, mas que

negligência ou emoldura a maioria delas. Não se abordará esse domínio sem ser um pouco feiticeiro, ou artista; e de fato a comunicação se acumula ou está no seu auge, nas relações interpessoais, na psicanálise, na arte...” (Bougnoux, 2007).

J. Meyriat inscreve a informação num processo complexo no qual o sensível intervém: “A informação não existe enquanto tal se ela não for efetivamente recebida. Para o espírito que a recebe ela é conhecimento, e vem modificar seu saber implícito ou explícito.” (Meyriat, 1985), ou ainda “a informação não é uma aquisição, um objeto constituído, mas uma modificação (por acréscimo ou por transformação) do estado de conhecimento daquele que a recebe.” (Meyriat, 1985)

No âmbito das “Ciências da informação e comunicação”, JJ Boutaud se interroga sobre o lugar da semiótica no questionamento sobre a complexidade do sentido no seio da comunicação, “campo de emergência do sensível no nível do discurso, dos objetos, dos dispositivos ou, mais globalmente, das relações, dos modos relacionais, intersubjetivos que nossas sociedades idealizam? (Boutaud, 2007). No universo do consumo sobre o qual ele trabalha mais particularmente, questiona as dimensões sensíveis (a experiência vivida) e significantes (os signos percebidos, ressentidos) e destaca a noção de experiência. “Atração pelo sensível ou consideração do sensorial, as dimensões sensíveis interessam pelo seu valor e pelo seu poder de significação” (Boutaud, 2007). O espaço da mesa como espaço autônomo composto de arranjos, móveis, objetos, a mesa como atividade, a mesa quanto à qualidade do que ali é servido, a mesa como espaço de partilha, um dispositivo entre constrangimentos (regras e modos de ser) e liberdades (prazer). A mesa como encenação da comida, teatro de uma extensão figurativa de objetos, atores, usos e papéis. Amplificação das emoções, a mesa introduz a forma na relação. “A mesa, lugar simbólico de trocas, como metáfora da comunicação, se estivermos de acordo com a seguinte proposição: uma comunicação é uma relação que toma forma. Na condição de

abrir a forma a seus diferentes aspectos: prefiguração, configuração, figuração” (Boutaud, 2004).

Para uma abordagem sensível da organização do saber

O que entendemos por sensível intervém em diferentes níveis de nosso trabalho. É ao mesmo tempo nos enriquecimentos teóricos, trazidos por certas abordagens conceituais de disciplinas vizinhas à nossa, que utilizamos para lançar luz sobre a mediação do espaço e dispositivos documentários: a estética, a filosofia, a literatura, mas também a arte dos jardins e da paisagem (Fabre, 2006).

Do ponto de vista empírico, os elementos que interrogamos são recolhidos principalmente pelos dados resultantes das representações, dos discursos, dos imaginários dos atores, sejam usuários ou profissionais. Pode tratar-se, igualmente, de dados recolhidos a partir da observação dos objetos, físicos ou simbólicos, que tenham a ver, claro, com a documentação, mas tenham também uma existência em outros lugares: é o caso do espaço, do dispositivo, do arquivamento e da classificação, da lista e das diferentes formas que podem tomar.

Espaço, imaginário e dispositivo documentário

Uma vez que se tratava de tentar definir principalmente um espaço vivido e um espaço de recepção, analisar os vestígios do uso do espaço, evidenciando não só a prática e o uso através da percepção, escolhemos então o espanto e o sensível, mas também apelando para a imaginação, e isso através da iluminação teórica de que agora oferecemos uma visão geral rápida.

Nós nos apoiamos, por um lado, na noção de heterotopia (Foucault, 1967), segundo a qual o espaço é delimitado: há uma passagem entre o interior e o exterior. Não se penetra numa heterotopia por acaso. Entra-se por intermédio de um espaço, seja material ou ainda simbólico, que vem a marcar o lugar como sendo

“outro”, separado dos lugares comuns. No seu seio acedemos a um espaço diferente onde poderá exercer-se uma experiência. É nessa situação outra, proposta pelo espaço documentário, que o usuário vai investir esse espaço de liberdade. Dependendo de como ele é vivenciado, entre vontade de usá-lo e restrição, observamos diferentes maneiras de fazer.

Por outro lado, questionamos o espaço documentário como um espaço potencial aliando objetos transicionais. Entre benemerência e ilusão, o espaço documentário, pensado e organizado por praticantes, ultrapassada às vezes a simples mediação documentária, pois ele se inscreve como um “espaço potencial, lugar no qual a experiência acontece” (Belin, 2002).

Para Winnicott, pediatra e psicanalista inglês, o lugar é aquilo que ele chama de “espaço potencial”: quanto mais “estreito” esse lugar, menos terá a chance de permitir a manifestação de uma experiência”. Nesse lugar deve poder se inscrever um desejo que se transforme em realidade. Para tanto, é necessário que as condições da autonomia tenham sido pensadas e organizadas previamente. O “espaço transicional” (Winnicott, 1975) é um espaço que vai desempenhar um papel essencial no processo de representação e de simbolização e que vai permitir um primeiro descolamento com o objeto maternal, um primeiro movimento da criança em direção à sua independência. O espaço transicional permite simbolizar o mundo tomando distância em relação a ele. É uma área intermediária que pode permitir uma experiência cultural.

Temos questionado, igualmente, as proximidades e as distâncias entre os dois lugares culturais que são a biblioteca e o museu, para compreender como se confrontam permanência e mudança nos dois espaços devotados ao documento e ao saber e, assim fazendo, introduzimos os elos entre mediação documentária mais distante a priori do sensível e mediação cultural fazendo apelo à estética. “No entanto, a proximidade prevista na análise dos espaços não se limita à valorização da organização dos saberes. Permite, ao contrário, pelas espécies de objetos e artefatos, acolher

processos de apropriação decorrentes das múltiplas representações suscitadas. Tratar-se-ia, então, de levá-las em conta, tanto na disponibilização dos saberes, quanto nas orientações das mediações propostas ao usuário na enunciação desses espaços”. (Fabre; Régimbeau, 2013)

Assim, sempre com o cuidado de circunscrever as mediações constitutivas do espaço documentário, tentamos compreender o lugar ocupado pela mediação documentária no museu onde se exerce uma mediação antes qualificada de cultural. Assim, “a mediação documentária no museu se orienta hoje no estabelecimento de dispositivos técnicos e humanos mais complexos que incluem reescritas da informação, mediações cognitivas e ativas, revisitando assim as formas mediadoras nas práticas profissionais” (Fabre, 2012).

O exemplo das classificações nos centros de documentação dos estabelecimentos de ensino que propõem uma organização dos saberes, apoiando-se em diferentes dispositivos documentários herdados da história das ciências, nos parece um outro exemplo, através da estética da lista organizada que são as linguagens documentárias.

Organização dos saberes e espaço

A Classificação Decimal Universal (CDU), ferramenta profissional que permite aos profissionais da informação gerar um fundo documentário multidisciplinar é uma linguagem documentária. As informações são organizadas segundo essa classificação que se apoia numa filosofia antiga de classificação das ciências e dos saberes (Courbières; Couzinet, 2006). No entanto, os usuários evoluem em um espaço documentário em grande parte organizado por essa classificação e utilizam essa linguagem documentária, não somente para se situarem no seio de um espaço, mas para encontrar informação. Além disso, essa linguagem se inscreve numa história dos dispositivos (história das bibliotecas, história do livro, história das classificações...) que apela a uma

cultura nem sempre conscientizada nos usuários (Fabre; Couzinet, 2008).

No entanto, pudemos reunir testemunhos de usuários “atentos” que reivindicavam o prazer de se perder na classificação organizada, entre as prateleiras e as obras, “o prazer próprio à biblioteca é precisamente o de nela encontrar o que não procurávamos, e vice-versa” (Genette, 2009). Nas práticas um paradoxo nos interrogava. Com efeito, entre esse jogo intelectual em torno do “perder-se” no seio da biblioteca e esse domínio dos conhecimentos, do acaso... e a injunção que é feita de encontrar a informação há um hiato. Como fazer essa busca rica na sua errância de elementos constitutivos de nosso próprio saber? Como instilar nos usuários e profissionais o gosto pelo relato sobre a organização dos conhecimentos que lhe permite mensurar, ao invés de se perder, parte integrante da descoberta do mundo? Um dos resultados desse trabalho foi que os relatos ficcionais permitiam nos aproximar do “real” afastando-nos da ficção. De fato, uma das virtudes do relato é a fonte de interesse que se inscreve no espaço de escritura leitura. Uma outra virtude é sua aptidão para formular um raciocínio causal flexível, apoiando-se na dimensão lógica da narratividade. “O relato é o procedimento no qual se busca o interesse de uma história e o substituto de uma prática” (Jeanneret, 1994). Permite relatar a diferença entre as esperas e o que é produzido efetivamente, para dar forma a uma experiência (Bruner, 2002). Os relatos, por sua natureza, tendem a construir um ponto de vista subjetivo sobre a história das ciências, destilando assim uma parte da ficção, sabendo-se que “a identidade pessoal está ligada ao ato de se narrar” (Ricoeur, 2004). O relato pode tomar diversas formas, inclusive a da lista.

A lista como elemento estético

Numerosas ferramentas documentárias são constituídas por listas: o índice, a bibliografia, a classificação, os tesouros... A lista confere uma ordem e, portanto, um esboço de forma a um

conjunto sem ela desordenado, mas a forma limita o universo do “dito” (Eco, 2009). Uma formatação não incita a ver outra coisa senão o que ela representa. Ela propõe uma ordem, uma hierarquia. Tem três características, segundo Eco: a lista tem uma função referencial que tem por objetivo nomear e enumerar, a lista é finita no sentido de que ela se refere a um número de objetos definidos, mas resta extensível ao infinito e, enfim, ela é inalterável no sentido de que só os objetos conservados são referenciados (Eco, 2009). Existem muitos tipos de listas: a lista prática representa uma forma, pois confere uma unidade aos objetos dessemelhantes, mas que aproxima um mesmo contexto; eles estão num mesmo lugar. A lista prática pode ser um catálogo de midiateca ou o inventário dos objetos de um lugar como o museu. Mas a fronteira entre uma lista prática e uma lista poética é fina. Por exemplo, a midiateca é uma coleção física finita, mas infinita se a ela acrescentamos os fundos documentários (outros departamentos, outras midiatecas especializadas...), enquanto o museu que é um infinito atual e objetivo, que oferece objetos que podem ser contados, mas que não podemos contar, cuja enumeração é interminável. Assim, a enumeração parcial sugere fisicamente o infinito, pois ele não se conclui por uma forma. Ora, é justamente aí que a lista poética surge: quando não se consegue enumerar alguma coisa que escapa às capacidades de controle e denominação. Então, assim como G. Perec ou R. Queneau mostraram, somos tomados pela vertigem da enumeração e o caos se imiscui na lista. Uma quantidade de informação impossível de conter e de coletar revela a forma de uma qualidade estética. Face à impossibilidade do inventário, a lista poética não poderia tornar-se então um outro espaço de experimentação a serviço de um usuário sensível da documentação?

O sensível e a recolha de dados na experiência do pesquisador

Em direção a uma forte abordagem qualitativa

Durante nossos diferentes trabalhos, abandonamos aos poucos as abordagens quantitativas para nos orientarmos principalmente a uma abordagem qualitativa, inscrevendo-nos como um pesquisador que “não renega sua ‘subjatividade’ [mas que] ao contrário dela tira partido” (Kohn, 1986). Nos inscrevemos no conjunto das atividades humanas e das instituições sociais, tendo o cuidado de levar em consideração o peso do ambiente de trabalho real, sem reconstituição, tomando cada vez mais uma postura de observação participante. O esforço que efetuamos se situa assim progressivamente na escolha de ferramentas adequadas para construir uma postura delicada e implicativa, e fornecendo uma explicação objetiva de suas ferramentas para reforçar a validade dos resultados de pesquisa (Austry; Berger, 2009).

Por outro lado, nos situamos, em nossas pesquisas mais recentes, numa abordagem indutiva, desejando assim ver a circularidade entre a coleta e a primeira análise dos dados, procurando adaptar o direcionamento das entrevistas ao que emerge de uma primeira fase de exploração. Assim, partindo com frequência de uma hipótese, tentamos trazer à luz a problemática do trabalho, nascida das primeiras análises e do trabalho por emergência realizado. Frequentemente, é após uma análise exploratória, associada a uma análise de conteúdo, que interrogamos o vivido dos atores através de seu discurso, recolhido em seu contexto de trabalho. Aqui novamente, as entrevistas constituem a ocasião de explicitar nossas hipóteses construídas a partir de nosso trabalho exploratório, desejando por uma ida e volta enriquecer a construção de nossa reflexão.

A coleta de dados nas “Ciências da informação e comunicação” se articula principalmente, no domínio que interrogamos, os espaços documentários, em torno de diversas

metodologias que tentam principalmente recolher as representações dos usuários desses espaços e dispositivos. Elas foram ressaltadas num artigo de Francine May, autora canadense: trata-se da cartografia mental, da observação por visão de conjunto (Observação aberta, observação discreta, mapeamento de comportamento, rastreamento de visitantes) de entrevistas e enquetes. Além dessas metodologias, trabalhamos as representações via leitura de imaginários literários, análise de conteúdo (escrita como imagem) e de representações gráficas.

Observamos que estamos ainda mais próximos do sensível com a realização dessas coletas de dados específicos, como por exemplo os imaginários literários recolhidos quando da entrevista com usuários de um centro de documentação. No que concerne à representação gráfica, ela nos permitiu contornar o questionamento direto sobre o espaço documentário, permitindo aos usuários interrogarem-se sobre seus próprios usos, pelas percepções emergindo dos planos de um espaço documentário desenhado. O desenho revelou-se uma ferramenta suscetível de atualizar as representações: “A representação gráfica do mundo real e de seus objetos é uma prática de conhecimento. Consiste em interpretar este mundo em uma linguagem especialmente concebida para transformá-lo” (Lebahar, 1983). No confronto da pessoa com seu desenho (tratava-se aqui de um plano do espaço documentário, que confrontamos com o plano padrão), nos servimos do espanto, fonte de prazer e de satisfação, que permite multiplicar as potencialidades do objeto estudado na observação. Cria uma ruptura no equilíbrio (Félix; Saujat, 2007), permite interrogar as razões pelas quais cada olhar sobre esse objeto se espanta. A partir dessa confrontação, nos apoiamos na teoria das imagens operativas (Ochanine; Kozlov, 1971), por um lado com o laconismo dessas imagens (ausência de elementos no desenho) e a seletividade (a escolha de elementos desenhados), por outro lado, suas deformações funcionais (amplificação de certas partes diretamente úteis à ação). O sensível é aqui solicitado através das imagens operativas que são representações internas, subjetivas,

mentais do mundo. Buscamos as deformações funcionais do reflexo dos objetos nas imagens operativas, como “evidência e acentuação das características do objeto que, nas condições de uma dada ação, revestem-se de uma significação informacional particular.” (Ochanine; Kozlov, 1971)

Observação, observador

A análise das práticas, procedente da clínica da atividade de Clot, oferece diferentes dispositivos, no quadro dos quais os praticantes são confrontados com situações de atividade real (a sua ou a de seus colegas), e são conduzidos a tomadas de consciência ou à inteligibilidade de certas características de sua profissão. No âmbito de nossos trabalhos, encontramos nesse método uma maneira de aproximar o aspecto sensível das práticas profissionais ligadas ao dispositivo de organização dos saberes. De um lado, tivemos a entrevista de explicação que se centra “numa ação passada, efetivamente realizada, que deve ser reinserida sob o ângulo do seu desdobramento e tal qual foi vivida, ressentida, pelo sujeito” (Bulea; Bronckart, 2009). Entre as dimensões em jogo, há aspectos teóricos declarativos e aspectos emocionais, afetivos que resultam da ação. Passando, assim, do nível inconsciente ao nível consciente, a ação opera um deslocamento que lhe permite ser assim elucidada. De outro lado, fizemos apelo à autoconfrontação cruzada, que consiste em, após ter filmado as sequências da atividade de trabalho, apresentar essas sequências aos trabalhadores implicados e organizar um debate reflexivo no curso da visualização do filme da atividade. O que é visado é a atividade na sua complexidade, via a reconstrução de suas significações e à propósito das situações que ela cria, pois ela “engendra um debate em torno das condições de realização do trabalho, que faz emergir uma nova experiência da atividade” (Bulea; Bronckart, 2009). Essa abordagem reflexiva do praticante necessita de uma “arte da prática, que não se pode ensinar, mas que pode ser aprendida: trata-se de um saber contido na ação, mas que permanece tácito,

intuitivo, não verbal, e por consequência inacessível à descrição direta” (Schön, 1983). Através dessas diferentes experiências, mas também na confrontação e troca com outros pesquisadores notadamente no âmbito de colóquios específicos de métodos qualitativos, construímos pouco a pouco uma sensibilidade teórica que precisa ainda ser desenvolvida ao longo do tempo, tanto em termos de experiência teórica, experiencial no campo, subjetiva ou mesmo íntima. Esse vivido participa dessa abordagem do sensível dentro de nossa prática de pesquisa, o corpo “vivido como sensível, caixa de ressonância de toda experiência, perceptiva, afetiva, cognitiva ou mesmo imaginária” (Austrey; Berger, 2009).

Conclusão

Através do questionamento dos dispositivos documentários, o sensível ocupa um espaço importante em nossos trabalhos sem que para tanto a legitimidade necessária sobre esse campo seja inteiramente adquirida. Vamos prosseguir nossa reflexão, focando ainda mais nos artefatos e no seu papel na mediação do espaço documental, favorecendo uma certa visão da documentação.

A abordagem sensível dos métodos qualitativos que precisamos pouco a pouco constrói a sensibilidade empírica do pesquisador que ecoa o aprofundamento teórico centrado nos sentidos e contribuindo para definir uma certa abordagem estética da documentação.

Precisar o lugar do sensível em informação-documentação é uma proposição entregue aqui à discussão. Para ir mais longe, seria no ponto em que estamos, voltar ao âmbito desse ramo específico das “Ciências da informação e comunicação”, pesquisar e construir de maneira mais afirmativa essa ponte entre sensibilidade, estética e espaço de organização dos saberes.

Referências

AUSTRY, D.; BERGER, E. Le chercheur du Sensible - Sa posture entre implication et distanciation. In : Colloque international francophone sur les methodes qualitatives, recherches qualitatives : enjeux et strategies 2. **Anais** [...] Lille, 2009.

BELIN, E. **Une sociologie des espaces potentiels** : dispositive et expérience ordinaire. Bruxelles : De Boeck Université, 2002.

BOUGNOUX, D. **Introduction aux sciences de la communication**. Paris : La Découverte, 2007.

BOUTAUD, J. J. **Sémiotique et Communication** : du signe au sens. Paris : L'Harmattan, 2008.

BOUTAUD, J. J. Sémiotique et communication : un malentendu qui a bien tourné. **Hermès**, n. 38, p. 96-102, 2004.

BOUTAUD, J. J. Du sens, des sens. *In* : **Sémiotique, marketing et communication en terrain sensible**. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2007. p. 45-63.

BRUNER, J. **Pourquoi nous racontons-nous des histoires ?** Paris : Retz, 2002.

BULEA, E. ; BRONCKART, J-P. Praticien réflexif ou praticien discursif ? **Education Canada**, v. 49, n.4, p. 50-54, 2009.

CHELKOFF, G. ; THIBAUD, J.-P. Espace public, modes sensibles : le regard sur la ville. **Les Annales de la recherche urbaine**, 57-58, dez. 1992; mar. 1993. p.7-16.

COURBIERES, C. ; COUZINET, V. Du bleu horizon à l'horizon documentaire : représentation des connaissances à l'aube de la construction européenne. *In* : TIMINI, I. ; KOVACS, S. (Dir.). Index, indexation. Colloque international organisé par les laboratoires Cersates et Gerico, 2005, Lille. **Anais** [...] Paris : ADBS Editions, 2006.

ECO, U. **Vertige de la liste**. Paris : Flammarion, 2009.

FABRE, I ; REGIMBEAU, G. Du musée à la bibliothèque : espace de documents et espaces documentaires. *In* : **Culture & Musées**, 2013. p. 153-171.

FABRE, I. Médiation documentaire et culturelle dans le musée. **Communication & Langages**, n. 173, p. 83-99, 2012.

FABRE, I.; COUZINET, V. Désir, curiosité, culture informationnelle : l'organisation des savoirs au cœur de l'histoire des idées. **Revue Canadienne des Sciences de l'Information et de la Bibliothéconomie**, v. 32, n. 3-4, p. 85-105, set./dez. 2008.

FABRE, I. **L'espace documentaire comme espace de savoir** : itinéraires singuliers et imaginaires collectifs. 354 f. 2006. Thèse (Doctorat en Sciences de l'Information et de la Communication) - Université de Toulouse 2 – Le Mirail, Toulouse, 2006.

FELIX, C. ; SAUJAT, F. Les débuts dans le métier d'enseignant. *In* : Congrès international de l'AREF (Actualité de la Recherche en Education et en Formation). **Anais**[...] Strasbourg, 2007.

FIORETTI, H. Les bibliothèques au cinéma. **BBF**, n.4, p.60-63, 2012.

FOUCAULT, M. Des espaces autres (conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967). **Architecture, Mouvement, Continuité**, n. 5, out. 1984.

JEANNERET, Y. **Ecrire la science**. Paris : PUF, 1994.

KOHN, R. C. Les positions enchevêtrés du praticien-qui-devient-chercheur. *In* : MACKIEWICZ, M.-P. (ed.). **Praticien et chercheur**: Parcours dans le champ social. Paris : L'Harmattan, 2001.

KOVACS, S. (dir.). INDEX, INDEXATION, COLLOQUE INTERNATIONAL ORGANISE PAR LES LABORATOIRES

CERSATES ET GERICO, 2005, Lille. **Anais[...]** Paris : ADBS Editions, 2006.

LAMIZET, B.; SILEM, A. **Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication**. Paris : Ellipses, 1997. 592 p.

LEBAHAR J. C. **Le dessin d'architecte** : simulation graphique et réduction de l'incertitude. Paris : Editions Parenthèses, 1983.

MAHE, E. **Pour une esthétique informationnelle** : la création artistique comme anticipation des usages sociaux des TIC. 2004. Thèse (Doctorat en Sciences de l'Information et de la Communication) – Université de Rennes 2, Rennes, 2004.

MAY, F. Methods for Studying the Use of Public Spaces in Libraries. **The Canadian Journal of information and Library Science** (La revue canadienne des sciences de l'information et de bibliothéconomie), v. 35, n. 4, p. 354-366, 2011.

MEYRIAT, J. Information vs communication ? *In* : LAULAN, A.-M. **L'espace social de la communication** : concepts et théories. Paris : Retz-CNRS, 1985, p. 63-89.

OCHANINE, D., KOZLOV, V. L'image opérative effectrice. **Questions de psychologie**, 3., traduit in L'image opérative, Actes d'un séminaire et recueil d'articles de D. Ochanine, 1971, p.225-251.

SCHÖN, D. A. **Le praticien réflexif** : la recherche du savoir caché dans l'agir professionnel. Québec : Editions Logiques, 1983.

SERVAIS, C. **Généalogie de la figure** édition esthétique et destination. ANRT Diffusion, 2000.

TETU, J-F. L'origine littéraire des SIC. *In* : BOURE, R. (ed.). **Les origines des sciences de l'information et de la communication : regards croisés**. Paris : Presses Universitaires du Septentrion, 2002, p. 71-93.

WINNICOTT D. W. **Jeu et réalité** : l'espace potentiel. Paris : Gallimard, 1975.

WINTERSON, J. **Pourquoi être heureux quand on peut être normal** ? Paris : Editions de l'Olivier, 2012.

NOUVELLES TECHNOLOGIES ET SYSTÈMES D'INFORMATION : EST-IL POSSIBLE « D'ÉCOUTER » D'AUTRES DISCOURS ? ¹⁰

Marilda Lopes Ginez de Lara

Introduction

Dans le cadre du thème « Réseaux, documents et mémoires », dans lequel l'organisation de la Journée International Mussi 2012 met en valeur, entre autres, les actions de valorisation du patrimoine documentaire et celles visant à favoriser la participation sociale je cherche à explorer la question des langages documentaires, ou systèmes d'organisation des connaissances, dans le cadre du Web sémantique, en considérant les possibilités qu'il ouvre pour la diffusion et la réutilisation des connaissances construites. Je cherche également à introduire une discussion sur la réutilisation de ces vocabulaires d'un point de vue instrumental, en la contrastant en contre point avec l'approche qui cherche à incorporer, dans cet environnement, des manières non conventionnelles d'organiser les vocabulaires.

Actuellement, la plupart des systèmes d'information sont déjà sur Internet, ce qui permet de guider la recherche de documents par des systèmes de classification, des thésaurus ou d'autres vocabulaires en ligne. Cependant, en règle générale,

¹⁰ Originalmente publicado em: LARA, M. L. G. Novas tecnologias nos sistemas de organização do conhecimento: possibilidades de 'escutar' outros discursos ? *In*: II Jornada Científica Internacional da Rede Mussi. **Anais** [...] Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ , ICICT-FIOCRUZ, 2012.

Tradução de Gustavo Saldanha.

Revisão de Viviane Couzinet.

chaque système fonctionne selon sa propre sémantique, ce qui nécessite d'effectuer, sur une thématique donnée, des recherches différentes dans chaque système d'information.

En termes génériques, cela peut être comparé à la plupart de nos recherches sur Internet. Leurs résultats font apparaître d'innombrables *sites* reliés entre eux par des liens morphologiques. Ces résultats peuvent être plus précis en fonction des combinaisons syntaxiques utilisées dans l'équation de recherche. Cependant, comme dans le cas précédent, ils proviennent d'institutions différentes et ne se connectent que par les mots. Pour cette raison, les réponses aux recherches varient d'un utilisateur à l'autre en fonction de sa compétence, de sa connaissance des outils et du filtrage de l'information. À partir des ressources de liens et hyperliens du langage HTML, la navigation traditionnelle s'effectue site par site et la récupération est basée sur des coïncidences au niveau morphologique, mais pas au niveau sémantique. Individuellement, chaque utilisateur accepte ou rejette un résultat car il fait des choix basés sur des critères de sens (sémantiques), mais ceux-ci proviennent de ses connaissances particulières et non des ressources offertes par les programmes.

La récupération sémantique est recherchée depuis Paul Otlet et Vannevar Bush, mais, dans le contexte actuel, Tim Berners-Lee est à l'origine de changements majeurs. En 1989, il promeut et défend l'idée d'une puissante structure de connaissances permettant de relier données, documents et informations. Cet auteur a d'abord appelé cette structure le Web (1989), puis le Web sémantique (1998) et enfin les données liées (2006). Comme il le prédisait dans *Weaving the Web* (1999), le langage HTML a permis le réseau hypertextuel de documents, tandis que le RDF - *Resource Description Framework* - et les technologies sémantiques permettront un Web de données interconnectées (Méndez, Greenberg, 2012). Sous cette terminologie étrange pour beaucoup d'entre nous, il y a une gamme de possibilités « Loin d'être une simple proposition purement technologique, la proposition du Web sémantique est

assez large et ambitieuse » (Marcondes, 2012, p.176). Je reviendrais sur ces expressions et concepts tout au long de ce texte.

La différence entre le Web « syntaxique », ou Web hypertexte, et le Web sémantique est que le premier a ses recherches basées sur la coïncidence de caractères (Berners-Lee, 2006) et, pour cette raison, il lie des pages ou des documents en HTML (publie des hypertextes, mais les unités restent isolées d'un point de vue sémantique) ; Le Web sémantique relie des données structurées (Peset, Ferrer-Sapena, Subirats-Coll, 2011, p. 166), reliant les idées.

Notre présentation a pour but de discuter certaines des initiatives liées au thème du Web sémantique, des données interconnectées et de l'interopérabilité, en concentrant et en problématisant la discussion particulièrement en relation avec les vocabulaires sémantiques. Ce travail est le résultat partiel d'un projet de recherche développé lors d'un stage senior à l'Université Carlos III de Madrid avec le soutien du Conseil National de Développement Scientifique et Technologique (CNPq), Brésil.

Le Web sémantique et l'initiative *Linked Open Data*

Le Web sémantique constitue une extension du Web dont nous disposons actuellement. Contrairement à un Web syntaxique basé sur des modèles de formes, le Web sémantique est ancré dans une structure de contenu. Il utilise un modèle qui modélise sémantiquement les données pour permettre leur identification et les relier les unes aux autres selon des propriétés et des classes de propriétés, permettant ainsi la construction de déclarations.

Pour assurer une telle mise en relation, le projet Web sémantique travaille à partir de données ouvertes structurées. L'ouverture les rend disponibles et la structuration conduit à la possibilité de leur relation. Dans la même lignée que le projet Open Access, appliqué à promouvoir une large diffusion de la documentation scientifique, l'initiative *Open Data* (OD), et plus particulièrement *Linked Open Data* (LOD), *Interconnected Open Data*,

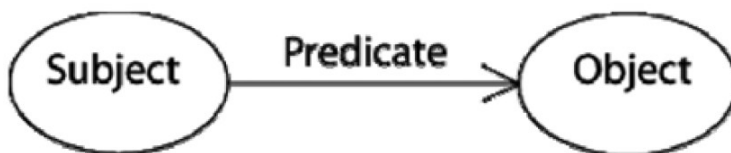
visé l'ouverture des données visant à « préparer l'affichage de contenus utilisables et réutilisables pour le Web sémantique » (Peset, Ferrer-Sapena, Subirats-Coll, 2011, p.166, notre traduction). Les vocabulaires en libre accès mentionnés sont disponibles dans le catalogue du projet *Linked Open Vocabularies* (LOV): <http://labs.mondeca.com/dataset/lov/> (1).

L'initiative découle des propositions de Berners-Lee (2006) et est liée aux recommandations et normes du W3Consortium, une communauté internationale qui développe des normes ouvertes pour assurer la croissance à long terme du Web. Parmi les principes du W3C figurent ceux du partage des connaissances, en les rendant accessibles à tous, « quels que soient leurs hardware, software, infrastructure de réseau, langue, culture, situation géographique ou capacité physique ou mentale » (W3C) (2).

Les données doivent être disponibles avec une licence ouverte ; elles n'ont pas de format propriétaire, c'est-à-dire protégé par un brevet ou un droit d'auteur ; elles doivent nécessairement être structurés (par exemple, une feuille Excell, au lieu d'une image numérisée d'un tableau). Sa base est le standard RDF défini par le W3C (3), un langage de métadonnées doté d'une sémantique qui normalise les descriptions et permet aux agents logiciels d'identifier les concepts.

RDF est un langage adapté à la représentation sur Internet. Avec RDF, on dispose de sources de données, ou métadonnées, c'est-à-dire des données qui font référence à des données. La structure d'une expression en RDF est basée sur des triplets dont chacun est constitué d'une expression qui met en relation un sujet, un objet, un prédicat ou une propriété, identifiés individuellement par des URI – *Uniform Resource Identifier* (W3C).

Figure 1. Graphique d'un triplet



Source: Uniform Resource Identifier (W3C). RDF 1.1. Concepts and Abstract Syntax. <http://www.w3.org/TR/rdf-concepts/>

A travers ces triplets, il est possible de représenter un énoncé reliant chacun des nœuds. Le sujet peut être une personne, une entité à laquelle on se réfère; le prédicat est la propriété que l'on souhaite attribuer au sujet, et l'objet, la valeur de la propriété ou autre ressource avec laquelle la relation est établie (Peset; Ferrer-Sapena; Subirats-Coll, 2011, p.166). On peut représenter en triplet une affirmation comme : « 2ème journées scientifiques du Réseau Mussi sont formées par des chercheurs français et des chercheurs brésiliens ». « La signification est exprimée en RDF » (Berners-Lee, Hendler, Lassila, 2001) et à partir de cette norme il est possible de promouvoir l'interopérabilité.

Dans les bibliothèques numériques, l'interopérabilité fait référence à la possibilité d'effectuer des recherches dans des systèmes d'information hétérogènes (Marcondes, Sayão, 2001, p. 27), mais la rendre opérationnelle se heurte, entre autres, aux normes et formats utilisés par chaque système. « En accédant à ces catalogues sur le Web, l'utilisateur devient prisonnier de ces contextes systémiques et institutionnels spécifiques, avec pratiquement aucune possibilité de naviguer de l'extérieur vers l'intérieur ou de l'intérieur vers l'extérieur de ceux-ci » (Marcondes, 2012, p. 182). Le problème est qu'à la base de l'interopérabilité se trouve l'exigence de partager des normes aux niveaux syntaxiques (formats, protocoles), syntaxique-sémantique (métadonnées) et

organisationnel (règles d'accès, maintenance des collections, etc.), ce qui justifie l'utilisation de RDF.

Pour évaluer l'importance de l'interopérabilité, il est intéressant de rappeler que, bien que le terme ait été mis à l'ordre du jour par la technologie, une finalité similaire, sous un autre vocabulaire, existait déjà depuis les débuts de la Documentation, tant avec Paul Otlet (dans la Classification Décimale Universel), qu'avec Melvil Dewey (dans la Classification Décimale de Dewey) basée sur la recommandation d'attribuer une notation unique ou équivalente aux documents pour représenter leurs sujets dans toutes les unités d'information. Il est également possible de relier le principe d'interopérabilité à des expériences encore plus anciennes, comme les efforts des moines franciscains qui, au XIII^e siècle, se rendaient dans différents monastères avec un catalogue, cherchant à s'assurer qu'ils étaient tous informés de la collection disponible dans chacun des monastères (Moreira, Lara, 2012).

Normes et recommandations pour promouvoir l'interopérabilité entre les thésaurus et autres vocabulaires

Dans le vaste univers des questions sur le Web sémantique, nous soulignons, pour nos besoins, celles liées à l'interopérabilité des systèmes d'organisation des connaissances, tels que les thésaurus et les vocabulaires contrôlés.

La norme ISO 25964-1/2 :2011/2012, *Thesauri and interoperability with other vocabularies*, récemment publiée, donne la priorité aux concepts plutôt qu'aux mots, ce qui est lié au besoin de formalisation pour promouvoir l'interopérabilité. La version de cette norme succède, entre autres, à la BS 8723-5: 2008, *Structured vocabularies for information retrieval: guide: interoperability between vocabularies and other components of information storage and retrieval systems* et à ANSI/NISO Z39.19 : 2005, *Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies*, en complément des normes précédentes liées.

L'accent mis sur les concepts, malgré les discussions dans le domaine de la Terminologie contemporaine sur le fait que les différences entre les concepts et les mots dépendent fortement des types de discours impliqués (le discours des sciences sociales n'a pas la même forme que celui des sciences dites exactes) et peuvent être interprétées comme visant à éviter les équivalences entre les formes, en veillant à considérer d'abord la charge sémantique exprimée par les termes. La motivation sous-jacente est le besoin de formalisation, afin de fournir les conditions d'interopérabilité, c'est-à-dire que les machines « comprennent » une expression qui relie un signifiant à un signifié.

La norme dispose également de recommandations importantes pour la cartographie des thésaurus et autres vocabulaires similaires, condition essentielle pour leur comparaison et leur réutilisation dans le souci d'économie, d'optimisation des efforts, et de partage. On suppose que la création de vocabulaires doit, ou peut, faire appel à des connaissances déjà existantes. En poursuivant l'interopérabilité et la réutilisation, la norme cherche à fournir les conditions d'interconnexion entre les données sémantiques, comme le suggère Berners-Lee pour le Web sémantique.

Parallèlement à l'ISO et à des entités similaires, W3Consortium a publié, en 2009, sur la base de recherches développées depuis 2002, une recommandation spécifique pour les vocabulaires dans le contexte du Web sémantique et des données ouvertes interconnectées. La recommandation de format SKOS – *Simple Knowledge Organisation System* (4) vise à décrire, partager et relier entre eux les systèmes d'organisation des connaissances sur le web. Il s'agit d'un modèle de données spécifique pour l'encodage de vocabulaires contrôlés et de langages d'indexation basé sur la reconnaissance que « de nombreux systèmes d'organisation de connaissances, tels que les thésaurus, les taxonomies, les listes de classification et de vedettes-matières partagent une structure similaire et sont utilisées dans des applications similaires [...] SKOS capture bon nombre de ces similitudes et les rend explicites pour

permettre le partage de données et de technologies entre applications » (Miles, Bechhofer, 2009). Le modèle à faible coût permet de migrer les systèmes d'organisation des connaissances existants vers des environnements du Web sémantique, ainsi que de développer de nouveaux systèmes basés sur leur partage.

L'acronyme SKOS – *Simple Knowledge Organisation System* -, a été créé à partir d'un autre – KOS – Knowledge Organization Systems, terme utilisé pour englober les différents types de schémas d'organisation des connaissances (Hodge, 2000, cité par Hjørland, 2008 ; Soergel, 2001). Le format SKOS utilise également RDF pour fournir un standard permettant de représenter les systèmes d'organisation des connaissances, de façon lisible par machine.

Suivant le standard *Linked Open Data*, chaque concept est représenté par des URI - *Uniform Resource Identifier* - et, suivant la relation entre les triplets, lié aux autres via des hiérarchies et des associations. Son support est constitué de concepts et non de mots, tout comme la norme actuelle, cherchant à faciliter le partage et l'interopérabilité sémantique, c'est-à-dire la capacité d'échanger des données avec d'autres systèmes. En plus de permettre la réutilisation de vocabulaires déjà créés, le format SKOS peut être utilisé seul ou en combinaison avec des langages de représentation formelle tels que l'*Ontology Web Language* (OWL).

Entre ISO 25964-1/2 :2011/2012 et SKOS, il existe des différences d'objectif. La norme concerne des recommandations sur la structuration et la cartographie des thésaurus et autres vocabulaires. Le format SKOS est cité par la norme, tout comme d'autres formats similaires, mais ils ne fournissent qu'un langage de formalisation pour la publication de vocabulaires sur le Web. Pour clarifier la distinction, Codina et Pedraza-Jiménez (2011, p. 562) déclarent que

[...] un thésaurus représenté dans SKOS reste un thésaurus, mais le fait de disposer d'un langage avec un niveau formel élevé et des exigences logiques comme RDF peut aider non seulement à

développer de meilleurs langages documentaires, mais aussi à faciliter l'interconnexion entre les langages développés et spécifiés à l'aide de SKOS.

L'utilisation du standard et du format SKOS permet de réutiliser des vocabulaires existants.

Problèmes conceptuels dans la formalisation des vocabulaires

La transformation d'un thésaurus ou autre vocabulaire existant au format SKOS est une opération qui ne peut pas être réalisée en privilégiant uniquement l'aspect instrumental de formalisation. Au contraire, la démarche requiert une vision critique, puisque c'est à ce moment là que les problèmes structurants originaux se présentent.

De nombreux thésaurus et vocabulaires contrôlés n'appliquent pas facilement les principes d'organisation logico-sémantique. Ces déficiences sont souvent surmontées par la médiation des personnes, contrairement à ce qui se passe avec les machines, puisque grâce à notre capacité de généralisation, de simplification et d'inférence, nous n'avons aucune difficulté à reconnaître, ou à accepter, les hiérarchies représentées par TG/TS – Terme Générique/ Terme Spécifique –, différents types de relation : relation genre/espèce, relation tout/partie, relation d'exemple. En fait, une grande partie des thésaurus utilisent la hiérarchie pour représenter à la fois les relations entre les concepts qui font référence à des types d'objets, d'entités, de phénomènes (musée / musée historique, musée des arts, musée des sciences), et pour parler de parties d'un objet (voiture / volant, sièges, volant) ou encore de cas ou instances concrets dans lesquels le concept peut être appliqué (université / USP, UFRJ, UnB). De même, les relations associatives, représentées dans les thésaurus par TR – *Related Term*, terme relié –, sont acceptées sans conteste, même si elles représentent des relations entre des concepts soutenus par des principes différents : par exemple, les relations entre processus et

conséquence (inflammation / fièvre), entre processus et produit (tissage / tissu), entre activité et lieu (exploration des sols / exploitation minière), etc., tous représentés par le même indicateur TR.

Cependant, les machines ne font pas d'inférences à moins qu'elles soient programmées pour le faire. Chaque concept doit être identifié par ses attributs, condition pour qu'il soit localisé et que ses relations avec les autres concepts soient définies. Bien que certains thésaurus fournissent ce détail, ce qui n'est pas courant, il est essentiel pour que les machines effectuent l'identification et fassent les inférences qui en résultent.

Ces problèmes sont plus petits et plus faciles à résoudre que ceux liés à une mauvaise organisation. Il n'est pas rare de constater que de nombreux vocabulaires contrôlés et thésaurus sont mal structurés, soit parce qu'ils organisent les concepts de manière aléatoire sans rendre explicites leurs points de départ ou leurs définitions, soit parce qu'ils établissent des équivalences entre termes sur la base de la coïncidence formelle des mots ou encore amalgament, en hiérarchies, des concepts qui ne sont pas liés logiquement ou sémantiquement.

Comme nous venons de le dire, nous voulons souligner que, même si la formalisation des vocabulaires peut être réalisée selon le format SKOS, si l'opération est réalisée sans esprit critique, elle peut entraîner des problèmes de déficiences conceptuelles d'origine. La simple transformation mécanique du KOS en SKOS ne suffit pas à résoudre les problèmes d'interopérabilité, car les problèmes conceptuels d'un langage documentaire doivent être résolus « ailleurs » (Sánchez-Jiménez, Gil-Urdician, 2007, p. 552), c'est-à-dire dans le domaine des principes de sa construction. Ce qui est en jeu, c'est le fait que nous travaillons avec des concepts représentés par des mots, et non avec de simples étiquettes formelles. D'autres problèmes à résoudre sont les différents degrés de spécificité ou de granularité des langages documentaires à comparer dans la cartographie des termes.

Considérations finales

Linked Open Data, standards documentaires pour la construction de systèmes d'organisation des connaissances, format SKOS pour la publication sur Internet corroborent la promotion du Web sémantique et énumère tous ses bénéfices : diffusion, partage de données, réutilisation des connaissances construites, récupération plus efficace.

Il est nécessaire de réaffirmer, cependant, que l'utilisation sans réserve de ces recommandations et technologies peut induire la reproduction de modèles idéologiques douteux qui sous-tendent de nombreux systèmes d'organisation des connaissances. Aucun système organisationnel n'est neutre et aucun d'entre eux ne répond universellement à toutes les questions et à tous les besoins. Un exemple bien connu qui peut illustrer cette situation est le cas de la Classification Décimale de Dewey, qui réserve la plupart des notations de la classe 800 aux langues américaine, anglaise, allemande, française, italienne, espagnole et portugaise, latine et grecque, et suggère d'accueillir en 890 toute la littérature dans d'autres langues (par exemple, les langues non officielles, comme c'est le cas avec la littérature africaine, entre autres). D'innombrables autres exemples pourraient être donnés concernant ce même système de classification.

Dans une critique du livre de Bowker et Star (1999), *Sorting Things Out : Classification and its Conséquences*, Hope Olson (2002) montre, en accord avec Foucault, qu'il existe plusieurs manières de « ordonner ». Faisant référence aux origines des classifications, elle souligne que ce qu'il y a de plus significatif dans le syllogisme aristotélicien, qui est à la base de la plupart des systèmes d'organisation des connaissances, c'est que son objectif téléologique est apparemment universel. La recherche en information bibliographique a rendu conventionnels, à partir de cette émergence, les principes d'exclusivité mutuelle, de téléologie et de hiérarchie. Cependant, lors de la définition un univers et ses limites sont simultanément définies. Aussi bien la CIM –

Classification internationale des maladies -, objet d'analyse par les auteurs de l'ouvrage examiné, que la Classification Décimale Universelle devraient, selon ce principe, inclure respectivement toutes les causes possibles de décès et tous les problèmes possibles connus. Mais ces classifications ne sont évidemment pas exhaustives en ce sens « La classification est un système et les systèmes ont des limites qui excluent, car ils sont comme des territoires finis » (Olson, 2002, p. 382). Ceci explique, entre autres, le cas de la lente reconnaissance du SIDA comme maladie et comme cause potentielle de décès dans la CIM.

En analysant les problèmes imposés par ces limites, Hope commente la proposition de Bowker et Star sur les « objets frontières », qui peuvent être décrits à travers une image de fils tissés qui traversent les frontières, reliant différents brins de culture. Selon Hope, cette image s'applique également aux systèmes de classification. Mais il va au-delà de la proposition des auteurs lorsqu'il affirme que, potentiellement, nous pouvons transgresser les frontières des classifications, surtout si nous comprenons « autorité » (autorité du système de classification) à partir de l'étymologie latine du mot (*augere*, augmenter), sans se limiter à son sens de contrôle. « Si nous considérons la classification comme quelque chose qui augmente potentiellement le sens, nous pouvons surmonter les limites de l'exclusivité mutuelle en utilisant les chevauchements aux points frontaliers » (Olson, 2002, p. 389), c'est-à-dire, en considérant la classification comme faisant partie de notre environnement construit et en tenant compte des contextes d'utilisation.

Nous pouvons sortir de l'autoroute téléologique de l'évolution (partout où cela nous mène) en empruntant les chemins secondaires menant à une découverte accidentelle. Nous pouvons éviter les limites de la hiérarchie en mettant en lumière des connexions autres que celles des catégories plus petites au sein de catégories plus grandes (Olson, 2002, p. 389, notre traduction).

Hope récupère trois conseils des auteurs : reconnaître l'équilibre dans l'acte de classification, rendre les voix récupérables et être sensible aux exclusions.

À partir de Hope, notre intention était de trouver des exemples pour confirmer l'existence de problèmes idéologiques dans tout système d'organisation des connaissances, puisque l'auteur a une production significative sur les préjugés et les omissions dans ces systèmes. La recherche a cependant apporté plus: à la fin de la révision, lorsque Hope affirme que l'on peut aller plus loin et suggérer d'autres réponses basées sur la superposition des systèmes et l'identification d'objets frontières qui servent mieux les différentes communautés de pratique, il évoque brièvement l'idée, sur laquelle on avance progressivement dans le pays, sur le changement de langage et les métathésaurus. Selon lui, à partir de différents types de vocabulaire, il est possible de relier plusieurs signifiants en considérant des significations communes, sans privilégier un vocabulaire ou un vocabulaire central au détriment des autres, en cherchant à établir des relations quasi hiérarchiques.

Revenant au thème central de notre présentation, nous pouvons dire que la proposition de vocabulaires sémantiques interconnectés, utilisant des données ouvertes liées et SKOS ou des formats similaires, nous permet de mettre en œuvre et d'enrichir l'idée mise en avant par Hope. Il s'agit d'explorer les ressources existantes de manière critique en vue de leur réutilisation, et non seulement de rechercher des concepts adaptés aux besoins des différentes communautés d'utilisateurs, ainsi que de concentrer les efforts pour formaliser les systèmes d'organisation des connaissances qui ne sont pas pris en charge par les grandes institutions. Parmi eux, nous retrouverons certainement des systèmes d'organisation des connaissances qui expriment des cultures locales, des points de vue originaux, qui répondent à des besoins particuliers et qui sont traditionnellement exclus et considérés comme marginaux. Dans la cartographie comparative du vocabulaire, dans une perspective critique, il est possible d'identifier les fondements qui sous-tendent chaque

système, d'analyser les conséquences de son utilisation, d'examiner les alternatives liées aux objets frontaliers et, enfin, de proposer une réutilisation sensible à la diversité culturelle et aux différents publics de l'information.

Notes

(1) Pour comprendre l'initiative, consultez Méndez & Greenberg, 2012.

(2) Source disponible sur:
<http://www.w3.org/Consortium/mission.html>.

(3) Source disponible sur : <http://www.w3.org/RDF/>.

(4) Source disponible sur : <http://www.w3.org/2004/02/skos/>.

Références

ANSI/NISO. ANSI/NISO Z39.19:2005. **Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies**. Bethesda: NISO, 2005.

BERNERS-LEE, T. Linked data. **Design Issues**, 2006.

BERNERS-LEE, T. **Weaving the Web**. London: Orion Books, 1999.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. The semantic web. **Scientific American**, maio 2001.

BOWKER, G. C.; STAR, S. L. **Sorting things out**: classification and its consequence. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

BS. **BS 8723-4:2007**: structured vocabularies for information retrieval: guide: interoperability between vocabularies. London: British Standards Institution, 2007.

BS. **BS 8723-5:2008**: structured vocabularies for information retrieval: guide: interoperation between vocabularies and other components of information storage and retrieval systems. London: British Standards Institution, 2008.

CODINA, L.; PEDRAZA-JIMÉNEZ, R. Tesauros y ontologías en sistemas de información documental. **El Profesional de la Información**, Madrid, v. 20, n. 5, p. 555-563, set./out. 2011.

HJORLAND, B. Knowledge Organization Systems (KOS). *In: Lifeboat of knowledge organization*, 2008.

ISO. **ISO 25964-1:2011**. Thesauri and interoperability with other vocabularies. Part 1: Thesauri for information retrieval. Geneva: International Standard Organization, 2011.

ISO. **ISO 25964-2:2012**. Thesauri and interoperability with other vocabularies. Part 1: Interoperability with other vocabularies. Geneva: International Standard Organization, 2012.

MARCONDES, C. H. “Linked data” – dados interligados - e interoperabilidade entre arquivos, bibliotecas e museus na web. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 34, p. 171–192, 2012.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 3, p. 24–33, set./dez., 2001.

MÉNDEZ, E.; GREENBERG, J. Linked data for open vocabularies and HIVE’s global framework. **El profesional de la información**, Madrid, v. 21, n. 3, p. 236-244, maio/jun. 2012.

MILES, A.; BECHHOFFER, S. (ed.). **SKOS Simple Knowledge Organization System – reference**: W3C Recommendation 18 August 2009.

MOREIRA, W.; LARA, M. L. G. Ontologias, categorias e interoperabilidade semântica. **DataGramaZero: revista de Ciência da Informação**, v.13, n.4, ago. 2012.

OLSON, H. Review article: Classification and universality: application and construct. **Semiotica**, v.139, n.1/4, p.377-391, 2002.

PESET, F.; FERRER-SAPENA, A.; SUBIRATS-COLL, I. Open data y linked data: su impacto en el área de bibliotecas y documentación. **El profesional de la información**, Madrid, v. 20, n. 2, p. 165 – 173, mar-abril 2011.

SÁNCHEZ-JIMÉNEZ, R.; GIL-URDICIAN, B. Lenguajes documentales y ontologías. **El Profesional de la Información**, Madrid, v.16, n.6, p.551-560, nov.-dic. 2007.

SOERGEL, D. The representation of Knowledge Organization Structure (KOS) data: a multiplicity of standards. *In: JCDL NKOS Workshop*, VA. 2001.

DOCUMENT NOTARIÉ : SA VALIDATION HISTORIQUE ¹¹

Margarida Sá Nogueira Lalanda

Introduction

Comment et pourquoi un objet de communication et de mémoire devient-il valide, comme enregistrement d'un accord entre deux personnes ? Et qu'est-ce qui oblige tous et pendant des décennies ou plus à respecter ce qui pourrait être maintenu seulement dans le domaine des relations personnelles entre des individus ? Dans quelles circonstances, dans l'espace-temps de la connaissance et de la vie d'une société, un acte devient-il un document ? Quels sont les processus de validation, avec des effets immédiats et futurs, de quelque chose qui est, à l'origine, propre à très peu d'individus, mais qui devient ainsi un morceau de la mémoire historique de toute une communauté humaine ?

De telles préoccupations de connaissance nous ont tous convoqués à cette cinquième manifestation scientifique du Réseau MUSSI - Médiations et usages sociaux des savoirs et de l'information, son troisième Colloque international, « Transformations du document dans l'espace-temps de la

¹¹ Originalmente publicado em: LALANDA, Margarida de Sá Nogueira. Documento notarial: sua validação histórica. III Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI. *Anais...* Salvador: Rede MUSSI, Universidade Federal da Bahia, 2014.

Republicado em: LALANDA, Margarida Sá Nogueira. Documento notarial: sua validação histórica. *Tempo Brasileiro*, n. 203, out-dez, 2015.

Tradução da autora.

Revisão de Viviane Couzinnet.

Agradecemos aos editores da revista Tempo Brasileiro pela autorização para a republicação.

connaissance », et constituent le cœur de la réflexion de cet axe de recherche sur « document : origines historiques et processus de validation ». Ma contribution à la discussion porte sur la validation des actes notariés avant le XIX^e siècle.

Notariat latin

Dans les archives des districts et autres sphères géographiques il y a des documents anciens produits par des études notariales des bourgs et des villes. Leur préservation est aujourd'hui considérée comme essentielle à la connaissance du passé et à la compréhension du présent, une heureuse façon d'envisager leur importance dans l'enracinement de ce qui, au fil du temps, a été attribuée de plus en plus aux titres de possession de biens matériels et à ceux qui sont responsables de leurs enregistrements. En fait, on sait que dans l'Antiquité occidentale et proche-orientale la rédaction des contrats a été au début la responsabilité de certains des quelques esclaves masculins lettrés qui servaient des riches seigneurs. Une telle activité avait une valeur variable en fonction de la complexité historico-géographique de son insertion; en Europe du sud, au cours des deux derniers siècles médiévaux, les mesures administratives des pouvoirs politiques lui ont donné reconnaissance et consolidation. Dans la terminologie actuelle, utilisée dans le présent texte, « notaire », « greffier » et « écrivain » sont presque synonymes (1). Historiquement il y avait des précisions terminologiques, à savoir : le « notaire » était celui qui devait prendre « note » très vite du dialogue entre les parties contractantes, pour ensuite le mettre par écrit avec les formes de style, le lire et le faire valider par tous les participants; la désignation « notes » a été appliquée successivement à des « anotations rapides en brouillon », « procès-verbaux » et « actes notariés finaux », et il en a été de même pour les « minutes »; comme ces documents étaient écrits sur des petites planches ou tables, les « notaires » étaient aussi appelés « tabulaires » (Sylvestre, p.184-188) ou « tabellions ». Dans l'acte d'écrire s'enracine le mot « écrivain », qui

apparaît parfois dans un autre sens, de moindre importance et avec lequel nous ne pouvons pas le confondre : celui de « scribe » ou « écrivain » (le « clerc » ou « commis » français), apprentis ou serviteurs du notaire qui ont, parmi d'autres, la tâche lente et répétitive, mais indispensable, de rédiger le brouillon sur des feuilles volantes et, après l'éventuelle insertion de corrections lors de la lecture à haute voix conduisant à leur acceptation à l'unanimité, réécrire dans un livre le texte intégral signé à la fin par leur patron (« maître », titre du notaire français de nos jours encore) et tous les intervenants.

Avant le XIX^e siècle, il n'y avait pas de formation scolaire spécifique pour être notaire : il suffisait de savoir lire et écrire, réussir l'examen (obligatoire en Droit public mais seulement convenable en Droit privé) d'écriture et d'être familiarisé avec les pratiques du métier, ce qui se préparait en travaillant comme clerc dans une étude de notaire. « Parmi les conditions pour être nommé écrivain par le roi y figuraient autant les morales que les intellectuelles » (Gadow, p.196). Il est à noter que dans le monde portugais « être notaire » n'est pas la même chose que « être propriétaire de l'étude notariale » : cette deuxième expression s'applique à ceux qui ont reçu de la part du roi la grâce (ou, avec sa permission, l'ont achetée à un particulier qui l'avait) pour jouir d'une partie du revenu inhérent à un poste déterminé (par exemple, écrivain de notes, ou des impôts sur les ventes, ou des orphelins, d'une certaine localité), pour laquelle il doit trouver une personne capable de l'exercer, c'est-à-dire d'en « avoir l'usage »; de cette manière, la Couronne obtient une plus grande couverture du territoire en ce qui concerne le service public de notariat. Cependant, il est expressément interdit à un greffier de vendre son métier (office) : comme tout autre officier public, il ne peut y renoncer qu'en se manifestant directement au roi, sans aucune vénalité (Ordonnances Alphonsines, Livre IV, Titres VIII et XXIII).

En France, jusqu'à la Révolution de 1789, les notaires qui exercent dans les villes sont privés, nommés par les seigneurs de

ces terres, et les notaires apostoliques et les notaires royaux sont confinés dans les territoires de l'Église et de la Couronne ; il y a des autorités supérieures, nommées par le roi et ayant autorité sur tout le pays (Meyer, p. 46). Au contraire, au Portugal et dans le monde portugais de la même époque, les greffiers sont presque tous assermentés par le pouvoir royal après des examens ; ceux qui font exception sont ceux qui exercent auprès de certaines entités, choisis et nommés par celles-ci selon leurs propres règles, comme des organismes de l'Église (et ici un « écrivain » peut être un laïc, mais un « notaire » est obligatoirement un ecclésiastique) ou publics hormis la Couronne (les mairies et conseils municipaux) ; ces officiers sont, donc, privatifs de ces institutions et n'agissent que dans le domaine du Droit privé, c'est-à-dire entre particuliers, aux compétences limitées et dans une zone géographique bien définie. Tous les autres (et certains d'entre eux lorsqu'ils sont laïcs, car ils cumulent parfois des fonctions) sont écrivains publics, appliquent les règles de Droit public dans n'importe quelle partie du territoire sous juridiction portugaise, et exercent leurs fonctions dans au moins l'une des trois dimensions possibles : a) celle « du judiciaire » ou « des audiences », que ce soit dans les maisons de celles-ci, c'est-à-dire les tribunaux civils ou criminels, ou dans d'autres domaines spécifiques (partages, sauvegarde de personnes, biens et autres questions relatives aux orphelins mineurs, par exemple) ; b) celle des taxes fiscales et administratives (telles que la collecte des impôts sur les transactions ou sur les denrées), qui reçoit la désignation spécifique de chaque cas ; c) celle du « public et notes », également appelée « du nombre » (car le roi définit la limite maximale de ces officiers pour chaque ville) et « du palais », laquelle peut être exercée dans l'étude notariale individuelle, ou chez l'officier, ou encore dans l'espace collectif prévu à cet effet dans le chef-lieu de la municipalité, le « palais des greffiers », qui existe dans un lieu central afin que la population y puisse accéder facilement et être écoutée immédiatement s'il y a besoin de l'intervention d'un notaire, lequel elle peut choisir parmi

ceux qui sont là. C'est dans ce dernier contexte que se contractent les affaires des résidents communs, l'objet de notre attention.

Au Portugal, en France, en Espagne, en Italie, dans tous les pays américains qui furent leurs colonies, et aussi dans les régions de la Louisiane et du Québec et dans d'autres États sur plusieurs continents, est en vigueur le notariat latin (appelé en anglais *Civil Law* pour le distinguer de l'anglo-saxon, appelé là *Common Law*), héritier du Droit romain et du Wisigoth; sa caractéristique identitaire est la « foi publique notariale » (inexistante dans le *Common Law*, où le notaire certifie seulement que les parties lui ont présenté, d'un commun accord, un texte tout fait) : est réputé véridique et valide tout acte ou contrat que le notaire déclare avoir témoigné ou avalisé.

L'acte notarié a le pouvoir de preconstituer une preuve dotée de foi publique, c'est-à-dire que les faits que le notaire déclare être survenus en sa présence sont présumés véridiques, ils deviennent crédibles, jusqu'à preuve du contraire. C'est pourquoi on dit que l'acte notarié a la particularité de perpétuer le fait dans le temps, avec la force de la foi publique. Une telle efficacité probante de l'acte notarié a un ancrage positif dans le [...] Code de Procédure Civile brésilien [...] : «de document public prouve non seulement sa formation, mais aussi les faits que le greffier, le notaire ou le fonctionnaire déclare s'être produits en sa présence». (Brandelli, p. 55)

La « foi publique » (12) n'est pas l'apanage exclusif des greffiers : dans l'Espagne du XVI^e siècle d'autres fonctionnaires royaux ou ecclésiastiques l'ont aussi, et là, dans les petits bourgs où il n'y a pas d'écrivain public, la vérité des faits peut être garantie par le curé ou le sacristain (Marchant Rivera, p. 205-206). Au Portugal, les greffiers dits « jurés », qui rédigeaient ce qui leur était ordonné par les différents types de juges, «pouvaient même donner une accréditation publique aux actes de leur cabinet, à condition qu'ils aient pour cela un signe reconnu par une licence royale» (Coelho,

p.180). Et nous voici au cœur de ce qui rend unique la certification faite par les notaires : l'association de l'accréditation publique à un ensemble exclusif d'attributs (signe, sceau, signature, présence, témoignage), ce qui renforce l'importance déjà grande de chacun d'entre eux et dont nous parlerons plus tard.

Dans les pays de notariat latin, le système juridique se caractérise, essentiellement, par une justice préventive, dans laquelle l'État intervient immédiatement lors du titrage des affaires juridiques, par l'officier public qu'est le Notaire, qui, en tant que délégué de la « foi publique » de l'État, confère l'authenticité aux documents qu'il élabore et aux actes qu'il accomplit ou dans lesquels il intervient. C'est le notaire – à la fois officier public par les fonctions publiques qu'il exerce, et professionnel libéral, par la manière dont il rend service – qui donne ainsi forme légale à la volonté des parties, qui conforme la volonté des parties à la loi, qui contrôle et assure la légalité. C'est l'État qui, de cette manière, donne des garanties de vérité, de certitude, de sécurité juridique. Dans ces systèmes de justice préventive, les taux de contentieux sont très faibles, puisque l'intervention de l'État, par l'intermédiaire des notaires, en amont, garantit la rareté du recours à la voie judiciaire, en aval (Ordre Des Notaires Portugais).

Le rôle du notaire est de prévenir et de prendre des précautions contre les risques futurs que peut engendrer l'insécurité juridique. Il doit agir avec prudence, lutter contre les incertitudes *et* alerter ses clients sur les risques. Il doit protéger les parties avec égalité, les avertir et les libérer impartialement des erreurs. [...] En conséquence, les parties s'abstiennent de recourir à d'autres mesures pour sauvegarder leurs droits subjectifs privés, y compris des procédures judiciaires. [...] La fonction du tabellion ne se limite pas à être un

simple instrumenteur et authenticateur de documents (Leonhardt).

Éviter des litiges dans le présent et dans l'avenir, grâce au choix de la figure juridique la plus appropriée à la fois aux objectifs des parties et aux exigences formelles de l'administration judiciaire, est précisément l'une des deux fonctions principales d'un notaire, lequel doit savoir interpréter et conseiller ceux qui le sollicitent et assumer la responsabilité d'éventuelles erreurs de forme. Son autre fonction principale est l'authentification, qui définit trois types de documents : les authentiques (faits par lui, donc publics) (3), les authentifiés (privés, confirmés par les parties en sa présence) et les légalisés (dont il déclare que l'écriture ou la signature appartient à son auteur) (Portugal. Código, art. 35, p. 26).

Documentation notariale

Testaments, cens et baux, procurations, échanges, prêts, ventes d'intérêts et rentes ou propriétés, dots pour le mariage ou pour l'entrée en religion, affranchissement d'esclaves, donations, cautions pour l'exercice d'une fonction publique ou à toute autre fin, contrats d'apprentissage de métier et de travail pour orphelins mineurs, affrètements de navires pour certains transports, contrats de promesse ou de construction de biens immeubles : les types d'actes notariés ne s'épuisent pas dans cette multiplicité. Et jusqu'au XIX^e siècle beaucoup plus d'autres affaires exigeaient l'intervention d'un notaire.

Il existait en France « plus de 500 motifs de rendre visite à son notaire ». Bien mieux, plusieurs sortes d'actes étaient alors authentifiés pardevant notaire qui aujourd'hui ne nécessitent plus le concours de l'officier public : par exemple, des contrats d'apprentissage, de droit du travail, des devis et marchés, des commandes artistiques (Moreau, p. 465).

La documentation générée ou validée par les notaires est celle qui résulte de leurs compétences ; voilà celles qui figurent dans la législation portugaise en vigueur : « dresser des testaments » et les actes s'y rapportant ; « dresser d'autres actes publics » ; « émettre des déclarations d'authentification dans des documents privés ou de reconnaissance (légalisation) de l'auteur » des écritures ; « délivrer des certificats » (de vie, d'identité, d'exercice de fonctions) ; « délivrer des certificats attestant d'autres faits qu'il a vérifiés » ; « certifier ou faire et certifier » des traductions de documents ; « faire des extraits certifiés d'actes publics, de registres et d'autres documents d'archives, extraire des copies certifiées » et « certifier des photocopies » ; « dresser des instruments » (4) d'honorabilité ou de non-faillite (au moyen d'une déclaration solennelle ou sous serment) ; dresser les procès-verbaux de certaines réunions ; « transmettre » des documents à d'autres services publics, et en « recevoir », par télécopie certifiée ; « intervenir dans les actes juridiques extrajudiciaires auxquels les intéressés prétendent donner des garanties spéciales de certitude ou d'authenticité » ; « conserver les documents » (Portugal. Código, art. 4^o, p. 16-17).

D'emblée, deux ensembles vocabulaires se dégagent : « dresser » et « certifier », pour les actions, « instruments » et « documents », pour leurs produits. « Certifier » est la réaffirmation de l'accréditation publique ; « dresser » (5) renvoie à créer sur une base solide, participant à la fois au monde rural et à la création d'auteur, dans une belle synthèse entre l'importance des registres de propriété et la responsabilité personnelle d'un notaire dans la génération de chaque acte. Quant aux résultats, les termes s'éclaircissent par rapport à d'autres points du Code : l'article 16 parle d'« enregistrement d'instruments volants et de documents », et l'article 28 de « documents relatifs aux actes dressés » ; ainsi, on peut en déduire qu'un « acte notarié » peut être fondé sur des « instruments volants » (imaginons : procurations d'une constituante absente, les titres de la propriété à transaction,

ordonnances judiciaires), qui sont montrés ou même inclus dans les actes finaux (ceux-ci sont appelés « documents »).

La notion de ce qui est un « document » présente des particularités parfois insoupçonnées, tant dans le langage courant que dans le langage technique ; prenons un exemple tiré de chaque cas. Dans un monastère bénédictin de Málaga, en Espagne, une carte de profession était faite pour le passage d'une novice à religieuse, où le nouveau membre de la communauté promettait d'accomplir les vœux prononcés publiquement ; les cartes les plus récentes ont des cadres dessinés autour du texte, très élaborés et surmontés de figures religieuses, mais les plus anciennes n'ont que le texte et les signatures de la religieuse, de l'abbesse et de l'évêque. On dit d'elles qu'il s'agit d'un « document, de droit canonique bien que privé, qui [...] doit être ratifié avec ces trois signatures », et que « les plus anciennes se bornent au texte de la promesse, elles ne sont rien d'autre qu'un document » (Camacho Martínez, p.724). « Rien d'autre qu'un document » traduit un certain manque de consolation, un sentiment de perte car on ne peut pas profiter de l'art qui, dans d'autres exemples, a été (seulement) utilisé parce qu'était grande la valeur de ce qui méritait un tel travail décoratif : la preuve, le témoignage pour la postérité, c'est-à-dire le document – l'essentiel, au bout du compte... De même dans la terminologie technique, dans ce cas juridique, il y a des « documents » qui sont plus importants que d'autres : ceux qui modifient une situation, les « écritures », sont, permettez-moi de le dire comme cela, « plus documents » que les « procès-verbaux », lesquels ne font que témoigner d'une chose qui a été exposée ou transmise par les parties et enregistrée par ceux qui en ont le droit.

Dans l'écriture il y a une performance notariale plus complète [...] le notaire agit en tant que conseiller impartial auprès des parties, en plus d'externaliser son rôle d'authentification. Dans le procès-verbal, à son tour, il y a une simple activité d'authentification du notaire. L'écriture vise à créer, modifier ou éteindre des droits ; le procès-

verbal se caractérise par son aspect conservateur. [...] Dans les écritures le notaire rédige et dans le procès-verbal il raconte (Brandelli, p. 56).

Une conséquence d'un tel critère est la définition légale des textes qui doivent être conservés et pour quelle durée. Une autre est l'utilité pour l'historien de connaître les caractéristiques de chaque type d'acte, et de créer des typologies selon des critères diversifiés, comme l'illustre le pionnier des études notariales, Jean-Paul Poisson. Parmi d'autres possibilités, sa proposition : actes de crédit [prêts et certains contrats d'intérêts et de cens] ; actes économiques sans crédit [ventes, baux, dots et donations, apprentissage de métier] ; écritures de droit de la famille [testaments, inventaires, dots de mariage] ; la complexité des actes ; l'urgence et le moment d'élaboration ; lieu de résidence des parties ; durée de permanence d'un bien en possession de ses propriétaires successifs ; condition sociale des participants (Poisson, p. 293-303). Cette méthodologie a déjà permis à ce chercheur de conclure que le principal type d'activité des études notariales parisiennes dans une longue période de l'Ancien Régime se situait dans le domaine du crédit et du financement avec de l'argent, et non, comme on le supposait, dans celui du droit de la famille et en particulier en matière testamentaire et successorale.

Pour conclure ce point, il convient de noter une particularité de la documentation notariale: son langage technique, développé sous des formulaires très spécifiques à chaque territoire et à chaque type de document, dont l'explication verbale revient au notaire mais dont la pleine compréhension par les parties semble faible.

Ce jargon présente selon ses usagers un avantage majeur : compréhensible par tous les notaires, de tout temps, il permet aux actes de franchir les années sans perdre en exactitude. [...] Les notaires] estiment correctement remplir l'obligation de traduire ce langage ésotérique, inaccessible au commun des mortels, lorsqu'ils en font l'exégèse

au fil de la lecture d'un acte (Charette; Boulard, p.104)

Modes de validation

Le langage spécifique et les formules dans lesquelles il est élaboré sont, précisément, une garantie de sécurité juridique et d'authenticité d'un écrit fait par un spécialiste doté de l'accréditation publique et titulaire d'une charte royale de la fonction qu'il a juré d'exercer. L'une des dernières parties s'appelle désormais « validation » ; aux XIII^e et XIV^e siècles au Portugal elle était composée de « robore, témoins, écrivain, sceau, signe. La robore, pas toujours présente, [...]est constituée d'une phrase où se trouve le verbe « roborer » (Almeida, p.22), qui signifie « renforcer », utilisé au nom des parties juste avant les signatures. Au fil du temps et jusqu'aux réformes législatives portugaise et brésilienne qui, au XIX^e siècle, ont révoqué les Ordonnances Philippines (publiées au début du XVII^e siècle), l'expression a disparu (aujourd'hui, seul le terme « corroborer » existe) ; en outre, deux autres éléments de validation, le sceau et le signe, se sont fusionnés. Le « signe public » est une marque individuelle différenciée, dessinée par le notaire à la fin de la copie d'un document, juste avant de le signer, et qui lui confère authenticité et solennité ; il doit être autorisé par le Roi et enregistré en lieu approprié (le verso de la lettre d'office, ou un livre pour ces signes à la chancellerie royale ou à la mairie). Le « signe plat » est le nom donné à la signature du notaire en toutes lettres, plus simple que lorsqu'elle est encadrée par les traits dits « gardes » et plus complète que le simple paraphe (de son nom de famille principal). Souvent, les deux signes sont présents dans le même document (l'expression, à elle seule, est encore bien connue au Brésil aujourd'hui).

Ainsi, les formes d'authentification d'un acte notarié et de ses contenus, au moins du XV^e au XIX^e siècle et dans le monde

portugais, sont à la fois la personne concrète du greffier, l'accréditation publique conférée par lui, les témoins (au moins deux), et, dans les originaux, les signatures de ceux-ci, de celui-là et des contractants. Ce n'est donc pas un hasard si, à la base de la « fermeté » (« *firmeza* » ou « *firmidão* ») d'un texte, on trouve les marques personnelles et uniques de ses intervenants, appelées « *firmas* » dans les langues espagnole et italienne et « signatures » ou « *assinaturas* » (dérivées de « *signum* », signe ou signal) en français et en portugais – justement les quatre langues du notariat latin... Ce n'est que dans les copies qu'il appartient aux signes propres de chaque écrivain de remplacer avec une force et une validité égales les signatures des parties et des témoins. Les formulaires en vigueur au XVIIe siècle le démontrent bien : il est dit au début que « en présence de moi public et notaire greffier et des témoins à la fin nommés et signés, les parties contractantes sont comparues », dûment identifiées; à la fin, celles-ci « dans la foi et le témoignage de la vérité l'ont accordé ainsi et ont ordonné que cet acte soit fait dans cette note pour en donner les copies certifiées qu'il faut accomplir et soient nécessaires ». Pour cette raison, dans les dernières lignes il est déclaré: « de tout [ce qui s'est passé] j'ai fait le présent acte, que [tous] ont accepté, et moi, greffier, en tant que personne publique acceptante et stipulante, j'ai tout accepté et stipulé par les parties présentes et absentes qui puissent y être concernées; et ont été présents à tout, les témoins » qui sont immédiatement nommés et qui signent à la fin.

[Jusqu'au XIIIe siècle, la foi publique, l'accréditation publique, était basée sur la conjugaison de l'écriture personnelle et la signature de l'écrivain, d'une part, avec la référence aux témoins; désormais, sa base est devenue la « capacité du notaire de légitimer et d'authentifier ». Mais la certification notariale ne suffisait pas. Le document devait également être rédigé en forme publique, ce qui explique le suivi de certaines formules. [...] Le signe individualisé était le signal que le Monarque octroyait, avec le titre royal, au

nouvel écrivain pour valider avec lui les actions stipulées en sa présence [...] Comme la désignation correspondait au Monarque, l'écrivain ne pouvait modifier le signe octroyé sans l'autorité royale expresse [...]. Ces signes, en plus de rendre difficile la possible falsification du document, remplissaient l'objectif de pouvoir être reconnus par les analphabètes [...]. Le signe notarial primitif était généralement une croix, le signe du christianisme, et entre ses bras se trouvaient quatre points, trois devant être placés par le greffier et le quatrième par le déclarant. [Plus tard, il y a eu une grande variété de dessins.] (Mendoza Garcia, p. 301, 304, 305)

Après avoir remis les documents aux contractants, ce n'est qu'avec l'autorisation royale qu'une copie de plus peut être faite : on tente ainsi d'empêcher qu'un greffier malhonnête et suborné par l'une des parties modifie quelque chose sur un seul exemplaire. De nombreux renforcements de la sécurité juridique d'un acte public sont prévus par la loi : l'exigence pour le notaire de connaître les parties ou les témoins ; la non-acceptation d'un contrat qui, au lieu d'être régi par le Droit écrit, soit basé sur la parole donnée ou sur le serment et la bonne foi entre les parties (ce qui semble viser avant tout les donations promises de biens à l'Église) ; l'obligation pour les notes d'être rédigées, et sans effacement non marqué, non pas sur des feuilles individuelles, mais dans des livres séquentiels et légalisés, c'est-à-dire ayant chacun des termes d'ouverture et de fin et toutes les pages numérotées et paraphées ; l'archivage convenable des livres, pour toujours, et leur inspection par les *Corregedores* ; l'importance d'être fait par des écrivains et non par des écrivains, clercs ou d'autres personnes, l'examen des instruments présentés par chaque partie pour la construction de l'acte final, « concert » (vérification) pour lequel il peut être nécessaire de faire appel à un notaire de plus ; la déclaration de nullité d'un acte sans témoins ou qui n'a pas été lu à haute voix et expliqué ; l'interdiction véhémente pour le notaire de signer ou d'apposer son signe avant

que les parties et les témoins ne manifestent leur accord avec tout le contenu de l'acte. Les sanctions pour le notaire qui ne respecte pas ces règles sont variables mais toujours lourdes : remboursement de la valeur de l'acte, paiement des dommages en résultants, expulsion du métier, interdiction d'exercer toute autre fonction publique. Les situations les plus graves sont la falsification délibérée d'un sceau authentique ou d'un acte: pour elles, la peine de mort se maintient à travers les siècles, et sans possibilité de pardon royal (Ord. Man., L^oV, Tit.VII et VIII ; Ord. Fil., L^oV, Tit.LII et LIII) ; cela remonte au roi D. Dinis, qui au XIII^e siècle l'a déterminé ainsi pour ces cas et pour quiconque donne ou incite à donner un faux témoignage, et qui au XIV^e siècle n'a « allégé » la punition (la commuant en amputation des pieds, des mains et des yeux) que pour ces derniers (Ord. de D. Duarte, p.176). Très grande, plus grande que tout, est la valeur juridique, sociale et personnelle de la « foi publique » inhérente à l'office de notaire; par conséquent, la violation de cette énorme confiance et de cette sécurité ne peut être punie que par le plus grand châtement qui existe : la mort.

Quelques réflexions

Le pouvoir de déclarer quelque chose comme vraie ou valide dépasse les limites physiques d'un texte, de sorte qu'un écrivain fait foi même aussi de ce qu'il a vu et entendu dire, uniquement en tant que résident d'un certain lieu, sans aucune preuve, sans avoir rien lu car qu'il n'y a pas de document à lire : « Je certifie et fais foi [...] qu'il est vrai que j'ai parfois vu plaider et requérir dans [...] des audiences [...] F..., de qui on disait qu'il avait obtenu son diplôme et avait reçu une formation de lettré pour pouvoir plaider dans les auditoriums » (*Album de Paleografia*, p.242, doc. de 1641/mai/8; orthographe actuelle). Sa conscience de garant de la vérité peut l'amener à vouloir témoigner et authentifier, spontanément, une réalité exceptionnelle qu'il voit et enregistre pour l'Histoire.

Il y a des écrivains qui, au début de chaque année de protocoles [actes notariés], enregistrent un résumé des succès les plus importants qui se sont produits dans leurs bourgs.[...] Ils se considèrent eux-mêmes responsables de faire arriver aux « siècles à venir » le récit de ce qui s'est passé sous leurs yeux et, aussi, de léguer à ces siècles leurs opinions et idées particulières sur certains événements historiques. (García Naranjo, p.241-242)

Le notaire en tant que personne est influencé, dans la façon dont lui-même et la société le voient, par son ministère de validateur. Ainsi, ses affirmations et ses attitudes ne sont pas seulement reflétées dans ses écritures : elles influencent et façonnent les décisions des autres et modifient son propre statut personnel. Par analogie, si l'on utilise la terminologie de Jean Meyriat, qui a tant réfléchi sur les manières d'appréhender la communication documentaire, on peut dire de manière grossière que, outre le fait que les actes notariés coïncident avec les statuts du « document par intention », une chose produite à dessein pour être une information, et du « document par attribution », une chose perçue par son utilisateur comme fournisseur d'information, alors que ce n'était pas le but initial (Couzinet, p.21), l'auteur lui-même a une valeur documentaire par attribution.

Dans le notariat latin le notaire est toujours censé être l'auteur des actes, ce qui donne à ceux-ci le caractère public de preuve, [...] et il peut refuser de les faire si ce qu'on lui demande est contraire à la loi. [...] Le notaire, on le sait déjà, n'est pas un élément neutre dans la construction d'un acte, d'une validation juridique de la volonté de son client. Ses conseils sont essentiels pour la réussite. [...] Chez les notaires latins de l'Ancien Régime, les questions éthiques étaient indissociables soit de leur profession soit de leur fonction sociale : conseiller, autoriser, garantir la vérité, et influencer (Lalanda 2011, p. 520, 526 et 528).

Cela est prouvé quand on étudie un grand nombre d'écritures; cependant, très peu d'historiens qui travaillent avec cette source y réfléchissent sous cet angle.

L'histoire notariale [...] cherche à comprendre dans toute leur complexité les rapports qui se nouent autour et dans l'acte notarié entre toutes les parties prenantes : non plus seulement les parties contractantes, mais encore le notaire, éventuellement le(s) clerc(s) de ce dernier, et, enfin, les témoins, instrumentaires ou non. [...] Cependant, le dénominateur commun [...] de la production historique fondée sur l'exploitation d'actes notariés est l'occultation du notaire. Jamais [...] sa médiation n'est prise en compte (Laffont, p. 27 et 18).

L'option d'un constituant ou d'un contractant pour un notaire spécifique, pas toujours le plus proche en termes géographiques (Lalanda, 2002, p. 215-216), existe légalement et est largement mise en pratique; on peut déduire à sa racine certaines caractéristiques observées par la partie chez ce notaire, en mettant l'accent sur la confiance en sa discrétion (prouvée par plusieurs actes déjà faits pour cette personne ou pour ses proches, dans la même génération ou dans une tradition familiale séquentielle) et pour l'appréciation de ses connaissances et de son « *modus faciendi* », garanties de sécurité juridique et de pleine exécution de la volonté de la partie. C'est pourquoi il nous est vraiment nécessaire de regarder plus loin.

[Poisson, notaire et historien, sait] voir, à travers les formules conventionnelles, ou les absences de formules plus difficiles à déceler, les intentions véritables du rédacteur. « L'acte n'est que l'enveloppe extérieure, voire apparente de la réalité » [selon lui] (Biraben, p.780)

Cette réflexion va remettre en question la présupposition tacite selon laquelle un acte notarié est un enregistrement descriptif et neutre de la réalité. Un acte appartient aux sources nettement qualifiées comme « documents historiques », produites dans des circonstances temporelles et spatiales bien définies et, dans ce cas, avec des objectifs concrets : valider une situation et servir de preuve pérenne ; nous espérons seulement qu'elle sera utilisée uniquement et exactement comme telle. Le commentaire des textes historiques suit généralement quatre paramètres qui peuvent définir des dimensions du concept de « document » : l'importance du contexte, la fonction du contenu, l'identification, la valeur attribuable (Couzinet, p. 23). Or il est essentiel que les actes soient également analysés sous l'angle de la manière dont la communication (expresse ou cachée) s'y déroule, dans les choix linguistiques et juridiques faits par le notaire (parmi les différents possibles et présents dans d'autres actes dont il est l'auteur) ainsi que dans les relations (familiales, vicinales, de proximité affective ou géographique, de subordination) entre les parties et avec lui, cherchant également à dévoiler les véritables objectifs de la réalisation de chaque contrat et de ses séquences.

Le document est porteur d'une relation. La production et la réception du document ne suffisent pas à épuiser tous les ressorts de la notion. Il s'agit aussi de prendre en compte les mouvements entre les acteurs qui manipulent l'objet (producteur, récepteur, intermédiaire médiateur), la matière de l'objet (support, matérialisation, virtualisation) et son contenu (le message, le signe véhiculé) (Frayse, p.68).

Un acte est, par définition, quelque chose qui confère authenticité légale à une volonté et qui transforme en un document public ce qui ne relèverait que du privé; cependant, il n'est pas exempté de l'analyse critique que les historiens ont à faire de toutes les sources qu'ils étudient.

Des questions critiques assiègent l'acte notarié d'un quintuple problème : [a)] représentativité, [b)] véracité, [c)] objectivité, [d)] adéquation, [e)] suffisance. [a):] [Parmi d'autres:] savoir qui va chez le notaire et pourquoi, prendre conscience du caractère social différentiel de chaque type d'écriture [et] des éventuelles lacunes dans la documentation. [b):] Non seulement le document fiscal, mais aussi le notarié, peut falsifier les données. [c):] Le notaire intervient comme filtre entre la réalité et la représentation dans la source : il est non seulement un témoin, mais aussi l'auteur. [d):] L'historien ne peut pas demander à l'acte notarié ce qu'il ne peut pas donner ; il ne doit pas [se passer] des circonstances dans lesquelles il a été rédigé. [e):] Il y a des champs où le document notarial est unique, des champs où il est nécessaire, mais nécessairement à compléter, et des champs où il est nécessairement incomplet. (Eiras Roel, p. 28-29, avec suppressions)

Dans le cas des écritures anciennes, le regard de l'Histoire, déjà très attentif et multiforme, ne peut que bénéficier de la complémentarité qu'il trouve dans d'autres regards, spécialement ceux du Droit, de la Sociologie et de la Communication.

Le document peut être considéré comme un dispositif communicationnel et la partition par « intention » ou par « attribution » est toujours d'actualité. La manière dont l'histoire l'appréhende conforte l'approche développée par les SIC. Dans ce contexte, il peut être analysé comme matériau de recherche. Il est possible également de l'appréhender d'une autre manière et de le construire en objet de recherche pour le définir comme concept. Sous le travail de l'historien transparaissent des dimensions encore à approfondir et probablement à enrichir par des travaux à partir d'autres disciplines, mais dès à présent se dessinent des dimensions et des indicateurs transposables en SIC. Cependant, si la

question posée par l'histoire est: « qu'apporte le document pour la construire ? », celle des SIC est: « comment permet-il la mise en commun des connaissances ? ». C'est ce rôle complexe dans la transmission des connaissances qui est à interroger (Couzinet, p. 29).

L'acte notarié du XVe au XIXe siècle est un exemple très complet d'une construction sociale, non pas d'une source d'information à l'état naturel ou d'une application inerte de la législation ou, encore moins, du concept positiviste de « document » où on lirait la vérité neutre. Cette construction résulte de la combinaison séquentielle de nombreux actes de volonté et de choix, d'analyse, de concertation d'intérêts et de stratégies, à savoir:

1 - décision personnelle d'accomplir un acte (donation, achat, vente, bail, location, prêt, affranchissement, testament, dot, ...), de lui donner forme et validité juridiques, pour une garantie totale présente et future, et de choisir le spécialiste habilité qui l'effectuera ;

2 - négociation entre particuliers, dans le cas de contrats, avant de contacter le notaire

3 - dialogue entre les parties et avec le notaire, en exposant les objectifs, en donnant des conseils juridiques et en discutant des stratégies et des résultats, où l'interprétation par le notaire de leurs volontés et le choix subséquent de la figure juridique la plus appropriée de l'acte sont cruciaux ;

4 - analyse, par le greffier, de documents antérieurs, le cas échéant, afin de bien connaître la situation concrète et de rédiger le texte final de manière à ce qu'il réponde à toutes les exigences de légalité, de validité et de sécurité ;

5 - composition par les scribes et révision par le notaire (autant de fois que nécessaire jusqu'à ce que l'accord de tous les intervenants soit obtenu) de la structure finale, dans le plein respect de la volonté des parties, de la législation, de la forme technique, des documents judiciaires (tels que les sentences) ou quasi-

judiciaires (tels que les procurations ou les contrats) présentés ou même copiés dans le nouvel acte ;

6 - lecture à haute voix, explication des termes et de la portée des actions, manifestation publique d'accord ou de volonté de modifier la minute (brouillon), dans une intermédiation du notaire entre les connaissances hermétiques et techniques et une population commune ;

7 - validation formelle, par signature présente, par chacun des individus participants : seule cette action conjointe et par tous sans exception confère la validité au document original, malgré la grande importance de chaque élément lorsqu'il est considéré séparément.

Conclusion

La présence de l'écrivain, sa compétence légale pour faire l'acte, l'existence de témoins, la signature de chaque contractant, celle de chaque témoin, celle du notaire, le signe spécifique du tabellion dans les copies certifiées d'originaux dûment signés, la « foi publique » qui consiste en la présomption automatique d'authenticité dans tout ce qu'un écrivain déclare vrai : voici les marques qui, de manière solidaire et non individuelle, valident un acte notarié de tradition latine du XIII^e au XIX^e siècle.

Notes

(1) Les traductions des dénominations en Latin de ces trois types d'officiers sont toujours en vigueur en Portugais (notário, tabelião, escrevão), Espagnol Castillan (notario, tabeliano, escribano) et Italien (notaio, tabellione, scrivano). Il semble qu'en Français, à présent, « notaire » et « greffier » ont pris les devants sur « écrivain », « tabellion », « secrétaire » (auprès de la mairie) et qu'on n'utilise plus ces mots pour celui qui valide les greffes; toutefois, dans ce texte « écrivain (public) » et « tabellion » maintiennent leur sens historique: ils équivalent à « notaire » et « greffier », l'officier public qui garantit l'authenticité des actes notariés où il participe.

(2) La « foi publique » ne subsiste dans la langue française de nos jours que dans l'expression « faire foi »; cette validation, porteuse de confiance et de crédit, est actuellement appelée « accréditation ».

(3) Pour l'actualité en France un tout petit résumé, « Preuve par écrit: l'acte authentique », a été écrit en 2020 par Olivier Merle sur le site des notaires français : <https://notaires21.fr/?s=Preuve+par+%C3%A9crit+%3A+1%E2%80%99acte+authentique>.

(4) Techniquement, un « instrument » est un des textes sur lesquels l'acte notarié (final) est basé.

(5) Le texte original a été écrit en Portugais, où le verbe « lavar » a les significations, parmi d'autres, soit de « labourer la terre », « tailler un joyau », « graver ou inscrire », soit de « écrire des documents solennels, c'est à-dire authentiques et avec les formalités légales ». En Français, même si des verbes différents sont utilisés plus fréquemment que lui pour des actions proches, le verbe « dresser », lui aussi polysémique, s'applique soit pour faire un contrat, un procès-verbal, un acte de décès ou d'autre certification, soit pour préparer, développer ou améliorer une construction en pierre, en bois ou même en habitudes (animales ou humaines). Cf. Domingos de Azevedo, Grande Dicionário Português / Francês, 6^a ed, et idem, Grande Dicionário Francês / Português, 7^a ed.; +Amadora: Bertrand, 1980.

Références

DIAS, J. J. A.; MARQUES, A. H. O; RODRIGUES, T. F. **Álbum de Paleografia**. Lisboa: Estampa, 1987.

ALMEIDA, M. L. A Estrutura textual de documentos notariais na Idade Média. In: PAIVA, M. H. **Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa**: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2004, p. 9-27.

BIRABEN, J.-N. Compte-rendu à POISSON, J.-P., Essais de Notariologie. In: **Population**, v. 57, n. 4-5, 2002, p.780-781.

BRANDELLI, L. Atas notariais. *In*: BRANDELLI (coord.). **Ata notarial**. Porto Alegre: Instituto de Registro Notarial do Brasil, 2004, p.39-73.

CAMACHO MARTÍNEZ, R. Las cartas de profesión del Convento del Císter de Málaga: un documento entre la devoción, el derecho y el arte. *In*: JAVIER CAMPOS, F.; SEVILLA, F. (coord.). **Actas del Simposium “La clausura femenina en España”**, Madrid: Ed. Escorialenses, v. II, 2004, p.717-740.

CHARRETTE, L.; BOULARD, D. **Les notaires**. Enquête sur la profession la plus puissante de France. [Paris:] Robert Laffont, 2010.

COELHO, M. H. Os Tabeliães em Portugal: perfil profissional e sócio-económico (séculos XIV-XV). **Historia, Instituciones, Documentos**, Sevilla, n. 23, p. 173-212, 1996.

COUZINET, V. Le document: leçon d'histoire, leçon de méthode. **Communication et langages**, n. 140, p.19-29, 2. trimestre 2004.

EIRAS ROEL, A. La Metodología de la investigación histórica sobre documentación notarial: para un estado de la cuestión. Introducción general. *In*: **La Documentación Notarial y la Historia. Actas del II Coloquio de Metodología Historica Aplicada**, v. I, Santiago de Compostela: Junta de Decanos de los Colegios Notariales de España/Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, 1984. p. 13-30.

FRAYSSE, P. Document. *In*: GARDIÈS, C. (dir.). **Approche de l'information-documentation**: Concepts fondateurs. Toulouse: Cépaduès, 2011. p. 36-73.

GADOW, M. R. Breve estudio sobre los Escribanos Públicos Malagueños a comienzos del siglo XVIII. **Baetica**: Estudios de arte, geografía e historia, Málaga, n. 5, p.195-204, 1982.

GARCÍA NARANJO, R. M. Te doy mis ojos: la Palma del seiscientos a través de los relatos del escriba no Nicolás Francisco González.

Haïresis: Revista de investigación histórica, Palma del Río, n. 1, p.237-245, 2013.

LAFFONT, J. L. Introduction. *In*: LAFFONT, J. L. (dir.). Problèmes et méthodes d'analyse historique de l'activité notariale (XVe-XIXe siècles). **Actes du colloque de Toulouse.** Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1991, p.17-28.

LALANDA, M. S. N., Questions d'éthique chez les notaires dans l'Ancien Régime. *In*: BENOÎT, D. L'éthique en communication. **Actes du colloque international «Éthique et métaéthique dans les professions de l'Information et de la Communication».** Presses Universitaires Européennes, 2011, p.519-531.

LALANDA, M. S. N. **A Sociedade Micaelense no século XVII:** estruturas e comportamentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

LEONHARDT, L. A Função do Tabelião na Prevenção de Litígios. **Colégio Registral do Rio Grande do Sul.** 02 jan. 2003.

MARCHANT RIVERA, A. Aspectos sociales, prácticas y funciones de los escribanos públicos castellanos del Siglo de Oro. *In*: VILLALBA PÉREZ, E.; TORNÉ, E. (ed.). **El nervio de la república:** el oficio de escribano en el Siglo de Oro. Madrid: Calambur, 2010, p. 201-221.

MENDOZA GARCIA, E. En testimonio de verdade: los signos de los escribanos públicos. **Baetica:** Estudios de Arte, Geografía e Historia, n. 35, 2013, p. 299-312.

MEYER, J. L'apport notarial à l'histoire sociale de l'époque moderne en Europe. *In*: La Documentación Notarial y la Historia. **Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada**, v. I, Santiago de Compostela: Junta de Decanos de los Colegios Notariales de España/Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, 1984, p. 33-73.

MOREAU, A. Les notaires, le droit et société: la période 1789-1989. **Les Cahiers de Droit**, v. 42, n. 3, 2001, p. 461-476.

ORDEM DOS NOTÁRIOS PORTUGUESES. **Ordenações Afonsinas**. Ed. fac-simile. 5 v. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998-1999.

ORDEM DOS NOTÁRIOS PORTUGUESES. **Ordenações de D. Duarte**. Ed. fac-simile. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ORDEM DOS NOTÁRIOS PORTUGUESES. **Ordenações Manuelinas**. Ed. fac-simile. 5 v. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

ORDEM DOS NOTÁRIOS PORTUGUESES. **Ordenações Filipinas**. Ed. fac-simile. 5 v. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

POISSON, J.-P. Essai sur quelques modes de classement des actes notariés. Un exemple en 1899. *In*: LAFFONT, J. L. (dir.). Problèmes et méthodes d'analyse historique de l'activité notariale (XVe-XIXe siècles). **Actes du colloque de Toulouse**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, p. 293-322, 1991.

PORTUGAL. **Código do Notariado**. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

SYLVESTRE, G. Les notaires, de l'antiquité à nos jours. **Les Cahiers de Droit**, v. 1, n. 2, 1955, p.183-200.

LE SCHÉMA ET LES FORMES SYMBOLIQUES : UNE « ARCHEOLOGIE PHILOSOPHIQUE » DU SCHÉMA DANS LA PENSÉE BIBLIOLOGIQUE ¹²

Gustavo Silva Saldanha

Introduction

L'objectif de cette recherche est de relever les indices d'une sorte d' « archéologie philosophique du schéma », dans ce qui s'impose aujourd'hui comme philosophie de l'information. D'emblée, la critique de la lignée traditionnelle de cette philosophie, radicale au sens de technocratie numérique ou de cognitivisme « original », s'inscrit ici dans une part importante de son argumentation. Ce que nous traitons comme philosophie de l'information peut, dans le cadre du déploiement de la pensée frohmannienne (Frohmann, 2004), être abordé par la philosophie du document ou, même, par la philosophie des enregistrements des connaissances, ou, tout simplement, par la philosophie du livre, pour respecter le discours du XVIII^e siècle de Stéphane Mallarmé

¹² Originalmente publicado em: SALDANHA, G. O esquema e as formas simbólicas: uma 'arqueologia filosófica' do esquema no pensamento bibliológico. **Anais III Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI**. Salvador: Rede MUSSI, Universidade Federal da Bahia, 2014.

Republicado em: SALDANHA, G. O esquema e as formas simbólicas: uma "arqueologia filosófica" do esquema no pensamento bibliológico. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 203, out-dez, 2015.

Agradecemos aos editores da revista Tempo Brasileiro pela autorização para a republicação.

Tradução do autor.

Revisão de Viviane Couzinet.

(2010). L'accent est mis sur la compréhension d'une manière de penser les pratiques et les résultats des pratiques de production, de préservation, d'organisation, de diffusion et d'appropriation d'artefacts qui fusionnent les idées de connaissance et de ses enregistrements. Cette focalisation dialogue objectivement avec la tradition néodocumentaliste des vingt dernières années, structurée dans la « relecture » de la pensée de Paul Otlet et directement influencée par les notions de matérialité, d'institutionnalité et de culture.

La réflexion s'inscrit dans deux orientations complémentaires des projets en cours : a) une approche du et pour le langage comme présumé à la réflexion philosophique des études de l'information ; b) une sorte de ce que nous appelons « géographie conceptuelle », c'est-à-dire l'étude des relations entre les sujets et la matérialité des continents et des contenus documentaires, ainsi que la dynamique interne et externe des formations et des mouvements de concepts dans les soubassements de production de connaissances de chaque « communauté intercognitive » – dans notre cas, l'épistémologie de la Science de l'Information (SI) et sa communauté. Un axe central coexiste entre ces deux directions : une « épistémologie historique » conférée par l'approche par le langage et une « géoconceptualité » conférée par sa condition socio-culturelle ouverte.

La méthode est le résultat des processus d'appropriation de la méthodologie philosophique de la pensée wittgensteinienne (Wittgenstein, 1979; 1992a; 1992b). Autrement dit, il s'agit de réfléchir à la construction de « langages primitifs » des domaines scientifiques ou simplement de communautés de savoirs et de leurs langages spécialisés. Dans un premier temps, le langage est considéré comme un mode de production et d'expression des « familiarités » de chaque groupe d'individus inter cognitifs, que ce groupe soit académique ou non. Dans un deuxième temps, il s'agira de ce que nous chercherons à déterminer comme une sorte de « géographie conceptuelle » : l'art bibliographique de comprendre

les mouvements conceptuels d'un domaine épistémologique, ses « sphères » (positions hiérarchiques dans le temps et l'espace), ses « dynamiques » (déplacements et stagnations) et ses « séismes » (propagations de son hypocentre vers ses épicentres). Les sphères sont les zones où s'enrichissent et se dispersent les fragments conceptuels, ici ou là, appropriés et élaborés comme concepts. Ils peuvent être interprétés en fonction de leur position dans les livres, revues scientifiques, lettres et autres enregistrements des savoirs de chaque communauté.

Les séismes sont responsables de vibrations soudaines et passagères qui nécessitent l'analyse des hypo et des épicentres. Les hypocentres, ou foyers sismiques, ou régions abyssales intérieures d'où commencent les ruptures de libération d'énergie, représentent les enregistrements et/ou les concepts qui inaugurent le principe des mutations épistémiques dans le domaine. À leur tour, les épicentres, ou points à la surface de la « terre épistémique » qui recevaient et distribuaient les énergies, représentent le lieu de dissipation et de reproduction des élaborations conceptuelles tissées en interne.

Le domaine de ce que nous appelons « l'épistémologie historique » (qui rassemble la réflexion épistémologique à partir et sur le langage et l'étude de la « géographie conceptuelle ») répond donc également à une exploration de méthodes et d'approches du champ informationnel. Dans le cas présent, il s'agit d'identifier dans la Bibliographie et dans son rôle socio-épistémique, des éléments méthodologiques de compréhension de la réalité sociale. La notion de « schéma » et ses fragments sont ici au centre de notre attention. Notre principal intérêt est de délimiter les hypocentres de ce concept, pour comprendre son développement futur dans la construction de la « troisième voie bibliologique » dans la génération de Robert Estivals, en France, au milieu du siècle dernier.

Une introduction au concept de « schéma » : de Kant aux formes symboliques cassiriennes

Le schéma peut être considéré comme l'un des éléments abyssaux de la pensée informationnelle. Il est présent comme processus cognitif et manifestation socioculturelle dans les pratiques de classification et dans leur présentation – les schémas de classification eux-mêmes. Chez Paul Otlet (1934, p. 222), la recherche du « langage schématique » est la direction finale pour l'ensemble du projet bibliologique : « L'art d'établir des schémas (la schématique) doit devenir une branche de la bibliologie : elle est, en tant que celle-ci la théorie de l'enregistrement et de l'exposé méthodique des connaissances scientifiques ». Cette recherche intègre directement le développement d'une épistémologie de la science de l'information : la réflexion du domaine, si elle est reconnue dans certains discours (partiels) qui soulignent sa recherche de compréhension de la production de connaissances scientifiques à tous les niveaux, retrouve objectivement l'idée otlétienne de schéma. Nous cherchons à montrer comment le schéma est un fragment conceptuel dans différents contextes, temps, espaces et mode d'appropriation de la pensée informationnelle.

En philosophie, Kant s'est chargé d'aborder conceptuellement, dans un premier temps, l'idée de schéma. Au début, sa signification répondait à la forme ou à la figure. Dans la pensée kantienne, il représente un élément intermédiaire entre les catégories et les données sensibles. Sa fonction serait d'éliminer l'hétérogénéité des deux éléments de synthèse, qu'ils soient généraux comme la catégorie ou temporels comme le contenu de l'expérience. Ce schéma, compris chez Kant comme un « schéma transcendantal », permet à l'imagination de créer l'image d'un concept (discours de la *Critique de la raison pure*). En général, les schémas ne sont rien d'autre que des déterminations du temps et constituent des phénomènes ou des concepts sensibles d'objets dans une catégorie déterminée (Abbagnano, 2007, p. 416). À son

tour, le « schématisme » kantien représente le comportement intellectuel d'analyse par des schémas.

Pour Japiassu et Marcondes (2006, p. 93), le schéma représente, dans la théorie de la connaissance de Kant, l'élément qui permet d'appliquer des concepts purs de compréhension (les catégories) à l'expérience, il est donc un élément médiateur entre compréhension et sensibilité. Cette représentation médiatrice est le schéma transcendantal. C'est un produit de l'imagination, même si ce n'est pas une image. Autrement dit,

les concepts purs de l'entendement, chez Kant, sont hétérogènes, des intuitions et plus encore des intuitions sensibles. Mais ces concepts doivent s'appliquer, d'une certaine manière, aux phénomènes pour que les jugements formulés à leur sujet aient un caractère universel et nécessaire (c'est-à-dire contiennent un élément *a priori* sans lequel une science de la nature ne serait pas possible). Cela pose ce que Kant appelle le problème de la subsomption des intuitions dans des concepts purs. En bref, nous devons étudier comment les concepts purs de compréhension (catégories) peuvent être appliqués à l'expérience. Kant souligne qu'il doit y avoir un élément homogène, d'une part, d'apparence, pour que l'application du premier au second devienne possible. C'est un élément médiateur, une représentation médiatrice qui est, sous un aspect, intellectuelle et, sous un autre aspect, sensible. Cette représentation est le schéma transcendantal. (Ferrater Mora, 1978, p. 92, notre traduction)

On voit donc que, selon Kant, le schéma est un produit de l'imagination, mais non une image. C'est un concept qui répond à l'idée d'une procédure universelle d'imagination qui rend possible l'image finale du concept. À son tour, l'image est déjà un produit de la faculté empirique de l'imagination dite productive (Ferrater Mora, 1978).

Alors que « l'image est un produit de la faculté empirique de l'imagination reproductive », le « schéma des concepts sensibles, comme des figures dans l'espace, est un produit et, pour ainsi dire, un monogramme de la pure imagination *a priori* » à travers lequel on rend les images possibles. Des exemples de schémas sont : le schéma de grandeur (la quantité, en tant que concept de compréhension, est le nombre - en tant qu'unité due à l'engendrement du temps au cours de l'appréhension de l'intuition - ; le schéma de substance est la permanence du réel dans le temps ; le schéma de nécessité est l'existence permanente d'un objet ; le schéma de causalité est la succession temporelle du divers selon une règle) (Ferrater Mora, 1978, p. 92, notre traduction).

Chez le néo-kantien Cassirer (2011, p. 254), l'idée de schéma, issue de Kant, a un impact objectif sur la Philosophie. Le schéma (comme le « schéma de l'espace ») permet à la conscience de « conquérir la possibilité d'une nouvelle orientation, en obtenant une direction spécifique de vision mentale, à travers laquelle toutes les formes de réalité objective et objectivée sont transformées ». Ainsi, les « schémas transcendants », qui garantissent la relation entre compréhension et sensibilité, sont des déterminations temporelles *a priori* données au travers de règles. A travers des schémas, la notion d'ordre et le concept générique de temps, par exemple, sont définis. Il existe cependant une nette différence entre schéma et image, puisque l'image est le produit d'une faculté empirique d'imagination productive, tandis que le schéma de concepts sensoriels est un produit, voire un monogramme, de l'imagination pure *a priori*, par lequel et d'après lequel les images sont initialement possibles (p. 276).

« [...] un fondement commun à ces antinomies et apories semble être constitué par le fait que ni la métaphysique ni l'épistémologie n'ont observé les limites rigides démontrées et imposées par Kant dans sa distinction entre « image » et « schéma ».

Au lieu de relier les images sensorielles au « monogramme de l'imagination pure », elles ont succombé à plusieurs reprises à la tentation de vouloir « expliquer » l'imagination par des déterminations purement sensorielles. Ce qui rend cette tentation encore plus forte et plus menaçante, c'est le fait qu'elle est continuellement renouvelée *et* alimentée par un pouvoir fondamental et positif, le pouvoir de la langue ». (Cassirer, 2011, p. 277, notre traduction)

Nous nous intéressons particulièrement à la pensée cassirienne pour comprendre la relation entre les figurations possibles du « schéma transcendantal » et sa présence dans la pensée bibliologique en tant que « schéma cognitif » et « schéma symbolique », fondé sur le supposé « pouvoir du langage ». Cette approche vise à la fois à dépasser le point de vue transcendant kantien, et se rapproche, sans l'intégrer directement, de la position néo-kantienne d'Ernst Cassirer visant à comprendre la pensée schématique dans les études informationnelles.

Ernst Cassirer, dans sa *Philosophie des formes symboliques*, établit une manière distincte de comprendre l'homme, fondée sur le langage. Il reconsidère la relation entre mythe et philosophie, démontrant comment toutes les pratiques humaines sont le résultat d'une certaine « formation symbolique », immergée dans des « systèmes symboliques » qui déjà « prescrivent » des « méthodes et techniques » de construction des connaissances. Pour l'entreprise, sa *Philosophie des formes symboliques* est divisée en trois livres. Dans le premier, cherchant à établir son concept de « forme symbolique » il se concentre sur le langage (2001). Ce qui ressort ici est la tentative de vérifier, à la manière des philosophes du langage, la présence du concept central de cette pratique philosophique, le « langage » lui-même, dans l'élaboration de la pensée de chaque philosophe, à partir de l'idéalisme grec et jusqu'au développement de la linguistique au XIX^e siècle. Ce qui montre l'importance accordée par Cassirer (2001, p. 387) à la relation entre production de connaissances, symbolisme et langage.

Tissant les analyses pour la (re)construction d'une philosophie du mythe – principalement des relations perdues entre philosophie et mythe –, Cassirer (2011) avance vers une argumentation plus dense et plus directement épistémologique de sa pensée : dans le troisième volume de sa *Philosophie des formes symboliques*, il cherche, selon une « phénoménologie de la connaissance », à démontrer la validité de la connaissance symbolique et ses formes de constitution de la pensée elle-même. Ici, langage, mythe et art sont directement appelés « formes symboliques », desquelles dérivent les autres (formations et formes symboliques). La « philosophie des formes symboliques », consacrée à une critique de la théorie kantienne de la connaissance, ne regarde pas « exclusivement et au premier plan le domaine des concepts purement scientifiques et exacts du monde, mais toutes les directions de la compréhension du monde » (Cassirer, 2011, p. 29). Ce mouvement suggère ici un rapport direct avec une diversité conceptuelle et préconceptuelle (ré)élaborée en permanence dans le cadre d'une communauté académique.

Achevée en juillet 1929, la *Phénoménologie de la connaissance* de Cassirer (2011, p. 29) affirme que le point de vue philosophique dont il est question « cherche à saisir cette compréhension dans sa multiplicité de formes, dans sa totalité et dans la distinction interne de ses manifestations ». Pour lui, un tel « processus de compréhension du monde n'apparaît jamais comme une simple acceptation, comme une simple répétition d'une structure donnée de la réalité, mais il contient en soi une libre activité de l'intellect » (Cassirer, 2011, p. 29). La conception de l'approche de la philosophie des formes symboliques établit que la connaissance symbolique permet son propre sens pour l'appréhension du monde des objets. Connaître le caractère symbolique des choses, y compris des concepts, n'établit pas de conflit avec une quelconque validité objective pouvant être identifiée. Au contraire, selon la vision cassirienne, « elle constitue un facteur de cette même validité et de son fondement » (Cassirer, 2011, p. 44).

Résultat de la synthèse des trois volumes de la *Philosophie des formes symboliques*, le livre *Essai sur l'homme : introduction à une philosophie de la culture humaine*, est devenu une sorte d'index de la théorie cassirienne de la connaissance. Le philosophe allemand présente ici la maxime répétée selon laquelle l'homme est défini comme un animal *symbolicum* et non comme *rationale*. Ce point de vue renvoie à la critique épistémologique idéaliste et rationaliste, qui établit que l'homme ne vit pas seulement dans un monde physique, mais dans un monde substantiellement symbolique. Les hypothèses précédemment élaborées sont condensées dans l'*Essai*, comme c'est le cas pour la critique mythologique : « La rationalité est de fait un trait inhérent à toutes les activités humaines. La mythologie elle-même n'est pas une masse grossière de superstitions et d'illusions rustres. Elle n'est pas simplement chaotique, car elle a une forme systématique ou conceptuelle » (Cassirer, 1994, p. 49). L'idée que l'homme est, fondamentalement, une sorte d'être symbolique permet d'ouvrir les marges pour comprendre l'identification du schéma comme concept abyssal dans le domaine informationnel.

Le schéma dans la pensée bibliologique: extraction des racines philosophico-empiriques

L'art de l'écriture et celui du dessin ont des rapports étroits, par exemple : la miniature et l'ornementation médiévale (Otlet, 1934, p. 58)

Le concept de schéma, comme dit précédemment, occupe une place hypocentrique, et est lancé dans des épïcètres dans différents contextes du champ informationnel. Paul Otlet prévenait déjà, dans son *Traité* (1934, p. 79), de la nécessité d'établir un langage schématique commun, qui consisterait en la construction d'une expression schématique pour exposer toutes les idées ou consensus - le « schéma » -, également comme possibilité de découverte de quelque chose de nouveau dans un processus de

construction, que ce soit comme ajout ou même comme modification. La « schématique », représentant la théorie de l'enregistrement et de l'exposition méthodique des connaissances scientifiques, devrait ainsi devenir une branche de la bibliologie. Ce mouvement a une importance directe à la fois dans la constitution d'un espace de discussion scientifique (Estivals, 2005), et d'un espace de création artistique (Estivals, 2007).

Dans le sens de notre « géographie conceptuelle », on note comment se déroule le processus d'appropriation et de discussion autour du schéma dans le passage de Gabriel Peignot (une des premières bases du discours, sorte d'hypocentre à partir duquel se multiplient les déterminations sur le schéma), à une vaste appropriation, objectivement dispersée chez Paul Otlet, constitutive d'une large extension géo-humaine de la production de savoir depuis la génération de Robert Estivals, au milieu du XXe siècle et qui se poursuit de nos jours.

Estivals (1981, p. 122) part de Paul Otlet – dans ses mots oubliés depuis quelques décennies –, affirmant que sa pensée théorique était encore ouverte. D'une certaine manière, tandis qu'un domaine – dans le monde anglophone en grande partie – s'est concentré sur la notion d'information au sein de l'organisation des savoirs, le monde francophone a (ré)élaboré d'autres objets. Pour comprendre les circuits de l'écriture et des documents, Estivals (1981) utilise l'analyse marxiste ainsi qu'une perspective historique. Son objectif est de démontrer que les systèmes d'écriture et du document sont dialectiquement contradictoires et complémentaires. Au sein du Groupe de recherche français, Estivals (1981) distingue deux visions du monde : les bibliologues considèrent l'écriture comme un produit de l'expression de la subjectivité humaine, fondé sur un système de signes ou d'écrit. L'écriture se fait à travers différents processus et peut également être reproduite. Le document destiné aux bibliologues est, quant à lui, « tout message fixe, manuscrit, imprimé » (Estivals, 1981, p. 214).

Du point de vue de la Documentation et de l'Information, à laquelle participeront Jean Meyriat et Pierre Albert, « un document n'existe comme tel qu'à partir du moment où il trouve un utilisateur. Avant cela, ce n'est pas un document. Même un journal, en soi, n'est pas, aux yeux du documentaliste, un document. Son avènement en tant que document ne résulte que de l'utilisation effective qu'en fait un être humain (il l'a recherché, localisé, utilisé). (Estivals, 1981, p. 214)

Il y aurait donc une distinction entre Documentation et Bibliologie. La documentation travaillerait sur la relation entre consommation et usage. La bibliologie travaillerait avec la notion de création. Les discussions françaises, selon Estivals (1981, p. 214), ont conduit les bibliologues à se rallier à la vision documentaliste (Estivals, 1981, p. 125). Cette contradiction – Bibliologie et Documentologie – recèle, selon Estivals (1981), des conceptions distinctes dans le champ philosophique, pointant, l'une le domaine bibliologique, vers une vision essentialiste, l'autre la sphère documentologique, vers une vision nominaliste et pragmatique.

Dans le monde bibliologique, l'auteur écrit ses idées dans un texte manuscrit qui sera éventuellement reproduit. Les savoirs s'inscrivent au travers de signes écrits, sur un support. Le texte naît dans un but de communication à distance, complétant le discours verbal – qui se perd facilement – et retient en lui les idées à transmettre. La meilleure preuve est que, connaissant le même code social, celui qui le reçoit sera capable de le déchiffrer. On se souvient qu'il existe dès lors une série d'études allant de Humbolt à Roubakine (psychologie bibliologique) sur les processus de transmission et de déchiffrement. Une telle conception est essentialiste : la connaissance implicite dans le texte. P. Albert dira qu'il y est mémorisé. (Estivals, 1981, p. 125, notre traduction)

À son tour, du point de vue de la documentation, l'écriture peut être préservée dans des institutions spécifiques, telles que les bibliothèques et les musées. Cependant son existence n'est donnée que dans la relation avec un récepteur qui, au contact, en extrait des informations utiles. Il n'y a de connaissance qu'au moment de l'utilisation. Pour Estivals (1981, p. 126), « cette conception est assez nominaliste au sens de la critique médiévale des universalistes. Il n'y a de connaissance que pour soi-même ». Les deux approches mèneraient à deux philosophies distinctes : respectivement l'idéalisme et le pragmatisme.

Estivals (1981) différencie les circuits écrits et documentaires. L'écrit a une vie dans le cycle d'édition, correspondant à une industrie culturelle distincte, apparaissant dans les statistiques nationales comme une catégorie indépendante, comme l'industrie mécanique ou la sidérurgie. On retrouve ici, selon l'auteur, l'originalité d'œuvres comme celles de Bernard Miège et d'Armand Mattelart. Vient ensuite la projection de catégories économiques, telles que la conception, la production, la distribution et la consommation. « On observe donc la spécificité de l'écriture, où la notion de consommateur se transforme en celle de lecteur, qui ne détruit pas le produit acheté » (Estivals, 1981, p. 130).

Malgré les transformations liées aux services de documentation spécialisés, la philosophie du livre d'Estivals (1981) reconnaît que, même dans le monde informatisé, l'écrit – notamment dans les périodiques – reste prédominant comme information pour les entreprises. Il dérive des études bibliologiques d'Estivals (1981) une vision de la description schématique des connaissances, qui permettrait une dynamique plus large de ces services. Otlet (1934) et Briet (1951) avaient déjà envisagé ce que la vision estivalsienne appelle la « schématisation ».

La description schématique ou iconographique des documents élargit de plus en plus son champ d'action. Les catalogues collectifs commencent à intéresser des *aires géographiques* qui rejoignent

parfois les aires linguistiques. Certains ont atteint des proportions continentales. On peut prévoir qu'avec ou sans normalisation des notices, ou aura dans un temps qui ne sera pas très éloigné, la possibilité d'orienter internationalement les chercheurs de documents. Les annuaires internationaux et les guides spécialisés participent dès à présent à cette orientation mondiale. (Briet, 1951)

La schématisation est liée, chez Otlet (1934, p. 429), à la nécessité de condenser, d'abrégé et de simplifier les connaissances formulées par l'homme, pour les rendre assimilables. Comme le dirait Briet (1951) : « Un schéma devenu classique parmi les documentalistes a rendu sensible aux yeux et à l'esprit les trois plans sur lesquels se réalisent peu à peu le réseau international de la documentation ». La visualisation à travers le développement de moyens de représentation pédagogiques, principalement les moyens que le juriste belge appelle schématiques, représentent une partie de la méthode de construction de ces processus de facilitation de l'assimilation. L'avenir bibliologique – et celui de l'homme – dépendrait, selon la vision d'Otlet, d'une « illustration plus générale », à résoudre par le schéma.

Schéma : notes sur le schématisme dans la pensée de Paul Otlet

Le schéma dans la pensée de Paul Otlet (1934) apparaît sous différentes configurations. Il s'agit d'abord d'un « élément du livre », entendu comme synonyme de diagramme et conceptualisé comme une « reproduction abstraite » (p. 46). Deuxièmement, il est pris comme un élément graphique et, plus précisément, comme un « signe ». Considérant le livre comme une expression de la pensée à travers des signes, le schéma est un type de signe, au même titre que les notations alphabétiques, les signes conventionnels, les idéogrammes (p. 56). Otlet rapproche ici le

« signe schéma » du « tableau synoptique » et des « notations modernes de la Chimie ».

Une autre vision otlétienne est de relier le schéma au contexte dans le cadre de la recherche de notations universelles (langages artificiels à la fois dynamiques et flexibles, formels et pratiques). Avec la classification, ce schéma apporterait une contribution sans précédent à la science, comme c'est le cas avec les développements de la pensée d'Einstein. (p. 76). Le schéma est aussi présent, chez Paul Otlet (1934), dans le domaine de l'illustration du livre, c'est-à-dire dans les « images schématiques », semblable, dans la pensée de l'auteur, aux « motifs décoratifs ». (p. 76)

La pensée d'Otlet (1934) nous apporte des « images schématiques » : distinctes des images qui recherchent une « représentation réelle », comme les images physiques et concrètes, il y a celles qui apportent des « figures idéologiques », des images intellectuelles et abstraites. Il constate imperceptiblement le passage des premières images aux secondes (p. 78). Les images schématiques comprennent les schémas proprement dits, des graphiques et des diagrammes (p. 79).

L'art d'établir des schémas est reconnu par Paul Otlet (1934) comme « Schématique ». Ce serait une branche scientifique de la Bibliologie. Il s'agit donc de la théorie de la compréhension et de l'exposition méthodique (explication) des connaissances scientifiques. (p. 79). Paul Otlet (1934) attire l'attention pour une « marche progressive » de construction d'un « langage schématique commun » qui consiste à : a) trouver une expression schématique de l'exposition de toutes les idées ; b) obtenir un accord collectif sur un schéma; c) faire en sorte que le schéma collectif implique un nouveau travail (p. 79-80).

Tableau: le « schéma » chez Gabriel Peignot

La notion de « schéma » n'apparaît pas objectivement dans la pensée de Gabriel Peignot. Le manque d'explication du terme ne nous conduit pas nécessairement au déni ou à l'identification d'une négligence conceptuelle. La notion de tableau conforte l'argumentation de Peignot dans ce que, dans le futur, au siècle suivant, Paul Otlet et Robert Estivals considéreront comme un schéma.

Par « tableau », image ou description, on entend de manière générique support (d'écriture, comme un tableau noir, ou de tout objet). Le terme répond aussi à un éventuel « tableau » (comme un tableau d'affichage), une œuvre picturale, celle qui est disponible au regard. D'autres significations élargissent le caractère générique de tableau et répondent à l'idée de description orale ou écrite et d'agencement graphique des données. Au sens éditorial, le mot répond à l'idée de composition avec des chiffres ou des textes à travers des colonnes. Dans un sens contemporain, dans le vocabulaire informatique, le tableau représente un ensemble structuré d'informations organisées séquentiellement dans la mémoire de l'ordinateur, comprenant chaque élément pouvant être identifié par son numéro de série ou son index (Larousse, 2014).

Si le terme « schéma » et sa déclinaison évoquée par Estivals n'apparaissent pas chez Gabriel Peignot (1802a, 1802b), en revanche, la notion approximative de tableau se déploie dans le discours de Peignot dans les deux volumes de son *Dictionnaire raisonné de bibliologie*. Elle apparaît (1802a, 1802b) du point de vue de l'organisation des idées (notion subjective du schéma), ainsi que de l'énonciation (présentation descriptive) des idées sur un support. Dans son étymologie, *caractere*, verbe grec qui indique sculpter, imprimer, graver, connu plus tard sous le nom de lettre d'un alphabet, Peignot (1802a, p. 139) présente un « tableau approximatif » qui traite de la quantification des lettres (Figure 1).

Figure 1. Exemple d'application du terme « tableau » chez Gabriel Peignot

C A R				143
TABLEAU <i>approximatif du nombre de lettres qui entrent dans la composition d'une feuille.</i>				
N O M S	N O M B R E	N O M B R E	N O M B R E	
des	de lettres	de lignes	de lettres	
C A R A C T È R E S.	à la ligne.	à la page.	à la feuille.	
GRAND IN-QUARTO. <i>Justification de 12 centimètres.</i>				
Gros-romain.	37.	33.	9,768.	
Saint-augustin.	45.	39.	14,040.	
Cicero.	53.	40.	16,960.	
Petit-romain.	65.	58.	30,160.	
Gaillarde.	66.	59.	30,952.	
Petit-texte.	72.	64.	36,864.	

Source: PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, volume I. Paris: Chez Villier, 1802a. p. 143.

L'usage de la notion par Peignot (1802a, 1802b) est intéressante pour reconnaître le potentiel d'appropriation de l'idée derrière le mot. Par exemple, dans la vision peignotienne, on comprend la facilité de synthèse et d'analyse que permettent les « cadres ». Le principe intellectuel de comparaison est objectivement « qualifié » devant le potentiel du tableau. Dans la discussion sur l'usage des personnages, par exemple chez Cicéron, Peignot (1802a, p. 145) souligne que « de telles questions » « peuvent être facilement résolues par ce tableau » (tableau de synthèse comparé de Cicéron).

L'idée de tableau est également utilisée, à différentes époques dans l'œuvre de Peignot (Peignot, 1802a, 1802b), pour identifier le processus abstraktif de reconnaissance et de classification des sciences. C'est le cas de la mention du bibliothécaire Louis-

François Daire, qui aurait composé « un tableau historique des sciences, belles-lettres et arts de la province de Picardie » (Peignot, 1802a, p. 200). Cette notion de tableau comme processus et produit de classification apparaît tout au long de l'ouvrage (que ce soit dans la classification des sciences, ou dans la classification du temps, des langues, de l'histoire, etc.).

Figure 2. Fragment de « tableau » comme classification chez Gabriel Peignot (1802a, p. 216)

216 D A T

*TABLEAU des époques et des ères chronologiques
qui servent de fondement à l'histoire, et qui
sont intéressantes pour la connaissance des
dates, toujours à compter jusqu'à l'an 1800.*

Ère de Brama : les indiens s'imaginent que ce dieu naquit au commencement du pre- mier âge du monde, c'est-à-dire, il y a . . .	15,115,220 ans.
Epoque de la nature organisée, selon le système de Buffon, il y a juste. . . .	38,873.
Epoque de la création du monde,	
Suivant la Bible {	
texte hébreu.	5,744.
texte samaritain.	6,105.
les Septante.	7,070.
Ère des juifs, celle qu'ils suivent encore aujourd'hui.	5,615.
Epoque du déluge de Noé suivant la Bible.	

Source: PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo
I. Paris: Chez Villier, 1802a. p. 216.

Ce processus (et produit) classificatoire placé sous la notion de tableau est multiplié dans l'entrée « système bibliographique » (Peignot, 1802b, p. 201). Ici sont présentées l'ensemble des « cadres » de la connaissance humaine, c'est-à-dire « l'image » de ces classifications ; il s'agit en même temps de présenter une explication de la manière dont ces cadres ont été construits.

Une autre apparition importante du mot tableau chez Peignot (1802a, p. 216) est en relation avec le concept de tableau

synoptique. Dans l'entrée Etymologiste, traitant des fonctions théorico-historiques de l'étymologue, l'accent est mis sur la nécessité de construire un tableau synoptique ou une sorte d'alphabet universel, avec des sons et des lettres simples qui permettent cette formalisation. L'idée du tableau synoptique finit par soutenir la proposition monumentale de l'ouvrage : reconnaître, organiser et classer la Bibliologie, ou la science générale du livre. À la fin de l'ouvrage, Gabriel Peignot (1802a, p. 473) présente le « *Tableau synoptique de la Bibliologie ou aperçu méthodique de toutes les parties essentielles qui composent cette Science* ».

Figure 3. Fragment du « Tableau synoptique de Bibliologie de Gabriel Peignot » (1802a, p. 473)

TABLEAU SYNOPTIQUE (1)	
DE BIBLIOLOGIE,	
O U	
APPERÇU MÉTHODIQUE	
DE TOUTES LES PARTIES ESSENTIELLES	
QUI COMPOSENT CETTE SCIENCE.	
La BIBLIOLOGIE ou science des livres, renferme :	
1 ^{re} .	La GLOSSOLOGIE ou science des langues.
2 ^{de} .	La DIPLOMATIQUE ou science des écritures.
3 ^e .	La BIBLIOPÉE ou composition des livres.
4 ^e .	La TYPOGRAPHIE ou science de l'imprimerie.
5 ^e .	La BIBLIOPOLIE ou science de la librairie.
6 ^e .	La BIBLIOGRAPHIE ou connaissance des livres.
7 ^e .	L'HISTOIRE-LITTÉRAIRE universelle.

Source: PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, volume I. Paris: Chez Villier, 1802a.

Ce tableau (figure 3), souligne Peignot (1802a, p. 473) dans une note de bas de page du tableau Bibliologie, est le résultat d'un travail synoptique détaillé : c'est une classification profonde et méthodique des sciences bibliologiques, décomposées dans toutes ses parties. Il s'agit, selon les mots de Peignot, de définir en un seul tableau une véritable encyclopédie. On voit ici le rapport entre méthode et résultat, entre abstraction et présentation, entre

imagination et image, présent dans la production de la pensée de Peignot sur l'idée de tableau, directement liée à la notion de schéma chez Paul Otlet (1934).

Le schéma bibliologique et les formes symboliques

Estivals (2000, p. 68) affirme que le terme synoptique répond directement à un adjectif qui accompagne le tableau tout au long de la production notionnelle dans les études bibliologiques. Deux idées sont réunies : la notion de synthèse et la notion de visibilité. La première résulte d'une activité intellectuelle, l'autre d'un processus linguistique. Ce dernier aboutit à des concepts généraux, des mots, des plans ou des catégories de schémas linguistiques, ou simplement des schémas métatextuels.

« Tableau » est abordé par Estivals (2000, p. 70) comme synonyme de matrice et il précise qu'il constitue une représentation à la fois graphique et symbolique de variations reconnues d'une ou plusieurs catégories de phénomènes. Sa représentation est graphique ou linéaire, généralement sous la forme d'un rectangle ou d'un carré. Cette vision descriptive place naturellement la notion de tableau dans une tendance purement visuelle. Plus précisément, cette idée notionnelle pointerait presque exclusivement vers l'utilisation de l'idée de matrice comme ressource méthodologique pour la description qualitative et/ou quantitative de certains phénomènes. Le résultat est la présentation, par exemple, de diagrammes, d'organigrammes, de réseaux, de schémas graphiques.

Néanmoins, le jeu entre intellect et langage est celui qui nous semble le plus pertinent dans la construction du concept de tableau depuis la pensée de Gabriel Peignot, jusqu'à arriver au concept de schème chez Paul Otlet. Au fond, comme le rappelle la pensée même d'Estivals, le processus de construction de tableau répond et s'inscrit dans l'ensemble des processus analytiques en vue de la synthèse. La représentation graphique des données dans des

tableaux ou des matrices n'est que la conséquence sensible de ce processus.

L'approche articulée et approfondie de la notion de tableau attire notre attention sur l'usage du terme à l'origine de la pensée bibliologique de Gabriel Peignot et appelle une autre interprétation des rapprochements entre langage et processus intellectuel. En d'autres termes, selon l'interprétation cassirienne des formations et des formes symboliques, nous pensons que l'hypothèse cognitiviste du « schème bibliologique » tissé par Peignot (1802a, 1802b), Otlet (1934) et Estivals (2000) peut plutôt s'interpréter comme processus de construction symbolique – notre objectif serait de vérifier comment la notion, par exemple d'« archétype » dans la pensée bibliologique apportée par Robert Estivals (2000, p. 26) et corrélée avec Claude Lévi-Strauss, Jean Piaget et Carl Gustav Jung montre la complexité des relations entre esprit et langage. En ce sens, le tableau est plus une forme symbolique qu'une entité cognitive pure lorsqu'il s'agit de son état pré-représentatif.

Cette relation nous intéresse objectivement en raison du rapprochement opéré par la pensée d'Ernst Cassirer entre mythe, science et art dans la tentative de définir une « philosophie de l'homme ». Une « archéologie philosophique du schème », ayant pour filiation d'approche la « philosophie des formes symboliques », serait utile pour montrer l'impact du concept sur les études bibliologiques et sur toute la construction de la pensée dite informationnelle dans le contexte contemporain de l'épistémologie de la Science de l'Information.

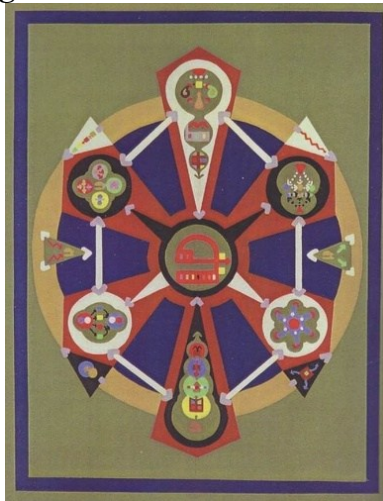
Plus spécifiquement, en ce qui concerne la Bibliologie elle-même, c'est-à-dire la science générale du livre, du document et de la communication écrite (et ses variantes), entre Peignot-Otlet-Estivals, on comprend que « schéma » révèle un fragment conceptuel qui résonne ici et là, sous des noms différents. Il est à la fois dans la construction d'une vision encyclopédique du monde, absente des énoncés épistémologiques standards du physicalisme, et dans la construction d'une manière scientifique de définir la connaissance, en la recherchant dans les discours d'une partie de

ce qui s'appelait Documentation, Bibliologie, Bibliothéconomie et Science de l'Information au XXe siècle.

L'approche de la pensée cassirienne permet par exemple de percevoir l'ampleur et la profondeur de cette « archéologie philosophique » : schéma s'insère dans les deux directions épistémologiques évoquées plus haut au sein de la construction du « discours du pouvoir épistémique » de la Bibliologie. Mais cela permet aussi (et cela devient élémentaire étant donné l'examen de la notion ici mis en avant) de comprendre comment et pourquoi le schéma est à la fois source de construction d'une science et germe de construction d'un mouvement artistique de la théorie esthétique du schéma, ou simplement l'avant-garde artistique du schématisme, avec des influences, par exemple, de Kandinsky et Malévitch.

La figure 4 représente le tableau « La médaille ou La Bibliologie », résultat du développement artistique du concept de « schéma systématique ».

Figure 4. *La médaille ou La Bibliologie*



Source: ESTIVALS, Robert. **Le schématisme**. Noyers-sur-Serein (France): Société de Schématologie et de Bibliologie, 2002.

Ce que nous avons remarqué jusqu'à présent, c'est que le « schème » représente une sorte (avant le processus intellectuel et avant la construction – produit, matériel a *posteriori*– du langage) de formation symbolique, fruit d'intersubjectivités et résultat des intersubjectivités de l'art et des sciences. Tout comme Cassirer (2011) nous permet de le penser, nous identifions ici un élément qui permet de comprendre la multiplicité des formes dans un champ de connaissance. Une certaine « activité libre de l'intellect », qui dans notre appropriation se rapproche d'une activité intersubjective, aboutit à la construction d'un vaste territoire d'images, d'imaginaires, de prouesses linguistiques et d'actions constructives dans le monde socio-épistémique. Le schéma, en ce sens, représente une unité à la fois pour comprendre l'épistémologie des études informationnelles et pour revoir son historiographie (qu'il s'agisse d'une technique informationnelle ou de l'épistème elle-même).

Considérations Finales

En ce qui concerne strictement le schéma, il nous manque encore un ensemble de dialogues théoriques et d'approfondissement du concept en question (ainsi que ses dimensions distinctes d'appropriation et de répercussion, comme sa manifestation dans les thésaurus, les schémas classificatoires en général, etc.). Le dialogue avec les noms de l'Anthropologie et ceux qui, dans une certaine mesure, sous-tendent la pensée schématique des bibliologues de la génération 1968, comme Jung et Piaget, tend à élargir quantitativement et qualitativement le discours « archéologique » sur le concept et ses fragments au sein de l'épistémologie de la Science de l'Information.

Précisément sur la question conceptuelle, le débat avec le concept de « forme », également élémentaire pour la construction du concept de « schéma », était ici absent. Une autre option dans ce travail était de distinguer Gabriel Peignot et l'explication d'une « science générale » dans son *Dictionnaire* comme point de départ

du début de l'archéologie philosophique. L'œuvre est, en ce sens, le « terrain » de la géoconceptualité que nous cherchons à décrire. Spécifiquement sur ce substrat, un axe central d'analyse ne peut être développé ici : l'étude du concept de table, pris par Peignot (1802b) comme une entrée singulière de son œuvre. Ici, nous pouvons tout trouver, depuis le sens qui répond à la « matière » et au « support » jusqu'à celui qui prête attention à la « forme » du contenu et à sa disposition des éléments. Il est reconnu cependant que ce fragment et bien d'autres peuvent (et doivent) être récupérés dans des extensions entre hypocentres et hypercentres conceptuels plus extrêmes : par exemple, en cherchant à Alexandrie des usages synoptiques, à la fois intellectuels et imagés, pour comprendre une telle ascendance, ou tout simplement, l'*arkhé* de la « cosmologie symbolique » du « schéma ».

Plus spécifiquement, la rationalité symbolique serait probablement, au sein de l'hellénisme, dans l'appropriation de la méthode et de la pensée bibliologique aristotélécienne : l'application de sa Rhétorique et de sa Poétique, ainsi que ses pratiques de catégorisation dans le monde des pratiques bibliologiques réalisées par la vision du Stagirite, lancé dans le contexte de la Bibliothèque d'Alexandrie, définirait, selon les mots de Christian Jacob (2008, p. 51), « un nouveau rapport du temps et de l'espace », que nous considérons ici comme strictement symbolique (un symbolisme qui imprègne et définit tous les mécanismes d'appréhension de la réalité). C'est certainement dans un objet concret spécifique que l'on a pu trouver la grande force hypocentrique d'une des incursions philosophico-archéologiques les plus profondes : les tablettes du poète et bibliothécaire Callimaque composées de 120 rouleaux qui ont révélé le passage de la classification topographique à une classification conventionnelle comme principe de représentation descriptive, ou catalogage – ce principe n'est rien d'autre que la recherche de l'universel (*kathólou* – universel, general). Il s'agit probablement, chez *Pinakes*, du délire symbolique d'une totalité en synthèse, abstraite et en même temps fixée comme une œuvre d'art sur un support durable.

Références

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARATIN, M. Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. *In*: BARATIN, M.; JACOB, C. **O Poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 227-233.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris : Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**; Primeira parte: A linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**; Segunda Parte: O pensamento mítico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**; Terceira parte: Fenomenologia do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ESTIVALS, R. Theorie lexicale de la schematisation. **Schéma et schématisation**: revue de schématologie et de bibliologie, n. 52, p. 5-72, 2000.

ESTIVALS, R. **Le schématisme**. Noyers-sur-serein (França): Société de Schématologie et de Bibliologie, 2002.

ESTIVALS, R. **Le signisme**: l'histoire du schématisme I. Paris: L'Harmatan, 2005.

ESTIVALS, R. **Les écoles du schématisme et de la schématologie**: l'histoire du schématisme II. Paris: L'Harmatan, 2007.

ESTIVALS, R. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.

ESTIVALS, R. História de la bibliologia. **Item: Revista de Biblioteconomia i Documentació**, Barcelona, n. 11, p. 25-41, 1992.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.

FROHMANN, B. Reference, representation, and the materiality of documents. *In*: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI. 2011. **Anais[...]** Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.

FROHMANN, B. Revisiting “what is a document?”. **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

JACOB, C. Ler para escrever: navegações alexandrinas. *In*: BARATIN, M.; JACOB, C. **O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 45-73.

LAROUSSE. **Dictionnaires de français Larousse**. Disponível em: <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MALLARMÉ, S. **Divagações**. Florianópolis: Ed. da EFSC, 2010.

OTLET, P. Letter from Paul Otlet, 24 march 1895. *In*: VANN, S.K. **Melvil Dewey: his enduring presence in Librarianship**. Littleton (Colorado): Libraries Unlimited, 1978. 189 p.

OTLET, P. L'organisation des travaux scientifiques. *In*: ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L'AVANCEMENT DES

SCIENCES. **Anais** [...]. Conférences faites en 1919-1921. Paris: Association Française pour L'Avancement des Sciences, 1919. p. 13-50. Conferência proferida em 23 de fevereiro de 1919.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934.

OTLET, P. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802.

SALDANHA, G. S. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: linguagem, organização dos saberes e transgramáticas. Tese (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro, 2012.

WITTGENSTEIN, L. **Culture and value**. Oxford: Blackweall, 1980.

WITTGENSTEIN, L. **Da certeza**. Lisboa: ed. 70, 1990.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WITTGENSTEIN, L. **O Livro azul**. Lisboa: Ed.70, 1992a.

WITTGENSTEIN, L. **O Livro castanho**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992b.

WITTGENSTEIN, L. **Observações filosóficas**. São Paulo: Loyola, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Ed. Nacional; Edusp, 1968.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LA DIDÁCTICA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: MEDIADORA EN LA TRANSFORMACIÓN DE LA INFORMACIÓN EN CONOCIMIENTO ¹³

Edilma Naranjo Vélez

La mediación

La mediación, esa labor que se cumple al tender puentes que permitan unir dos puntos equidistantes y que precisan unirse para alcanzar un fin, es uno de los temas centrales de este Coloquio. Podemos decir que en la docencia el profesor es el mediador, mientras que en los sistemas de información documental – SID, es el bibliotecólogo; y, en el uso y apropiación de la información para transformarla en conocimiento, los mediadores son tanto profesores como bibliotecólogos, una dupla que debe propiciar el camino que se ha de recorrer para que el estudiante universitario sea consciente del saber que adquirió durante el proceso de enseñanza, haciendo uso de los SID.

Para ello la didáctica enfatiza –por un lado- en la idea y necesidad de una acción metodológica en la que el modo de enseñar logre los fines buscados, privilegiando al estudiante, quien

¹³ Originalmente publicado em: NARANJO-VÉLEZ, E. La didáctica en la educación superior: mediadora en la transformación de la información en conocimiento. III Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI. **Anais** [...] Salvador: Rede MUSSI, Universidade Federal da Bahia, 2014.

Republicado em: NARANJO-VÉLEZ, E. La didáctica en la educación superior: mediadora en la transformación de la información en conocimiento. Revista *Tempo Brasileiro*, n. 203, out-dez, 2015.

Agradecemos aos editores da revista Tempo Brasileiro pela autorização para a republicação.

se encuentra bajo la responsabilidad del profesor; y por el otro, se interesa y centra su reflexión teórica y metodológica en los intereses y necesidades del sujeto que aprende; esto indica que los procesos de enseñanza y de aprendizaje en los que se relacionan profesor y estudiante como sujetos sociales, se comparte una cultura.

Razón que lleva a pensar que se requiere de una mediación; es decir, de alguien que lidere el proceso de enseñanza y facilite el aprendizaje en el alumno. De allí que Not exprese frente a la mediación didáctica: esta “consiste en suministrar al nuevo alumno la información de la que no dispone y que no podría procurarse por sus propios medios; después, en ayudarlo a transformar esa información en conocimiento” (1992, p. 83).

De igual manera, en esta mediación se da una relación entre contenido y método de enseñanza, cuando se pretende lograr un acercamiento a la producción del conocimiento y en esta relación, tanto profesor como bibliotecólogo son creadores, transformadores, por lo tanto, autores de un acto pedagógico, de un proceso de enseñanza de acuerdo con su área y en el que su experticia les permitirá diseñar un proceso para la transformación de la información en conocimiento durante la clase, lo cual requiere de un diálogo permanente entre ellos y el estudiante.

Al hablar de diálogos, se observa cómo, el proceso de enseñanza es un acto comunicativo, pues se entabla una conversación entre los sujetos que intervienen: profesor y estudiantes y, bibliotecólogo y usuarios, bien sea sobre asuntos inacabados del conocimiento o sobre los documentos y la información que estos portan. Para dar inicio al diálogo las lecturas previas pueden ser un punto de partida; así como los preconceitos y los prejuicios; de igual forma, las preguntas que surgen de las lecturas inciertas alrededor de ese saber que no se conoce, a partir de lo que nos asombra, que nos inquieta, lo que puede llegar a convertirse en un proyecto de conocimiento diferente para cada uno de los estudiantes y de los usuarios. El papel, tanto del profesor como del bibliotecólogo es indicar las posibilidades y

alternativas, que parten de su experiencia mostrando otros mundos y caminos posibles. Para ello, la información es esencial, pues permite la acción comunicativa entre los sujetos partícipes del proceso educativo.

Se busca en esta relación un beneficiario, el estudiante, el usuario, quien haciendo uso consciente de los SID, organizará, reflexionará, analizará, comprenderá e interpretará la información pertinente en su área de conocimiento, para transformarla en un resultado, en un producto que dé cuenta de su apropiación y aprehensión.

Este camino implica un proceso planeado, y desde la didáctica, las estrategias facilitan la enseñanza de un saber, como parte o manifestación del método; puesto que no sólo se trata de acumular conocimiento relacionado con el saber cómo, sino también, de comprender la razón de las acciones, reflexiones y actos que se llevan a cabo en este interés por enseñar bien y lograr que los estudiantes y los usuarios aprendan.

Las estrategias didácticas

La estrategia conlleva un acto, pues es dinámica y, por consiguiente, genera la acción de los sujetos, esta última se asume como “[...] una decisión, una elección, pero es también una apuesta” (Morin, 1994, p. 113), apuesta en el sentido de que el pronóstico del logro es impredecible, lo que implica riesgo y genera incertidumbre. Y es que la acción denota estrategia, pues parte de una decisión que es factible de ejecutarse en diversos escenarios, que, como dice el mismo autor “podrán ser modificados según las informaciones que nos lleguen en el curso de la acción y según los elementos aleatorios que sobrevendrán y perturbarán la acción” (p. 113). Esto significa que tanto profesores como bibliotecólogos que apliquen la estrategia de bien reflexionar la complejidad de la misma, ya que se vive una serie de interacciones en las que el ambiente puede interferir y modificar la intención original, generando incertidumbre y zozobra, y realmente, el éxito de una

estrategia reside en la combinación compleja de pensamiento, reflexión, dominio de las cosas simples que incluye la acción (Morin, 1994).

No obstante, las acciones de las estrategias son complejas y útiles para la labor del docente y del bibliotecólogo, quienes, al planearlas a conciencia, están preocupados por ofrecer una buena enseñanza para lograr que los estudiantes y los usuarios se apropien –también conscientemente– del conocimiento transformado que les presentó y para ello se ampara en las labores que le permiten los temas que va a presentar en el espacio educativo; partiendo de la reflexión, al realizar la planificación y determinar cuándo, dónde y cómo utilizarla, de manera que pueda tomar decisiones sobre procedimientos que se requieren en las fases de la estrategia.

Como expone Not “la reflexión se inserta en la acción para apreciar su grado de conformidad” (Not, 1992, p. 45), o en el caso de Heidegger (1971), la reflexión es la meditación que permite percatarse de lo que acontece en un proceso, en la medida en que “el comportamiento hacia sí mismo y de que el decirse sea una reflexión” (p. 311).

Las estrategias didácticas proporcionan conocimientos, habilidades, actitudes y valores (estas características en conjunto se denominan competencias) para que los estudiantes comprendan y reflexionen el proceso de transformación de la información en conocimiento.

Se interpreta así que las estrategias de enseñanza dan cuenta de las concepciones generales de cada profesor, de cada bibliotecólogo formador, igualmente, muestran el punto de vista psicopedagógico de éstos, revelan su saber y desempeño didáctico, de allí que las estrategias que ellos escogen no deben considerarse como la serie de actos que estos organizan de acuerdo con sus conocimientos personales, sino que conlleva una labor compleja en la que se encuentra en juego la relación de la teoría y la práctica, con el fin de que los estudiantes y los usuarios aprendan.

Entre tanto, las estrategias de aprendizaje (denominadas por otros, estrategias cognitivas) se consideran procedimientos

mentales por parte del estudiante y del usuario en búsqueda de su aprendizaje, en ese proceso cada uno desarrolla una serie de operaciones cognoscitivas a fin de procesar la información y así aprenderla de acuerdo con el valor y significado que le asigne en su proceso de aprendizaje.

Estas estrategias didácticas incluyen los medios de los que se vale el profesor y el bibliotecólogo para lograr que estudiantes y usuarios realmente puedan aprender y aprehender los contenidos. Razón que los lleva a enseñarles variadas estrategias, como los mapas mentales, los mapas conceptuales, los debates, las mesas redondas, proyectos de aula, resolución de problemas, estudio de casos, método de proyectos, entre otras, que requieren del uso de los SID para encontrar la información pertinente y así participar en estos espacios educativos.

Como parte del método de enseñanza, las estrategias didácticas se diseñan con la finalidad de resolver un problema temático, alcanzar un objetivo, acercarse a un objeto de estudio y facilitar la enseñanza de un contenido; apoyándose en los medios, y desarrollándose en un espacio áulico real o virtual, en un tiempo sincrónico o asincrónico, y para determinar su efectividad, pero a la vez la comprensión temática por parte del estudiante o del usuario, se realizan evaluaciones y se programan actividades que arrojan unos resultados.

El contenido

El contenido, quizá uno de los elementos del sistema didáctico que mayor impacto tiene en los procesos de búsqueda, recuperación y uso de la información, comprende informaciones, datos, conceptos, leyes, normas, principios, procedimientos, hábitos, destrezas, valores, actitudes. La mediación del profesor permite que los estudiantes comprendan que ese contenido es importante y porta un significado en su futuro desempeño profesional y personal, al organizar los contenidos formativos en conocimientos (objeto de estudio), habilidades (la correspondencia

entre sujeto y objeto) y las actitudes y valores (importancia y significado que el estudiante otorga a los objetos de conocimiento) (Álvarez, 1999), una serie de sistema complejo.

Esto implica por parte del profesor la selección, diseño y organización de los contenidos desde la información, siendo el espacio áulico el lugar donde se le da un significado, un sentido a esa información. Al respecto indica Litwin (2001, en línea): “la tarea docente consiste en reconocer las características de esa información, el sentido con que se la dispuso [...] y, fundamentalmente, la construcción de criterios para reconocer esas características y el sentido original”. Pues los contenidos, más que un fin son un medio para acrecentar las capacidades y los procesos comprensivos; siempre y cuando se ubique “la información y los datos en su contexto para que adquieran sentido. Para tener sentido la palabra necesita del texto, que es su propio contexto, y el texto necesita del contexto donde se enuncia” (Morin, 2001, p. 44).

El método

Entre tanto, el método se asume como un caminar de los sujetos involucrados en el acto educativo, que buscan transformar la información en conocimiento, realizando un recorrido por los SID apoyados en una estrategia didáctica. De esta manera, se asume el método como un proceso reflexivo que organiza las situaciones de la enseñanza, apoyándose en los medios, en forma progresiva, hasta alcanzar un fin, con la comunicación (esta da apertura a la participación, la discusión y el diálogo abriendo el camino para la reflexión, los conocimientos previos y los prejuicios de los estudiantes y de los usuarios) como elemento cohesionador y esencial en las acciones de profesores y estudiantes, de bibliotecólogos y usuarios, en el que está presente el contexto, los intereses y las motivaciones de cada uno de los implicados, los saberes disciplinares, las relaciones interpersonales, la elaboración y transformación del conocimiento, los fines educativos que se

pretenden alcanzar, entre otras.

Esto indica que el método no es estático, por el contrario, debe reflexionarse como una vía que permite estructurar el proceso, superando la rigidez; bajo un modelo comunicacional dialógico (Pasquali, 1979), puesto que los sujetos son activos, tienen voz y participan en la transformación de la información en conocimiento; es decir, se consideran interlocutores, lo que exige partir del otro en relación con el yo y esto significa escuchar atentamente las inquietudes, intereses, experiencias, esperanzas, temores, etc. de aquel, de ese otro.

De allí que sea necesario confrontar los contenidos con la información disponible en los sistemas de información documental, en tanto los textos se escribieron y publicaron en respuesta a una variedad de necesidades o sentidos y son los espacios áulicos los lugares en los que se estimulan y fomentan los criterios relacionados con la crítica, la confrontación, la duda de los saberes enseñados con lo expuesto en los documentos; esto es, se dispone de un “producto necesario e inherente al trabajo con la información. Esto quiere decir que la utilización de [estos SID] puede, al igual que cualquier herramienta, o bien potenciar la propuesta educativa o bien banalizarla al no reconocer que información no es igual a contenido para la enseñanza y para el aprendizaje” (Litwin, 2001).

Lo anterior muestra cómo el proceso de comunicación no es simple, al contrario, es bastante complejo, y es de esta complejidad de donde surgen acciones significativas, con sentido para los sujetos que intervienen en él, facilitando el surgimiento o reafirmación de valores, principios, convicciones y actitudes que se reflejan durante la conversación, la discusión, esto es, la comunicación. Como expresara Freire “quien tiene algo que decir debe asumir el deber de motivar, de desafiar a quien escucha, en el sentido de que, quien escucha diga, hable, responda” (Freire, 1997, p. 112). En estos actos se reflexiona para comprender e interpretar la realidad, superando la transferencia de la información y de contenidos, logrando en últimas, comunicar lo que ha

transformado; es decir, la síntesis.

Los SID como medios didácticos

Los SID, a la vez que son medios didácticos, albergan espacios reales y virtuales distribuidores de información al servicio de la sociedad, bien para traducir el saber sabio en un saber por enseñar (el profesor), como para realizar la labor o acción que muestre su comprensión e interpretación de ese saber enseñado, es decir su apropiación por parte del estudiante.

En estos medios generados por los avances científicos y tecnológicos, como es el caso de los SID, que de las bibliotecas en espacios físicos han migrado a páginas web, bibliotecas electrónicas, repositorios digitales y bases de datos, entre otros. El ciberespacio es uno de esos espacios virtuales, “este [...] es un nuevo entorno abstracto e invisible en el que circulan ideas e informaciones en forma de textos, sonidos e imágenes; es un espacio virtual y complejo de comunicaciones que diluye las barreras de tiempo y espacio; es una esfera social que cambia el destino de la humanidad” (Lopera, 2010, p. 42).

Allí también tienen cabida los SID, pues se dispone de documentos virtuales ubicados a grandes distancias, pero que se pueden recuperar con un buen uso de los medios de búsqueda y localización de la información que necesitan los usuarios, a partir de una buena comunicación. El ciberespacio se da por ser un espacio relacional que promueve el intercambio de información y facilita la comunicación e interacción de los usuarios de la red.

Los medios en general, se utilizan con el fin de acercar dos extremos o acercar dos cuerpos a partir de una acción física (Lalande, 1953) o mental. Un extremo es el estudiante o usuario con sus prejuicios, los conocimientos previos, la reflexión, las experiencias y el otro extremo es el problema de la disciplina que debe resolver; entre ambos se encuentran el profesor y el bibliotecólogo, quienes son puentes, mediadores que se apoyan en un medio (como los SID) para que esos dos extremos se acerquen

y así contribuir al logro del objetivo. Se observa cómo la contemplación de los medios es algo previo al uso de los mismos, pues se busca “la congruencia recíproca de todas las partes entre sí” (Gadamer, 2005, p. 550).

Los SID, organizados para albergar la información que requiere la sociedad para avanzar en sus desarrollos científicos, artísticos y tecnológicos, se convierten en un medio dentro de los procesos de enseñanza y de aprendizaje, puesto que a ellos acuden tanto profesores como estudiantes para encontrar la información que les permitirá prepararse con anticipación para participar en el espacio áulico; participación que se da con los contenidos traducidos al saber por enseñar por parte del profesor, y del estudiante con las lecturas que lo habilitarán para discutir con sus compañeros y el mismo profesor ese saber sabio que caracteriza al objeto de estudio de su disciplina. Si bien es posible discutir y confrontar un contenido desde los prejuicios, las experiencias, los conocimientos previos y la reflexión, no será igual esta acción si los estudiantes abordan la temática desde los documentos que dan cuenta del conocimiento elaborado por otros y que para ellos, hasta ese momento, sólo es información.

En consecuencia, puede decirse que los SID son medios didácticos que exigen la lectura de la información (que incluye reflexión, análisis, comprensión e interpretación) con el acto de transformación de esta en conocimiento.

¿Cuáles son las características de la estrategia didáctica?

Los datos son una parte de la información y esta es una parte del conocimiento, es su insumo, puesto que es conocimiento comunicado, dominado por un mediador que realiza un proceso de reflexión, análisis, comprensión e interpretación, para transferirlo al estudiante, quien en compañía de profesores, bibliotecólogos y compañeros lo transforma, partiendo de los datos y la información como insumos básicos y logra una síntesis. Para lograr esa transformación y síntesis, el profesor, en compañía

de los bibliotecólogos, aplica una estrategia orientada hacia el desarrollo de habilidades, la apropiación del conocimiento y el despliegue de valores y actitudes en el manejo y uso de los SID, para que el estudiante los use como medios en los que se encuentran las fuentes de información (impresas y electrónicas), las cuales contienen la información del saber disciplinar y cultural que requiere en su proceso de formación como futuro profesional.

La estrategia didáctica, está organizada en tres fases, cada una comprendida por varios componentes, que se identifican como segmentos. La fase es una parte o etapa de la estrategia que se organiza siguiendo el recorrido de un proceso de enseñanza con el que se pretende acercar a los estudiantes al manejo y uso consciente de los SID, hasta lograr que ellos, a partir de las fuentes de información que obtengan en esos SID, transformen la información en conocimiento – TRINCO (nombre con que se designa esta estrategia didáctica)- como parte de su proceso de aprendizaje (objetivo). En tanto, los segmentos se entienden “como secuencias que aluden a un modo de interacción o tratamiento del contenido. La cantidad de segmentos está estrechamente vinculada con los contenidos que se desarrollan” (Litwin, 2008, p. 25).

Se diseña una serie de preguntas en cada fase que permiten develar lo que está oculto, o por lo menos, abren el camino para acercarse al tema y desde ellas se puede vislumbrar lo que vendrá, lo que se abordará. En tanto las habilidades, los conocimientos, las actitudes y los valores surgen en los sujetos del proceso que, conscientemente, toman esta acción como algo necesario en su proceso formativo para poder asumir la función de transformar la información en conocimiento.

Consecuentemente, con esta estrategia se busca que profesores y estudiantes estén en condiciones de transformar los datos y la información en conocimiento, como un proceso que se lleva a cabo en los espacios áulicos universitarios (aulas, unidades de información, laboratorios, ciberespacio, etc.). Es necesario que con la estrategia didáctica TRINCO, los sujetos que participan en

el proceso educativo, como usuarios de los SID, obtengan y desarrollen conocimientos, habilidades, actitudes y valores para su desempeño académico y profesional, y para desenvolverse ante situaciones y contextos diferentes, sin la existencia de verdades absolutas, dialogando con la incertidumbre.

Se trata del diálogo de raigambre socrática, en el que las preguntas van por delante, y en el que, al irnos haciendo conscientes de nuestros prejuicios y condicionamientos, lo otro y los otros dejan de ser invisibles y se hacen valer por sí mismos. Y puesto que darles la razón a los otros es sin duda algo difícil de aceptar, hay entonces que aprender siempre de nuevo, contra uno mismo muchas veces, a estar equivocado, a perder en el juego de la comprensión (Gutiérrez, 2008, p. 72).

Primera fase o de prejuicios e indicios

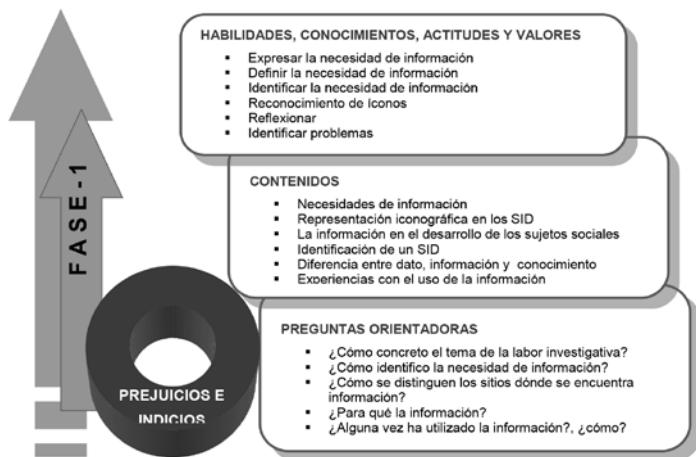
Con esta primera fase de la estrategia didáctica TRINCO, se pretende sensibilizar y motivar a los profesores y los estudiantes frente al papel que cumple la información en su vida académica, profesional y personal como sujetos sociales.

En el diálogo que se sostiene en el espacio áulico se indaga por los conocimientos que poseen sobre el tema que pretenden abordar con el uso de la información y cómo creen que la información les puede ayudar a resolver la labor académica. Iniciar una sesión, una clase o un segmento de la clase, en la que se abordará una temática reciente o nueva, requiere de un proceso en el que se enlace este nuevo tema con lo visto en otras sesiones o con otros contenidos, o que tengan una relación directa con lo que se incorporará.

Igualmente, se tienen en cuenta los intereses y motivaciones que llevan al estudiante a hacer la búsqueda de la información para enseñarle a formularlas preguntas alrededor del tema. Con esta mirada se ubica al usuario en el tema o labor que intenta resolver, preguntándole los detalles específicos, de manera que él comprenda cómo manejará el tiempo que necesita en la solución,

las acciones que debe ejecutar como la búsqueda de información, además de la lectura y la preparación de los resultados.

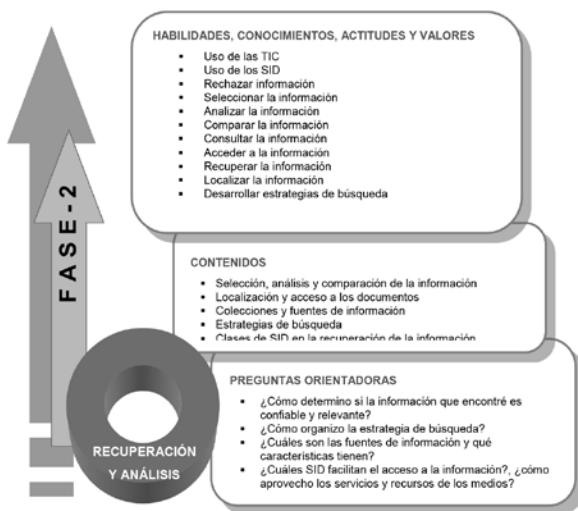
Gráfico 1. Fase de prejuicios e indicios



Segunda fase o de recuperación de la información

En esta fase se tienen varios segmentos en los que se orienta al usuario estudiante a usar los términos y descriptores que le permitan realizar la selección de la información. Una vez logra esta actividad, procede a ordenar los documentos seleccionados y se le enseña a realizar la interconexión e hipertextualidad entre los documentos, para lo cual es fundamental que comprenda la importancia de la categorización (análisis y comparación de la información). Con los elementos de las categorías es posible realizar un resumen de aquello que se ha recuperado y se procede a realizar una representación gráfica, siendo esta una de las síntesis iniciales que elabora el estudiante usuario, para acercarse a la última fase, como es la transformación de esa información que acopió en un conocimiento del cual él se ha apropiado comprensivamente.

Gráfico 2. Fase de recuperación y análisis



Tercera fase o transformación y síntesis

Una vez el estudiante usuario ha comprendido los prejuicios y pre- concepto que él tiene sobre el problema en cuestión, que ha recuperado y analizado la información acopiada, lo que permite su comprensión, es necesario que proceda con su interpretación, la cual es inagotable, y en consonancia con esto pervivirá en una constante creación, formación y transformación. Por lo tanto, la interpretación se dirige a un espacio abierto que se puede llenar de diversos modos (Gadamer, 2006a).

En la interpretación está presente la estructura dialógica, allí conversa la tradición del pasado con el presente, acompañados por los prejuicios y creencias, logrando, mediante la comprensión, la transformación de ambas partes, hasta alcanzar un nuevo texto, esto es, la síntesis, como una recreación de algo que ya existía, pero que se modificó.

La síntesis se refiere al hecho de “encadenar un texto nuevo al texto en interpretación [...] La síntesis es una composición que

muestra los prejuicios de un intérprete, su estilo de analizar, de comprender, de interpretar y de escribir [...]. En la síntesis el lector se convierte en un autor para la comunidad específica que maneja un tipo de lenguaje dentro de un sistema de creencias” (González, 2006, p. 57-58). Se da una transformación de la tradición del pasado en fusión con el presente; esta la realiza el ser que se deja decir al confrontar sus prejuicios, precomprensiones, conocimientos previos y creencias con el texto que lo aborda, reflexiona y para ello lo desglosa, lo desenmascara en sus partes más simples, las compara hasta llegar a comprender cada una de ellas en sus relaciones internas, lo que permite interpretar el sentido de lo expresado allí, para llegar a un nuevo texto, la síntesis que muestra su modificación.

En esta fase se presentan los momentos de trabajo directo con la información acopiada para proceder a su transformación desde el proceso que facilita la hermenéutica: comprensión, interpretación y síntesis, pues la reflexión, el análisis y la comparación se realizaron en las fases previas.

Así, el usuario estudiante adquiere y afianza conocimientos y habilidades para organizar en esquemas la información que le sirve para su necesidad de información, conversar sobre la experiencia y los resultados. Realiza la comprensión y la interpretación de la información que se seleccionó, así como la transformación y síntesis de ésta. Naranjo y Álvarez presentan esta fase como “el proceso de intercambio de experiencias significativas sobre la información y su uso a partir de la estructura cognoscitiva de los sujetos, en una búsqueda continua de transformación” (2003, p. 23).

De igual manera, se prepara al usuario para que redacte y presente sus trabajos y los resultados de su proceso de búsqueda y uso de la información bien sea en forma escrita, visual, oral o audiovisual en diferentes espacios, formatos y soportes; además de que sus presentaciones estarán respaldadas por las bibliografías que elabore, como una forma de respetar los derechos morales de los autores, entre otras acciones.

Gráfico 3. Fase de transformación y síntesis



Consideraciones finales

La acción didáctica de los medios es un acto que se realiza con un método. Como afirma Klingberg (1990, p. 420) “la eficacia de los métodos de enseñanza empleados puede elevarse mediante el empleo de los medios de enseñanza” para facilitar la apropiación de los contenidos por parte de los estudiantes.

La apropiación del contenido depende, en parte, de los prejuicios, los preconceptos y la reflexión del estudiante, al igual que de sus intereses y motivaciones.

Los medios tienen una incidencia en los procesos de enseñanza y de aprendizaje, ya que se convierten en el puente que conecta prejuicios, experiencias, conocimientos previos y reflexiones con el nuevo contenido.

En un proceso didáctico, la información se convierte en un insumo tanto para la enseñanza como para el aprendizaje y la presencia de los SID, con sus variadas aplicaciones tecnológicas, favorece el desempeño personal, académico y profesional de las personas que en él intervienen (profesores y estudiantes como

usuarios de la información), pues posibilitan el acceso rápido y fácil a gran cantidad de información, sin que por ello se desconozca la importancia del método y su interacción con el estudiante y el contenido.

La transformación de la información en conocimiento, debería ser la meta que en el espacio áulico se tracen estudiantes, profesores y bibliotecólogos para que el ingreso a la vida universitaria tenga sentido en la vida de los sujetos académicos.

Referencias

ÁLVAREZ, C. **La escuela en la vida**: didáctica. La Habana: Pueblo y Educación, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogía de la autonomía**: saberes necesarios para la práctica educativa. México: Siglo XXI Editores, 1997.

GADAMER, H-G. **Verdad y método T. I**. Salamanca: Sígueme, 2005.

GADAMER, H-G. **Estética y hermenêutica**. 3. ed. Madrid: Tecnos. 2006^a.

GONZÁLEZ, E. **Sobre la hermenéutica o acerca de las múltiples lecturas de los real**. Medellín: Universidad de Medellín, 2006.

GUTIÉRREZ, C. La filosofía y su historia. **Ideas y valores**: revista colombiana de filosofía, v. 57, n. 137, p. 63-73, 2008.

HEIDEGGER, M. **El ser y el tiempo**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

LALANDE, A. (ed.). **Vocabulario técnico y crítico de la filosofía**. Buenos Aires: Ateneo, 1953.

LITWIN, E. **Las nuevas tecnologías y las prácticas de la enseñanza en la Universidad**. [S./], 2001.

LITWIN, E. **El oficio de enseñar**: condiciones y contextos. Buenos Aires: Paidós, 2008.

LOPERA, H. **Cibercultura crítica universitaria**: el poder de transformar la sociedad informatizada: Una propuesta desde el enfoque de las pedagogías decoloniales para orientar la formación crítica universitaria en la era digital. 2010. Tesis (Maestría en Educación) - Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia, 2010.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 1994.

MORIN, E. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. Barcelona: Paidós, 2001.

NARANJO, E.; ÁLVAREZ, D. **Desarrollo de habilidades informativas**: una forma de animar a leer. Medellín: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2003.

NOT, L. **La enseñanza dialogante**: Hacia una educación en segunda persona. Barcelona: Herder, 1992.

PASQUALI, A. **Comprender la comunicación**. Caracas: Monte Ávila, 1979.

O CULTO DO DOCUMENTO: A COLEÇÃO DE RELÍQUIAS DA BASÍLICA DE SAINT-SERNIN DE TOULOUSE - FRANÇA ¹⁴

Patrick Fraysse

Introdução

Os profissionais da informação e os pesquisadores em Ciências da Informação e da Comunicação estão acostumados a definir o documento considerando primeiro o conteúdo da informação veiculada. Paul Otlet foi um dos primeiros que contribuiu para elaborar a noção de documento como noção fundamental das Ciências da Informação. As categorias propostas distinguem agora a natureza primária ou secundária da informação pelo posicionamento do ponto de vista do autor, produtor do documento. O documento primário é um documento que apresenta uma informação em sua característica original, enquanto que o documento secundário condensa o primeiro. É a classificação em uma coleção e a descrição do conteúdo que imprimem esta primeira tipologia bem conhecida dos profissionais onde a atividade cotidiana é justamente de produzir documentos secundários sob a forma de notícias, de catálogos bibliográficos, de

¹⁴ Originalmente publicado em: FRAYSSE, P. Le culte du document : la collection de reliques de la basilique Saint-Sernin de Toulouse (France). **Anais III Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI**. Salvador: Rede MUSSI, Universidade Federal da Bahia, 2014.

Republicado em: FRAYSSE, P. O culto do documento: a coleção de relíquias da Basílica Saint-Sernin de Toulouse (França). **Revista Tempo Brasileiro**, n. 203, out-dez, 2015.

Agradecemos aos editores da revista Tempo Brasileiro pela autorização para a republicação em português.

resumos, de palavras-chave e, hoje, de metadados. Os documentos primários assim descritos e apresentados podem agora ser encontrados no espaço da biblioteca ou do centro de documentação. Falar “do documento” ou “dos documentos” é inicialmente, nos dicionários e obras especializadas, uma questão de livros, de revistas, de papéis impressos e de arquivos.

Mas, rapidamente, os suportes responsáveis pelo transporte da informação se veem multiplicados nas bibliotecas que se transformaram em midiatecas. Os discos, os filmes, as fotografias, as imagens de todo gênero, etc, agregam a informação oral e a informação iconográfica à escrita. Todas essas mídias são também os registros, quer dizer, os suportes da informação e da comunicação. Daí a considerar todo objeto material como um documento não é algo que os historiadores vão absorver rapidamente. Todos os objetos podem, com efeito, para eles, dar informações àqueles que os interrogam. O documento agora não é mais somente considerado do ponto de vista de sua produção e da intenção de informar, mas ele é também considerado do ponto de vista de sua recepção e do desejo de explicar ou de compreender os fenômenos info-comunicacionais. O sentido de “documento”, então, evoluiu.

Uma segunda tipologia emergiu em seguida, é aquela não menos tradicional hoje depois dos trabalhos de Jean Meyriat (1978), de “documento por intenção” e de “documento por atribuição”. Se partimos do princípio de que tudo é documento, todo objeto material pode então ser interrogado, pela recepção, e ao redor mesmo de seu uso funcional, para aprender, para compreender, para informar e mesmo para comunicar. Poderemos então aprender de um monumento, de uma catedral gótica, de uma escultura grega, de uma ferramenta agrícola mesopotâmica, de afrescos paleolíticos de Lascaux ou pedras esculpidas da pré-história. Suzanne Briet se aventurou a propor os seres vivos naturalizados como documento em condições muito particulares (ela cita, por exemplo, o antílope, último de sua espécie). Podemos acrescentar nessa categoria os ossos dos seres vivos?

Após ter estudado os objetos arqueológicos conservados nos museus (Frayse, 2013), continuamos nosso questionamento sobre o documento pela observação de um tipo particular de objeto, as relíquias conservadas nas igrejas medievais. Elas podem ser definidas como um suporte que veicula a informação, ou seja, como apresentando ao mesmo tempo uma materialidade, mensurável, reproduzível, posta em circulação, e uma virtualidade de sentidos ativada pela recepção dos usuários ou destinatários?

Nós tínhamos já pontuado em outro momento sobre as diferentes definições e as diferentes abordagens da noção de documento (Frayse, 2011). Todavia, pegando como ponto de partida o suporte, o objeto, a materialidade, nós desejamos, na esteira dos historiadores, dos arqueólogos e dos antropólogos, explorar aqui as relíquias a fim de ver se é possível lhes classificar na categoria dos documentos.

Partindo da coleção de relíquias da basílica de Saint-Sernin (France) nós mostraremos que esse material singular que é o osso, traço do passado e veículo de uma crença, pode ser considerado em uma perspectiva documentológica (Couzinet, 2014).

Inicialmente, o osso é um documento primário?

Como escreveu Régis Debray “no princípio era o osso, não o logos” e “o osso é o arquivo primordial” (Debray, 2000, p. 24). Por essas afirmações ele quer lembrar que o simples fato de reunir e justapor em um espaço protegido, os restos mortais, lhe dá um estatuto particular. Inventou-se, assim, a partir de 100.000 anos a.C., ao mesmo tempo o documento e o monumento, quer dizer, que carregamos simbolicamente um objeto de uma informação e que esse mesmo objeto vai servir como mnemotécnica, como notícia do passado, como contendo uma memória. De um lado os ossos são interrogados *a posteriori* pelos arqueólogos que procuram as informações sobre a pessoa morta, e de seus restos se criam o discurso, o logos, a informação, o ensinamento; e de outro lado a salvaguarda desses ossos em uma tumba, uma caixa, um sarcófago,

um relicário, um monumento conduzirá a uma cascata de objetos secundários para informar, descrever, classificar.

A palavra documento, do latim *docere*, informar, ensinar, implica que houve uma fixação: não existe qualquer documento em uma difusão de um programa pelo rádio ou pela televisão. Uma conversação entre duas pessoas não é um documento. Um concerto não é um documento audiovisual, o registro de um concerto é um. A lembrança de uma pessoa se perde na memória coletiva. Para perdurar no tempo, e então vir a ser documento, ela necessita se fixar sobre um traço material. E que de mais eficaz e mais próximo do defunto que seus restos eles mesmos, esses ossos tornam-se relíquias?

Ao curso da história cristã, a relíquia é “isso que vai fazer presente o invisível em uma forma material” (Schmitt, 1999), dito de outra forma o suporte de inscrição de uma informação constantemente atualizada pelas cerimônias, as orações, as inscrições que a acompanham. Já em 1934, Paul Otlet teve uma visão extensiva da noção de documento e propôs uma abordagem tipológica para estender o significado além do suporte livro: é “o suporte de uma certa matéria e dimensão, eventualmente de um certo desdobramento ou envolvimento sobre o qual são levados os sinais representativos de certos dados intelectuais”. Indo para a lógica ele precisa: “o menor documento é uma inscrição [...] é ainda menos, é o sinal que o escoteiro traça à giz sobre as árvores e as rochas [...] o cartão de visita. [...] o selo [...] as pequenas etiquetas” (Otlet, 1934, p. 43). Levando em consideração essa noção de extensividade documentária, há inclusive aquela de substitutos do livro que ele definiu assim: “as coisas materiais elas mesmas (objetos) podem ser tidas por documentos desde que sejam erguidas como elementos sensíveis, diretamente de estudos, ou de provas de uma demonstração.” (Otlet, 1934, p. 217). Tudo (ou quase tudo) então pode ser documento para um profissional da informação. Os historiadores e, sobretudo os antropólogos e os arqueólogos, que não têm mais a segurança do livro, do arquivo, ou seja, do escrito, procuram interrogar outros materiais. Fazendo

isso, eles invertem então a equação e não partem mais do logos, do discurso, da informação fixada sobre um suporte, mas do suporte ele mesmo. O suporte é agora interrogado, medido, descrito para fazer emergir a informação.

Em seguida a Paul Otlet, Suzanne Briet, após ter definido o documento como sendo “toda base de conhecimento fixado materialmente e susceptível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova”, reuniu elementos que ela julgou mais atuais: “todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado, para a finalidade de representar, de reconstituir ou de provar um fenômeno ou físico ou intelectual” (Briet, 1951, p. 7). Embora lamente sua natureza abstrata, e então complexa, ela desenvolveu a ideia de que todo ser vivo pode vir a ser um documento, desde o instante onde ele é, ou virá a ser, objeto de estudo. Depois, ela resume em uma frase a ideia da complexidade do trabalho intelectual sobre as ligações entre documento e informação: “a unidade documentária tende a se aproximar da ideia elementar, da unidade de pensamento, à medida que as formas de documentos se multipliquem, que a massa documentária aumente, e que a técnica do trabalho do documentalista se aperfeiçoe”. (Briet, 1951, p. 10). Dito de outra forma, quanto mais são criados documentos, ou melhor, quanto mais atribuímos o status de documento às coisas, aos objetos (Suzanne Briet engloba o mundo animal na categoria documentária), mais a noção se complexifica. É o uso que vai doravante criar o documento.

O documento existe porque um usuário precisa para provar ou explicar qualquer coisa, compreender, aprender, produzir, etc. O ser vivo é então inserido numa ordem documentária. Os restos dos vivos, os ossos, as relíquias, podem entrar também nesta ordem.

As coleções de relíquias, o exemplo de Saint-Sernin de Toulouse

As relíquias do culto cristão são literalmente os “restos”, os “objetos” materiais a partir do corpo (frequentemente dos ossos) de uma pessoa considerada como santo ou tendo-lhe pertencido. Essas relíquias corporais, ou esses objetos funcionais, veem seu estatuto primário modificado pelo olhar que os crentes lhe lançam. Elas têm um sentido particular, sagrado, indissociável de sua materialidade. Elas são, aliás, conservadas, colecionadas, descritas em catálogos, postas em exposição nos relicários, emprestadas (ou roubadas) como os... documentos. O caráter documentário das relíquias é acentuado pela presença a seu lado de documentos secundários (frequentemente de pergaminhos) descrevendo, para lhes autenticar, as relíquias (documentos primários) conservadas dentro dos tesouros da igreja. Esta preocupação com a descrição, a classificação, a coleção, própria ao mundo medieval, agrega as preocupações documentárias próprias ao mundo atual dos museus e onde se podem encontrar as premissas das igrejas medievais, onde alguns são criados e organizados para apresentar uma coleção de relíquias. Em Toulouse uma igreja conserva um grande número de relíquias. Trata-se da basílica Saint-Sernin que foi construída na Idade Média sobre o local da sepultura do primeiro bispo da cidade, martirizado pelos romanos em 29 de novembro de 250 d.C.

A história do mártir Saturnin é bastante conhecida. Ela é apresentada hoje nos guias ou sobre os painéis de uma exposição dentro da basílica, e pode-se seguir seu “caminho de cruz” depois da praça Esquirol atual onde se elevou no século III o templo *capitolin*, até a basílica Saint-Sernin, obra da arte romana. Sernin é o diminutivo popular e a tradução da língua occitane do nome de Saturnin. Por ter recusado render culto aos deuses romanos, ele foi jogado sobre a calçada do templo dedicado a Júpiter que se encontra ao local atual da praça Esquirol. Depois de amarrado pelos pés a um touro indomável, arrastado ao longo do *cardomaximus* em direção ao Norte (a rua Saint-Rome atual), até ao

exterior da cidade. Seu corpo teria sido encontrado no endereço da atual igreja de Taur onde ele foi enterrado secretamente pelas mulheres. Ao fim do século IV e logo ao início do século V, o bispo Exupère tomou a decisão de transferir as relíquias de Saint-Sernin ao local da basílica atual e de construir um edifício. O culto dos santos e dos mártires por meio de suas relíquias é doravante possível, pois o cristianismo tornou-se uma religião de estado. Mais nada se opôs doravante ao desenvolvimento desta religião que terá lugar em toda a Idade Média.

É por volta de 1070 que começa a construção da igreja atual. A arqueóloga toulousana Quitterie Cazes, escreveu a história do edifício que é frequentemente designado como “igreja de peregrinação” ou etapa da rota até Saint-Jacques de Compostella. O edifício é conhecido como um santuário das relíquias de Saturnin. Um santuário suficientemente grande para abrigar e proteger os restos do santo mártir toulousano, mas também aqueles outros santos que os cânones de Saint-Sernin têm pouco a pouco acumulado. Essa coleção de relíquias é hoje o resultado desta prática medieval de devoção, a partir dos objetos mediadores, ao Deus cristão.

Hoje, além dos fragmentos da mandíbula de Saint-Sernin apresentada no coração da igreja, e alguns dos 200 pedaços de ossos, uma extremidade da “verdadeira cruz”, os restos de seis apóstolos dentre eles o de Saint-Jacques o maior, que são conservados nos tesouros da basílica. A multidão de peregrinos vem a Toulouse para rezar diante das relíquias. Jean-Claude Schmitt (1999) explica que o culto das relíquias era uma prática importante na Idade Média, pois os restos mortais continham sempre, para os crentes, a presença do santo. Possuir relíquias era, então, um meio de poder importante. Os cânones de Saint-Sernin eram tão poderosos que o bispo ou os condes de Toulouse vieram, de qualquer maneira, enterrar-se perto de Saturnin.



Doc. 1. Tumba de Saint-Sernin © Patrick Fraysse 3. Questões para uma abordagem documentológica dos monumentos

Essa rápida escalada histórica mostra a importância do lugar ainda hoje. Os peregrinos continuam a vir para orar por Saint-Sernin e todos os outros santos reunidos em torno dele ao longo dos séculos. Os turistas se juntam a eles nas laterais internas da basílica ou na cripta para visitar o tesouro no qual se pode ver sempre, rezar para alguns, admirar para outros, as relíquias, os relicários e outros objetos preciosos.

A basílica não está longe de parecer com um museu. De lugar de culto, ela tornou-se um lugar de cultura. Ela é também um lugar de conservação. Ela já foi tudo isso na Idade Média, tanto é verdade que um monastério (1) era um verdadeiro centro cultural. Era evidentemente um lugar de culto, mas também uma escola (os cursos de uma universidade medieval tiveram lugar dentro de seus muros), um atelier de confecção de livros, um atelier de arte (escultura e pintura), etc. Todas essas atividades práticas, escolares

ou artísticas eram orientadas para Deus. Ela não permanece a menos que uma organização minuciosa se imponha. A coleção de relíquias, por exemplo, é frequentemente inventariada. Vincent Gallois, o padre atual de Saint-Sernin nos disse que o 340 inventário das relíquias da basílica foi terminado em 2013 (jornal *La Dépêche*). Depois de 966, isto é, há mais de um milênio que os bispos de Toulouse tinham atualizado um registro de inventário das relíquias. Alguns dentre eles foram autenticados ao longo do tempo e são acompanhados de notícias escritas sobre os pedaços dos pergaminhos.

Encontram-se aqui as práticas documentárias. Os documentos secundários, os restos dos pergaminhos, descrevendo a relíquia, fornecendo uma data e a assinatura da pessoa responsável pela coleção, vêm autenticar a relíquia e dão o estatuto de documento a ela. Este se torna um documento primário, integrado em uma coleção, inscrito em um registro de inventário e descrito sobre uma etiqueta. Se somarmos os cartões desenvolvidos, outros documentos secundários, que apresentam a relíquia e seu relicário dentro da basílica ou nos corredores, encontram-se todos os indícios da organização dos documentos. A basílica é então, também, um centro de documentação.

As relíquias conservadas em Saint-Sernin de Toulouse podem, então, ser consideradas como documentos por atribuição. O caráter documentário desses objetos de culto é primeiramente dado pelo olhar que se lança a eles. Esses restos mortais são portadores de uma simbologia forte. Sua materialidade mesma de criação divina (Schmitt, 1999) lhes confere o status de “veículo” espiritual. Esse suporte de informação como todo suporte é um documento. Essa característica documentária é acentuada por outros sinais reveladores no domínio dos documentos: a presença de documentos secundários. Outros suportes, os relicários que restauram uma imagem (Pic, 2009; Schmitt, 1999) a estes restos mortais, os restos dos pergaminhos sobre os quais são inscritas informações complementares, os registros de inventário da coleção, os legendários que contam a história terrestre dos santos

e inscrevem a igreja proprietária das relíquias em longo tempo da história, completam essa aparelhagem documentária.

Como outros objetos, as relíquias nos permitem testar a grade de leitura documental. Esses são suportes de informação, os “machina mémorialis” (Carruters, 2002), os “sémiophores” (Pomian, 1997), os “lugares de memória” (Nora, 1984), os “documentos monumentos” (Frayse, 2013), muitas das nomenclaturas utilizadas pelos pesquisadores para explicar as mudanças de natureza dos suportes, a modificação dos olhares lançados sobre eles e finalmente os processos de evolução do real (patrimonialização, hibridação, documentalização, trivialidade) propostos pelas Ciências da Informação e da Comunicação.

Conclusão

Todo objeto material pode, então, ser carregado desta função de suporte de informação. A noção de documento ultrapassa aquela do escrito. Jean Meyriat (1978) evoca os objetos conservados nos museus e notadamente os esqueletos do Museu de História Natural que “conservam e fornecem informações sobre a fauna do primeiro quaternário” (p.144) [...] não é mesmo necessário saber quanto aos objetos que foram recolhidos a fim de informar: o arqueólogo utiliza como documentos os objetos que ele descobre no lugar de sua pesquisa, porque eles lhe fornecem informações sobre os grupos humanos que os fabricaram ou utilizaram”. Os ossos de animais ou de homens anônimos de épocas longínquas conservados no Museu são também documentos para os zoólogos ou os antropólogos. A presença deles dentro do museu, no meio de uma coleção, dá um passo ao seu novo estatuto. Esses documentos por atribuição nos informam sobre uma época distante e a maneira como os homens viviam, suas eventuais doenças, as causas de sua morte. Eles passam a ser testemunhos de sua espécie e de uma outra época. Essa mudança de estatuto e também a abertura de um processo de patrimonialização é cara a Jean Davallon (2006), pois não existe

sem um processo paralelo de documentação, quer dizer, ao mesmo tempo de mudança de estatuto e também de criação documentária.

Esta exposição documentária de coisas parece hoje evidente nos museus e mesmo em algumas bibliotecas ou centros de arquivo que conservam também objetos. Os museus transformam os objetos em documento. Porque deveria ser de outra forma hoje, com os objetos conservados nas igrejas e particularmente as relíquias que são conservadas e expostas? Pode-nos parecer, em seguida deste estudo de caso, legítimo questionar seu estatuto de documento ou seu vir a ser documentário e, feito isso, contribuir para uma abordagem documental dos monumentos, dos objetos e da História.



Doc. 2. Uma das numerosas relíquias da basílica Saint-Sernin: Saint-Phébadé em seu busto relicário e cartel desenvolvido: documento primário ao documento secundário. © Patrick Fraysse

Notas

(1) Na Idade Média a basílica Saint-Sernin era o centro de um convento urbano onde os prédios monásticos (o claustro notadamente) foram destruídos após a Revolução Francesa no séc. XIX.

Referências

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation ?** Paris: EDIT, 1951. 48 p.

CAZES, Q.; CAZES, D. **Saint-Sernin de Toulouse**. De Saturnin au chef d'œuvre de l'art roman. Graulhet: Editions Odyssée. 2008. 348 p.

COUZINET, V. Document et documentologie dans les sciences de l'information et de la communication. *In*: CARVALHO, K.; BARREIRA, M. I. (orgs.). 3. Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI: As transformações do documento no espaço - tempo do conhecimento. **Anais** [...] Salvador, Rede MUSSI, UFBA, 2014.

DAVALLON, J. **Le don du patrimoine**: Une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermès, Lavoisier, 2006. 222 p.

DEBRAY, R. **Introduction à la médiologie**. Paris: Puf, 2001, 223 p.

FRAYSSE, P. Document. In : GARDIES, C. (dir.). **Approche de l'information-documentation**: concepts fondateurs. Toulouse: Cepaduès éditions, 2011. p. 36-74.

FRAYSSE, P. Monument et document au musée Saint-Raymond, Musée des Antiques de Toulouse. **Culture et Musées**, n. 21, p. 67-87, jun. 2013.

MEYRIAT, J. De l'écrit à l'information: la notion de document et la méthodologie de l'analyse du document. **Inforcom**78, p. 23-32, 1978.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre. Bruxelles: Editions du Mundanéum, 1934.

PIC, M. Le devenir image de la relique à l'époque de la reproductibilité technique. Photographie, copie et métaphore. In : BOUTRY, P.; FABRE, P. A.; JULIÁ, D. (eds.). **Reliques modernes**: Cultes et usages chrétiens des corps saints des Réformes aux révolutions. Paris: Ed de l'EHESS. 429 p. v.2.

NORA, P. (dir.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard 1984-1993.

POMIAN, K. Histoire culturelle, histoire des sémiophores. In: RIOUX, J.-P; SIRINELLI, J.-F. **Pour une histoire culturelle**, Seuil, 1997, p. 73-100.

SAINT-SERNIN: Seul le Vatican possède plus de reliques. **La Dépêche du midi**, Dimanche 26 mai. 2013, p. 28.

SCHMITT, J.-C. Les reliques et les images. In: BOZOKY, E. (dir.). **Les reliques, objets, culte, symboles**. Brepols. 1999. p. 145-167.

COMUNICAÇÃO CORPORATIVA ENTRE HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: ALGUNS ESTUDOS DE CASO NA ITÁLIA ¹⁵

Carlo Vinti

Introdução

Sou especialista em história do design e minha visão sobre as questões ligadas à memória é, inevitavelmente, a de um historiador. Meu ponto de vista é de um pesquisador que habitualmente utiliza os arquivos e as coleções patrimoniais no enquadramento de estudos históricos relacionados especialmente com a história do desenho gráfico e da comunicação corporativa. Não obstante, tive a ocasião de trabalhar sobre a mediação e apreciação da história e da memória corporativa na Itália e estabelecer colaborações com atores e instituições do mundo econômico ativo neste domínio, assim como em fundações e arquivos. Em 2011, com Giorgio Bigatti, diretor da Fundação ISEC – Instituto para a História do Mundo Contemporâneo -, fui responsável pela concepção e realização de uma plataforma *online* que dá acesso a acervo de periódicos publicados pelas empresas italianas entre 1930 e 2000. Este trabalho deu lugar à criação do *site* www.houseorgan.net que permite a consulta de fichas catalográficas produzidas por uma equipe composta por

¹⁵ Originalmente publicado em: VIN'TI, C. La communication d'entreprise entre histoire, patrimoine et mémoire: quelques études de cas en Italie. **Actes IV Colloque Scientifique International du Réseau Mussi**.. Lille: Université de Lille, 2018.

Tradução de Geni Chaves Fernandes.

Revisão de Gustavo Saldanha.

historiados do *design* e historiados das corporações. Dentre minhas colaborações mais recentes, parece-me oportuno mencionar uma publicação monográfica criada para a Fundação Pirelli: *Publicità con la P minuscola* (Fondazione Pirelli, 2017). Recentemente conduzi projetos de pesquisa encomendados sobre a história de determinadas marcas de bebidas alcoólicas.

Nesta comunicação gostaria de me apoiar sobre estas últimas experiências em vista de responder às seguintes questões: em que medida e através de que estratégias atuais as corporações se utilizam de seu próprio passado publicitário a fim de construir um “patrimônio” identitário útil para definir sua imagem no presente? Que questões se colocam ao pesquisador encarregado da reconstrução do passado de uma marca face às abordagens decorrentes de estratégias de *marketing*? De que modo objetos comunicacionais de condição cultural complexa, como os cartazes e outros artefatos publicitários do passado: as embalagens, as logomarcas e os símbolos de identidade visual, ativam a memória coletiva?

Após uma breve introdução sobre o novo modo como as corporações e as marcas mantêm com seu passado, buscarei examinar a relação entre os desafios da pesquisa histórica e as ações dos atores econômicos, apoiando-me sobre minhas experiências nos projetos de pesquisa encomendados que conduzi recentemente. Abordarei em seguida o tema dos arquivos digitais da corporação, considerados como uma ferramenta, ao invés de meio de preservação e comunicação da memória da corporação. Por fim, procurarei analisar os artefatos comunicacionais da corporação enquanto patrimônio e como partes integrantes da memória coletiva da sociedade, no entrecruzamento de interesses de diferentes atores.

A identidade da corporação, do futuro ao passado

Ao longo dos últimos anos, mais e mais frequentemente as organizações constroem sua própria imagem com base em

operações de reatualização que exploram, pela ótica de marketing, o poder evocador do passado. É um fenômeno que se pode observar muito claramente nas logomarcas e nos sistemas de identidade visual. Se durante uma boa parte do século XX estes artefatos comunicacionais se caracterizavam principalmente por símbolos abstratos e por uma estética modernista projetada para o futuro (Henrion; Parkin, 1967; Vinti, 2007), hoje muito frequentemente se referem ao passado da corporação, até suas origens (Olins, 2003).

Logomarcas “defuntas” são literalmente ressuscitadas por especialistas de marketing e de gestão de marca. Mesmo algumas que aparecem nas páginas da Logo R.I.P (The Stone Twins, 2012), uma publicação singular que se quer uma espécie de espaço de comemoração para este gênero de signos gráficos que caíram em desuso, reencontraram no presente sua função comunicacional e comercial da origem. As logomarcas das corporações Fiat e Kodak, recentemente redesenhado sobre as bases de versões precedentes, que remontam respectivamente a 1932 e 1971, são exemplos representativos. Podem-se observar estratégias muito similares em outros domínios da comunicação corporativa, especialmente na publicidade: as marcas utilizam frequentemente seu passado publicitário com a finalidade de uma comunicação ditada pelas urgências do presente (De Iulio; Vinti, 2018).

Este fenômeno se inscreve numa tendência mais geral à nostalgia e ao retrô retomada depois de anos nas indústrias culturais e dentre os profissionais da comunicação e do design (Guffey, 2006; Reynolds, 2011). De fato, este retorno, por assim dizer, do futuro sobre o passado remonta ao período do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, período acerca do qual muitas vezes nos referimos como uma “era pilhagem”, em razão de suas reapropriações e reutilizações frequentes de formas e estilos do passado (Savage, 1983; Pynor, 2003). De acordo com vários autores, trata-se de uma época onde um novo retorno ao passado começou a se manifestar, caracterizado pela multiplicação de

práticas memoriais (Nora, 1997), e pelo que foi definido como de “inflação patrimonial” (Heinich, 2009).

É neste momento que as corporações mesmas começaram a se interessar por sua própria história, engajando-se em um processo de patrimonialização de diferentes objetos como fábricas e lugares de trabalho, máquinas e sistemas de produção, produtos e saber-fazer de trabalhadores e, enfim, da publicidade e, de modo mais geral, da comunicação da corporação. Este trabalho de valorização patrimonial foi realizado graças a estruturas “institucionais” como fundações, arquivos e museus gerados pelas próprias corporações (Bulegato, 2008; Lerpold *Et al*, 2007; Marti, 2012).

Desde o início desta onda de interesses pelo “patrimônio” das corporações, estas estruturas capturaram o ímpeto dos historiadores, que tiveram a ocasião de acessar novos recursos documentais e puderam definir os contornos de um novo campo de investigação: a história das corporações (Bigatti, 1992; Tassel, 2014). Do mesmo modo como especialistas em documentação e responsáveis por museus e arquivos, os historiadores tiveram de se confrontar com a lógica memorial dos atores econômicos, interessados em selecionar no seu passado os elementos úteis para construir a identidade da organização no presente. Hoje, este confronto tornou-se muito mais complexo e espinhoso, precisamente em razão do crescimento exponencial do interesse das corporações pelo conhecimento e utilização de seu próprio passado. Cada vez mais frequentemente as organizações e corporações consideram a longevidade – o fato mesmo de ter uma história precedente – como uma vantagem competitiva a explorar através de ferramentas daquilo que chamamos de “marketing de heranças” (Balmer, 2012; Balmer, 2017; Montemaggi Et Secerino, 2007; Stadler, 2011; Urde *et al*, 2007).

Os estudos existentes no domínio mencionam explicitamente “[...] a utilização do patrimônio histórico como uma ferramenta de comunicação da identidade e dos valores da empresa” (Riviezzo *et al*, 2016, p. 499). O que parece novo nas

iniciativas mais recentes de valorização da história e da memória das corporações é o fato que a pesquisa sobre o passado tende a responder a uma urgência comunicacional imediata: especialmente a vontade ou a necessidade das corporações de reviver, renovar ou reposicionar (e às vezes mesmo ressuscitar) uma marca, agindo sobre seu componente memorial. É exatamente o caso de três pesquisas que conduzi recentemente, financiadas por uma grande multinacional do setor de licores e aperitivos, que nos últimos anos teve a iniciativa realizar de uma série de investigações sobre o “patrimônio histórico” de várias marcas italianas que atualmente fazem parte de seu portfólio. Este colóquio me dá a oportunidade de abordar pela primeira vez estes trabalhos – que estão em fase de realização – numa perspectiva autorreflexiva.

O caso de três marcas de licores e aperitivos

Nos três casos a demanda inicial foi a de produzir um trabalho de documentação e de reconstrução histórica, uma vez que sua condução e usos futuros não estavam claramente definidos. Dito de outro modo, os objetivos de *marketing* não haviam sido formulados de maneira explícita pelos atores da corporação. O acordo entre a sociedade multinacional não previa mais do que a redação de um relatório de pesquisa e a compilação de um catálogo de artefatos gráficos e publicitários identificados, com todos os dados que pudessem ser úteis para a aquisição de direitos de reprodução.

O caso A (1) refere-se a uma célebre marca de vinhos e licores com uma longa história. Minha contribuição foi parte de um grupo de trabalho constituído por um arquivista, um historiador de corporações e dois especialistas em história contemporânea. Por ocasião do 250º aniversário da fundação da marca, ou mais precisamente da corporação que produzia o licor antes da cessão e aquisição que teve lugar no fim do século XX, o novo proprietário colocou sua atenção sobre os arquivos históricos e sobre a coleção conservada em um museu inaugurado durante os

anos 1990 na primeira usina da corporação. Os responsáveis pelo marketing, encarregados da valorização da marca, impulsionados pela necessidade de relançá-la e reposicioná-la, demandaram ao grupo de universitários e pesquisadores, que já mencionei, reconstruir a biografia dos empresários e a história da corporação, os lugares e os métodos de produção, as estratégias comerciais e, finalmente, a publicidade e a comunicação visual, pelas quais eu era responsável.

A tradição publicitária da marca A está entre as principais protagonistas da cena gráfica italiana e internacional. Quando da aquisição da marca, os novos proprietários adquiriram igualmente uma coleção de cartazes e artefatos publicitários que, embora rico, não era exaustivo. Com efeito, várias peças originais estavam perdidas ou muito deterioradas. Considerando a longa história publicitária da marca construída ao longo de dois séculos, a coleção aparecia incompleta. Deste modo, minhas pesquisas foram inicialmente concentradas na localização de numerosos exemplares dispersos e conservados em diferentes instituições patrimoniais públicas e privadas como o *Museo Collezione Salve de Trévis*, o *Musée des Arts Décoratifs* de Paris e o *Museum für Gestaltung* de Zurique. Nas fases seguintes, além de localizar numerosos artefatos publicitários até então desconhecidos e de identificação dos autores de peças já conhecidas, a investigação focalizou o funcionamento do serviço publicitário no âmbito da antiga corporação. O estudo de numerosos documentos arquivísticos, que até o presente permaneciam na sombra, permitiu reconstruir com precisão a história publicitária e as estratégias de comunicação de uma das marcas italianas mais conhecidas no mundo.

Apesar do interesse inicial manifestado pelos responsáveis pelo *marketing* da marca A para estes novos elementos obtidos da pesquisa histórica, tornou-se rapidamente evidente que os segmentos do passado que queriam valorizar não estavam ligados à história da industrialização precoce da produção, nem às estratégias de comunicação modernas destacadas pela marca. Antes, seu interesse voltava-se sobre as antigas origens da atividade

da família de empresários e, daí, sobre a possibilidade de religar a marca à tradição artesanal e regional de mestre de confeitaria e preparação de bebidas destiladas (2). Este trabalho confirma então que a tentativa de “re-enraizar” num contexto local e colocar ancoragem em um território constitui um dos aspectos centrais das estratégias do *marketing* de heranças. Minhas pesquisas sobre as duas outras marcas, que fazem parte do portfólio da mesma multinacional (3), igualmente me permitem constatar a mesma tendência.

A marca B apresenta o nome de uma família de empresários que, antes de declinar recentemente de sua atividade, produziu durante mais de um século um licor “*amaro*” muito popular na Itália. Trata-se de uma corporação e de um produto com raízes territoriais muito fortes. Entretanto, como tornou-se evidente ao longo de nossa pesquisa, a marca se impôs no mercado nacional através de uma estratégia publicitária que progressivamente a afastou de sua imagem toda conotação regional e local. A marca entrou na memória coletiva dos italianos graças aos comerciais de televisão que captaram o novo clima hedonista que dominava nos anos 1980. Nossas pesquisas puderam colocar em evidência a existência de artefatos publicitários realizados desde a fundação da empresa no século XIX. Na ótica dos gestores de *marketing*, estes objetos e documentos, cuja iconografia está ligada à região e à cidade de sua origem, poderiam se prestar a uma narrativa do sentido local da marca, que hoje já se apoia fortemente na descoberta de raízes ancestrais e territoriais do produto em suas campanhas publicitárias.

Mais significativo ainda a este respeito é o caso da marca C. Trata-se de um licor (aperitivo e “*amaro*”) lançado no mercado durante os anos 1950 por uma empresa cujo nome deixou poucos traços na memória dos italianos. Por outro lado, a marca é ainda popular na *Péninsule* e sua notoriedade está ligada a uma série de publicidades televisivas difundidas no programa *Carosello*. Após um longo período de crise e de fraca visibilidade nas mídias, o produto

foi recentemente relançado através de uma reinterpretação irônica de seus motes publicitários do passado.

As pesquisas que conduzimos permitiram reconstruir a gênese e as evoluções das antigas estratégias publicitárias que acompanharam o sucesso do produto durante os anos 1950. Estas estratégias não previam a promoção do nome do produtor, estando principalmente anexadas a uma disseminação massiva da marca nas mídias e nos espaços públicos urbanos. Por outro lado, a pesquisa histórica colocou igualmente em evidência as origens da família de empresários que produziram o licor durante mais de trinta anos e que começou suas atividades em uma cidade do norte da Itália, berço de uma importante tradição de fabricação no setor de bebidas alcoólicas. Uma vez obtidas pelos responsáveis do *marketing*, encarregados de gerar a marca, as informações e a documentação relativas a esta tradição anciã e local se prestou para ser utilizada de modo a destacar os aspectos do passado da empresa antes inexplorados e para deste modo reposicionar, temporal e espacialmente, uma marca que, na memória dos italianos, estava associada aos anos do “milagre econômico”, desprovida de laços com um território específico.

Nos três casos analisados, então, os traços do passado que reaparecem através do trabalho de pesquisa se prestam a ser reelaborados a partir de uma lógica radicalmente independente das preocupações de interpretação crítica, própria da perspectiva historiográfica. O passado redescoberto pode facilmente tornar-se um material de criação e de invenção nas mãos de especialistas em *marketing* na busca de elementos que pudessem ajudar a re-enraizar a marca, o mais longe possível no tempo, e circunscrever, o mais próximo possível no espaço.

Por outro lado, é necessário ter em mente que estes trabalhos de investigação foram uma oportunidade preciosa para mim ao darem acesso a fontes documentais que de outro modo inacessíveis. Além disso, os resultados das pesquisas conduzidas podem trazer interesse científico para pesquisadores de diferentes disciplinas: história da economia, história das corporações e do

consumo, história cultural e aos estudos sobre a publicidade e a comunicação de marca.

Arquivos digitais e memória da corporação

Já há algumas décadas, diferentemente dos museus de corporações, os arquivos corporativos estavam ligados a uma concepção tradicional do patrimônio histórico e cultural. Lugares dedicados principalmente à preservação da história e da memória da corporação, não eram geralmente abertos à consulta para além de pesquisadores e de um público interno. As novas possibilidades de colocar os arquivos acessíveis a um público mais amplo e de os “animar” graças às tecnologias digitais (Burdick *et al.*, 2012) transformaram profundamente a função dos arquivos das corporações.

O *site* da agência italiana *Promemoria*, “[...] especializada na recuperação, conservação e valorização à 360° do patrimônio histórico de grandes empresas, instituições e colecionadores [...]” oferece um exemplo útil para entender como no momento atual os arquivos são concebidos como uma ferramenta “[...] de inovação estratégica” (4). *Promemoria* promove seus serviços colocando em evidência sua construção de plataformas digitais para mostrar “o caminho através do qual a marca evoluiu” estabelecendo “um diálogo entre o presente, o passado e o futuro” (5) Este modo de apreender os arquivos se manifesta claramente em um dos últimos projetos da agência, realizado por conta da corporação *Lavaazza*, em conexão com a criação de uma nova estrutura museal dedicada à marca italiana. O primeiro vídeo (6) que apresenta a nova plataforma de arquivos históricos digitais *Lavaazza* (*Archivio storico digitale Lavaazza*) demonstra claramente como as competências especializadas no domínio das ciências da documentação e do arquivo tendem a integrar, e frequentemente a se misturar, ao que estes membros da *Promemoria* definem, eles mesmos, como gestão da herança da marca (*brand heritage*).

Nestes casos, com efeito, os mesmos atores implicados nos processos de documentação, digitalização e criação da arquitetura de interface da plataforma são os igualmente responsáveis pelo processo de memorialização, fortemente orientado para objetivos de *marketing*.

Por outro lado, na perspectiva da história das corporações e da história do *design* (Dalla Mura, 2016), as plataformas de arquivos digitais oferecem novas oportunidades como agregadoras de diferentes coleções de recursos. Nestes trabalhos que descrevi, encontrei-me face a situações bem diferentes com relação aos fundos documentários existentes e sua digitalização: para o primeiro caso (marca A) a digitalização dos arquivos já foi iniciada, no segundo caso (marca B), um rico *corpus* documentário estava reunido na sede da antiga corporação, de modo que o inventário, a catalogação e a digitalização vão começar agora. Enfim, para o terceiro caso (marca C), trabalhei com a ausência total de recursos documentários internos. Nos três casos, os recursos provenientes de coleções públicas ou privada externas foram cruciais.

Obviamente, é possível construir bancos de dados digitais mesmo na ausência de um espaço de arquivo institucionalizado, o que foi recentemente produzido no caso de de grandes lojas de departamentos italianas *La Rinascente*, cujos arquivos físicos estão quase completamente perdido. O portal *Arquivos Rinascente* (<https://www.archives.rinascente.it>) dá acesso a um diretório heterogêneo de documentos e imagens provenientes de 26 coleções e arquivos diferentes. Estes recursos variam de coleções de instituições públicas, como museus e universidades aos arquivos pessoais de *designers* gráficos e fotógrafos que trabalharam para *La Rinascente* (Vinti, 2018). Concebido para desencadear “[...] uma ação coletiva, graças à contribuição de funcionários, colaboradores, fornecedores e clientes [...]” (7) da empresa, o site visa enriquecer constantemente seu conteúdo graças à participação de todos aqueles que, no passado, lidaram com *La Rinascente* e conservar documentos sobre sua história. Este é um caso particularmente emblemático de tentativa de considerar a história de uma empresa

em termos de memória coletiva, aspecto que adquire particular importância quando se trata de publicidade e comunicação corporativa que se tornam patrimônio.

A comunicação da corporação enquanto patrimônio e memória coletiva

Na maior parte dos casos, os artefatos de comunicação da corporação, em particular aqueles que dizem respeito ao domínio da publicidade, não são predestinados a sobreviver. Os cartazes, os anúncios na imprensa, as embalagens – para citar alguns exemplos – são criados para cumprir uma missão de curto prazo e não se destinam às gerações futuras. Entretanto, eles têm a possibilidade de entrar no espaço de permanências das instituições patrimoniais, como é evidente no caso dos cartazes, que se tornaram bem cedo objeto de práticas de colecionismo e de patrimonialização (De Iulio, 1996; Zmelty, 2013; Iskin, 2014).

As próprias empresas entenderam desde o início que trabalhar com *designers* de cartazes poderia tornar-se um meio de obter legitimidade cultural e até mesmo de construir uma coleção de artefatos publicitários de autores. Uma vez que sua função comercial se esgota, as criações de artistas e ilustradores tornam-se facilmente parte da “herança” da corporação e são elementos-chave na narrativa de sua história, que hoje muitas vezes é orquestrada em meio a verdadeiras estruturas museais, mas no passado era encenado através do ritual de “visitar a empresa” (Marchand, 2001; Vinti, 2007). Isso pode ser constatado muito claramente nas páginas de uma publicação promocional dos anos 1930, editada pelo serviço de publicidade da Marca A, observado em parte da minha pesquisa. Nas ilustrações deste livro, criadas por um famoso *designer* gráfico italiano, pode-se observar os cartazes exibidos “para benefício dos visitantes” como pinturas “sobre os stands”, enquanto o texto expressa o orgulho da empresa por ter montado uma galeria de “[...] verdadeiras obras de arte assinadas pelos mais talentosos artistas italianos e estrangeiros” (8).

Desde suas origens, os cartazes de publicidade são vistos como ferramentas de comunicação comercial e obras de mentes criativas. Mas os anúncios do passado sobrevivem no presente e muitas vezes entraram em instituições patrimoniais como bibliotecas públicas, arquivos e museus, também por razões independentes do seu valor histórico-artístico. Quer sejam pouco espetaculares, sem valor econômico ou formalmente negligenciados, os anúncios do passado que sobrevivem no presente são considerados como os vestígios de um mundo social, econômico e cultural que desapareceu e têm o poder de evocar recordações e de gerar emoções (De Iulio; Vinti, 2018). A comunicação corporativa e a marca se constituem a partir da memória coletiva de uma corporação. Mas, uma vez que sua função comercial foi desativada, pode por sua vez tornar-se parte da memória coletiva da sociedade na qual circulou (De Iulio *et al.*, 2017; Grandi, 2007). Provavelmente é por causa desta ligação com a memória coletiva que os artefatos gráficos e publicitários do passado - dos mais raros e preciosos aos mais comuns - tornaram-se objetos de coleções cada vez mais procurados por pesquisadores e por amadores de todos os tipos.

Os *blogs*, os *sites* e as redes sociais digitais como *pinterest*, *flicker* ou *ebay* e outros recursos *online*, estruturados para conteúdos gerais gerado pelo usuário, desempenharam um papel importante nas três pesquisas que acabei de descrever. Uma parte considerável da produção publicitária das três marcas sobre as quais trabalhei é reunida por colecionadores e entusiastas, em particular pelo valor memorial que lhes atribuem, ou pelo menos por um valor estético não reconhecido ou validado por instituições patrimoniais ou saberes especializados. Estabeleci inúmeras trocas com colecionadores que deram contribuições significativas a minha pesquisa, não apenas disponibilizando seus materiais para mim, mas também em termos de saberes sobre as corporações e sua comunicação.

Além disso, como observei durante minha pesquisa, muitos colecionadores e amadores guardam cartões-postais ou fotografias

antigos que documentam a presença de uma marca na esfera pública e no espaço urbano. Imagens de letreiros iluminados antigos e diferentes tipos de letras urbanas abundam em diferentes recursos *online* e redes sociais. Do meu ponto de vista como historiador, é muito importante documentar a presença de artefatos gráficos e publicitários nos diversos espaços sociais. As marcas estão estreitamente entrelaçadas nas texturas da vida cotidiana e entram na memória coletiva graças também a esta presença generalizada.

Os arquivos da Marca A contêm várias fotografias de placas e exibições de cartazes de todos os tipos, espalhados em diferentes espaços urbanos de países europeus e em outras partes do mundo. Nesse caso, seria concebível uma chamada de documentos para adicionar a este *corpus* existente fotografias semelhantes preservadas por colecionadores e amadores. Também no caso das marcas B e C, seria possível reunir as fotos existentes (nos arquivos e coleções amadoras) que foram tiradas em diferentes cidades, dentro de bares, cafés e locais de encontro.

A prática do *crowdsourcing* por meio da chamada de documentos, já amplamente experimentada em outros domínios, certamente pode ajudar a enriquecer o acervo corporativo. Estou convencido de que, nos casos que acabei de ilustrar, pode ser muito frutífero mobilizar e implicar no processo de patrimonialização diferentes públicos que, de muitas maneiras, têm uma relação com a organização ou a marca. Mas talvez para entender melhor e valorizar o lado memorial deste tipo de documentos, seria ainda mais útil e interessante a tentativa de engajar a reflexividade de públicos (Da Lage; Gellereau, 2015) como antigos empregados, colaboradores e colecionadores amadores, incorporando seu ponto de vista aos arquivos digitais. Claro, seria importante evitar o risco de que o trabalho gratuito de amadores pudesse ser explorado para fins de *marketing* corporativo. Neste setor da memória e da história das marcas, as implicações de “colocar ao trabalho” os consumidores (Dujarier, 2008) são ainda mais delicadas. Por outro lado, uma maior participação dos

consumidores, amadores e dos apaixonados (se realizado com consciência dos riscos envolvidos) poderia contribuir para diminuir a mediação da memória das marcas do controle muitas vezes exclusivo de as próprias empresas.

A comunicação corporativa enquanto objeto patrimonial e memorial é um assunto interessante, justamente em razão de seu estatuto cultural complexo, com o entrecruzamento de interesses de atores, animados por motivações muito diferentes: as próprias corporações e seus gestores de marketing, profissionais da comunicação como publicitários e *designers* gráficos, pesquisadores de várias disciplinas, incluindo historiadores como eu, públicos não especializados como colecionadores e amadores.

Enquanto patrimônio, a propaganda e a comunicação corporativa não são compostos apenas de "obras" de valor artístico e cultural reconhecidas por especialistas, mas também de artefatos e traços documentais capazes de ativar o que Jan Assmann chama de "memória comunicacional" (2008), uma memória não institucional e não formalizada. Trata-se, portanto, de um patrimônio certamente instável e evolutivo: um patrimônio "em projeto", muitas vezes visto como um recurso a ser reelaborado e remodelado com base em urgências e prioridades do presente.

Do meu ponto de vista de historiador que participa do processo de patrimonialização e de colocar em memória, acredito que seja necessário não só levar em conta esse nível de complexidade e enfrentar essas contradições, mas também tentar integrá-las ao processo de concepção e construção de ferramentas de conservação, mediação e interpretação.

Notas

(1) Em razão do acordo de confidencialidade assinado com esta multinacional, não é possível mencionar aqui nem o nome da empresa e nem das marcas que foram objeto de minhas pesquisas históricas.

(2) Como os resultados da pesquisa conduzida pelos membros do grupo de trabalho sobre a história da família e da corporação claramente mostram, existem relações, mas também uma forte descontinuidade

entre estas primeiras atividades locais da família e a história industrial de uma corporação que foi capaz de se estabelecer muito rapidamente no mercado mundial como marca global, sem qualquer conotação territorial.

(3) Nestes dois casos, a pesquisa foi conduzida por uma pequena equipe composta por mim e um jovem pesquisador de minha universidade, Antonello Garaguso. Os resultados da investigação estão reunidos em dois protótipos de publicação destinados à difusão unicamente no âmbito da corporação.

(4) Fonte: <https://www.promemoriagroup.com> (página consultada em 15 de outubro de 2018).

(5) Fonte: <https://www.promemoriagroup.com> (página consultada em 15 de outubro de 2018).

(6) Disponível em: <https://vimeo.com/198706580>

(7) Disponível em: <https://archives.rinascente.it/it/about>

(8) Una visita a, 1933/34. A publicação não está atualmente disponível para consulta. Consulta-la não será possível antes da conclusão da pesquisa e do arranjo dos arquivos da marca para serem abertos ao público.

Referências

ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLI, A., NÜNNING, A. (org.), **Media and cultural memory**. Berlin-New York: Walter de Gruyter, 2008, p. 109-118.

BALMER J. M. T. Corporate heritage, corporate heritage marketing, and total corporate heritage communications: What are they? What of them? **Corporate Communications: An International Journal**, v. 18, n.3, p. 290-326, 2013.

BALMER J. M. T. **Foundations of corporate heritage**. Londres: Routledge, 2017.

BIGATTI, G. La storia d'impresa in Italia 1988-1989. Saggio bibliografico. **Archivi e Imprese**, v. 5, p. 84-100, 1992.

BULEGATO, F. **I musei d'impresa**. Dalle arti industriali al design. Rome: Carocci, 2008.

BURDICK, A.; DRUCKER J.; LUNEN-FELD, P.; PRESNE, R. T.; SCHNAPP, J. **Digital Humanities**. Cambridge: MIT Press, 2012.

DA LAGE, É., GELLEREAU, M. Produire de la connaissance avec les amateurs. La recherche comme dispositif de médiation sociale et culturelle. **Sciences de La Société**, v. 93, p. 56-77, 2015.

DALLA MURA, M. Entering digital design history. In: BENINCASA, A.; CAMUFFO, G.; DALLA MURA, M.; UPMEIER, C.; VINTI C. (org.). **Graphic design: history and practice**, Bozen-Bolzano: Bu, press, p. 189-214, 2016.

DE IULIO, S. **L'età del manifesto**. Sguardi sulla pubblicità francese del XIX secolo, Milan: FrancoAngeli, 1996.

DE IULIO, S. *et al.* Dai muri agli schermi : la vita digitale degli artefatti pubblicitari. **Mediascapes Journal**, v. 8, p. 175-190, 2017.

DE IULIO, S.; VINTI, C. Utiliser et réactualiser la publicité du passé: une multiplicité d'acteurs, Introduction. **Études de communication**, v. 51, 2018.

DUJARIER, M.-A. **Le travail du consommateur**. De McDo à eBay : comment nous coproduisons ce que nous achetons. Paris: La Découverte, 2008.

FONDAZIONE PIRELLI. **La pubblicità con la P maiuscola** : la comunicazione visiva Pirelli tra design d'autore e campagne globali, anni Settanta-Duemila. Mantova: Corraini, 2017.

GRANDI, R. Pubblicità e memoria. In: AGAZZI, E., FORTUNATI, V. (org.). **Memoria e saperi**. Percorsi transdisciplinari. Rome: Meltemi, 2007, p. 451-468.

GUFFEY, E. **Retro**. The culture of revival. Londres : Reaktion Books, 2006.

HEINICH, N. **La fabrique du patrimoine** : De la cathédrale à la petite cuillère. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2009.

HENRION, F. H. K.; PARKIN, A. **Design coordination and corporate image**. Londres: Studio Vista, 1967.

ISKIN, R. **The poster art**. Advertising, design, and collecting, 1860s–1900s. Hanover: Dartmouth College Press, 2014.

LERPOLD, L.; RAVASI, D.; VAN REKOM, J. **Identity, image and corporate museums**. Londres, New York: Routledge, 2007.

MARCHAND, R. **Creating the corporate soul**: the rise of public relations and corporate imagery in American big business. Oakland: University of California Press, 2001.

MARTI, C. Haribo chez les Muses: la tentation patrimoniale. Quand les marques deviennent des musées. *In*: REGOURD, M. (org.). **La stratégie de marque dans l'audiovisuel**. Paris: L'Harmattan, 2012, p. 199-210.

MONTEMAGGI, M; SEVERINO, F. **Heritage marketing**. La storia dell'impresa italiana come vantaggio competitivo. Milan: FrancoAngeli, 2007.

NORA, P. (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997 (1984).

OLINS, W. **On brand**. Londres: Thames & Hudson, 2003.

POYNOR, R. **No more rules**. Graphic design and postmodernism. Londres: Laurence King Pub, 2003.

REYNOLDS, S. **Retromania**: pop culture's addiction to its own past. New York: Farrar Straus & Giroux. 2011.

RIVIEZZO, A.; GAROFANO, A.; NAPOLITANO, M. R. Il tempo è lo specchio dell'eternità. Strategie e strumenti di heritage marketing nelle imprese longeve italiane. **Capitale Culturale**, v. XIII, p. 497-523, 2016.

SAVAGE, J. The age of plunder. **The Face**, v. 23, p. 45-49, 1983.

STADLER, C. **Enduring success**: what we can learn from the history of outstanding corporations. Standford: Standford University Press, 2011.

TASSEL, J. Que fait-on du passé dans les organisations ? **Sociologies Pratiques**, v. 29, p. 1-10, 2014.

THE STONE TWINS. **Logo R.I.P.**: a commemoration of dead logotypes. Amsterdam: BIS Publishers, 2012 (2003).

URDE, M.; GREYSER, S. A.; BALMER, J. M. T. Corporate brands with a heritage. **Journal of Brand Management**, v. 1, p. 4-19, 2007.

VINT, I. C. **Gli anni dello stile industriale**. Venise: Marsilio, 2007.

VINTI, C. Un archivio digitale e due mostre per celebrare (la) Rinascente. In: BULEGATO, F.; DALLA MURA, M.; RICCINI, R.; VINTI, C. (org.). **AisDesign**. Storia e ricerche (Storie di design attraverso e dalle fonti), v. 10, 2018.

ZMELTY, N.-H. **L'affiche illustrée au temps de l'affichomanie (1889-1895)**. Paris: Mare Martin, 2013.

MEMORIA, BIBLIOTECAS Y HUMANIDADES DIGITALES ¹⁶

Edgardo Civallo

Todo está guardado en la memoria/ sueño de la vida y de la historia. León Gieco. La memoria. En "Bandidos rurales" (2001)

La memoria colectiva

La memoria colectiva es la suma de los recuerdos de un conjunto de individuos (Halbwachs, 2004; Nora, 1978). Los recuerdos contenidos en la memoria colectiva son un reflejo de todo lo vivido, pensado, imaginado y sanado por un determinado grupo humano. Recuerdos vívidos y reales, o mitificados y absolutamente deformados por el paso del tiempo... Cientos de miles de millones de visiones, creencias y perspectivas en miles de lenguas distintas, algunas desaparecidas hacen siglas, construyendo la realidad como si fuese un mosaico de infinitas telas, o un cuadro puntillista que necesitara de las manos de todos los artistas disponibles para dar, cada uno, una única, mínima pincelada.

La memoria colectiva es el depósito de todos los saberes, de todo lo aprendido y descubierto, de todo lo conocido. Es el archivo de todo lo ocurrido, de todo lo hecho, tal y como los protagonistas de esas ocurrencias y esos hechos lo vivieron, lo percibieron y

¹⁶ Originalmente publicado en: CIVALLERO, E. Memoria, bibliotecas y humanidades digitales. In: IV Jornada Científica Internacional da Rede Mussi. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, Rede Mussi, 2019.

decidieron contaría y recordaría. A veces fue escrita, otras veces fue transmitida mediante palabras habladas o cantadas. Y a veces, las más, no se transmitió y se desvaneció con sus creadores.

De esa memoria colectiva, dei acervo de todos los recuerdos de nuestra especie, hemos sido capaces de conservar un mero fragmento. Ínfimo. Irrisório casi. Conservar tal fragmento nos ha costado un esfuerzo inimaginable: a veces nos hemos visto forzados a sujetar entre nuestras manos migajas que parecían condenadas a desaparecer para siempre, y otras hemos debido rescatarlas de las fauces dei olvido, siempre tan proclive a devorar todo aquello que encuentra a su paso.

La mayor parte de la memoria humana se perdió, y un buen porcentaje de la conservada fue destruida a lo largo dei tiempo, bien accidentalmente, bien debido a un deliberado (y generalmente exitoso) intento de memoricidio. Hemos llegado a nuestros días con retazos de lo que fue, de lo que supimos, de lo que hicimos... En base a esos retazos tejemos esa serie de conjeturas -más o menos cercanas a la realidad- que llamamos "historia", y construimos ese inestable edificio que conocemos como "identidad".

Nuestra identidad como humanos, como especie, está basada precisamente en nuestros recuerdos (*vid.* Eco, 1999, 2002; Wiesel, 2002). O en lo que creamos, queremos o preferimos recordar. Lo mismo ocurre con nuestra identidad como varones o mujeres, como habitantes de un país o de cierto lugar, como personas de piel más clara o más oscura... La memoria -las experiencias compartidas a lo largo dei tiempo- nos hace quienes somos (Assmann, 1988; De Zan, 2008; Mendoza, 2009; Souroujon, 2011).

El proceso de producción de memoria no se detiene: es constante. Mientras haya seres humanos seguirá creándose memoria colectiva: mucha desaparecerá, y un par de piezas -las que se consideren más importantes, o simplemente las que logren sobrevivir- serán conservadas. La memoria no es, pues, algo lejano: la niñez de nuestros padres, y nuestra propia niñez, ya son parte de

la memoria de nuestro grupo, e incluso de la de nuestra sociedad. Lo que sea que haya sucedido la semana pasada, o el día de ayer, o hace cinco minutos, lo es también.

Son todos los pequeños hilos que componen nuestro tapiz; las briznas de hierba que forman la pradera casi infinita que somos nosotros y nuestros conocimientos. Un conglomerado rico, denso, cambiante, plural en todos los sentidos y por sobre todas las cosas. Un bien único.

La memoria colectiva es patrimonio de toda la humanidad (Taylor, 1982-83). Un patrimonio intangible, en cuanto no se puede tocar. Tal intangibilidad hace que ese patrimonio sea mucho más difícil de identificar, de recuperar y de conservar. Preservar algo etéreo para evitar su desaparición implica fijarlo a un soporte y convertirlo en un bien tangible, o fomentar las condiciones para que esas memorias, esos recuerdos, esos saberes sigan siendo repetidos, reproducidos y perpetuados. O ambas a la vez.

Actualmente existe una nutrida serie de recomendaciones internacionales que cubren buena parte, sino todos, los aspectos de ese patrimonio: resaltan su valor y su importancia, hacen hincapié en su diversidad (reflejo fiel de la propia diversidad humana), señalan algunas de las amenazas que sufre y de los problemas que padece, y sugieren posibles soluciones a corto, medio y largo plazo. Cabe destacar, entre todas ellas, las de la UNESCO: la Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural (1972), la Declaración de México sobre las Políticas Culturales (1982), la Recomendación para la Salvaguardia de la Cultura Tradicional y Popular (1989), la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial (2003), o la Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales (2005).

Las soluciones indicadas por esas recomendaciones y declaraciones conllevan una seria inversión de recursos, tanto humanos como económicos. Recursos que solo unas pocas quieren o pueden derivar hacia esos fines y esos objetivos. De

modo que hoy, como ayer, buena parte de la memoria colectiva humana continúa deteriorándose y, eventualmente, perdiéndose.

Esa es la razón por la que organizaciones como la UNESCO no dejan de insistir en la importancia y la necesidad de proteger el patrimonio intangible y de establecer programas con acciones concretas. En los últimos tiempos se ha intentado encuadrar esas acciones de protección de la cultura y la memoria dentro de los 17 Objetivos de Desarrollo Sustentable contenidos en la muy mentada Agenda 2030 de la ONU. Y se lo ha intentado a pesar de que dichos objetivos no mencionen explícitamente, en ningún caso, la memoria o la identidad. No obstante, es evidente que cualquier acción vinculada al desarrollo sustentable (y, concretamente, las del objetivo 4, relacionado con la educación) requiere de la cultura y de todas sus expresiones, así como de las instituciones que trabajan en su mantenimiento.

Gestionando la memoria

Una de las funciones centrales de las instituciones de conservación de la memoria ha sido, como su nombre bien indica, ocuparse de recolectar, organizar y proteger nuestro patrimonio intangible. Una cuestión de posibilidades y economía de recursos las ha llevado, evidentemente, a ocuparse de su memoria más cercana: la de su país, su ciudad o su comunidad.

A esa función de conservación se le suman otras de acceso y de divulgación. Pues el conocimiento, cuando es encerrado en cajas o entre cuatro paredes, termina marchitándose: convirtiéndose en una inútil colección de palabras, o de imágenes, o de sonidos desvaídos y cenicientos. Algo absolutamente estéril y, por ello, totalmente desperdiciado. Y, sobre todo, un conocimiento alejado de su función original: abrir puertas, trazar caminos, provocar el interés y la curiosidad, y sembrar las simientes que permitirán que los saberes se reproduzcan una y otra vez, generación tras generación.

A pesar de la necesidad de garantizar tanto el acceso como la divulgación de la memoria que preservan -necesidad recalcada en las recomendaciones internacionales antes citadas-, son numerosas las instituciones que, aún hoy, e imitando a sus predecesoras de hace un par de siglos, siguen comportándose como cancerberos dei patrimonio que cobijan, aislándolo de su entorno y de sus potenciales usuarios en un innecesario exceso de ceio protector.

Sea como fuere, dei proceso de recolección y organización de memoria surgen, entre otras, las llamadas "colecciones patrimoniales" (Varela Orol, 2014). Se trata de conjuntos de documentos -entendidos como cualquier medio o soporte que permita la codificación y transmisión de una determinada información- que contienen fragmentos de la memoria colectiva de un grupo humano determinado: su historia, su cultura, su arte, sus vivencias cotidianas...

Es preciso notar que, en el caso de las bibliotecas, las colecciones suelen estar basadas en el modelo estándar dominante: uno que da un lugar preferencial a la palabra escrita y a la fuente autorizada. Esto implica que las voces recogidas entales colecciones (incluyendo las patrimoniales) suelen ser, en líneas generales, las de aquellos que han podido escribir y publicar lo escrito, y cuyas palabras han sido consideradas como "apropiadas" para ser preservadas. La mayoría de las veces, esto se traduce, lamentablemente, en el triunfo de la visión de un determinado sector - con un origen étnico, un género, una posición socio-económica y política, unas creencias, un estatus, etc.- y en el abandono dei resto de las visiones, que suelen obtener una representación testimonial, o simplemente silencio y olvido.

A esto hay que agregar el colonialismo socio-cultural implícito en buena parte de las bibliotecas de aquellos países que han sido antiguas colonias de las potencias imperialistas europeas. Bibliotecas que, aún hoy, siguen respetando políticas de gestión de la memoria que se miran en la antigua metrópoli y dan escasa importancia a las culturas e historias nativas y locales.

Dado que es físicamente imposible rescatar toda la memoria, es preciso establecer políticas o lineamientos que den prioridad a la salvaguardia y la preservación de determinados elementos. Y es en el diseño de esos lineamientos cuando los sesgos señalados anteriormente -el colonialismo, la prevalencia de determinados sectores sociales, la invisibilización de otros- cobra total relevancia. De esos lineamientos depende qué memorias se conservarán para el futuro y cuáles no. Los sesgos no harán otra cosa que perpetuar la voz y el modelo dominante, y terminar de borrar dei mapa ai indígena, ai campesino, ai pobre, a la mujer, ai rebelde, ai anciano, ai enfermo o ai opositor. Todos ellos, parte también de nuestra memoria, nuestra identidad y nuestra cultura.

Quizás mucho más “parte” y mucho más cercanos a nosotros que cualquiera de los fragmentos que se pretenden guardar, o de los que ya componen la “historia oficial”.

Memorias y bibliotecas

Como institución gestora de memorias, la biblioteca juega el rol de guardiana de una parte de los saberes y las historias de su comunidad.

Dicho rol la obliga a garantizar que la memoria colectiva que maneja sea accesible, a sabiendas de que su uso conlleva la posibilidad de un cambio, de un descubrimiento, de una mejora en su comunidad ... Tiene, pues, la responsabilidad de que esos documentos -patrimonio y bien común de la sociedad a la que pertenecen- sean útiles, es decir, que cumplan un fin. Caso contrario, la propia existencia de la institución y de sus contenidos pierde buena parte de su sentido: una de las misiones esenciales de cualquier biblioteca es la circulación dei conocimiento que alberga y organiza.

Como parte de ese acervo recolectado y manejado por las bibliotecas, las colecciones patrimoniales pueden ser utilizadas para reforzar y cimentar identidades, especialmente las de grupos sociales invisibilizados, olvidados, marginados o atacados; para

desempolvar o refrescar historias, sobre todo esas "historias pequenas" que suelen pasar desapercibidas desde la perspectiva "macro" pero que resultan esenciales para entender de manera integral el desarrollo de una comunidad o el de una región; para facilitar conexiones entre hechos y datas que parecían no estar vinculados, pero que a la postre resultan estaria gracias a los elementos aportados por un manuscrito o por una grabación en carrete; para fomentar discusiones y debates, y establecer procesos de investigación y construcción de saberes; y un largo y muy variado "etcétera".

La biblioteca debe ser un espacio abierto para todos y de todos, y debe intentar reflejar la cultura de todos. Lo primem implica que el acceso a sus colecciones -incluyendo las patrimoniales- no debería estar reservado a determinados grupos o estamentos (p.ej. los académicos); con los recaudos dei caso, deberían desarrollarse programas y acciones que permitan a toda la ciudadanía acceder, consultar y revisar su memoria. Lo segundo conlleva un abordaje plural e integral de la memoria colectiva: decantarse por una sola visión o versión no hace más que convertir a la biblioteca en otra herramienta de presión y aculturación; cerrarse a un sector la desconecta de su misión última, y arranca dei suelo muchas de las raíces que la nutren, o que podrían hacerlo.

Como gestora de unos contenidos únicos -será preciso recordar aquí que "la información es poder"- la biblioteca debe asumir el compromiso de su conservación y de su difusión. Servir de plataforma para ciertos discursos y ciertas memorias puede significar el empoderamiento de una comunidad entera -sociedades indígenas, por ejemplo- o la diferencia entre visibilidad e invisibilidad para un sector relegado, castigado o excluido. En estos casos suele hablarse de "darle voz a los sin voz", aunque la frase puede resultar decididamente arrogante: no hace falta darles voz a esos sectores, sino quitarles las mordazas.

La biblioteca posee las herramientas para hacer que todo esto sea posible. Unas herramientas, por cierto, cada día más potentes y diversas.

El rol de las TICs

Las nuevas TICs -tecnologías de la información y la comunicación- han aportado un buen número de herramientas a las instituciones de conservación de la memoria y a sus disciplinas asociadas: la bibliotecología, la archivística, la museología... Los dispositivos, lenguajes y técnicas provistos por la revolución digital han permitido recolectar información en distintos formatos, almacenarla de manera masiva en piezas de hardware significativamente pequeñas, analizarla y acceder a datos relevantes a una velocidad de vértigo, hacer que dé la vuelta al mundo en un par de minutos, y permitir su acceso, su visualización y su reproducción a través de un amplio abanico de canales. Un escenario, el actual, que solo un punado de visionarias sonaba hace tres décadas.

Todo avance, sin embargo, tiene sus costes, y todas las luces, sus sombras. El entusiasmo contemporáneo ante tecnologías que parecen ser capaces de todo no debe anular nuestro pensamiento crítico, ni menoscabar nuestro juicio reposado. Las TICs presentan numerosos inconvenientes: desde su obsolescencia programada hasta su coste ecológico, pasando por problemas de privacidad o de sostenibilidad tecnológica. Al mismo tiempo, no son - ni deberían ser consideradas como - la panacea a todos los problemas, ni un fin en sí mismas: son simples herramientas (avanzadas, increíbles a veces, pero herramientas, al fin y al cabo) que son empleadas por seres humanos para realizar una labor que permita alcanzar unas metas determinadas. No deberían sustituir ni a los humanos ni a su capacidad para razonar: caso contrario, no seríamos más que una tropa de esclavos de las máquinas (Civallero, 2012; 2016).

Sin embargo, empleadas con juicio y sentido crítico, y tras evaluaciones previas que aseguren que su uso es necesario, las nuevas herramientas -como todas sus antecesoras- sonde gran ayuda; en el caso puntual que nos ocupa, para recuperar la memoria colectiva y gestionar colecciones patrimoniales. La digitalización de

fondos y la creación de libras digitales han permitido la recuperación y la divulgación de colecciones patrimoniales enteras. Las herramientas de análisis de texto han logrado que esos mismos documentos puedan ser interrogados por investigadores y curiosos, a la búsqueda de datas. Las bases virtuales facilitan que los volúmenes digitales puedan describirse a través de una rica serie de metadatos y se vinculen a otros documentos, por ejemplo, audiovisuales, algo esencial, entre otros casos, a la hora de organizar tradición oral. Las redes sociales y plataformas colaborativas permiten el trabajo de varios miembros de un equipo sobre una serie de documentos, su autenticación mediante la comparación con fuentes similares en otras partes del mundo, y la producción de trabajos de investigación multidisciplinarios e internacionales.

Uno de los núcleos centrales de la revolución digital es, sin lugar a dudas, Internet: la red de redes. Más allá de proporcionar un complejo y rico entramado de autopistas virtuales y de espacios de almacenamiento y visualización de contenidos, Internet se ha convertido en una comunidad de usuarios. Un espacio para el intercambio, el diálogo y el aprendizaje.

Y esa comunidad ha desarrollado una cultura propia. O un conjunto variopinto de culturas con unos valores comunes.

El conocimiento y el acceso abiertos, la interconexión o networking, la construcción comunitaria de contenidos, los commons ... Todos ellos son elementos que nacieron fuera de la Red pero que han encontrado en ella el perfecto caldo de cultivo para crecer, prosperar, cambiar, evolucionar, mejorar, corregirse y reformularse.

Movimientos enteros - desde el open source y el self-archiving al infoactivismo- nacieron y crecieron al calor de estos valores.

Como era de esperar, en algún momento entrarían en contacto -y en conflicto- con algunos aspectos de la realidad extranet. De ese encuentro nacieron, entre otras, las humanidades digitales: una corriente de pensamiento y acción que, de un tiempo

a esta parte, se ha convertido en el marco desde el que se gesta el futuro de la conservación de la memoria.

Humanidades digitales

Las humanidades digitales son el producto del encuentro entre las disciplinas académicas conocidas como "humanidades" y la cultura digital: la de las comunidades que habitan la red de redes (Burdick *et al.*, 2012; Schreibman *et al.*, 2004; Terras *et al.*, 2013).

El encuentro no estuvo libre de roces disimulados o de abiertos enfrentamientos. El universo académico representa varias siglas de metódico trabajo científico, y es el máximo exponente de valores como el análisis crítico o la honestidad intelectual. Pero también es el representante de un punado de elementos negativos que llevan enquistados en el seno de las disciplinas académicas prácticamente desde sus orígenes: el individualismo, la competitividad, el gusto por loas y honores, la honra a los héroes y sus carreras, la publicación como fin exclusivo de cualquier trabajo de investigación, las estructuras jerárquicas, la desconexión de la realidad y las "torres de marfil", el respeto por la autoridad y las "vacas sagradas"... Muchos de estos quistes han sobrevivido y se han reproducido a pesar de contravenir los propios principios del pensamiento científico.

Las disciplinas dedicadas a la conservación de la memoria no se han visto libres de semejantes plagas. Aunque, afortunadamente, tampoco han faltado un punado de voces críticas que se dedicaran a identificar los problemas y a denunciarlos.

La cultura digital trabaja desde marcos menos rígidos y jerárquicos, mucho más flexibles y adaptables. La carrera por los honores no suele ser el motor que motiva el trabajo; lo es, más bien, la curiosidad. La competitividad no predomina en las labores en equipo: suele haber un fuerte componente colaborativo, de interacción y crecimiento, de aprendizaje y debate. Los ambientes no suelen ser monotemáticos (como ocurre en la Academia, en

donde lo multidisciplinar es la excepción) sino totalmente diversos, plurales, variados.

Los humanistas digitales aprovechan lo mejor de los dos mundos: la solidez de las disciplinas académicas y sus métodos de construcción de conocimientos, y la flexibilidad del universo virtual. Con esas herramientas se enfrentan a problemas, preguntas y dudas y buscan soluciones innovadoras: soluciones que, tomando lo que se tiene a mano, lo utilicen de forma diferente a como se lo ha usado hasta el momento. Es decir, de una forma nueva.

Las humanidades digitales tienen un fuerte componente de rebeldía y de inconformismo. Pues solo desde el inconformismo es posible no aceptar el valor de las reglas y las normas sociales y académicas actuales y buscar otros horizontes posibles; y solo desde la rebeldía es posible disputar y desafiar los postulados del statu quo moderno, y construir nuevos caminos. Caminos que siempre se hacen al andar.

Tienen también algo de pioneros: de hecho, un innovador muchas veces es el primero en hacer algo de una determinada manera o en explorar un territorio (virtual o real) hasta entonces pobremente cartografiado o directamente desconocido. Y es un tanto travieso e improvisador: mezcla aquí, quita allá, agrega acullá, siempre intentando, fallando las más de las veces y volviendo a intentar hasta dar con una solución plausible de ser aplicada. Solución que suele hallarse en equipo, y tras docenas de sesiones de brainstorming en algún foro alojado en algún ignoto rincón de la red de redes.

Caminos a futuro

Las humanidades digitales se están convirtiendo en el nuevo marco de trabajo de las ciencias sociales y humanas en general, y de las disciplinas de la conservación de la memoria en particular.

Aportarán nuevas formas de recuperación de la memoria colectiva. Formas en la que participen desde profesionales a humanistas amateur, y desde organizaciones académicas a la propia

sociedad civil. Aprovecharán para ello el video de sus teléfonos o el audio de programas radiales, o sefiales piratas de TV, o degrabaciones de viejas conversaciones realizadas y corregidas por comunidades virtuales de editores. Las comunidades indígenas grabando sus lenguas en vídeo y difundíéndolos en YouTube mediante proyectos como Global Voices son un ejemplo de cómo funciona este tipo de mecanismo.

Aportarán nuevas formas de almacenar esas memorias, y nuevas colecciones, que probablemente no estarán centralizadas, sino distribuídas, y tendrán numerosos formatos y variados contenidos, todos ellos organizados mediante todo tipo de etiquetas en lenguajes naturales y controlados.

Aportarán nuevos métodos de análisis documental y nuevos medias de distribución y visualización, gracias a programas de código abierto que puedan adaptarse a proyectos y objetivos concretos. Aportarán métodos de acceso libre y abierto ai conocimiento; métodos no tan nuevos pero indispensables en estos tiempos que corren.

Aportarán, sobre todo, valores muy necesarios. Nuevas estrategias que propugnen el uso de las herramientas a mano para lograr unos objetivos concretos. Nuevas perspectivas y un acervo de experiencias valiosas, aplicables en el área de la memoria y su conservación.

Se encontrarán con problemas, por supuesto. Más allá de la resistencia de los propios círculos académicos y de las estructuras jerárquicas, contrarias a cualquier tipo de cambio que implique una renuncia a sus privilegios, encontrarán un universo digital cada vez más amenazado por legislaciones, cepos y cadenas que pretenden limitar sus libertades y cercenar sus posibilidades. Y, ai mismo tiempo, se encontrarán con brechas digitales y tecnológicas difíciles de salvar en un mundo en donde otras brechas -económicas, sociales, políticas- se están profundizando todos los días.

San muchos los retos. Tantos como incógnitas plantea el futuro. Afortunadamente, hay elementos disponibles con los que enfrentar los primeros y solventar las segundas.

Apuntes finales

La humanidad se enfrenta a una serie de desafíos globales, reflejados perfectamente en los objetivos y metas de la ya mencionada Agenda 2030 de Naciones Unidas. En un mundo con cada vez menos recursos disponibles y una huella humana cada día más evidente, es preciso buscar caminos seguros a futuro, ya sea a través del desarrollo sustentable, del decrecimiento o de otras opciones válidas.

En un momento crítico como este es preciso que los seres humanos tengan acceso a toda la información relevante disponible. También a todos los fragmentos conservados de su memoria colectiva, y a la memoria que aún circula, viva, por sus calles y talleres, por sus cocinas y plazas.

Porque es preciso recordar.

Recordar quiénes somos, y de dónde venimos, y qué hemos hecho -bien o mal- y dejado de hacer para llegar hasta aquí, dónde estamos parados hoy. Recordar que hubo otras voces y otros caminos, recordar que otras realidades fueron posibles, recordar que hay (todavía) otras posibilidades y otras soluciones. Recordar también que hay ciertos senderos que no merecen ser transitados, y que toda acción tiene su consecuencia.

La gastada cita del uruguayo Eduardo Galeano, que señala que una sociedad sin pasado ni memoria difícilmente será capaz de imaginar su futuro, cobra, en este contexto, un sentido de trágica urgencia.

Las bibliotecas, los archivos y el resto de las instituciones de gestión de memorias - asuman la forma que asuman, se llamen como se llamen- tienen que estar atentas. Tienen que estar activas. Tienen que despojarse de muros y barrera y comprometerse con unas sociedades que necesitan información, ahora más que nunca. Información de calidad, no seleccionada por un autómata sino por una persona consciente del valor del bien que maneja y de la necesidad de la actividad que realiza.

Tienen que despojarse de prejuicios y estereotipos, de racismos y clasismos más o menos disimulados, de elitismos. Deben incluir en sus estantes la mayor cantidad y variedad posible de la memoria de su comunidad. Muchos de esos recuerdos serán útiles en los tiempos por venir. Y aunque no lo sean, son necesarios para construir sociedades plurales y saludables en donde todas las historias y todas las identidades tengan el mismo peso y la misma presencia.

Las nuevas herramientas y la cultura digital permitirán desarrollar determinados servicios con más flexibilidad, más libertad, más eficiencia, enriqueciéndolos en ocasiones. Es preciso tener estos elementos en cuenta, conocerlos en profundidad para sacarles el mejor partido. Pero es igualmente necesario recordar que son herramientas. Y, como tales, son inservibles si nuestros ojos están cerrados, si no afilamos nuestras mentes, si no estrechamos nuestras manos, si no pensamos por nuestra cuenta y riesgo, y si no aprendemos de una vez lo necesaria que es la crítica, y el debate. Ninguna herramienta hará eso por nosotros. Porque ninguna está viva, ni tiene identidad, ni historia, ni raíces, ni memoria. Ninguna sufre, ninguna triunfa, ninguna ríe o llora. Eso es un rasgo humano. Eso es un rasgo nuestro.

Seamos humanos, pues. Hagamos el mejor uso de nuestras capacidades y de las herramientas que tenemos a nuestra disposición. Y, con ellas, protejamos nuestra memoria colectiva.

Al fin y al cabo, y tal y como están las cosas, es lo único realmente valioso que dejaremos en herencia a las generaciones venideras.

Referencias

ASSMANN, J. Kollektives Gedächtnis und kulturelle Identität. In: ASSMANN, J.; HÖLSCHER, T. (eds.). **Kultur und Gedächtnis**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, p. 9-19, 1988.

BURDICK, A. *et al.* (eds.). **Digital Humanities**. Cambridge (MA): The MIT Press, 2012.

CIVALLERO, E. Contra la “virtude” de asentir está el "vicio" de pensar: Reflexiones desde una bibliotecología crítica. 2012.

CIVALLERO, E. **Un faro, un puerto:** De bibliotecas, máquinas y pérdidas. 2016.

DE ZAN, J. Memoria e identidad. Tópicos. **Revista de Filosofía de Santa Fe** (Argentina), n. 16, p. 41-67, 2008.

ECO, U. A todos los efectos. *In:* CARRIÈRE, J. *et al.* (eds.). **El Fin de los Tiempos**. Barcelona: Anagrama, p. 215-272, 1999.

ECO, U. **Sólo puede construirse el futuro sobre la memoria del pasado?** Por que recordar, p. 184-186, 2002.

HALBWACHS, M. **La memoria colectiva**. Zaragoza: Prensas Universitarias, 2004.

MENDOZA, J. El transcurrir de la memoria colectiva: La identidad. **Casa dei Tempo**, v. 2, n. 17, p. 59-68, mar. 2009.

NORA, P. La mémoire collective. *In:* LE GOFF, J. (dir.). **La nouvelle histoire**. París: Retz-CEPL, p. 398, 1978.

MOFFETT, M. W. Human identity and the evolution of societies. **Human Nature**, v. 24, p. 219-267, 2013.

SCHREIBMAN, S. *et al.* (eds.). **A Companion to Digital Humanities**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SOUROUJON, G. Reflexiones entorno a la relación entre memoria, identidad e imaginación. Andamios. **Revista de Investigación Social**, v. 8, n. 17, p. 233-257, set./ dez. 2011.

TAYLOR, H. A. The collective memory: archives and libraries as heritage. **Archivaria**, 1982. p. 118-130.

TERRAS, M. *et al.* (eds.). **Defining Digital Humanities**. A Reader. Surrey: Ashgate Publishing Ltd, 2013.

VARELA-OROL, C. Las colecciones patrimoniales en las bibliotecas españolas: dialéctica entre legislación y prácticas. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 37, n. 3, p. e054, 2014. DOI: 10.3989/redc.2014.3.1116.

WIESEL, E. Prefacio. *In*: BARRET-DUCROCQ, F. (dir.). **Por qué recordar?** Barcelona: Granica, p. 11-13, 2002.

CONSTRUCTION COLLECTIVE DE SAVOIRS EN SANTÉ : RÉCITS ET MÉDIATIONS INFORMATIONNELLES ¹⁷

Regina Marteleto

Introduction

Cette intervention vise à mettre en évidence certaines questions relatives à la construction collective des savoirs, développées de manière interdisciplinaire au cours d'une trajectoire d'études de la culture, de la connaissance et de l'information dans le domaine de la santé. Pour commencer, je dois souligner que j'apprécie l'idée que la Science de l'information, domaine dans lequel mes études se situent de manière frontalière, est une « science sociale appliquée », c'est-à-dire fondée sur et orientée vers les questions sociales, où les problématiques et les objets de l'information prennent forme et deviennent pertinents. D'un point de vue théorique et méthodologique, la formulation d'une approche socio-anthropologique de l'étude de l'information en santé se concentre sur les territoires culturels locaux, socialement construits, et utilise une vision relationnelle des pratiques sociales, des actions et des interactions en réseaux.

Construction collective des savoirs en santé : qu'est-ce que cela signifie ? Où se déroulent ces processus ? Qui en sont les

¹⁷ Originalmente publicado em: MARTELETO, R. M. Construção coletiva de saberes em saúde: narrativas e mediações informacionais. **Anais IV Jornada Científica Internacional da Rede Mussi**. Belo Horizonte: UFMG, Rede Mussi, 2019.

Tradução da autora.

Revisão de Viviane Couzinet.

acteurs ? Comment délimiter leur dimension informationnelle, leurs récits et leurs médiations ? Tout d'abord, il s'agit de comprendre le concept de santé lui-même, à l'interface entre les niveaux biomédical et socioculturel. Camargo Junior souligne que la biomédecine implique, en raison de son lien avec l'imaginaire scientifique correspondant à la rationalité de la mécanique classique « ... la production de discours à validité universelle, proposant des modèles et des lois d'application générale, ne traitant pas de cas individuels... » (Camargo Júnior, 2005, p. 178). En ce sens, le modèle de l'être humain de la biomédecine est l'organisme humain, selon Stotz (2007, p.47), une abstraction analytique et mécaniste construite au fil de la modernité occidentale et de la forme d'organisation de la société qui lui correspond, fondée sur le mode de production capitaliste et le développement correspondant des pratiques scientifiques, politiques et institutionnelles qui lui ont donné forme et légitimité du XVII^e siècle à nos jours.

Dans ce contexte, une rationalité scientifique et médicale se développe et atteint un pouvoir important dans la construction des représentations de la réalité, mais occulte un aspect fondamental, à savoir les limites des concepts de santé et de maladie lorsqu'ils sont rapportés aux expériences concrètes de la vie sur la bonne santé et la maladie. Czeresnia (2003) estime que la prise de conscience de cette limite serait à la base de changements plus radicaux dans les pratiques de santé, car penser la santé dans une perspective plus complexe impliquerait non seulement de réorienter les modes de production des connaissances scientifiques, mais aussi de construire des discours et des pratiques en dialogue avec d'autres connaissances scientifiques et d'autres formes de savoirs. Cette perception tient compte de l'écart historiquement et scientifiquement construit entre les connaissances scientifiques et biomédicales en matière de santé et les pratiques et expériences de la santé et de la maladie, ainsi que de son impact sur la formation professionnelle, les services et les représentations sociales.

Cette conception, historiquement présente et active dans les programmes et actions de santé, repose sur le type idéal d'une

personne ou d'un individu capable d'adopter un comportement sain. La santé est un « état » et chaque individu doit agir selon les fonctions et les tâches pour lesquelles il a été préparé. Stotz (2016, p. 68) rappelle que « la perspective libérale - la croyance en l'existence d'un sujet libre, informé et doté du pouvoir de choisir par lui-même, autrement dit l'individu bourgeois - sous-tend cette référence ». Il s'agit d'une compréhension hégémonique et internationalisée des processus santé-maladie qui circule à partir des théories et des méthodes de la biomédecine, orientant les politiques publiques, les services et les pratiques de santé.

Au niveaux épistémologique, scientifique et social, un champ interdisciplinaire de questions et d'actions s'organise pour revoir cette façon de concevoir la santé et ses pratiques au Brésil : les Sciences sociales et la santé. Dans une étude sur la formation de ce champ dans le pays, Canesqui (2007) souligne ses impasses, ses conflits et ses solutions dans le processus de reconfiguration de la signification de la santé-maladie au fil du temps, réunissant initialement différents profils d'acteurs de la médecine préventive, de la santé publique et de la médecine sociale, puis de l'épidémiologie et des chercheurs en sciences sociales. Il s'agit, d'une part, de promouvoir la transdisciplinarité, afin de saisir les médiations exercées entre les processus sociaux et culturels dans la construction, l'expression et l'évolution des processus pathologiques (Uchoa & Vidal, 1994). D'autre part, nous ajoutons les macro-structures dans lesquelles sont élaborées et diffusées les constructions épistémologiques, politiques et économiques sur les maladies et leurs classifications, sur les soins, les risques et les besoins de santé, à partir d'une perspective informationnelle imposante et linéaire.

À partir de ce scénario initial, nous souhaitons mettre en évidence deux approches théoriques et appliquées pour orienter une manière dialogique-interprétative d'étudier et de pratiquer la santé : « l'épidémiologie critique », basée sur Jaime Breilh, chercheur et épidémiologiste équatorien fréquemment présent dans les débats sur la santé au Brésil, et « l'éducation populaire et

la santé », basée, entre autres, sur les principes et les méthodes de Paulo Freire, philosophe, éducateur et grand de l'éducation brésilienne.

Afin de mettre en évidence certaines questions relatives à la production collective de savoirs et à la médiation de l'information dans les récits populaires, nous présentons des éléments de nos recherches centrées sur les médiations et les pratiques des Agents communautaires de santé (ACS) dans les Soins primaires de santé et la Stratégie de santé familiale, qui soutiennent et structurent le Système de santé unifié (SUS) du Brésil.

Épidémiologie critique et déterminants sociaux de la santé

Les idées sur des « déterminations sociales de la santé » font partie d'un projet contre-hégémonique créé en Amérique latine depuis la formation initiale de ce que l'on appelle le mouvement latino-américain de santé collective, ou médecine sociale, en opposition au concept de « déterminants sociaux de la santé » officialisé par l'Organisation mondiale de la santé (OMS). Cette dernière met l'accent sur les facteurs de risque spécifiques découlant de l'adoption individuelle de comportements malsains, principalement guidés par des modes de vie nocifs pour la santé (Sevalho, 2016). Il y aurait donc une liste de préceptes, de précautions et de risques à respecter individuellement pour éviter de tomber malade, ce que Victor Valla (1998) appelle « culpabilisation de la victime ». D'une manière différente, l'idée des « déterminations sociales de la santé », défendue par les auteurs de l'épidémiologie critique, désigne les formes de reproduction sociale, contextualisées dans le mode de production capitaliste sous domination néolibérale, comme le point principal à prendre en compte dans les analyses.

La première proposition, comme le rappelle Sevalho, considère que l'objectif de la santé collective est de lutter contre les « inégalités de santé », tandis que la seconde considère qu'il faut « s'attaquer aux « inégalités sociales » de classe, de genre et

d'ethnicité », qui sont installées comme des processus pervers, éthiquement et moralement injustifiables et, surtout, qui génèrent des inégalités sociales à partir de la structure du pouvoir dominant » (Sevalho, 2016, p.80-81).

Selon l'épidémiologie critique de Breilh (2006), de fait, il n'y aurait pas d'exposition au risque de tomber malade, tel que défini par le discours épidémiologique dominant, puisque les risques sont imposés aux personnes et aux groupes sociaux par les conditions de vie. Du point de vue de la détermination sociale, il est souligné que la prise en compte de déterminants spécifiques est liée au retrait de l'État néolibéral de son rôle de prestataire d'aide sociale aux populations pauvres, par l'attribution de la responsabilité de l'obtention et du maintien de la santé aux individus, blâmant ainsi les victimes (Sevalho, 2016, p. 81).

L'épidémiologie critique soutient que le rôle d'un récit émancipatoire, d'une description métacritique de la santé, est d'assimiler toutes les connaissances émancipatoires nées de différentes sources de savoir - le savoir académique, la science ancestrale des peuples et le savoir commun, systématisé par les expériences des communautés urbaines et rurales-, afin de : « extraire de cette accumulation de toutes les sources ce qui est nécessaire pour construire des objets/concepts/champs d'action contre-hégémoniques, en discernant les éléments culturels qui nous lient à un passé de subordination et qui limitent notre action au formel et au fonctionnel » (Breilh, 2006, p. 55). À cette fin, selon l'auteur, l'épistémologie critique et les savoirs en santé doivent briser le cercle eurocentrique, régler les comptes avec la rationalité influencée par la pensée simplificatrice/réductrice du positivisme et s'ouvrir aux besoins plus objectifs de la complexité et de la diversité.

Éducation populaire et santé

Traditionnellement, et du point de vue dominant, « Education et santé » est devenu un domaine de connaissances

techniques, organisant les savoirs pour « instrumentaliser » le contrôle des patients par les services et la prévention des maladies par les personnes. Les professionnels et les techniciens de la santé absorbent les connaissances technico-scientifiques de la biomédecine, qui sont transmises comme des règles de conduite permettant aux personnes de s'orienter par rapport à leurs problèmes de santé. C'est ce que Stotz (2007, p. 7-8) appelle « l'approche du choix éclairé », qui présuppose simplement que les usagers ont une véritable compréhension de leur situation, sur une base individuelle.

L'éducation populaire et santé, comme le souligne Vasconcelos (2001), est moins une théorie qu'une réflexion qui s'est développée à partir de diverses pratiques au cours des 30 dernières années au Brésil et dans les pays d'Amérique latine. Ce n'est pas un hasard si l'auteur qualifie l'éducation populaire et la santé de mouvement social de professionnels, de techniciens et de chercheurs engagés dans le dialogue entre les connaissances technico-scientifiques et les savoirs issus des expériences et des luttes de la population pour la santé.

La caractéristique fondamentale de l'éducation populaire et santé réside dans la méthode, c'est-à-dire dans le fait qu'elle prend les savoirs antérieurs des classes populaires comme point de départ du processus pédagogique. Dans le domaine de la santé, il s'agit de prendre en compte les expériences de souffrance des personnes et les expériences des mouvements sociaux et des organisations populaires dans leur lutte pour la santé dans leurs communautés de résidence, de travail, de genre, de race et d'ethnie. Point de départ signifie reconnaissance, un mot qui a le sens d'admettre un autre point de vue dans la compréhension de la santé (Stotz, 2007). En raison de ces engagements, les participants au mouvement d'éducation populaire et de santé doivent apprendre à développer des formes partagées de production de connaissances entre les techniciens, les professionnels, les chercheurs et la population (Carvalho, Acioli, Stotz, 2001).

D'une part, les acteurs de ce domaine indiquent qu'une grande partie des expériences d'éducation populaire en santé visent aujourd'hui à combler le fossé culturel entre les services de santé, les organisations non gouvernementales, les savoirs en matière de santé et les entités représentant les mouvements sociaux. D'autre part, la dynamique de la maladie et de la guérison dans le monde populaire est perçue du point de vue des intérêts des classes populaires, qui reconnaissent de plus en plus leur diversité et leur hétérogénéité (Vasconcelos, 2007, p. 22). Les actions d'éducation populaire et de santé sont des mouvements moteurs visant à promouvoir la participation sociale dans le processus de formulation et de gestion des politiques de santé publique, en les orientant vers une adéquation effective avec les lignes directrices et les principes du SUS (Système unifié de santé) : universalité, intégralité, équité, décentralisation, participation et contrôle social (Pedrosa, 2007).

Une étude réalisée sur la formation du champ de l'Éducation Populaire et de la Santé (Marteletto, 2018) a permis de constater que dans une ligne temporelle, ce collectif a été façonné par trois grands principes et actions : a) socioculturel : engagement dans les fondements des mouvements communautaires et sociaux, lieu de naissance et terrains de l'EPS et de ses formes d'organisation et d'enchevêtrement pour des actions sociopolitiques en santé, et surtout les liens avec les paradigmes canoniques construits avec les communautés et les périphéries ; b) scientifico-épistémologique : systématisation et visibilité d'un domaine de connaissance (production scientifique croissante ; expansion des circuits de diffusion et d'interlocution ; consolidation des principes théorico-pratiques de l'EPS ; espace et expression au sein de l'Association brésilienne d'études supérieures en santé collective/Abrasco, avec le renforcement du groupe de travail sur l'éducation populaire et la santé) ; c) politico-institutionnel : conquête d'espaces pour la formulation de politiques publiques (Politique nationale d'EPS ; Comité national d'EPS/CNEPS du ministère de la Santé/MS, entre autres).

L'agent communautaire de santé : un professionnel médiateur de savoirs ?

Le Programme des agents communautaires de santé (Pacs) et le Programme de santé familiale (PSF) sont devenus des priorités dans le plan cible du Ministère de la santé à partir de 1997, afin de réorienter le modèle des soins primaires en santé. Il s'agit d'intervenir sur les besoins de manière préventive au lieu d'attendre une demande spontanée visant à guérir des maladies. Ces programmes ont en commun, et comme élément novateur de leurs équipes, l'Agent communautaire de santé (Acs) qui se voit déléguer le rôle de médiateur, de rassembleur et de facilitateur du travail de soins dans l'attention primaire à la santé. En général, les principaux pôles de médiation sont la population résidant dans la communauté, dans ses différentes strates, et les professionnels du système local de santé, la médiation étant réalisée par les agents avec leur double qualité d'habitant et de professionnel (Bronstein, Stotz, 2008, p. 458 ; 463).

Le processus de professionnalisation de ces travailleurs de la santé est récent et marqué par des difficultés, des avancées et des reculs. Leur rôle de médiateur entre les services et le territoire où ils travaillent, bien que formellement explicité par les directives et les politiques officielles, n'est pas clair quant à la portée de cette médiation : médiation de quoi ?, pour qui ? Il est important de considérer que, d'une part, ces agents vivent les tensions entre les demandes sociales et la dimension technique et d'assistance du travail en santé. D'autre part, on comprend que le potentiel de ces agents réside dans la médiation entre différents types de savoirs et de logiques, capables de surmonter les conflits et la distance des relations entre les professionnels de la santé et la population (Marteletto, David, 2014).

L'une de leurs tâches les plus importantes est la visite à domicile, qui les amène à regarder au-delà des manifestations des maladies ou de leurs circonstances. Bronstein et Stotz observent que : « En visitant les résidents de la communauté à domicile,

l'agent communautaire de santé écoute des rapports ou intervient sur des faits qui ne sont souvent pas spécifiques au domaine de la santé, ce qui étend son rôle de médiation à différentes sphères de l'organisation de la vie sociale » (Bronstein, Stotz , 2008, p. 458).

Pour ces raisons, les récits de ces agents constituent un champ culturel privilégié pour comprendre les dynamiques de production, de médiation et d'appropriation des connaissances en matière de santé, à partir de leur travail quotidien. Des études montrent que les tensions qui caractérisent ces agents en tant que médiateurs indiquent l'émergence d'un ensemble de savoirs immédiats, de base empirique, qui, en même temps, se réfèrent aussi au champ professionnel de la santé, que les agents commencent à (re)produire à travers les processus d'éducation, de formation et de travail (Marteleto, David, 2014).

Comme le dit un agent communautaire de santé :

« Je pense que le travail de l'agent est très important. C'est lui qui se rend au domicile de la personne. La personne va au cabinet et parle au médecin, mais le médecin ne voit pas le lien avec ce qui se passe au domicile de la personne, qui fait que cette maladie, cette douleur, ne guérit pas. En d'autres termes, l'importance de l'agent réside dans le fait qu'il se rend sur place, qu'il entre, qu'il parle. Il va capter...» (Isadora, ACS, Porto Alegre, 2013).

Des conflits récurrents ont été signalés ces derniers temps par les agents concernant la manière dont ils sont sollicités pour répondre à des recherches menées par des spécialistes, des étudiants, des résidents ou des professionnels, qui s'intéressent à leur position de médiateur par rapport aux services de santé et à la communauté, mais sans que les données et les résultats leur soient dûment restitués une fois les études achevées. Plus que de simples répondants ou applicateurs d'instruments de collecte de données auprès des services et de la communauté, ils se considèrent comme co-participants et co-auteurs des processus de recherche.

En conclusion: récits et médiations de l'information

Ce que nous avons observé dans nos études sur l'information et la santé, c'est que dans les processus de médiation et de partage de la production de connaissances, nous devons tenir compte de l'ambiguïté et de la diversité qui caractérisent ces pratiques. Au lieu d'une dimension conflictuelle, à nier ou à neutraliser, les médiations indiquent des processus et des relations pleines de significations et de sens qui sont encore opaques à l'analyse. Elles peuvent guider à la fois les besoins en santé, en produisant des moyens créatifs et participatifs d'y faire face, et les révisions les plus urgentes et nécessaires par rapport aux formes hiérarchiques de production, de valorisation et de circulation des savoirs en santé.

Les processus de médiation informationnelle et de récits collectifs dans le domaine de la santé se heurtent à certains obstacles. Tout d'abord, la conception de la santé comme un état scientifiquement prédéfini, à atteindre individuellement, et non comme un droit à l'expression et à la participation à des récits et à des formes dialoguées de savoirs et d'expériences dans certaines conditions de vie qui affectent la santé. Cette formulation de la santé conduit à la hiérarchisation et à l'imposition unidirectionnelle de l'information en tant que réponse éclairante à un état de santé, plutôt qu'à ses déterminants sociaux.

Un autre obstacle concerne l'institutionnalisation épistémologique croissante et la lutte concurrentielle entre les approches critiques et interprétatives dans le domaine de la santé et celui de la biomédecine. Parallèlement, il existe le besoin urgent d'un rapprochement entre le monde scientifique et les acteurs sociaux impliqués dans les pratiques de médiation des savoirs et des récits en matière de santé dans les réseaux sociaux hybrides qui se forment dans les communautés locales. Les deux approches distinctes font partie du cadre épistémologique et pratique du domaine de la santé, mais il est nécessaire de chercher des moyens

de confrontar l'hégémonie d'un type de connaissance sur les autres par le dialogue entre les différents savoirs.

Enfin, nous devons chercher des moyens de ne pas limiter les concepts à une lecture unique et hégémonique des savoirs et des informations en matière de santé, mais d'ouvrir des moyens plus particuliers et des significations construites collectivement dans des langages qui peuvent parler des situations auxquelles les personnes sont concrètement confrontées dans leurs conditions de vie, de santé et de maladie.

Références

BREILH, J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

BRONSTEIN, V. J.; STOTZ, E. N. O trabalho do agente comunitário de saúde: entre a mediação convencidora e a mediadora. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.6, n. 3, p. 457-480, 2008.

CAMARGO JUNIOR, K. R. A Biomedicina. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15 (Suplemento), p.177-201, 2005.

CARVALHO, M. A. P.; ACIOLI, S.; STOTZ, E. N. O processo de construção compartilhada do conhecimento. *In*: VASCONCELOS, E. M. (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 101-114.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. *In*: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. Acesso: out. 2024.

MARTELETO, R. M. Informação, conhecimento e redes sociais no campo da saúde. *In*: FIALHO, J.; SARAGOÇA, J.; BALTAZAR, M. S.; SANTOS, M. O. (orgs.). **Redes sociais para uma compreensão multidisciplinar da sociedade**. Lisboa: Edições Sílabo, 2018, p. 29-50.

MARTELETO, R. M.; DAVID, H. S. L. **Almanaque do Agente Comunitário de Saúde**: uma experiência de produção compartilhada de conhecimentos. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, (Sup.2), p. 1211-1226, 2014.

PEDROSA, J. I. S. Educação popular no Ministério da Saúde: identificando espaços e referências. *Caderno de Educação Popular e Saúde*, Brasília: Ministério da Saúde, n. 1, p. 13-17, 2007.

SEVALHO, G. Necessidade em saúde e determinação social. **Intervozes**: trabalho, saúde, cultura, v. 1, n.1, p. 80-82, 2016.

STOTZ, E. N. Enfoques sobre educação popular e saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**, Brasília: Ministério da Saúde, p. 46-57, 2007.

STOTZ, E. N. Necessidades de saúde: conceito, valor, política. Uma revisão autocrítica. **Intervozes**: trabalho, saúde, cultura, v. 1. n. 1, p. 66-75, 2016.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular**: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, *Caderno de Educação Popular e Saúde*, p. 32-45, 2007.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14 (Sup. 2), p. 7-18, 1998.

L'OUBLI EN TANT QUE POLITIQUE INSTITUTIONNELLE ET LA MANIPULATION DE LA MÉMOIRE PUBLIQUE : NOUVEAUX DÉFIS POUR LE DOMAINE DE L'INFORMATION ¹⁸

Icléia Thiesen

Introduction (1)

« La peur assèche la bouche, mouille les mains et mutile. La peur de savoir nous condamne à l'ignorance ; la peur de faire nous réduit à l'impuissance. La dictature militaire, la peur d'écouter, la peur de dire, nous ont rendus sourds et muets. Or la démocratie, qui a peur de se souvenir, nous rend amnésiques ; mais il n'y a pas besoin d'être Freud pour savoir qu'il n'y a pas de tapis qui puisse cacher la saleté de la mémoire ».

(Eduardo Galeano, *Livro dos abraços*, 2002).

S'il est vrai qu'aucun chercheur n'échappe aux déterminations de son temps (Rousso, 1996) et que « les hommes ressemblent plus à leur temps qu'à leurs pères », dicton arabe cité

¹⁸ Originalmente publicado em: THIESEN, I. O esquecimento como política institucional e a manipulação da memória pública: novos desafios para o campo informacional. **Anais IV Jornada Científica Internacional da Rede Mussi**. Belo Horizonte: UFMG, Rede Mussi, 2019.

Tradução da autora.

Revisão de Viviane Couzinet.

par Marc Bloch (2001), cela signifie aussi que les thèmes de recherche et leurs différentes approches en disent long sur l'identité d'un ou plusieurs chercheurs et d'un champ de connaissances constitué à certaines époques et dans certains lieux. Si peut-être nous n'avons jamais autant étudié le thème des démocraties qu'aujourd'hui, c'est parce que nous réalisons qu'elles sont en déclin évident (Levitsky, Ziblatt, 2018).

Dans le même sens, s'il existe bien une « mémoire saturée », comme l'ont souligné d'innombrables auteurs sous des noms différents – que ce soit comme « boom », « excès », « obsession », « tyrannie », etc. - on pourrait se demander si les raisons seraient à chercher dans les risques qui surgiraient face à la destruction et/ou à l'interdiction d'accès aux archives, aux effacements, à la censure, aux silences, aux déformations, aux falsifications de faits et d'événements inscrits dans L'histoire, tout cela produit intentionnellement en tant que politiques institutionnelles. La production de l'oubli est une réalité !

Les menaces contre la connaissance du passé sont des stratégies utilisées et enregistrées dans l'histoire des civilisations, mais elles se manifestent à notre époque surtout après des régimes d'exception. Depuis la fin de l'Holocauste, les tentatives négationnistes se sont répétées dans le but de cacher à la société les pratiques de destruction massive de vies et les traces de la paternité d'actes criminels qui, de cette manière, empêcheraient les coupables de rendre des comptes. D'où la nécessité qu'ils soient mis en lumière et exorcisés car ils reviennent de plus en plus renforcés par des politiques de censure qui finissent par favoriser l'oubli. De telles politiques se développent dans des institutions qui, au contraire, devraient s'efforcer de rechercher la vérité. Celle-ci une fois validée par les mécanismes de la justice et de la science, favoriserait l'inscription des événements dans les annales de l'Histoire et dans la mémoire collective des peuples.

Cependant, ce n'est pas ce qui se passe à l'heure où l'information circule dans les environnements numériques, notamment sur les réseaux sociaux qui accueillent et reproduisent

la production et la diffusion d'informations élaborées sans engagement de vérité ni support dans la matérialité de la mémoire, c'est-à-dire dans des documents et témoignages filtrés par l'heuristique de la preuve. Il existe, en effet, une panoplie de fragments informationnels qui se distinguent par leur déconnexion de la réalité des événements survenus dans le passé, et surtout dans un passé récent, qui peuvent être contestés par les acteurs impliqués et par l'abondante documentation disponible dans les archives des institutions dont les documents sont leur raison d'exister - archives, bibliothèques, musées, banques de données. La circulation d'informations qui sont déjà nées comme désinformation et/ou contre-information, devenant, pour beaucoup, indiscernables quant à leur vérité ou à leur fausseté, est devenue monnaie courante. Qu'est-ce que cela signifie ? Quels impacts ces fragments informationnels ont-ils sur la société, les gouvernements, les archives, l'histoire contemporaine, la mémoire collective et l'identité des groupes et des institutions ?

Nous nous concentrerons ici sur l'analyse de la littérature qui aborde des aspects pertinents sur le thème de l'oubli, dans ses variations au fil du temps, en indiquant des arguments qui nous amènent à réfléchir sur les paradoxes de l'oubli, les liens entre mémoire et justice, amnistie et amnésie sociale. Enfin, des points de discussion seront soulevés dans le champ de l'information et sur les nouveaux défis auxquels les chercheurs en sciences de l'information sont confrontés.

L'(im)possible oubli en débat

Le thème de l'oubli défie les études consacrées à la mémoire, dans ses aspects interdisciplinaires reflétés dans les théories et les méthodes de différents domaines de la connaissance, créant un écart dans sa réflexion, non pas dans ses aspects cliniques et thérapeutiques liés à la psychologie et à la psychanalyse, mais dans les effets sociaux de son action, souvent dévastateurs, dans la

sphère publique, dans les luttes collectives, dans la production de connaissances et en politique (Thiesen, Santana, 2006).

L'oubli mis en avant par les sciences sociales et humaines soulève des questions pertinentes qui s'imposent à la réflexion des chercheurs. Des actions coordonnées, pour tenter de surmonter les impasses causées par les traumatismes et les marques mnésiques, donnent la possibilité d'effacer ou de nier le passé voire de falsifier l'histoire. Pour autant, l'oubli serait-il capable de s'imposer, définitivement, dans le champ social ? Ou s'agirait-il d'un échec momentané dans le processus de récupération sélective des informations enregistrées dans les documents et témoignages qui deviennent mémoire archivée ? (2)

La compréhension des concepts doit être recherchée dans l'histoire elle-même, où différentes visions du sujet sont enregistrées, révélant des clés explicatives pour discerner les variations de sens et de signification par lesquelles ils sont devenus connus dans différentes langues. Le mouvement du mythe de la raison, du *lethe* (rivière de l'oubli) à l'*aletheia* (vérité) est éclairant (Thiesen, 2013 [1997]). C'est dans la préhistoire de la philosophie, dans la Grèce archaïque, que l'on retrouve, parmi les maîtres de la vérité, le mythe de l'éternel retour, dont le contenu explique que tout dans l'univers revient de temps en temps. Le cycle des répétitions est défini dans les mythes cosmogoniques et originels, qui cherchent à expliquer l'organisation du cosmos, lorsque l'homme part en quête d'ordre et de domestication du hasard. La mission des mythes est de transmettre des expériences humaines fondamentales à travers l'imagination : la création, la vie et la mort. Dans la mesure où il est vivant, le mythe est une réactualisation de l'événement originel auquel il se réfère et il sera ressenti comme tel par l'individu et la communauté (Eliade, 1991).

Les cosmogonies et théogonies grecques sont indissociables des mythes de souveraineté et d'émergence. Ils racontent l'histoire de générations divines, mettant au premier plan le rôle d'un roi divin qui, après d'innombrables luttes, triomphe de l'ennemi et établit l'ordre dans le cosmos. C'est dans la tradition d'Hésiode que

réside le principal témoin des relations de vérité (*alethea*) avec *Mnēmosyne*, mère des neuf muses, chanteuses divines et filles de mémoire. La parole du poète (*aedo*) amène aux notions complémentaires de muse et de mémoire, pouvoirs religieux qui définissent la vérité – ce qui était, ce qui est et ce qui sera. Les muses fournissent au poète à la fois des souvenirs et lui enlèvent le souvenir qu'elles reçoivent, « déversant l'oubli à travers leurs chansons » (Détienne, 1988, p.81). La mémoire remplissait une fonction importante dans cette civilisation typiquement orale et la poésie utilisait une mnémotechnique grâce à laquelle la mémoire était entraînée. Les actes héroïques se perpétuent ainsi dans le cycle des répétitions (Thiesen, 2013 [1971]).

Dans les récits mythiques, Hadès est le lieu de la peur. Sombre, c'est aussi le monde de l'oubli. Dans sa théorie de la connaissance, Platon caractérise la souffrance de toutes les âmes assoiffées qui boivent les eaux du *Léthé*, ce qui les amènerait à l'oubli - une erreur essentielle - le manque de connaissance de la vérité - *alethea* - qui contient à sa racine le mal qui ramène les âmes à la roue de la naissance. En revanche, « le chemin de la libération est celui de *Mnēmosyne*, à la fontaine pure et céleste de laquelle on a bu l'eau de la mémoire » (Vernant, 1990, p.149).

Le linguiste allemand Harald Weinrich précise que « dans le langage spécialisé de la rhétorique juridique, *lex obliōnis* signifie « oubli légalement ordonné » ou « amnistie » (3) (Weinrich, 2001, p.17). « L'oubli » officiel, au niveau institutionnel, d'actions qui, dans le passé, lorsqu'elles étaient présentes, étaient considérées comme contraires aux lois en vigueur dans la société et, dans le jeu politique des forces hégémoniques, sont (re)considérées comme susceptibles d'être ignorées. L'amnistie est « l'oubli » des événements passés, officiels, institutionnalisés sous forme de pardon. Mais s'agit-il vraiment d'oubli, puisque la mémoire a une vie propre et, à ce titre, ne permet-elle pas d'effacer les souvenirs des expériences vécues en société ? Le fait qu'il y ait eu une amnistie ne signifie pas que les faits soumis à cette imposition « légale » ont été oubliés. Dans les processus de recadrage de la mémoire,

notamment dans les moments de crise (Pollak, 1989), l'histoire revoit et rediscute les faits à la lumière de nouvelles recherches et documents dans la dynamique de la vie en société.

Dans ces allées et venues d'événements, l'histoire du temps présent façonne et bouleverse la mémoire collective, dans un rapport de tension permanente (Thompson, Frish, Hamilton, cité par Amado & Ferreira, 1996). Face à la surabondance de discours officiels, les groupes gardent leurs souvenirs en silence, dans une attente nourrie de ces souvenirs. Au bon moment, ils resurgissent.

Le XX^e siècle a produit d'innombrables événements traumatisants qui s'inscrivent dans cette perspective et résonnent encore aujourd'hui dans les mémoires individuelles, collectives et sociales d'innombrables pays - les guerres mondiales, les guerres de décolonisation, les dictatures du Cône Sud, la guerre du Vietnam, les massacres du Rwanda etc. Le silence et l'interdiction des archives n'effacent pas la mémoire du passé, ils ne font que protéger son inscription dans la mémoire collective des peuples. Ainsi, les dégâts causés par une amnistie qui ne juge ni ne condamne les crimes passés nourrissent la mémoire et suscitent la résistance des survivants et/ou des proches des morts et disparus politiques (Thiesen, 2013 [1997]).

De telles actions montrent que les « spectres » du passé agissent en créant des politiques visant à reconstruire ces mémoires qui ont laissé des blessures ouvertes dans les familles, les groupes et les institutions (Lifschitz, 2015). Vivant avec l'amnistie qui n'a pas la capacité d'effacer ces mémoires vivantes, le passé s'impose au présent. Todorov explique que « la grâce judiciaire, ou l'amnistie, est également inacceptable si elle intervient avant tout procès et concerne des actes aussi graves que le meurtre, la torture, la déportation ou l'esclavage » (Todorov, 2002, p. 212).

Sans aucun doute, les dégâts de cet « oubli » décrété, qui dure plus ou moins longtemps, sont incalculables, si l'on considère la souffrance non seulement de ceux qui ont été directement touchés, de leurs familles et de leurs amis, mais de la société dans son ensemble. La mémoire révélée est un bastion de la démocratie qui,

une fois atteinte et méconnue, contribue à la permanence et à la reproduction de régimes d'exception qui ne cessent de s'insinuer.

Primo Levi, Jean Améry et d'autres survivants des camps d'extermination ont consacré, comme une sorte de mission, une partie de leur vie à témoigner. Tous deux ont été témoins d'autres génocides et de persécutions répétées au cours des décennies suivantes. Ils ne pouvaient supporter de vivre avec les souffrances du passé. La devise de Primo Levi était, selon Todorov, « ni le pardon ni la vengeance, mais la justice » (Todorov, 2002, p. 212). Il ne pouvait pas pardonner au nom de ceux qui sont morts, il aurait pu le faire s'ils avaient survécu. Dans son dernier livre, il déclare : « La violence ne fait qu'engendrer de la violence, dans un mouvement pendulaire qui augmente avec le temps, au lieu de diminuer. » (Levi, 2004 [1997], p.197). En l'absence de justice, l'amnistie – l'organisation de l'oubli – produit une amnésie sociale, parfois pour de longues périodes de l'histoire. En ce sens, Paul Ricoeur affirme que « l'amnistie, comme oubli institutionnel, touche aux racines même du politique et, par-là, au rapport le plus profond et le plus secret avec un passé déclaré interdit » (Ricoeur, 2007, p.460). La vérité est sacrifiée !

Mémoire et politique : actions d'information

Aujourd'hui, depuis l'interruption du gouvernement de Dilma Rousseff en 2016, en raison d'un coup d'État parlementaire et médiatique, une politique de mémoire est remise en question dans la discontinuité des projets visant à établir de nouvelles bases pour faire face à l'héritage de la dictature - Le PNDH-3, le Mémorial d'Amnesty, la Commission d'Amnesty, la Commission Nationale Vérité, la loi d'Accès à l'Information, la Revue Amnesty Politique et Justice Transitionnelle au Brésil, ou par d'autres initiatives liées aux différentes institutions de l'État. Plusieurs projets visant à reconstruire la mémoire et à reconnaître les crimes commis par l'État pendant la période d'exception faisaient partie des responsabilités du Secrétariat aux droits de l'homme du

ministère de la Justice, à l'époque sous la direction du juriste Paulo Abrão.

L'idée principale semble être de réécrire l'histoire de la dictature et des crimes commis pendant les 21 années de gouvernements militaires (1964-1985). L'oubli n'a pas gagné et la mémoire des événements reste vivante, malgré toutes les tentatives visant à l'effacer. Cependant, sur le plan discursif, les vestiges de ces temps sombres et une partie de la société brésilienne attachée à l'idéologie du régime militaire (qui a prévalu avec leur soutien), reproduisent des informations sur les réseaux sociaux numériques et dans les médias hégémoniques visant à criminaliser les projets sociaux dont l'objectif est de générer des revenus pour les plus pauvres, ainsi que des politiques éducatives innovantes qui élargissent les droits des plus défavorisés. Les intérêts des représentants du grand capital constituent la part majoritaire des luttes politiques qui cherchent à contrôler les institutions, avec un fort soutien des grands médias. Prévaut une sémantique discursive construite en vue de disqualifier la politique et de prendre la place des partis politiques, signalant à la société qu'il existe un « ennemi intérieur » qu'il faut combattre. Comme cela s'est produit lors du coup d'État de 1964, la stratégie est répétée, ne changeant que quelques termes des slogans repris indéfiniment.

Dans le sillage de ce processus, les avancées antérieures sont neutralisées, souvent en contradiction avec la législation en vigueur, dans un combat inlassable contre la mémoire et l'histoire, alors qu'elles sont en grande partie déjà configurées dans le corps des sciences humaines et sociales. Les cultures politiques en conflit, soutenues en permanence par les médias, contribuent à jeter sur le passé récent une « chape d'oubli » qui mérite encore d'être étudiée, malgré les avancées antérieures.

On sait que la manière dont un événement est transmis par la presse, c'est-à-dire la manière dont la presse sélectionne les informations qui feront l'actualité et attribue de l'importance à un aspect de la réalité au détriment des autres, détermine

l'attention et l'inquiétude du public. Souvent, c'est dans une perspective esquissée par les médias que le lecteur/communicant est amené à percevoir la réalité et à se positionner face aux événements (Abreu, 2004, p. 15)

Le contrôle des archives des anciennes institutions policières constitue un défi d'exploitation pour les chercheurs. Les plus importantes se trouvent dans un lieu inconnu, ou sont prétendument détruites par leurs anciens producteurs - directeurs des organes d'information et répression¹⁹.

On sait que « d'anciens responsables de leur garde et de leur conservation ont déclaré que les archives avaient été détruites à la fin du régime. Cependant, il existe des preuves solides de la survie de ces archives. » (Thiesen, 2019, p.16). Les liens entre mémoire et justice émergent une fois de plus dans les débats sur le recadrage des récits du passé. « La mémoire est une forme de justice. Autrement dit, la mémoire se souvient et l'Histoire oublie. Aujourd'hui, l'Histoire doit apporter la connaissance, mais la mémoire donne du sens. » (Nora, 2009, p. 9)

Faire face aux défis imposés aux chercheurs qui se concentrent sur des dossiers sensibles, afin de comprendre cet héritage, sa nature, ses pièges est une tâche qui implique les recherches en sciences de l'information et les domaines connexes, que ce soit dans la définition d'outils d'exploration de données quantitatives ou que ce soit dans le cadre de méthodologies qualitatives, car elle se situe aux frontières entre information, mémoire et histoire.

Il s'agit « d'affronter le dur travail » des archives, dit Paul Ricœur, « ne serait-ce que pour désarmer les négationnistes des grands crimes, qui doivent connaître leur défaite dans les archives ». (2007, p.156). Cependant, l'accès aux archives et aux documents produits par les institutions responsables de l'héritage des régimes précédents est entravé par des actions qui visent précisément à retarder la rencontre de la société avec son passé. L'oubli en tant que politique institutionnelle vise à manipuler la

mémoire publique. On sait que les archives gardent des secrets qui peuvent inaugurer « un processus épistémologique qui part de la mémoire déclarée, passe par les archives et les documents et aboutit à la preuve documentaire ». (Ricoeur, 2007, p. 170).

Faire face au passé, souligne Henry Rousso, « c'est lutter contre sa propre propension à l'oubli, au silence, à l'amnistie, à l'amnésie, c'est encore s'obliger à reconnaître ses propres responsabilités historiques... » (Rousso, 2016, p.26). De nombreux défis se posent aux études historiques et épistémologiques des sciences de l'information. Son objet d'étude, l'information, exige des recherches qui mettent en lumière son rôle dans le flux et le reflux du temps, lorsque la mémoire et l'histoire sont revues à la lumière de nouveaux témoignages documentaires.

Notes

(1) Ce travail est le résultat du projet de recherche intitulé « De la production à la récupération d'informations dans des archives sensibles : une étude qualitative et quantitative de la documentation de la dictature de 1964 au Brésil ». Je remercie le soutien du CNPq – Conseil National de Développement Scientifique et Technologique pour la bourse de productivité qui m'a été accordée, ainsi que les boursiers d'initiation scientifique Julia Campos et Brenno Azevedo da Fonseca, membres de l'équipe de recherche.

(2) Paul Ricoeur appelle la mémoire archivée « l'inscription du témoignage, le moment où les choses dites oscillent du domaine de l'oralité à celui de l'écrit [...] c'est aussi la naissance de l'archive, collectée, conservée, consultée ». (RICOEUR, 2007, p.155).

(3) Voué à écrire une histoire culturelle de l'oubli, tel qu'il s'inscrit dans la littérature européenne depuis l'Antiquité, l'auteur met en lumière les différentes manières dont l'oubli est appréhendé dans ses variations linguistiques au fil du temps (Weinrich, 2001).

Références

AMERY, J. **Além do crime e castigo**: tentativas de superação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIADE, M. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ABREU, A. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964 (2004: NITERÓI E RIO DE JANEIRO). **1964-2004: 40 anos do Golpe** - ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEVITSKY, S.; ZIBLAT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIFSCHITZ, J. A. **La memoria política y sus espectros**: el terrorismo de Estado em América Latina. Madrid: Editorial Académica Española, 2015.

NORA, P. Memória: da liberdade à tirania. **Revista Musas**, n. 4, p. 6-10, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio, Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

ROUSSO, H. **Face au passé** : essais sur la mémoire contemporaine. Paris: Belin, 2016.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THIESEN, I; SANTANA, M. A. O (im)possível esquecimento e os processos de resignificação da memória social. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 12, 2006, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2006. P.1-7.

THIESEN, I. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, número especial, p.6-22, jan./mar.2019.

SOBRE AS AUTORIAS

SUR LES AUTEURS

Annette Béguin-Verbrugge

Professora emérita de Ciências da Informação e da Comunicação na Universidade de Lille 3. Foi diretora de pesquisas no laboratório GERICO (Grupo de Estudos e de Pesquisa Interdisciplinar em Informação e Comunicação). Coordenou a equipe de pesquisa “Cultura informacional e curriculum documentário”. Seus temas de pesquisa foram antropologia dos saberes; tratamento sociocognitivo da informação; abordagem semiopragmática do documento aplicada, em especial, aos documentos multimídia; semiótica visual; leitura e apropriação dos conhecimentos; aprendizagens documentárias e informacionais.

Bernd Frohmann

Professor Emeritus and Adjunct Associate Professor in the Faculty of Information and Media Studies at The University of Western Ontario. After completing his doctoral work in Philosophy at the University of Toronto, he worked on the Bertrand Russell Editorial Project at McMaster University. He has served on the Board and Executive of the University of Western Ontario Faculty Association (the faculty union), and on four of the Association’s negotiating teams. He was Editor of Faculty Times from September 2001 to May 2003.

Carlo Vinti

Carlo Vinti is a researcher in the field of the History of design and visual communication. He is an assistant professor at the Università degli Studi di Camerino (School of Architecture and

Design « E. Vittoria »). After earning his PhD at the School of Advanced Studies in Venice (2006), he became an adjunct professor and research fellow at the Università Iuav di Venezia. Since 2009, he has coordinated the project titled Comunicare l'impresa (www.houseorgan.net) with Giorgio Bigatti. He is currently an associate editor for the AIS/Design. Storia e Ricerche online journal and member of the editorial board of Progetto Grafico magazine.

Edgardo Civalero

Licenciatura en Bibliotecología y Documentación, una especialización en Epistemologías del Sur, y una maestría en Archivística histórica y memoria. Además, he realizado estudios universitarios en Ciencias del Mar, Biología e Historia, y he adquirido conocimientos en música y diseño editorial. A lo largo de mi trayectoria profesional, he desempeñado diversos roles dentro de las Ciencias de la Información y la Gestión del Conocimiento. Utilizando mi experiencia y habilidades de investigación, identifiqué los hilos que conforman los saberes y los recuerdos humanos. Especializado en bibliotecología crítica y social, archivística "rogue", perspectivas decoloniales, y en mi propia investigación en ciencias naturales, conocimientos tradicionales, patrimonio cultural, memoria, identidad, y paisajes sonoros.

Edilma Naranjo Vélez

Foi Diretora da Escola Interamericana de Bibliotecologia, da Universidade de Antioquia, em Medellín, Colômbia, onde foi professora e investigadora. É doutora em Educação e Bibliotecologia pela Universidade de Antioquia, mestre em Bibliotecologia pela Universidade Autônoma do México. Autora de vários artigos e livros nas áreas de didática, formação e estudos de usuários, promoção e animação da leitura, bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, entre outros. Tem participado de eventos

nacionais e internacionais e tem sido orientadora de teses e trabalhos de investigação, assim como avaliadora de artigos.

Gérard Régimbeau

Professeur des universités, émérite en sciences de l'information et de la communication, LERASS-CERIC, Université Paul-Valéry, Montpellier 3. Ancien membre de l'équipe de recherche ELICO en sciences de l'information et de la communication, Lyon. Thèmes et domaines d'intérêt : médiations de l'image et de l'information spécialisée dans l'art contemporain ; théorie du document ; éditions électroniques de revues d'art et de sciences humaines et sociales.

Gustavo Silva Saldanha

Pesquisador titular Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e docente permanente do PPGCI IBICT UFRJ (2013-); professor associado da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (2009). Bolsista de Produtividade 2 do CNPq MCTI Brasil. Temas de pesquisa: epistemologia da Ciência da Informação; filosofia da informação; história da Ciência da Informação; filosofia da linguagem e informação; organização do conhecimento; teorias críticas da organização do conhecimento.

Icléia Thiesen

Professora emérita do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Coordenadora do Laboratório de História oral, Informação e Documentação (Lahodoc); Pesquisadora do CNPq; Temas de pesquisa: estudos históricos e epistemológicos, relações entre informação, memória e história; memória institucional; documentos sensíveis; ditadura de 1964; usos do esquecimento; regimes de informação, de verdade e de pós-verdade.

Isabelle Fabre

Professeure de l'Enseignement Supérieur Agricole, en sciences de l'information et de la communication ; École Nationale Supérieure de Formation de l'Enseignement (ENSFEA); Co-responsable du thème 3 de l'UMR EFTS : « Changements en éducation et formation : engagement, interaction et émancipation » Membre du réseau de chercheurs franco-brésiliens en Médiations et usages sociaux des savoirs et de l'information (MUSSI) ; Membre du Comité de rédaction de Les DSE (Les Dossiers des Sciences de l'Éducation).

Jean-Paul Metzger

Professeur émérite en Sciences de l'Information et de la Communication, École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques /ENSIBB, Équipe Information et Communication - ELICO, Lyon, France. Temas e áreas de interesse: documento eletrônico; epistemologia e história das ciências da informação; públicos e cultura; usuários de bibliotecas; públicos no espaço público; públicos especiais e comunidades.

Jean Davallon

Professeur émérite en sciences de l'information et de la communication, Centre Norbert Élias (UMR 8562), Avignon Université. Travaille sur le rapport entre dimension symbolique et fonctionnement communicationnel des expositions, des musées et des modes de patrimonialisation. A notamment publié : Traduire un processus social en patrimoine ». Communication & langages, 2022/1, n° 211, p. 31-51 ; Des traces patrimoniales en devenir. Une analyse communicationnelle des modes de patrimonialisation. Londres, ISTE Editions, 2023. Traduction anglaise: Heritage Traces in the Making, Londres, ISTE/Wiley, 2024.

Johanna Smit

Graduada em biblioteconomia e documentação pela Universidade de São Paulo (1970), mestra em Documentação - École Pratique

des Hautes Etudes (1973) e doutora em Análise do discurso pela Universidade de Paris-I (1977). Docente junto ao Departamento de Informação e Cultura da ECA/USP entre 1981 e 2013, com atuação na graduação e pós-graduação. Foi representante adjunta de área Ciências Sociais Aplicadas na CAPES por dois mandatos. Dirigiu o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo entre 2005 e 2013. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência da informação, arquivologia, arquivo fotográfico, vocabulário controlado e organização da informação.

Marilda Lopes Ginez de Lara

Livre-docente da Universidade de São Paulo. Coordenou, entre nov. 2005 a nov. 2008, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA/USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq MCTI Brasil de 2002 a fev. 2022. Desenvolve pesquisa sobre a organização da informação e do conhecimento e temas relacionados: linguística documentária, linguagem documentária, representação documentária, arquitetura da informação, relações entre os estudos da linguagem e a Ciência da Informação, bases culturais da organização da informação, terminologia.

Patrick Fraysse

Professeur des universités à l'Université Toulouse III - Paul Sabatier ; Co-responsable de l'axe Patrimoines & médiations ; Directeur adjoint du GIS Patrimoines en partage ; Equipe : Axe Patrimoines & médiations. Thématiques de recherche : Mes travaux portent sur la médiation culturelle, la réception et la circulation contemporaines de la notion de Moyen Âge, l'observation et l'analyse de dispositifs de médiation dans les musées et les usages contemporains du patrimoine monumental et urbain.

Regina Marteleto

Pesquisadora emérita do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Ibict. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação do Ibict/Eco/UFRJ. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais (Culticom). Membro fundador e responsável científica, pelo Brasil, da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação - Rede MUSSI, desde 2008. Áreas de interesse de pesquisa: informação e circulação de objetos culturais; conhecimento, informação e sociedade; informação e educação popular em saúde; dispositivos infocomunicacionais e mediações de saberes.

Viviane Couzinet

Professeur des universités, émérite – Université Toulouse III - Paul Sabatier, France. Fondatrice du réseau franco-brésilien de chercheurs en Médiations et usages sociaux des savoirs et de l'information (MUSSI) depuis 2008. Thématiques de recherche: Analyse des processus de médiation à l'oeuvre dans des contextes d'hybridation, notamment analyse des formes de la médiation scientifique et de la médiation documentaire; représentation de l'information à travers les objets médiateurs et pratiques informationnelles; organisation des connaissances (classifications et thésaurus) comme objet médiateur de savoirs; théories sociales du document; approche documentologique.

Yves Jeanneret

Professeur des universités émérite - Université Paris IV Celsa - Sorbonne. Il a écrit des ouvrages tels que « Critique de la trivialité : les médiations de la communication, enjeu de pouvoir, Paris, Éditions Non Standard, 2014 », « Penser la trivialité. Volume 1, La vie triviale des êtres culturels, Paris, Lavoisier & Hermes-sciences,

coll. « Communication, médiation et construits sociaux », 2008, 267 p. » e « Lire, écrire, récrire : objets, signes et pratiques des médias informatisés, avec Emmanuel Souchier et Joëlle Le Marec (dir.), Paris, Bibliothèque publique d'information, 2003, 349 p. »



ISBN: 978-85-7013-189-8

ca



9 788570 131898